

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

José Adilson Filho

**Cidade e Jardinagem: ambivalência socioespacial, estigma e
segregação na cidade do Belo Jardim**

João Pessoa, 2011

José Adilson Filho

**Cidade e Jardinagem: ambivalência socioespacial, estigma e
segregação na cidade do Belo Jardim**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima

João Pessoa, 2011

JOSÉ ADILSON FILHO

**CIDADE E JARDINAGEM: ambivalência socioespacial, estigma e
segregação na cidade do Belo Jardim – PE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª Elizabeth Cristina de Andrade Lima (Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª Irlis Alencar Firmo Barreira (Examinadora externa)- UFC

Prof^ª. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco (Examinador externo)- UFPI

Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira (Examinador externo)- UFCG

Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi (Examinador interno)- UFPB

DEDICATÓRIA

*A Vinícius, meu filho, cujo rosto singular e singelo me faz
pensar na dificuldade humana para conviver e aceitar o
diferente como alteridade.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem sou grato por uma infinidade de coisas, mas ultimamente pela graça de continuar tendo a luz que me possibilita através dos olhos captar a trama da vida.

A Leide (companheira), Matheus e Mathias (filhos gêmeos), as outras partes de mim para as quais a alegria da vida não pode ser adiada, mas vivida na sua intensidade a cada instante.

A Bebete, que não é somente uma orientadora, mas um ser humano *sui generis* de quem me tornei admirador e amigo. Além das boas lições acadêmicas, aprendi com ela tópicos especiais de simplicidade.

A Jailson, meu irmão, amigo e interlocutor constante desta tese e, principalmente, dos sabores e dissabores das minhas várias vidas.

A Gilvano, meu velho amigo, a quem sou extremamente grato pela leitura entusiasmada do texto e pelas valiosas correções e sugestões. A professora Margareth que gentilmente se dispôs a elaborar o abstract.

A Manoel Gabriel, companheiro de lutas e crítico do Belo Jardim. Não poderia deixar de lembrar e de agradecer a Adauto, Álvaro, Célio (Coleram), Rob, amigos da cidade de Tacaimbó- PE.

Aos meus ex e atuais alunos da Fafica, da Faeb e da Fabeja, cujas aulas ajudaram a produzir boas reflexões sobre esta temática. Destes gostaria de destacar, embora correndo o risco de cometer algumas injustiças, as figuras de Robson, Alcidésio, Paulo Mário, Cleidson, Márcia, Almir Vilanova e Adones. E especialmente a William e a Pedro Cleiton (ambos do NUPESQ/Fafica) que ajudaram a organizar o texto, as imagens e os mapas e a Edson Leandro, meu substituto na Fabeja, justamente num dos momentos mais importantes da elaboração da tese.

Ao professor Adriano de Léon, cidadão areiense, com quem aprendi a estudar coisas sérias sem desaprender a sorrir. O mesmo posso dizer de Anderson Retondar, um carioca arretado que me ensinou a ver a Sociologia com mais musicalidade. Já o irreverente tricolor Artur Perrusi, embora me fizesse degustar um *menu* sociológico

bastante ácido ao meu estômago de historiador, ajudou-me a compreender que os caminhos da reflexão são também pedregosos, mas necessários. Da professora Eliana Moreira fica forte em mim a imagem de uma mulher apaixonada por uma sociologia combativa. Com Roberto Vêras, um *gentleman*, tive o prazer de pagar duas disciplinas que me ajudaram a pensar contemporaneamente nas dimensões que envolvem o local e o global.

A Pe. Everaldo e a Delma Evaneide, que ao me convidarem para o NUPESQ – Núcleo de Pesquisa – contribuíram para que muitas das ideias aqui fossem pensadas e amadurecidas.

Gostaria de agradecer formalmente às professoras Bernadina Araújo, Luzia Schinca e Margarida por terem me liberado durante algum tempo das atividades docentes na Autarquia Educacional de Belo Jardim, para que eu pudesse desenvolver a minha pesquisa. E ao incentivo dado pelo CNPQ através de uma bolsa de estudos, que certamente sem ela as dificuldades seriam bem maiores.

Ao fotógrafo Ivanildo “Cunhão de Fogo”, que sob a minha orientação construiu um importante registro visual das áreas de jardinagem e dos bairros populares. A José Cordeiro, que sob o calor escaldante de um verão prolongado produziu dois importantes mapas dos bairros estudados. A Ana Néri, cuja sensibilidade fez, talvez, o último registro visual do Beco de Seu Eufrásio.

E por fim, queria sinceramente agradecer a cada pessoa entrevistada pela maneira respeitosa e gentil com que me recebiam nas suas casas. Não é digno chamá-los de meu “objeto de estudo”, mas parceiros que me deixaram acessar suas emoções, seus dramas e esperanças, para poder transformá-las, posteriormente, neste texto.

EPÍGRAFE

“A palavra não mora no homem, é o homem que mora na palavra”

Martin Buber

RESUMO

Este trabalho procura analisar a difícil trama de homens e mulheres contemporâneos enredados nas malhas da ambivalência social. As cidades são os lugares por excelência da materialização das tensões e dos conflitos gerados pela dificuldade da convivência com o diferente como alteridade. Apesar das singularidades geográficas, históricas, econômicas e culturais das cidades, visualiza-se com maior ou menor grau processos de segregação sócio-espacial entre indivíduos e grupos sociais, ampliados e ressignificados à luz da mistura de velhos temas e problemas estruturais com as emergências de novas sensibilidades, medos e estigmas trazidos pela modernidade capitalista na sua fase “líquida” e global. Busca-se, então, apreender a articulação entre processos globais e particularidades locais referentes a tensões e mal-estares causados pela mixofobia a pessoas de localidades consideradas incongruentes com determinado tipo de ordem e civilidade. A cidade de Belo Jardim, no agreste pernambucano, foi o palco de análise destas questões, isto é, interessou-me investigar como as elites da cidade em nome de uma dada concepção estética e social produzem representações e práticas de segregação e como isto se ramifica e atinge os interstícios de um bairro popular. Enfim, trata-se da análise das práticas de jardinagem urbana, de como a elite e grupos de estabelecidos produzem os refugados do Belo Jardim, ou seja, aqueles que são vistos e apreciados como suas ervas daninhas. Esta pesquisa está teórica e metodologicamente apoiada numa perspectiva histórica e sócio-antropológica.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade, estigma, ambivalência, jardinagem.

ABSTRACT

This work tries to analyse the contemporary men's and women's hard effort joined in social ambivalence games. Cities are the place for excellence of tenseness and conflicts materialization created by the difficulty to live with the different as alterity. Despite the geographical, historic, economic and cultural singularity of the cities, on large or small scale, there is a visualization of the processes of socio-space segregation among individuals and social groups, enlarged and resignified through the mixture of old themes and structural problems with the new sensibility, fear and stigma emergency brought by capitalist modernity on its global phase. So, there is an attempt to understand the joint between global processes and local particularity relating to the tenseness and discomfort caused by the "myxophobia" to people from incongruous places with some kind of order and civility. The city of Belo Jardim was the analysis stage of these questions, namely, it interested me to investigate how the city's élite, in the name of an aesthetic and social conception, produces representations and practices of segregation and how this grows and affects the interval of a popular neighborhood. Finally, it deals with the analysis of urban gardening practices, the way the élite and established groups produce Belo Jardim's outcasts, those who are seen and considered as trashy. This research is theoretical and methodologically based on a historic and socio-anthropological perspective.

Keywords: City; stigma; Ambivalence; Gardening.

LISTA DE IMAGENS

- IMAGEM 1. Capela Nossa Senhora do Bom Conselho, pág. 80.
- IMAGEM 2. Vista atual da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, pág. 82.
- IMAGEM 3. A casa do Cel. Abílio Barros Correia, pág. 88.
- IMAGENS 4 e 5. Rua João Pessoa, pág. 96.
- IMAGEM 6. Casa localizada na Rua João Pessoa, atualmente pertencente ao ex-prefeito João Mendonça (2001-2008), pág.99.
- IMAGENS 7 e 8. Rua João Pessoa, pág. 103.
- IMAGENS 9, 10 e 11. Casa e loja no centro. Ilustra os embates entre a tradição e modernidade, pág. 104.
- IMAGENS 12 e 13. Avenida Siqueira Campos (centro), pág. 105.
- IMAGEM 14. Aspectos das “áreas de jardinagem” (faltam o asfalto e o saneamento), pág. 111.
- IMAGEM 15 e 16. Terrenos nas “áreas de jardinagem” (A preparação do “novo jardim” e o combate às “ervas daninha”), pág.112.
- IMAGENS 17 e 18. Bairro Maria Cristina. Novos moradores chegam ao bairro (ansiedade e segregação), pág. 114.
- IMAGEM 19. Bairro do Pontilhão, pág. 115.
- IMAGEM 20, 21, 22 e 23. As casas dos jardineiros (Ruas vazias, casas cheias), pág. 119.
- IMAGEM 24. Imagem da Lagoa (O labirinto), pág. 127.
- IMAGEM 25. Vista Parcial da Lagoa, pág. 136.
- IMAGEM 26 e 27. Cenas do cotidiano do “povo” da Lagoa, pág. 145.
- IMAGEM 28. O cemitério, pág. 146.
- IMAGEM 29. Rua da Jurema (“O pedaço ruim da Lagoa”), pág. 150.
- IMAGEM 30. Rua da Jurema (“Pobreza e violência?”), pág. 153.
- IMAGEM 31. Ponte entre o Centro e o Bom Conselho (o que junta e separa), pág. 163.
- IMAGEM 32. Escola Pe. Giovanni Tonniutti, pág. 167.
- IMAGEM 33. Trecho final da Avenida Cel. João Leite, pág. 175.
- IMAGEM 34. Trecho inicial da Avenida Bom Conselho, pág. 178.
- IMAGENS 35, 36 e 37. Av. Bom Conselho, pág. 184.
- IMAGEM 38. 2ª Travessa Cel. João Leite, pág. 192.

IMAGEM 39. Beco de Seu Eufrásio, pág. 201.

IMAGENS 40, 41, 42 e 43. Cenas da enchente de 2009, no Beco de Seu Eufrásio (Pobreza e abandono), pág. 206.

IMAGEM 44. O “fim” do beco, pág. 225.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1. Mapa atual do Centro e Mapa atual do antigo Bairro do Tambor, pág. 70.

MAPA 2. Mapa do Centro, pág. 83.

MAPA 3. Mapa dos Bairros: Boa Vista, Pontilhão e Maria Cristina, pág. 108.

MAPA 4. Mapa dos Bairros: da Lagoa, do Tambor e do Bom Conselho, 121.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		17
PRIMEIRA PARTE		25
CAPÍTULO I	DO JARDIM DAS DELÍCIAS À CIDADE DOS HOMENS.....	26
	Ambivalência, estigma e distinção: aspectos imprescindíveis da jardinagem social.....	29
	A Sociologia e as metáforas do corpo social.....	42
	Modernidade, Diversidade e Invisibilidade Social.....	47
	O estranho e o mal-estar da ambivalência.....	50
	A eugenia no Brasil: escravidão, racismo e higienismo.....	57
	Ordem, beleza e pureza no corpo da cidade.....	61
CAPÍTULO II	HISTÓRIAS DE JARDINAGEM: DA LAGOA DO CAPIM AO BELO JARDIM.....	71
	Contradições e ambiguidades das cidades-jardins.....	73
	Cidade e historiografia.....	78
	Do Capim ao Belo Jardim.....	79
	A linha e o círculo: a ferrovia e o centro urbano.....	84
	O Centro: referência e fronteira.....	92
	A Rua João Pessoa: vizinhança, fofoca e coesão grupal.....	97
	A invenção das “áreas nobres”: outra forma de praticar a jardinagem.....	106
	A industrialização e a danação do “Belo Jardim”.....	114
SEGUNDA PARTE		120
CAPÍTULO III	TRÊS BAIRROS OU TRÊS FORMAS DE DIZER NÃO AO MESMO.....	122
	Ambivalências e contradições de um bairro.....	120
	A Lagoa: refugio da jardinagem.....	125

	Moradia, medo e violência.....	133
	A Rua da Jurema: “o enclave do perigo”.....	148
	O Estigma do lugar: o (in)visível da violência.....	154
	Quando o espaço precede o ser.....	159
	O Lugar e as relações afetivas.....	162
	As Marcas do lugar na educação e na juventude.....	165
CAPÍTULO IV	UMA GEOGRAFIA INTERSTICIAL O TAMBOR E O BOM CONSELHO: ENTRE AVENIDAS, TRAVESSAS E BECOS.....	171
	A Casa e a rua: relações de vizinhança.....	173
	A Avenida entre becos: relações de alteridade.....	180
	O Olhar da Av. Bom Conselho: o estigma por detrás dos muros.....	183
	O Beco de Seu Natalício ou a extensão da “sociedade de bairro”.....	192
	Hierarquias entre <i>outsiders</i> : O Beco de Seu Eufrásio visto pela Lagoa.....	196
	O Beco de Seu Eufrásio: a praga do “Belo Jardim” ou o esgoto onde despejamos nossas misérias?.....	200
	O Beco e o esgoto: A relação entre a metáfora e a realidade. O esgoto real e o esgoto simbólico.....	202
	Efeitos de lugar: vizinhança, amizade e amores.....	210
	No Beco também nascem flores.....	215
	A Purificação pelas águas: o fim do Beco, o fim de um espectro?.....	224
CONCLUSÃO		231
BIBLIOGRAFIA		240
FONTES ORAIS		246
ANEXOS		248

INTRODUÇÃO

Já faz algum tempo que venho estudando e pesquisando o fenômeno urbano na contemporaneidade, elegendo como alvo principal desse interesse algumas tensões e conflitos decorrentes das ações de indivíduos, grupos e classes sociais. A diferença, talvez, é que não preciso sair para muito longe, pois procuro pesquisar a minha própria cidade e, no máximo, o que fica em seu entorno. Fiz esta opção por entender que a cidade onde vivo é o meu patuá e, portanto, sinto que posso observá-la e estudá-la com mais detalhe e intensidade¹. É claro que ela não condensa toda a heterogeneidade e complexidade das cidades, pois é somente uma pequena *urbe* do agreste pernambucano. Entretanto, além das singularidades do local, apresenta-se permeada e moldada por universalidades histórico-sociais. Essa cidade chama-se Belo Jardim e fica a uma distância de 180 km do Recife, a capital do Estado de Pernambuco.

No entanto, muita coisa nela se transformou enquanto outras parecem ter sido congeladas pelo tempo. Eu também mudei na medida em que me desfiz de algumas teses, ressignifiquei certas ideias e descobri novas maneiras de caminhar entre os labirintos da cidade. Esta caminhada começou em 1995, numa época na qual tive o prazer de descobrir o marxismo e a militância política no Partido dos Trabalhadores. Sob esta dupla influência escrevi uma monografia focando o olhar no processo de industrialização, formação e lutas do operariado local. Em 2002, defendi no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE uma dissertação de mestrado, na qual buscava analisar as relações entre a cidade, a modernidade e a hegemonia política de algumas famílias, que veio depois a se transformar num livro. Nesta época, a academia me colocou diante de novos autores e conheci um pouco mais o pensamento de Foucault, Canclini, Bourdieu, embora lá no fundo, o marxismo continuasse colorindo meus ideais

¹ “A ‘realidade’ (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou aí proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa”. Velho, Gilberto. **Observando o familiar**. In. Individualismo e Cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 128. Essa questão é retomada no artigo intitulado “Desafios da proximidade” do mesmo autor, vide. VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina. **Pesquisas urbanas: Desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

e minha posição crítica. Não parei por aí, continuei perseguindo-a no doutorado, porém, sob uma perspectiva mais eclética e interdisciplinar. Confesso que sou atravessado por esta cidade e, na medida do possível, sinto-me também comprometido a atravessá-la, elucidando e dando a conhecer outros segredos e enredos sociais presentes no seu cotidiano.

Belo Jardim é um município com aproximadamente 72 mil habitantes que dispõem de algumas indústrias de médio e grande porte, de duas faculdades, de um Instituto Federal de Tecnologia, um hospital regional, algumas rádios e de diversas clínicas, escritórios, bancos, além de um comércio relativamente diversificado. Ainda, conforme dados do censo de 2010, o município detém a maior renda *per capita* do agreste pernambucano, superando inclusive a dinâmica cidade de Caruaru (ver anexo). Não obstante e paradoxalmente, existem muita pobreza, miséria e concentração de renda, como atesta as quase 11 mil famílias que sobrevivem com a ajuda do Programa Bolsa Família do Governo Federal.

Deduz-se, portanto, que a cidade de Belo Jardim não é tão paradisíaca como sugere seu nome. Há algo mais a se encontrar nela do que o progresso de um povo ordeiro e harmonioso. A mesma cidade revela e esconde inúmeras outras, sendo que algumas delas expressam riqueza, poder e sedução enquanto outras são motivos de preocupação, desconfiança e medo.

Como tantas outras cidades que há no mundo, a minha Belo Jardim, apresenta-se labiríntica, babélica, polifônica e multitemporal. No entanto, uma constelação de pessoas não suporta viver sob o signo da mistura e das várias combinações e contrastes visuais que ela provoca, pois como afirma Bauman “o horror à mistura reflete a obsessão de separar”.² E no centro deste “horror” encontra-se uma indisfarçável dificuldade de assimilar e aceitar conviver com certas diferenças.

Devo confessar que uma questão profundamente íntima e familiar instigou-me a refletir sobre essa grande dificuldade do ser humano para conviver com as discontinuidades e as diferenças que a vida social produz. Essa sensibilidade foi-me aguçada quando descobri que meu primeiro filho era portador de um tipo raríssimo de esquizofrenia. Desde então, eu e minha família passamos a conviver diariamente com aquele que seria o nosso “estranho familiar”, um ser que se tornou adulto, mas, tal quais

² BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. p. 22.

os personagens da Terra do Nunca de Peter Pan, jamais “deixou” de ser criança. A peculiaridade dos seus modos de pensar, sentir e agir desconcerta completamente as regras da mecânica “racional”. Conviver com ele se traduz num profundo exercício de alteridade, a partir do qual somos atravessados por descobertas, surpresas, angústias e alegrias. A esquizofrenia de Vinícius me mostrou que viver com o diferente é infinitamente mais complexo do que fazer um discurso eloquente sobre a diferença. Seu rosto ensinou-me que eu precisava desaprender certas coisas e reaprender outras; enfim, tornar-me também um ser diferente.

Indubitavelmente não é uma tarefa fácil aprender a conviver com comportamentos que fogem ao que chamamos de convencional e regular. A imprevisibilidade das ações e a dissonância do pensamento e das palavras deixam-nos momentaneamente atordoados, mas logo somos refeitos e impressionados por uma tempestade prolongada de abraços, carícias e beijos que parecem surgir do nada.

Creio que de algum modo foi essa experiência marcante na minha própria casa que me fez querer compreender os mal-estares provocados pelas ambivalências noutros espaços. Sob o efeito dessa experiência, mas um tanto quanto movido pelos interesses acadêmico e político, vi-me novamente desafiado a conhecer outras interfaces da cidade de Belo Jardim. Desta vez, porém, buscando compreender como algumas hierarquias e desigualdades entre indivíduos e grupos sociais passam a ser recrudescidas e legitimadas pelas dificuldades de assimilação a convivência com pessoas e lugares considerados incongruentes e prejudiciais à determinada ordem e civilidade, concebidas como ideais por uma fração expressiva de homens e mulheres moradores de certos bairros da cidade de Belo Jardim.

Nas últimas duas décadas, esta realidade tem sido intensificada pela combinação de questões como o aprofundamento do discurso da insegurança, o aumento da violência, das desigualdades econômicas com novas formas de subjetividades produzidas pelo capitalismo global, que afetam tanto as classes médias como setores das camadas populares, a despeito de viverem numa metrópole ou em pequena cidade interiorana. Na era da globalização, o local é cada vez mais moldado e redefinido por processos que estão distantes dele.

Mas não podemos deixar de perceber e registrar aquilo que é singular e que pertence à trama histórica e social de cada localidade vivida. Embora as realidades estejam

entrelaçadas, cada qual ainda preserva suas idiossincrasias. E, por esta razão, devem ser compreendidas simultaneamente como realidades que se amalgamam, se repelem e se confrontam.

No inverno de 2004, tive o prazer de ler o livro “Modernidade e Ambivalência”, do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, o qual produziu um grande impacto sobre a minha percepção de vida moderna. Dele retirei os conceitos de jardinagem e de ambivalência que se tornaram indispensáveis a minha caixa de ferramentas intelectual. Ambos me enriqueceram com novas ideias, imagens, metáforas e de alguma forma passaram por um processo de adaptação, refinamento e ampliação. Inclusive, ajudaram-me a inventar o conceito de “áreas de Jardinagem” como dispositivo de segregação marcante desenvolvido pelas classes médias e burguesas mediante a construção de áreas exclusivas como condomínios fechados, bairros “nobres”, típicos do que se poderia chamar de cultura da jardinagem, isto é, uma forma de ver, sentir e agir que se baseia no estigma para produzir fronteiras, exclusões e criminalizações.

Em função de tais conceitos o nome da cidade é subvertido, assumindo outro sentido. Um sentido ambíguo, mas que se adéqua perfeitamente aos propósitos deste trabalho. O nome Belo Jardim passa a ser simultaneamente o nome de uma cidade, mas também de uma concepção de urbanidade, cujo princípio básico apóia-se na valorização e na preservação de uma estética da existência compartilhada por indivíduos e grupos que se projetam como se fossem os melhores e os superiores das instâncias nas quais vivem.

Para que tal realidade seja possível, faz-se necessário o dispositivo da jardinagem, que nada mais é do que uma série de estratégias de combate e eliminação das coisas e dos seres tidos como destoantes ao “Belo Jardim”. Portanto, se as ervas daninhas e as pragas tornam-se o refugio do “belo jardim”, algumas favelas, ruas, becos e travessas assim como determinadas pessoas estigmatizadas são os refugos da jardinagem urbana.

A ambivalência social atinge indistintamente todas as classes e grupos sociais. No entanto, a forma de convivência e de combate a ela é diferente, na medida em que correspondem à situação econômica, política e social dos indivíduos e às suas representações axiológicas dos espaços físicos e sociais. Compreender a prática e a cultura da jardinagem em áreas ditas “nobres”, mas principalmente sua ramificação num bairro popular, foi o grande desafio deste trabalho.

O trabalho está dividido em duas partes e cada qual contém dois capítulos. Em “*Do Jardim das Delícias à cidade dos homens*”, título do primeiro capítulo, eu procuro discutir a importância de conceitos como ambivalência, distinção, estigma, pureza, beleza, jardinagem, entre outros como operadores conceituais fundamentais à compreensão da complexidade dos processos e práticas presentes nos enredos e jogos de linguagem da cidade moderna e contemporânea. Eles são usados também para questionar o próprio fazer sociológico como um saber que ao lado de outros mecanismos contribui para domesticar ou expurgar os mal-estares provocados contra determinados tipos de ordenamento social.

No segundo capítulo, que denominei de *História de Jardinagem. Da Lagoa do Capim ao Belo Jardim*, faço uma narrativa histórica do processo de formação dos dois primeiros bairros da cidade – o Centro e o Tambor – no sentido de chamar a atenção para a construção de duas espacialidades paradigmáticas, a partir das quais vislumbramos a construção do Belo Jardim e da prática da jardinagem. Na verdade, nesse momento a maior parte do capítulo é dedicada a analisar a força política, econômica e simbólica do Centro urbano e suas reverberações sobre atores de diferentes espacialidades.

Outro aspecto, neste capítulo, que merece ser enfatizado é o processo de transformação do Centro urbano numa área basicamente comercial. Trata-se de uma realidade que começou nas metrópoles, mas que se espalha para as cidades médias e pequenas. As elites motivadas por essa lógica econômica e impulsionada por novos medos e subjetividades abandonam o Centro e procuram construir novos bairros denominados por elas de “áreas nobres,” que eu classifiquei como expansão das áreas de jardinagem.

Tais áreas redesenharam a cidade a partir de uma nova estética que será o espaço por excelência para o qual se dirigem a antiga burguesia, os novos ricos, a classe média e os arrivistas da cidade. Lá, o silêncio e a tranquilidade são garantidos à base do enclausuramento social e da privatização do espaço público contra a ambivalência social.

A segunda parte dessa pesquisa começa com o capítulo intitulado “*Três Bairros ou Três Formas de Dizer Não ao Mesmo*”. A partir daí, mediante uma abordagem socioantropológica, passei a observar e compreender as reverberações e ramificações da

cultura e da prática da jardinagem no antigo bairro do Tambor, mas, que é visto como se fosse três bairros completamente distintos e até antagônicos. Aí se encontra o “Bairro da Lagoa” que ficou famoso no passado pela extrema pobreza dos seus moradores e atualmente como uma área violenta e dominada pelo consumo de drogas.

“*A Lagoa: o refugio da jardinagem*” é, portanto, o foco principal do terceiro capítulo. O lugar a partir do qual comecei a desenvolver de forma mais densa uma investigação de caráter histórico e socioetnográfico. Diante desta perspectiva, busco fazer uma representação histórica da formação do povoado da Lagoa, com seus tipos humanos mais comuns, suas aventuras e desventuras, suas condições de vida e de possibilidade. Em seguida, tento mostrar como os estigmas de lugar, de cor e de classe marcaram e ainda “marcam” a sensibilidade, a estima, as oportunidades de trabalho, os relacionamentos interpessoais, entre outros. Embora, a Lagoa já não seja uma área dominada pela miséria e exclusão, ela continua sofrendo interna e externamente os efeitos da cultura de jardinagem.

O quarto e último capítulo, chamado de “*Uma geografia intersticial. O Tambor e o Bom Conselho entre avenidas, travessas e becos*”, amplia e aprofunda algumas das questões discutidas no terceiro capítulo. E o faz acrescentando outros enredos numa geografia oblíqua e cheia de bifurcações. Trata-se de múltiplas histórias dentro da mesma história. Questões éticas, estéticas, econômicas, políticas e espaciais se misturam e são articuladas para dotar de sentido e legitimidade as dominações, as exclusões e as segregações.

Veremos como a cultura da jardinagem trata aqueles que carregam com maior visibilidade o sinal da incongruência, isto é, daqueles que a despeito do lugar sempre serão tratados como a “praga” do “Belo Jardim”. O resultado disso será a segregação, o aviltamento moral e o mais completo isolamento social. Este será o caso do Beco Seu Eufrásio.

O valor do lugar, seja ele uma avenida, uma travessa ou um beco, passa pelo crivo da proximidade ou da distância em relação às regras invisíveis, mas legíveis da cultura da jardinagem local. O Tambor e o Bom Conselho serão às áreas mais próximas do “Belo Jardim” e, a partir delas, internamente, pode-se avaliar a reputação de todas as artérias do bairro, a exemplo da Lagoa, do Beco de Seu Natalício e do Beco de Seu

Eufrásio. Aqui, as contradições e as ambivalências do “Belo Jardim” atingem seu clímax.

A perspectiva interdisciplinar norteou os passos do pensamento e da pesquisa. A vida urbana é o resultado de múltiplas determinações e como tal, precisa do diálogo entre os vários saberes. Os enredos sociais apresentados aqui sobre a cidade e alguns bairros traduzem experiências, imaginários e conflitos que têm raízes na cultura ocidental, no sistema capitalista e, portanto, numa esfera muito mais ampla e complexa do que a realidade local. Mas também possuem elementos que lhes são específicos e que dependem de uma análise *in loco*, feita em escala micrológica.

O meu desejo foi, portanto, tentar apreender os modelos e papéis sociais desenvolvidos pelos indivíduos dentro de uma dada estrutura socioeconômica, mediada por uma abordagem antropológica que me fizesse adentrar nas entranhas daquilo que a sociologia não consegue capturar. Busquei, então, unir as asas de Ícaro com os conhecimentos de Dédalo, decifrador dos enigmas dos labirintos, e Clio, a musa do tempo, para construir uma abordagem histórica e socioantropológica que a um só tempo me permitisse compreender as mudanças e permanências nas relações entre as estruturas e as representações, as práticas e as identidades dos indivíduos.

A pesquisa se nutriu de uma abordagem qualitativa, na qual procurei valorizar a diversidade e a representatividade dos atores, levando em consideração critérios, tais como o gênero, a etnia, a espacialidade, a faixa etária, a religiosidade e a situação econômica e cultural. A observação, o registro visual através da fotografia e, principalmente, a entrevista foram às técnicas de coleta de dados mais frequentemente utilizadas nesta pesquisa. Mais de 50 pessoas foram entrevistadas e tiveram suas falas transcritas e analisadas. Entretanto, parte delas não aparece diretamente no texto, apenas espectralmente. Isto não significa dizer que suas experiências e narrativas não tivessem nenhum valor para a minha pesquisa, ao contrário, todos eles tinham algo a acrescentar. Porém, por uma questão de tempo e espaço, selecionei os depoimentos que considere os mais recorrentes, expressivos, contundentes e ambíguos. As fotografias aqui não devem ser tratadas como meras ilustrações, mas como textos visuais. Elas são imprescindíveis, pois nos fazem preencher algumas lacunas da imaginação construída pelo texto escrito.

Duas coisas me fizeram usar pouco os dados quantitativos: a primeira foi o fato de ter pautado a pesquisa numa abordagem socioantropológica e a segunda deveu-se às dificuldades e à escassez de informações de órgãos públicos como delegacia e prefeitura sobre violência, consumidores de drogas, mortes por áreas. Os dados muitas vezes são dispersos e desordenados. Seria preciso uma outra pesquisa para construir séries estatísticas sobre aspectos sociais da cidade.

Dialogar com espectros é uma das características mais marcantes do labor acadêmico. Os espectros são presenças que se fazem ausentes fisicamente, mas com as quais estabelecemos amizades e cumplicidades, muitas vezes muito mais intensas do que com um vizinho ou um familiar. Frequentemente nós os invocamos como entidades espirituais para nos ajudar a compreender alguns mistérios e enigmas da realidade. Assim, Bauman, Elias, Bourdieu, Lévinas, Foucault, Sandra Jatahy, Durval Muniz, Certeau, Freud, Milton Santos e tantos outros aparecem explicita ou sublunamente como esses espectros que me ajudaram a visualizar e a compreender melhor a complexa trama da vida urbana na contemporaneidade.

Mas não poderia deixar de citar o papel destacável de grandes figuras humanas que me oportunizaram o contato com alguns destes espectros. Diariamente eles tocam nas nossas sensibilidades, aumentam o nosso prazer pelo conhecimento na medida em que vão amolecendo, suavizando, diluindo os conceitos, as teorias e os métodos, retirando-lhes sua aridez, instigando-nos a pensar e ver a vida sob ângulos diferentes e a fazer conexões entre sujeitos e objetos aparentemente estranhos e distantes. E mais: levando-nos a criar, imaginar, sonhar e desejar o possível. Estas figuras humanas são os nossos professores, que com suas aulas, sua atenção e carinho tornam mais prazerosa e desafiante a aventura pelas paisagens do conhecimento. O prazer de assistir às aulas ministradas por Elizabeth (carinhosamente chamada de Bebete), Adriano de Léon, Roberto Vêras, Artur Perrusi e Anderson Retondar eram fundamentalmente bem maiores e mais estimulantes do que as idas e voltas três vezes por semana para João Pessoa e Campina Grande, tendo muitas vezes que retornar no mesmo dia para lecionar em faculdades, localizadas em Caruaru e Belo Jardim, no agreste pernambucano. Procurei ler seus textos e assistir suas aulas me apropriando daquilo que considerava ser o mais relevante dos seus ensinamentos para o meu trabalho. Portanto, a maneira como os absorvi e os interpretei são de minha inteira responsabilidade.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

DO JARDIM DAS DELÍCIAS À CIDADE DOS HOMENS

"No principio Deus criou o céu e a terra. A terra, porém, estava informe e vazia, e as trevas cobriam a face do abismo, e o Espírito de Deus movia-se sobre as águas. E Deus disse: Exista a luz. E a luz existiu. E Deus viu que a luz era boa; e separou a luz das trevas. E chamou à luz dia, e às trevas noite". (Gênesis 1:1)

"E o Verbo se fez carne e habitou entre nós"
(Jo 1:14)

"Ora, o senhor Deus tinha plantado, desde o princípio, um Paraíso de delícias, no qual pôs o homem que tinha formado". (Gênesis, 1-2)

"Mas a serpente era o mais astuto de todos os animais da terra que o senhor Deus fizera. E ela disse à mulher: Por que vos mandou Deus que não comêsseis de toda árvore do Paraíso? Respondeu-lhe a mulher: Nós comemos do fruto das árvores, que estão no Paraíso. Mas do fruto da árvore que está no meio do Paraíso. Deus nos mandou que não comêssemos, nem a tocássemos, não suceda que morramos".

(Gênesis, 2-3)

"E Caim conheceu sua mulher, a qual concebeu e deu à luz Henoc. E edificou uma cidade, que chamou Henoc, do nome do seu filho".

(Gênesis, 3-4)

A narrativa bíblica sobre a criação do mundo e do homem está dividida em dois momentos. No primeiro, Deus começa a organizar o caos primitivo, preenchendo o que antes estava "informe e vazio". Através de um processo de separação e classificação, cada corpo celestial e cada elemento que compõe a natureza – sol, luz, noite, água, terra, plantas, frutos e animais – vai adquirindo forma e identidade, ocupando com precisão geométrica um lugar na ordem divina. A lógica poética que preside o processo criacionista dá-se de modo claro e ordenado. Deus como um maravilhoso geômetra – "o arquiteto do universo" – estabelece as linhas, as divisórias e as fronteiras que garantem a harmonia e a unidade do Paraíso das Delícias. Tempos depois Deus criaria o homem à sua imagem e semelhança, mas negar-lhe-ia a igualdade.

Até este momento, Deus, o homem e a natureza vivem em estado de completa harmonia, envoltos numa aura de inocência. A harmonia no Jardim das Delícias será

mantida enquanto houver respeito à ordem divina, isto é, enquanto os homens não questionarem a autoridade do poder que emana de Deus. Deus determina a Adão e a Eva para não comerem do fruto proibido, pois fazê-lo significaria destruir a ordem e a tranquilidade do Jardim das Delícias. O segundo momento da narrativa bíblica procura responder à pergunta sobre a origem do mal que levou os homens a caírem em desgraça e constante sofrimento. A resposta é a transgressão do homem às regras de Deus, é a sua elevação à condição de desviante que passou a assumir depois de ter sido seduzido pela serpente – símbolo da astúcia e do pecado.

Podemos, metaforicamente, tomar esta passagem do mito da criação, como o primeiro movimento que deu origem à contradição e à ambivalência na tradição judaico-cristã. Pois, até então, o Paraíso caracterizava-se pela harmonia, perfeição e pureza, portanto, não comportaria incompatibilidades e dúvidas. A serpente representava a astúcia e a desordem, sendo ela quem desviara o homem e a mulher dos caminhos do Senhor.

As regras vigentes no Paraíso foram quebradas pelo desejo de conhecimento daquilo que seria exclusividade apenas de Deus. Portanto, se conhecimento é poder, Deus certamente não queria compartilhar todos os seus segredos com os homens.

As hierarquias e regras da jardinagem no Éden estavam bem definidas. Deus como o seu criador, deu a Adão e a Eva, seus jardineiros, a função de proteger o Paraíso de todo tipo de incongruência que a serpente (a erva daninha) pudesse vir a produzir. A quebra da aliança entre o homem e Deus promovido pela serpente foi apenas o prenúncio de uma nova ordem que será radicalizada com a fundação da cidade pelos homens.

Com a invenção da cidade, os homens sentem-se desafiados a superar a condição de meras criaturas de Deus, para ambicionar também o epíteto de deuses. Na passagem da condição de criatura a de criador de cultura, o homem constrói a sua imagem e semelhança uma segunda natureza, a qual chamou de cidade. A primeira cidade foi construída por Caim e recebeu o nome de Henoc, uma forma de homenagear seu filho.

A cidade surgiria assim, como obra do homem, na sequência de um processo de separação com Deus: o primeiro através da perda do Paraíso, o segundo como o pecado de Caim. E, não por acaso, a cidade, obra do homem, terá o nome do filho de Caim, Henoc, também para atestar a humanidade da obra! Como ainda refere Sellier,

a onomástica é, por sua vez, reveladora de sentidos, pois Henoc significa inauguração.³

Segundo o relato bíblico, a cidade nasce como obra de um renegado por Deus, do homem que matou o seu próprio irmão, ou seja, do primeiro assassino da história. Ela surge, portanto, na sequência dos eventos que acompanham a segunda queda do homem diante de Deus. Consequentemente, a cidade será revestida com as insígnias do seu fundador (Caim), isto é, a violência, o conflito, a suspeição, o poder, o prazer e a morte. De tempos imemoriais até os dias atuais, tem sido marcante no imaginário social uma dada oposição entre a cidade dos homens e a cidade de Deus. Oposição que ganhará expressão na sensibilidade de poetas, pintores, músicos, cineastas e escritores, bem como, através da ação política de arquitetos, engenheiros, urbanistas e paisagistas.⁴

As cidades de Babel, Sodoma e Gomorra são tratadas na tradição judaico-cristã como exemplos notáveis da desobediência humana à autoridade divina. Babel com a sua incomensurável torre visando tocar os céus demonstram a ousadia dos homens em quererem igualar-se a Deus, porém Javé não se fez de rogado, destruiu Babel e impôs aos seus habitantes uma atmosfera de completa incomunicabilidade. Subentende-se deste mito que a comunicação entre os homens fora, talvez, a mais castigada, pois perdera a unidade de outrora, dando início à polifonia e a dissonância de sentidos.

O exemplo de Babel pode ser pensado como algo que traduz confusão, desordem, mistura, mas também movimento, mudança, transformação e ambivalência. E algo mais: como o despertar dos homens pela sua historicidade e pela "sua condição de mortal, o que implica, sempre, em finitude, em força e fraqueza, desejo e utopia, vitória e derrota".⁵

O mito de Babel tem sido usado como um bom recurso metafórico para se apreender os problemas, desafios e possibilidades que a vida urbana gera para os seus atores. A cidade é o lugar da complexidade, isto é, em que as relações individuais e sociais são tecidas em seu conjunto de forma imbricada, dialógica e paradoxal, mas que, por isso mesmo, não deixa de ser inteligível. Trata-se de uma realidade que não pode ser

³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). **Escrita, Linguagem, Objetos. Leituras de História Cultural**. Bauru: Edusc, 2004. p. 169.

⁴ Reflexões filosóficas como A cidade Deus de Santo Agostinho ou visionárias e poéticas, como A cidade do Sol de Campanella e As flores do mal de Baudelaire ou mesmo filmes como Metrópolis e Cidade de Deus, dentre tantos outros que procuram enfatizar a idealização do sagrado, do harmonioso, mas também dos dramas humanos gerados pela condição urbana.

⁵ PESAVENTO, Sandra. Op. cit., p. 171.

simplificada ao custo de meros dualismos. Admitir sua complexidade é aceitar que a despeito do tamanho, localização e densidade, cada cidade traz consigo a marca da heterogeneidade, da multiplicidade, da incerteza e da imprevisibilidade. Um verdadeiro caleidoscópio, no qual é possível visualizar várias combinações, justaposições e tensões. Só que este caleidoscópio urbano não pode ser mais lido sob a ótica de esquemas analíticos como os baseados na concepção cartesiana, cuja marca tem sido a de separar e opor realidades que estão imbricadas. E até mesmo alguns pensamentos mais generosos que buscam fazer uma síntese do real, partindo-se de uma análise dialética, devem ser repensados criticamente. Nas *urbs* contemporâneas há algo mais do que oposições binárias do tipo limpo/sujo, moderno/tradicional, belo/feio, forte/fraco. Estes e muitos outros temas, ideias ou sujeitos são tecidos na trama da urbanidade através de relações que são, simultaneamente, operadas de forma dialética e ambivalente.

Ambivalência, estigma e distinção: aspectos imprescindíveis da jardinagem social.

Captar e apreender as contradições, tensões e imbricações de uma sociedade levam-nos num primeiro momento a questionar as cristalizações produzidas pelos seres humanos ao longo da história, sobretudo aquelas que procuram levar as consciências individuais e sociais a aceitar a realidade como destino, natureza ou essência.

Ao focarmos nosso olhar nas tensões e antagonismos de uma determinada realidade não podemos cair na tentação de reduzi-la ao simples jogo das antinomias e dos dualismos, sob a crença que eles dão inteligibilidade e clareza a interpretação da trama da vida social.

A paixão por uma concepção teórica não pode obscurecer a nossa capacidade de enxergar as suas falhas e rachaduras. Sabe-se que a vida social é dinâmica e complexa impondo ao pensamento a necessidade de se desfazer de algumas ideias, aprimorar outras e, se possível, elaborar novos *insights* para produzir novas formas de leitura e interpretação da vida social. A partir dos anos 1980, diversos temas, sujeitos, objetos ganharam os holofotes da mídia, da política e da academia. Tais questões logicamente sempre existiram, mas eram pouco visíveis, secundárias, esquecidas e silenciadas por outras temáticas e prioridades. Estou falando nas questões de gênero, etnia, sexualidade,

religiosidade, espacialidade, subjetividade ou identidade, que antes estavam ofuscadas pelo brilho intenso de conceitos encapsuladores tais como classe social, nação, nacionalismo, unidade, totalidade, família, revolução, ideologia, conscientização, alienação, entre outros.

O aparecimento dessas novas questões não implodiu, por exemplo, o conceito de classe, mas certamente fez com que ele perdesse seu caráter essencialista e generalista. Se um dia existiu um conceito unificador, agora ele se encontra fragmentado em diversos pedaços multicoloridos. As necessidades políticas, sociais, econômicas, sexuais, étnicas, religiosas e ecológicas dos indivíduos, grupos e classes sociais não seguem mais as diretrizes de uma teoria centralizadora (perspectiva molar), pois suas paixões e lutas cada vez mais se segmentam em micropolíticas⁶ (perspectiva molecular).

Assim, as velhas e grandes questões que mobilizavam os atores sociais noutros tempos, agora dialogam e se mesclam às novas demandas oriundas de toda uma segmentaridade gerada pelo sistema capitalista e pela emergência de novas subjetividades, muitas das quais percebidas como exóticas. O importante a ser observado é que as bandeiras de luta encabeçadas pelos atuais movimentos acontecem a partir de múltiplas frentes de batalhas, sem seguir um comando central. Tais lutas caracterizam-se pela multiplicidade e fragmentariedade de horizontes e objetivos, algumas de caráter imediatista e localista, outras mais amplas e universalistas, todavia sem seguir necessariamente a âncora de um único referencial teórico.

As temáticas clássicas são trespassadas pelas questões que envolvem gênero, etnia, identidades, sexualidade, religiosidade, consumo, faixa etária, estética, espacialidade. Torna-se quase impossível colocar sob a mesma rubrica os interesses que envolvem uma constelação de atores de matizes tão diferentes. As lutas dos afrodescendentes, mulheres, índios, gays, usuários de drogas, palestinos, velhos, portadores de deficiência física e mental, pobres e miseráveis, enfim, daquilo que insinuamos chamar hoje de oprimido, estranho, diferente ou o Outro, não mais se encaixa ligeiramente em díades ou polarizações do tipo classe dominante/classe dominada, amigos/inimigos. Com isso, não estou querendo negar o caráter de classe de alguns conflitos sociais, muito menos o valor heurístico do marxismo e de alguns estruturalismos.

⁶ Sobre o conceito de Molar, Molecular e Micropolíticas. Ver DELLEUZE, Giles, GUATTARI, Félix. **MIL Platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3, Rio de Janeiro, Ed. 34, 1996. Ver também de: GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. **Micropolíticas: Cartografias do desejo**. Petrópolis, 2005.

A busca persistente e feroz pelo devir humano termina transformando alguns elementos da vida cotidiana em verdadeiras miudezas. Assim, as misturas, as incoerências, os lapsos, o acaso, as ambiguidades são tratados muitas vezes como aspectos obscurecedores de uma "verdadeira" compreensão da realidade. No máximo são abordados como fenômenos que turvam a consciência dos homens em sua capacidade de conhecer a essência das coisas. O substancialismo do pensamento moderno não permite misturas e impressionismos.

Ele desejou um mundo racional, lógico, esquadrinhado pela régua da geometria, livre das distorções e erupções da irracionalidade humana. Os arquitetos da modernidade elaboraram um projeto de mundo no qual os homens deveriam estar protegidos dos acasos e dos acidentes históricos. Conforme Bauman,

O contexto da vida humana não pode mais ser abandonado ao acaso, ser o resultado de um jogo dirigido por forças discordantes e não coordenadas. O cenário em que os humanos tomam suas decisões precisa ser desenhado com cuidado e claramente marcado com sinais legíveis e inequívocos. Tanto a falta como o excesso de significado, a escassez e a abundância de possíveis *Auslegungen* (predisposições), são desordens que a organização racional do mundo humano não pode tolerar a longo prazo, tratando-os como irritações temporárias.⁷

Embora haja muitas diferenças entre os matizes filosóficos e científicos da modernidade, há também alguns pontos de convergência entre eles, e um desses é a luta contra a ambivalência. Apesar de serem paradigmas sociais como o liberalismo, o anarquismo e os socialismos ou então teorias como o positivismo ou marxismo, todos indistintamente beberam na fonte do iluminismo e combateram aquilo que consideravam serem as obscuridades do pensamento e da vida social. Daí a dificuldade de assimilar e incorporar os paradoxos, as dissonâncias estéticas, teóricas e políticas.

A modernidade estava em busca de um ajuste perfeito, um-para-um, de nomes e coisas, palavras e significados; um conjunto de regras livre de espaços em branco e de pastas repletas de instruções; uma taxonomia em que havia um arquivo para cada fenômeno, mas não mais de um; uma divisão de tarefas na qual havia um agente para cada

⁷ BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada. Vidas contadas e histórias vividas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. p. 88.

parte da ação, mas não mais de um; em resumo, em busca de um mundo em que existe uma receita não ambígua (algorítmica, mais do que meramente heurística) para cada situação e nenhuma situação sem receita pregada nela.⁸

Sacrificando-se o ritmo efervescente da vida mediante o uso de uma “receita” algorítmica chegava-se a uma verdade e representação desejável da sociedade. Os poetas, escritores e filósofos anômicos ou intempestivos foram justamente aqueles que buscaram romper com tais dualismos. Michel Mafesolli cita Nietzsche como um desses homens que pretendeu *"trazer à tona o contra-senso nas coisas humanas, sem se assustar (...) Com isto fazendo avançar o conhecimento do homem"*⁹. Embora discordemos da fábula pós-moderna de Mafesolli, achamos sensata sua crítica aos dualismos da razão moderna e ao seu medo das misturas e contra-sensos.

O que dá cor ao mundo social são as mestiçagens, as formas híbridas que se encontra no nível das práticas e imaginários que se desenvolvem no cotidiano. A vida social é multicolorida, misturada, polissêmica, ambivalente. Mas os homens tentam a todo custo dividi-la e separá-la em lotes. Para além das distinções muito claras, das teorias e conceitos fechados, é preciso encontrar "palavras" e voltar talvez a pensamentos arcaicos capazes de dar conta da melhor maneira possível da complexidade inextrincável do sonho e do real, da sensibilidade e da razão. Sentir o pensar, pensar o sentir.¹⁰

O dualismo moderno não convive bem com os hibridismos, as sombras, os ruídos da linguagem, da razão e do sentido. Vimos isto na luta contra os movimentos artísticos impressionista e cubista (chamado pelos críticos de farsantes), no apartheid, na homofobia, entre tantos outros. Interessa apreender além da contradição, do movimento, da mediação entre as práticas e as representações dos atores sociais no espaço urbano, as ambiguidades de sentidos e suas ambivalências sociais e espaciais. Pretendo mostrar como uma parte da sociedade local (os estabelecidos) desenvolve vários mecanismos para combater a mistura, o estranho, o diferente, o *outsider* que aqui significa tanto o que vem de fora como aquele que habita intramuros.

⁸ IDEM, pp, 88/89.

⁹ NIETZSCHE, F. apud MAFFESOLI, Michel. In. **O ritmo da vida**: Variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007, p. 30.

¹⁰ IDEM, p, 30/31.

As tensões que observarei não se dão exclusivamente entre o que convencionalmente chamamos de classe dominante e classe dominada, mas entre aquilo que Norbert Elias chama de estabelecidos e *outsiders*. Neste trabalho a expressão “*estabelecidos*” designa todo indivíduo ou grupo social que se auto-representa como se fosse portador dos comportamentos e valores sociais considerados melhores e superiores enquanto os *outsiders* são compreendidos como aqueles sujeitos anômicos, inferiorizados, cujas práticas comprometem a ordem e a paz da cidade do Belo Jardim. *Outsider* não designa somente o Outro que vem de fora, mas o Outro que já se encontra há muito tempo dentro dos intestinos da sociedade, os concebidos como maus, doentes, feios ou sujos. Esta figuração é universal, pois transcende os espaços, as culturas, classes, gêneros e etnias, podendo ser usada em áreas completamente diferentes, como eu busquei fazer quando da realização desta pesquisa em áreas consideradas nobres e populares.

Na figuração estabelecido/*outsiders*¹¹, a dominação não se define apenas pela apropriação dos meios de produção (capital econômico), ou entre agentes portadores de enormes diferenças políticas, sociais e culturais. Muitas das tensões analisadas neste trabalho foram produzidas por pessoas oriundas das camadas populares – operários, autônomos, pedreiros, funcionários públicos, aposentados, garis, pequenos comerciantes, desempregados, – os quais estabelecem num mesmo bairro, numa mesma rua, beco ou travessa, formas variadas e complexas de percepção e apreciação de si e dos demais. A valorização assim como a exclusão e a criminalização de determinados indivíduos depende do valor atribuído ao lugar no qual se vive. O espaço não explica tudo, mas neste tipo de abordagem passa a ser uma referência importante para se compreender questões básicas como exclusão e cidadania.

Fronteiras visíveis e simbólicas são usadas por alguns grupos de moradores para evitar a ambivalência espacial, numa clara tentativa de fugir da convivência social com pessoas que não são tratadas como “próximos”, “vizinhos”, mas como o “Outro”, “o distante”, pelo fato de morar num beco, perto de uma lagoa, por detrás de um cemitério. A condição de estabelecido de um lugar, algumas vezes, pode ser expressa por signos como a verticalização e a fachada da casa, os jardins, os muros altos, o carro, a pouca socialidade dos indivíduos. E até mesmo pela ideia de civilidade, isto é, quando pessoas

Ver ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

podem vir a se vangloriar pelo "status" de se autoidentificarem como moradores de um beco que "não tem munição".

Nesse sentido, o conceito de ambivalência amplia e complementa a dialética, quando passa a ler a realidade sob a lógica do contrassenso dos paradoxos, da dubiedade dos sentidos, palavras e atitudes humanas. O termo ambivalência foi cunhado no começo do século XX pelo psicanalista Eugen Bleuler como forma de dar conta de algumas atitudes e comportamentos humanos.

Bleuler identificou três tipos de ambivalência: o tipo emocional (ou afetivo), no qual o mesmo objeto provoca sentimentos tanto positivos como negativos, como nas relações entre pais e filhos; o tipo voluntário (ou conotativo), no qual desejos conflitivos tornam difícil ou impossível decidir como agir; e o tipo intelectual (ou cognitivo), no qual os homens defendem idéias contraditórias.¹²

O conceito de ambivalência aplicado à psicologia ajuda a compreender a manifestação nos indivíduos de sentimentos e atitudes opostas, mas simultâneas, a exemplo do que ocorre com os pares *amor* e *ódio*, *atração* e *repulsa*, *afirmação* e *negação*. Todavia, interessa a psicanálise estudar como este ou aquele indivíduo isolado desenvolve uma forma específica de ambivalência. Sua preocupação se fixa, sobretudo, nos mecanismos psíquicos geradores de tais comportamentos. Para Robert Merton:

A teoria sociológica da ambivalência visa outros problemas bem diferentes. Reporta-se à estrutura social, e não à personalidade. Num sentido mais amplo, a ambivalência sociológica reporta-se a expectativas de atitudes, crenças e comportamentos incompativelmente normativos, atribuídos a um status (isto é, a uma posição social) ou a um conjunto de status numa sociedade. Num sentido, mais restrito, a ambivalência sociológica reporta-se a expectativas normativas incorporadas num único papel de um único status social (por exemplo, o papel terapêutico do médico em distinção de outros papéis de seu status, como pesquisador, administrador, colega de profissão, ou membro da associação profissional, etc.) Tanto no sentido mais amplo como no mais restrito, a ambivalência localiza-se na definição de papéis e status, e não no estado sentimento de um ou outro tipo de personalidade.¹³

¹² MERTON, Robert K. **A Ambivalência Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 15.

¹³ IDEM, p. 19.

Robert Merton é um dos primeiros estudiosos a fazer uma sociologia da ambivalência, a estudar mais atentamente seu papel nas relações sociais. Diferentemente da perspectiva psicanalítica, a abordagem sociológica de Merton, observa que a fonte geradora da ambivalência encontra-se na estrutura social e não na personalidade do indivíduo. Sua perspectiva aponta que *"a teoria sociológica trata dos processos através dos quais as estruturas sociais geram as circunstâncias em que a ambivalência se incrusta em determinados status e conjuntos de status, juntamente com os papéis a eles associados"*.¹⁴ No entanto, vale ressaltar que Merton é um funcionalista e, portanto, tende a ler a sociedade como um corpo harmonioso e a ambivalência como algo disfuncional, negativo e que precisa ser superado.

Para os objetivos deste trabalho, interessa-nos refletir sobre alguns mecanismos que favorecem a ambivalência socioespacial e como esta se inscreve nas práticas sociais (atitudes, comportamentos, representações) de uma constelação de indivíduos rotulados socialmente como os "melhores" e os "piores" de uma determinada localidade urbana. O que leva alguns indivíduos a se achar "superiores" a outros que coabitam o mesmo espaço e possuem, na maioria das vezes, a mesma origem social, étnica e econômica? Como os moradores de um mesmo bairro convivem com a ambivalência espacial? São questões que trazem novos desafios a sociologia urbana.

E um desses desafios começa com a tentativa de superação de antinomias como sociedade/indivíduo, macro/micro, estrutura/agência, objetividade/subjetividade para buscar as interdependências, reciprocidades e misturas que se forjam nas relações entre as estruturas sociais e a personalidade dos agentes humanos.¹⁵

Olhar a trama socioespacial a partir de uma perspectiva dialética e ambivalente implica numa disposição maior para enxergar as contradições e simultaneidades existentes nos processos de classificação e significação elaborados pelos atores sociais. Somos instigados a dar uma maior audiência às relações que incluem ao mesmo tempo sentimentos e comportamentos antagônicos e mistos como os que pudemos observar a partir da figuração estabelecidos/*outsiders*.

Vimos que os indivíduos são guiados, simultaneamente, por múltiplas regras, filosofias e éticas, sendo que algumas delas são mais visíveis e convencionais (molares)

¹⁴ IDEM, p. 20.

¹⁵ Para uma crítica a antinomia sociedade/indivíduo e uma reflexão sobre processos de interdependência entre relações e funções, ver de ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994. Ver também. ADILSON FILHO, José. **Sociedade e indivíduo: antinomias do pensamento sociológico**. Campina Grande: UFCG, 2007, Mimeo.

enquanto outras têm pouca visibilidade, porém, são mais costumeiras e astuciosas (moleculares). Tais posturas ambivalentes são frequentes em certas práticas e discursos de alguns membros do grupo dos "estabelecidos" (padre, professor, operário, funcionário público, religioso, comerciante).

Homens e mulheres de status sociais diferentes diante de um insofismável contexto de pobreza, miséria e discriminação revelam suas ambiguidades, fazendo suas crenças e relações oscilarem entre o estigma e a compaixão, a proximidade e o distanciamento, a hostilidade e a civilidade, o reconhecimento e o estranhamento.

Tais atores assumem posturas ambíguas e às vezes destoantes das próprias funções e expectativas criadas pelo tipo de papel social exercido. Daí, vemos atores assumindo posturas preconceituosas e excludentes, quando se espera deles mais compreensão e respeito à alteridade.

É praticamente impossível não se molhar nas águas turvas da ambivalência, já que elas estão em toda parte. A própria luta que se trava para combatê-la é problemática, e no final, os fracassos são bem mais expressivos do que as conquistas. As tentativas desesperadas de solucionar os problemas produzem paradoxalmente mais problemas, isto é, as práticas da jardinagem multiplicam as ervas daninhas.

Para Bauman, a ambivalência é o resultado da própria dificuldade que tem a modernidade de fazer "pegar" suas definições.

A ambivalência é um subproduto do trabalho de classificação e convida a um maior esforço classificatório. Embora nascida do impulso de nomear/classificar, a ambivalência só pode ser combatida com uma nomeação ainda mais exata e classes definidas de modo mais preciso ainda: isto é, com operações tais que farão demandas ainda mais exigentes (contrafactuais) à descontinuidade e transparência do mundo e assim darão mais lugar a ambiguidade. A luta contra a ambivalência é, portanto, tanto autodestrutiva quanto autopropulsora.¹⁶

A complexidade da ambivalência reside no entendimento de que ela contém algo mais do que contradição e ambiguidade. É a própria condição humana no limite de suas escolhas e possibilidades. Se tais escolhas são marcadas pela tensão e ansiedade, jamais poderão ser tranquilas. Aliás, a ansiedade é um lado da ambivalência, o lado do

¹⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 11.

desconforto e da angústia de não ter que ficar *pari passu* com aquilo que escapa ao nosso domínio. O outro lado é a desordem, o caos provocado sobre um mundo obcecado por ordem e harmonia. A ambivalência desencaixa a engrenagem da vida moderna, de modo a fazer vazar suas maquinações, idiossincrasias e fragilidades.

Numa situação social ambivalente, aumenta ainda mais a necessidade de ordenar, classificar e separar as coisas em pólos opostos. Isto porque na prática moderna um corpo não pode ocupar dois espaços ao mesmo tempo. E a ambivalência por ser a possibilidade de "conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria, é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar. O principal sintoma de desordem é o agudo desconforto que sentimos quando somos incapazes de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas."¹⁷

E é essa busca incessante pela "função nomeadora/segregadora da linguagem" que leva alguns indivíduos e grupos sociais a um combate sem trégua contra todas as formas de expressão que apresentem alguma viscosidade, imprecisão conceitual ou ambiguidade social. Neste aspecto, o estigma é um dispositivo fundamental para criar e legitimar determinadas identidades sociais. Baseando-me em Goffman:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso¹⁸.

O estigma resulta da função classificadora/segregadora da linguagem e também de sua capacidade para marcar, rotular, carimbar ou caricaturar determinadas pessoas e espaços. A estigmatização cumpre, portanto, um papel fundamental nas práticas de jardinagem da sociedade moderna, pois através do estigma desenvolvem-se e justificam-se as mais explícitas e sutis formas de violência que se possa imaginar.

A maioria dos estabelecidos vive atormentada com a possibilidade de cair nas "armadilhas da ambivalência", ou seja, de ser taxada de desviante. Portanto, o estigma

¹⁷ BAUMAN, Zygmunt. Op. cit, p. 9.

¹⁸ GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1988. p. 13.

demarca territórios, fixa fronteiras e coloca placas luminosas com avisos e alertas para cada um dos lados: "Não ultrapasse", "Proibido entrada de estranhos". Conforme Bauman:

O estigma "afasta ou (pelo menos promete afastar) todos esses perigos. O estigma é um produto cultural que proclama um limite para força da cultura. Com o estigma a cultura traça uma fronteira para o território que considera sua tarefa cultivar e circunscreve uma área que deve ser deixada de lado.¹⁹

O estigma é o combustível que alimenta a força e o talento dos estabelecidos para o exercício de sua dominação. Tal estratégia se constrói mediante a tentativa de apagamento da diversidade, da complexidade existente no mundo social. Ou falando de outro jeito, o estigma serve para descolorir o arco-íris humano e simplificar sua complexa rede de relações e significações numa série de meras oposições.

Estereótipos e estigmas inventam a negatividade do Outro para afirmar a positividade do Mesmo. As identidades do Outro e do Mesmo tendem a ser naturalizadas, e depois cristalizadas em paisagens culturais imutáveis. Neste sentido, a negatividade é por excelência a *condição sine qua non* dos pobres, miseráveis e estranhos. Essa tal "negatividade" é justamente o que nos faz vê-los sociologicamente como anômicos, patológicos, feios, sujos e malvados. A cristalização do olhar não nos permite ver a poesia e a beleza que há em suas vidas extra-ordinárias. Neste trabalho, não somente nos fixamos na investigação dos aspectos considerados negativos como também buscamos valorizar os aspectos positivos presentes no seu cotidiano.

Entre os pobres, o amor e a solidariedade são testados diariamente - sem isso a vida se tornaria simplesmente insuportável. A despeito do que tanto se anuncia nas mídias, não são os "desclassificados" e "anômicos" que estão destruindo a sociedade, mas o individualismo e o processo de segregação comandado pelas elites. O temor da possibilidade de uma convivência com o Outro as tem tornado cada vez mais reacionárias e auto-isoladas. Mesmo assim, cinicamente tais elites proclamam seu modo de vida como ideal.

¹⁹ IDEM, p. 78.

A construção de uma estética da convivência que fraciona e privatiza os espaços obedece ao desejo de distinção das classes médias e burguesas. Tal vontade de diferenciação justifica a sua mixofobia das elites, mas também atinge segmentos das camadas populares. No entanto, estas práticas assumem, conforme o lugar social dos atores, formas variadas de expressão e legitimidade. O conceito de distinção aqui é pensado nos termos de Bourdieu, isto é, como uma luta desenvolvida entre grupos e classes sociais pela apropriação de determinados bens (simbólicos) e também não simbólicos como forma de construir hierarquias e dominações.²⁰ Vale frisar que o processo de distinção entre os grupos e classes sociais no Brasil não segue as mesmas hierarquizações da luta pela apropriação e legitimação de uma “di-visão” do social tão bem analisada por Pierre Bourdieu na França. Nas sociedades latino-americanas e, mais particularmente, entre as camadas médias e populares ocorrem misturas e hibridizações entre o tradicional e o moderno, entre o brega e o chique, entre a arte e o artesanato, entre a cultura erudita, a “popular” e a massiva²¹. Os processos de diferenciação por mim estudados, embora tenhamos visto a influência do consumo de certos bens simbólicos, tais como o investimento na educação formal e títulos, os fatores econômicos, espaciais, étnicos, etários, religiosos e de tradição familiar, são os que parecem exercer maior influência.

Nos bairros ditos nobres, habitados pelas classes média e burguesa a dimensão e estilo da casa pesam mais do que os sujeitos que estão dentro do seu interior. Já em outros espaços ocupados pela mesma classe, a fachada da casa perde valor para a tradição familiar, ou seja, para o prestígio de um sobrenome. Todavia, no âmago de um bairro popular, no qual a maioria dos moradores é composta por trabalhadores informais, as técnicas de diferenciação além de envolver a dimensão econômica como o trabalho, a profissão, o consumo, insere também aspectos como a representação física do lugar e a “qualidade” moral das pessoas. Num ambiente de quase iguais, o estigma é quem simbolicamente segrega e constrói as distinções e hierarquias.

Já falamos anteriormente que a ambivalência é uma realidade que atravessa todos os seres humanos independentemente de sua origem geográfica ou condição social, econômica e cultural. Ela se espalha por todos os espaços sociais, mas é na modernidade que atinge seu ápice. Na sociedade moderna e globalizada, a ambivalência se torna cada

²⁰ Ver de BOURDIEU, Pierre. **A Distinção. Crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, Porto Alegre. Zouk, 2007.

²¹ Ver de CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 2000.

vez mais fantasmagórica, pois articula numa só dinâmica espaciotemporal aspectos idiossincráticos do local e do global. Com o processo de globalização, os mecanismos de produção e reprodução da ambivalência se multidimensionam, adquirindo novas roupagens e linguagens. Velhas e novas formas de ambivalência se fundem para produzir mais ansiedade e desconforto, ao mesmo tempo em que se multiplicam as maneiras de combatê-la.

Anthony Giddens oferece uma imagem interessante da modernidade em sua fase globalizada. Ele afirma que ela

(...) Arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros 'ausentes', localmente distantes de qualquer situação ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico, isto é, são completamente penetrados e moldados em termos de influência bem distantes deles. O que estrutura o local é simplesmente o que está ausente da cena: a "forma visível" do local oculta as relações distanciadas que determinam a sua natureza.²²

O local, certamente, não será reduzido a uma expressão fantasmagórica produzida por relações distantes e endógenas. No entanto, vale destacar que o local, isto é, a região, a cidade, o bairro de fato tornam-se mais fluídos e flexíveis diante da força impactante das novas tecnologias e processos culturais surgidos nesta nova fase da modernidade capitalista.

De fato, a "forma visível do local" não pode mais ocultar, por exemplo, a presença exógena do tráfico e consumo de drogas entre os mais variados tipos de atores e localidades. Eis aí um dos temas mais dramáticos a mexer com o imaginário social. Há pouco menos de três décadas atrás, o consumo de drogas ilícitas resumia-se a alguns segmentos da classe média. Era sinônimo de rebeldia aos padrões da sociedade burguesa e da busca por estilos de vida alternativos. Atualmente o consumo das drogas se tornou rizomático, pois atinge diretamente todas as classes e grupos sociais. Mas o medo e a fúria derivados dele se voltam exclusivamente para os moradores dos espaços estigmatizados, como iremos observar na Lagoa, uma comunidade composta por negros e mestiços, localizada no bairro do Bom Conselho, em Belo Jardim, cidade do agreste pernambucano.

²² GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. p. 27.

O discurso de combate às drogas serve para produzir uma série de medidas de controle e repressão das elites sobre os pobres. Criminalizar o uso das drogas é também uma forma eficiente de marginalizar e demonizar os mais pobres e suas localidades. Uma forma de transferir a ambivalência gerada pelo consumo das drogas para os lugares e atores mais fragilizados socialmente. Assim, os estabelecidos aparecem como vítimas da maldade de traficantes e moradores de periferias, favelas, becos e travessas.²³

No entanto, ao constatar-se a ubiquidade da ambivalência não significa dizer que ela tem a mesma força e projeção em qualquer lugar ou entre quaisquer pessoas. Sua presença não afeta igualmente a todos, ao menos com a mesma intensidade. Há quem sofra mais e deseje a todo custo se livrar dela, demonstrando com isso indisfarçável e enorme intolerância. Há outros que a toleram e aceitam sua existência desde que se mantenha afastada e sob controle. E, por último, há aqueles que procuram capturá-la e domesticá-la até o desaparecimento de sua "natureza" estranha e fantasmagórica.

Os estabelecidos são os maiores adversários da ambivalência e são também aqueles que criam os dispositivos que a nomeiam e a legitimam como tal. Devido à proeminência de sua posição social, detêm também o poder da classificação e definição tanto dos seres vivos quanto dos seres inanimados. As várias coisas da vida social, principalmente, as mais cortejadas e respeitadas trazem a sua assinatura. São eles que definem o que é justo, civilizado, belo, sério, harmonioso, tranquilo. O que foge disso, obviamente, é colocado sob a rubrica do desvio ou da suspeição.

Os *outsiders*, compreendidos aqui como os seres inferiorizados, também produzem seus mecanismos de exclusão e desenvolvem atitudes ambivalentes, mas não são os seus principais criadores e difusores. Na maioria das vezes, eles resignificam ou repetem práticas e atitudes elaboradas pelos estabelecidos. A sua pobre vida material os impede de serem eficientes estrategistas com o uso das palavras e com as possibilidades políticas que se abrem a partir do seu efetivo domínio. No caso dos mais pobres a linguagem vira chiste ou ferramenta de trampolinagem²⁴, tática de resistência, mas que não se transforma em dominação.

²³ Os lugares considerados totalmente anômicos serão criminalizados ao mesmo tempo pelos estabelecidos e *outsiders*. Este é o caso dos becos e, particularmente, do Beco de Seu Eufrásio que conheceremos mais detalhadamente no quarto capítulo.

²⁴ Ver CERTEAU, **Michel de A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Vol.1. Rio de Janeiro: Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

A Sociologia e as metáforas do corpo social

O pesquisador das ciências sociais que se debruça a estudar a sociedade sob o viés da dialética e da ambivalência é levado a questionar num primeiro instante a própria legitimidade da sua ciência, a validade de suas ferramentas e possivelmente seus limites e falhas. A sociologia, certamente, foi a mais obediente e obstinada das ciências sociais na tarefa de seguir as regras e rituais da investigação científica. Não é á toa que se atribui a Comte, o pai do positivismo – o neologismo sociologia. Para fugir do uso do termo de Física social tão comum em sua época, August Comte cunhou o termo "sociologia" (do latim *sócius* que significa "sócio, associado" e do grego Logia, no sentido de "discurso científico").

Inspirado na biologia, ele compara o objeto da sociologia a um corpo "onde os esforços são coordenados a fim de se realizar um único objetivo".²⁵ Tal objetivo é o de aplicar o método científico na análise dos fenômenos sociais, mas com vistas a assegurar a primazia do todo sobre as partes, da sociedade sobre os indivíduos. Só que o pai do positivismo concebe o todo e as partes como algo que deve estar em harmonia. Como sabemos, trata-se de um pensador conservador que privilegia o ordenamento do social a partir de uma combinação forte entre ordem e progresso.

Preocupado com o futuro da ordem social burguesa, dados os perigos criados com a industrialização, a urbanização e, sobretudo, com o aparecimento do proletariado, August Comte vê somente nas elites os atores capazes de administrar e controlar com autoridade e competência a sociedade. Os positivistas transformaram o proletariado em "classe perigosa", ou seja, numa das partes que podia contaminar o corpo social²⁶. Decorre daí o papel primordial atribuído às classes dirigentes para livrar o corpo social do vírus corrosivo das "classes perigosas" e garantir a ordem, o progresso e o consenso.

No século 19, era difícil se pensar na razão e na ciência separadas da noção de progresso. O progresso, apesar de ser caracterizado por movimentos bruscos e revolucionários, era também interpretado como algo que podia acontecer sem implodir a estrutura de classes vigentes. Neste sentido, o positivismo sociológico fará muitos adeptos pelo mundo afora, uma vez que combina avanços científicos e tecnológicos

²⁵ LALLEMENT, Michel. **História das idéias sociológicas**: Das origens a Marx Weber. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 75.

²⁶ O positivismo perdeu espaço na academia, mas ainda continua muito forte nas instituições policiais, jurídicas, no jornalismo, no cinema, novelas e no chamado senso comum. Só que agora as classes perigosas são constituídas também por moradores de favela, subúrbios, travessas e becos, sem-terra, sem-teto, mulçumanos, entre outros.

com a preservação da ordem social. Ele ensejou um mundo que descartava o conflito, a rebeldia das camadas populares, em troca da busca das "leis invariáveis de sucessões e semelhanças". Os reacionários e conservadores amaram Comte, principalmente, o pensador da invariabilidade das leis naturais.

Comte consegue apropriar-se num só lance de duas problemáticas quando atribui à sociologia um duplo campo de estudo: a estática e a dinâmica sociais. Tomando emprestado dos biólogos a dicotomia anatomia/fisiologia, ele define a estática como o estudo dos determinantes da ordem e do consenso social. A religião, a propriedade e a atividade econômica, a família e a linguagem participam a este título de um equilíbrio muito apreciado pelos contrarrevolucionários e que, aos olhos de Comte, impõe-se como o momento prévio para o desenvolvimento gradual e progressivo da ordem social. O estudo do progresso do espírito humano e das sociedades é precisamente o objeto da dinâmica social.²⁷

A dicotomia comtiana da anatomia/fisiologia implicaria na percepção do corpo social depurado de contradições e ambivalências. A tese do "desenvolvimento gradual e progressivo" assemelha-se a tese da "modernização sem mudança" que fora praticada na América Latina e no Brasil, a partir da segunda metade do século passado por vários governos. O vértice da pirâmide social era o que ele mais desejava preservar, ou seja, subordinar o pleno funcionamento de todo o corpo social à hegemonia de uma das suas partes – "a parte superior".

Emile Durkheim, outro pai da sociologia, sofreu influências do positivismo, e igualmente a Comte se utilizará da biologia como modelo para pensar a sociedade. A sua produção sociológica buscou de certa forma contribuir para a recuperação social e moral de uma França desestruturada e humilhada pela derrota sofrida contra a Alemanha durante a guerra franco-prussiana (1870). Contra o despedaçamento do tecido social francês produzido tanto pela guerra franco-prussiana como pelo capitalismo industrial, Durkheim via na coesão social o remédio para uma vida societária melhor.

À semelhança de Comte, sua sociologia negava tanto a dialética como a ambivalência, já que o conflito, as lutas, as misturas tanto poderia contaminar como desintegrar o equilíbrio social. Ao contrário de Marx, ele avalia que a divisão social do

²⁷ LALLEMENT, Michel. Op. cit, p. 76.

trabalho gera efeitos mais positivos do que negativos. *"A divisão social do trabalho gera uma integração do corpo social, permite atender às necessidades de ordem e de harmonia. Ela é de fato um fator primário de coesão social."*²⁸

Para militar em nome da coesão social, Durkheim não apenas desenvolveu uma série de conceitos apropriados a este objetivo bem como participou ativamente como defensor de uma nova moral para a nação francesa, a qual seria concretizada com reformulação do ensino público. Para ele, a educação teria um papel fundamental no combate ao individualismo e na promoção do civismo e do nacionalismo. Os conceitos de coesão, integração social, divisão social do trabalho, consciência coletiva, solidariedade orgânica, fato social e anomia cumprem no final das contas a coerente missão de não apenas explicar, mas, também de defender e combater os fatores que podem desequilibrar a ordem social.

Numa abordagem sociológica que visa exageradamente à coesão social, um passo em falso poderá ser classificado como "desvio", "defeito", "patologia", "anormalidade". Isto porque a sociedade pensada na lógica da biologia conduz o pesquisador a dar valor demasiado às funções de cada parte do corpo. Sendo assim, não causará grande surpresa o resultado final do diagnóstico, uma vez que a estereotipia presente no olhar sociológico antecipa os caminhos a seguir, geralmente por rodovias largas, seguras, lineares, evitando com isso surpreender-se com as curvas do inusitado e do descontínuo. À maneira da biologia, ele distingue o "normal" do "patológico", as partes saudáveis das partes doentes.

Um fato social é normal para um tipo social determinado, considerado em uma fase determinada de seu desenvolvimento, quando se produz na média das sociedades desta espécie, consideradas na fase correspondente da sua evolução.²⁹

Obviamente, normal será aquilo que apresenta certa regularidade ou nenhum desvio brusco no curso ordenado do funcionamento do corpo social. Para este autor certa quantidade de violência, mortes, delinquência, desemprego seria necessária para o desenvolvimento da consciência coletiva e da produção dos mecanismos de coerção social. O problema é que o "normal" será sempre relacionado à parte superior, a elite (os

²⁸ LALLEMENT, Michel. Op. cit, p. 208.

²⁹ DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Claret. p. 24.

socius, os associados) enquanto o "patológico"³⁰, a sua parte inferior, (os *hostis*) estará vinculada diretamente aos pobres, miseráveis, negros, mestiços, indígenas, palestinos, ou aos lugares em que habitam. Para o historiador José D'Assunção Barros:

A metáfora da cidade como corpo presta-se, como se vê, a propósitos explicitamente funcionais. Não é a toa que, por ocasião da emergência do positivismo comtiano no século XIX, que buscava legitimar o papel da burguesia industrial como órgão diretivo da sociedade, ressurgam metáforas comparando as camadas vigentes ao cérebro e o operariado aos braços e pernas. Modificadas em diversos aspectos, algumas dessas idéias em torno das funções sociais seriam levadas para o século XX por Durkheim³¹.

É claro que o modelo biológico em Durkheim sofreu algumas alterações e, não obstante, foi menos conservador do aquele idealizado por Comte. Todavia, permanece explicitamente a preocupação com as funções do corpo social, as quais devem ser regidas por regras e hierarquias comandadas por alguns órgãos considerados vitais.

Há certamente circunstâncias nas quais muitas das funções econômicas entram em concorrência. No organismo individual, a seguir a um jejum prolongado, o sistema nervoso nutre-se com prejuízo dos outros órgãos, e o mesmo fenômeno produz-se se a atividade cerebral atinge um desenvolvimento demasiado considerável. O mesmo acontece na sociedade nas épocas de carestia ou de crise econômica. As funções vitais são obrigadas, para subsistir, a privar dos seus meios de sustento as funções menos essenciais.³²

A preocupação com o funcionamento equilibrado do corpo social estará presente numa grande parte das teorias influenciadas pelas teses positivistas, durkheimianas e parsonianas³³.

³⁰ Para uma leitura crítica do dualismo "normal versus patológico, ver o trabalho de CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

³¹ BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 31.

³² DURKHEIM, Emile. **A divisão social do trabalho**. São Paulo, Martins Fontes, 1999. pp. 20/271.

³³ Parsons foi muito criticado pelos adeptos da Nova Esquerda americana que o acusaram de "agradar a falsa consciência da burguesia, ignorando divergências e criando uma ilusão de consenso social, enfatizando o equilíbrio social e se recusando a reconhecer as forças que contribuíam para a mudança". In. KUPER, Adam. **Cultura. A visão dos antropólogos**. Bauru: Edusc, 2002. p. 112

Nas primeiras décadas do século XX, a Escola de Chicago se tornaria famosa pelos trabalhos voltados para a compreensão dos fenômenos urbanos, principalmente, na cidade de Chicago, nos E.U.A. Robert Park, Ernest Burgess, Markensie e Louis Wirth, seus principais representantes, foram bastante influenciados pelas teses da mobilidade social e da psicologia do homem urbano de Georg Simmel, e de Durkheim, retiveram a preocupação com as funções sociais da cidade. Nos seus estudos enfatizaram a indiferença, o anonimato e a superficialidades dos contatos urbanos, bem como a marginalização e a segregação espacial.

Entretanto, a cidade é pensada como "uma constelação de áreas naturais, cada uma delas com seu ambiente característico e a sua função específica no conjunto da economia urbana."³⁴ A idéia de áreas naturais remete à tese do "princípio de comunicação" e ao "princípio de competição", numa clara influência de uma certa concepção do darwinismo social. Ou seja, com base no princípio da competição "a distribuição da população tende a selecionar e agrupar conjuntamente os semelhantes."³⁵ A Escola de Chicago apoiou-se na ecologia como metáfora para compreender as relações, simbioses e adaptações dos homens ao seu ambiente físico.

O modelo ecológico funcionalista da primeira geração da Escola de Chicago de alguma maneira naturalizou as hierarquias e desigualdades produzidas pelo sistema capitalista no espaço urbano. As diferenças e desigualdades socioeconômicas e político-culturais dos grupos e classes sociais eram reduzidas e comparadas a uma divisão funcionalista dos órgãos vitais. Tais sociólogos, igualmente aos médicos, preocupavam-se em diagnosticar e ajustar algumas células ou partes menos competitivas (bairros, etnias, negros, pobres, operários) em cada uma de suas respectivas "áreas naturais" a um funcionamento mais equilibrado do ecossistema humano.

A sociologia praticada por Park, Burgess e Wirth buscava, na verdade, uma tentativa de medicalização do social, isto é, de apenas diagnosticar e combater alguns dos novos males sociais que atingiam a sociedade norte-americana. Suas análises não se voltaram para uma crítica mais direta às contradições de classe, aos conflitos econômicos e culturais, à valorização da mudança social, ao medo das elites norte-americanas quanto à presença da ambivalência trazida pelos imigrantes. Tampouco, mostraram o papel do Estado e das elites na organização e legitimação de formas de dominação, exclusão e penalização dos mais pobres. Faziam parte de um grupo de

³⁴ PARK, E. apud BARROS, José D'Assunção. Op. cit, p. 34.

³⁵ BARROS, José D'Assunção. Op. cit, p. 35.

pesquisadores animados simultaneamente por uma preocupação social e moral, cujas pesquisas serão estimuladas e patrocinadas por vários governantes preocupados com políticas de assimilação e integração de pobres, imigrantes e negros ao sistema liberal-capitalista. Os sociólogos de Chicago conceberam os dramas sociais vividos pela imensa maioria da população urbana à luz de uma perspectiva baseada em critérios de ajustamentos e adaptações dos indivíduos e grupos ao *establishment*, negando com isso variáveis como dominação de classe, conflitos, medo da ambivalência social. Havia também relativo temor de que estes "novos bárbaros" viessem um dia colocar em risco o futuro da tão proclamada *pax americana*.

Começamos essa discussão de maneira mais eufemística, apelando ao uso das metáforas e de alguns mitos consagrados pela tradição judaico-cristã, já que eles nos fornecem um turbilhão de imagens, ideias e possibilidades interpretativas. É claro que os conceitos são indispensáveis, visto que podem ser tomados como chaves que abrem portas ao pensamento. Embora, frisemos, eles não foram inventados para ser meramente repetidos, mas reinventados e ressignificados à luz dos nossos interesses. Refletir sobre a cidade a partir de uma perspectiva babélica significa valorizar principalmente os elementos geradores de desconforto e de mal-estar na vida urbana contemporânea, pois se Babel etimologicamente significa confusão, é porque ela surge como a negação daquilo que é considerado clarividente, formoso, nobre, retilíneo, harmonioso e quantificável. A ambivalência, como já enfatizamos, surge na vida social justamente quando as coisas não correspondem mais a uma única leitura ou sistema de classificação. E é contra os efeitos paralisantes produzidos pela sua estranheza no espaço urbano que são criados e manejados habilmente diversos instrumentos como forma de expurgá-la ou domesticá-la.

Modernidade, Diversidade e Invisibilidade Social

A partir da modernidade, as cidades tornam-se o epicentro da humanidade, isto é, o espaço de onde se irradia intensamente os sonhos, desejos, prazeres e sofrimentos humanos. Definitivamente a cidade assume a condição privilegiada de ser o ambiente físico e social, no qual o múltiplo e o singular, o polifônico e o policromático

convergem e se condensam mutuamente tornando, com efeito, a trama sócio-histórica mais problemática e desafiadora para seus atores e analistas.

Pensar nas cidades contemporâneas é, pois, o mesmo que pensar em rupturas, mudanças, contradições, hibridizações, sejam nas grandes metrópoles ou em pequenas *urbs* interioranas. A cidade é a verdadeira esfinge do nosso tempo – no sentido de ser o *locus* em que se escondem e se revelam as maiores surpresas e mistérios – mas também onde a imaginação e a criatividade humana adquirem dimensões incríveis. Nela o Verbo se transforma não apenas em carne, mas em ferro, aço, máquinas, automóveis, sondas magnéticas, naves espaciais, computadores, robôs, arranha-céus. Aliás, arranha-céu é uma palavra interessante para definir a ousadia humana, uma vez que pode ser vista como expressão e materialidade de um desejo antes considerado impossível pelos homens que viveram na antiguidade. O céu que antes se constituía como uma fronteira impenetrável há muito tempo deixou de sê-lo para os homens modernos.

Os homens modernos zombaram da vida tradicional e da sua vetusta moral, reduzindo-a ao sabor do dinheiro, do cálculo e do poder, num longo e ininterrupto processo de reificação e racionalização do mundo³⁶. E a radicalização deste processo seria visto por Nietzsche, um dos seus mais sagazes e impetuosos críticos, como uma epígrafe da morte de Deus³⁷. A morte de Deus, no entanto, metaforicamente significaria a morte do próprio homem como sujeito moral. O desejo do homem de um dia superar Deus falira em suas pretensões megalomânicas, entretanto, algumas das suas mais admiráveis e sinistras realizações são adoradas como se fossem coisas sagradas, verdadeiras divindades.

Nas cidades modernas as coisas conquistaram autonomia e depois passaram a sobrepujar os homens em valor e interesse social. Na dialética e ambivalência da aventura moderno-capitalista, o sujeito se coisifica no processo de produção e consumo das mercadorias, ou seja, o criador vira criatura e a criatura vira criador. Eis, portanto, a "vingança de Deus" sobre o homem que um dia desejou ser igual a ele. Mas que sob o ímpeto reificador da modernidade capitalista teria sua condição humana reduzida ao signo da contingência e do anonimato.

³⁶ Sobre o processo de fetichização da mercadoria, ver de MARX, Karl. **Marx**. Vol.1. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Sobre racionalização e desencantamento na modernidade, ver de WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Vol.1. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

³⁷ Sobre a racionalização do mundo e a queda da metafísica, ver de NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 1999.

Deus ao "sair" da cidade deixou o homem abandonado a sua própria sorte, e o que havia de permanente e seguro foi trocado por enigmas, instabilidades e possibilidades. Deixou-lhe também o "vazio e o informe" como condição existencial para que fosse constantemente preenchido, modificado e consertado com a sua imaginação e trabalho. A cidade se transformou no espaço mais dessacralizado da história, embora seja também o lugar onde acontecem as maiores manifestações e ritualizações do sagrado. A cidade é o ambiente dos paradoxos e das criações inusitadas, no qual se é possível ver a um só tempo, o cheio das multidões com o vazio da solidão humana.

A ambivalência do viver moderno torna os indivíduos mais invisíveis e solitários mesmo quando estão vivendo mais próximos uns dos outros. Esta invisibilidade e indiferença tão presente na socialidade das grandes cidades, mas não exclusivamente nelas, foi chamada de atitude *blasé* pelo sociólogo Georg Simmel³⁸.

Neste espaço criado pelo homem moderno, a poesia, o sublime, as virtudes, enfim, aquilo que um dia Max Weber chamou de *fleuma* pneumático, seria paulatinamente substituído por um processo de burocratização, mas também de competitividade e normatização da vida social. Não é à toa que a cidade é também comparada a uma selva de pedra, isto é, um espaço no qual "o homem se torna lobo do próprio homem" e em que se desenvolvem as mais diversas formas de tensões e conflitos em torno da apropriação, controle e dominação material e simbólica de territórios.

A Modernidade criaria um mundo menor do que a humanidade, como disse o sociólogo Herbert de Souza³⁹. A criatividade moderna para inventar coisas maravilhas e mirabolantes, não fora capaz de fazer a multiplicação dos pães da justiça social e econômica. A maioria das pessoas no mundo ainda está à deriva, lutando pela sobrevivência e sonhando com dias melhores.

Sem a proteção de um Pai Todo Poderoso – o corpo e a mente do homem moderno constituem seu próprio avatar –, provavelmente sua fé numa existência sem sobressaltos tende a se complicar mais. O chão que sustenta a existência do viver urbano mais do que nunca é feito de riscos e imprevistos. E esses se multiplicam na

³⁸ SIMMEL, Georg. **A metrópole a vida mental**. In: VELHO, Otávio. (Org.) O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

³⁹ SOUZA, Herbert de. **O pão nosso**. In: Veja 25 anos. Retrospectiva de um quarto de século. São Paulo: Ed. Abril, 1993.

medida em que esse chão vai se tornando instável como areia movediça. É o momento no qual Narciso começa a achar “feio o que não é espelho”.

O estranho e o mal-estar da ambivalência.

Os mal-estares da modernidade tão bem analisados por Freud ampliaram-se e adquiriram novos formatos nos dias atuais. A vida social tornou-se mais precária, na medida em que foi corroída pela constante sensação de incerteza e insegurança que passou a invadir o cotidiano dos indivíduos. Incerteza e insegurança não apenas criam medos, mas ampliam incessantemente a capacidade humana para suspeitar e deflagrar conspirações contra possíveis inimigos reais e imaginários. Aliás, em nenhum outro tempo à imaginação foi tão prodigiosa para inventar medos e inimigos como este no qual vivemos. Os inimigos são mais fáceis de serem detectados, classificados e controlados, pois são duplamente colocados como seres negativos e radicalmente opostos aos amigos. Os amigos se projetam como sendo iguais e superiores em valores e virtudes aos seus inimigos. Os inimigos são simplificados e carimbados com a letra visível da negatividade. Nas palavras de Bauman;

O racha entre amigos e inimigos torna a *vita contemplativa* e a *vita activa* reflexos no espelho uma da outra. Mais importante, garante sua coordenação. Submetidos ao mesmo princípio de estruturação, o conhecimento e a ação combinam, de modo que o conhecimento pode informar a ação e ação pode confirmar a verdade do conhecimento. A oposição entre amigos e inimigos separa a verdade da falsidade, o bem do mal, a beleza da feiúra. Também diferencia entre o próprio e o impróprio, o certo e o errado, aquilo que é bom gosto e o que não fica bem. Ela torna o mundo legível e, com isso, instrutivo.⁴⁰

Embora possa existir simetria entre amigos e inimigos, na verdade, são os amigos que jogam com a polarização e que usam o poder da narrativa (discurso) como forma de legitimação do seu *status quo* e da sua condição de estabelecidos. Os amigos ou estabelecidos são aqueles que detêm os mecanismos de constituição da verdade e de

⁴⁰ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Op. cit, p. 63.

sua visibilidade e dizibilidade perante os olhos da maioria da sociedade. São eles ainda que criam os imaginários e suas formas arquetípicas de leitura do mundo. A oposição amigos versus inimigos parece tornar a trama da vida mais "inteligível" e mais "instrutiva", já que a organiza em polaridades previamente definidas. Os amigos são os sujeitos da ação, os "heróis" que conseguem imputar valor e fama as suas práticas e representações. Os inimigos também conquistam fama no que fazem, só que através da imagem de anti-heróis, como seres de vidas errantes, infames ou ordinárias. Sua fama surge sempre com o sinal da virtude trocado, ou seja, tornam-se visíveis apenas quando são estigmatizados pelo poder dos amigos (estabelecidos)⁴¹.

Enquanto a expectativa de amizade não é necessária para fazer amigos, a expectativa da inimizade é indispensável para fazer inimigos. Assim a oposição entre amigos e inimigos é *entre fazer e sofrer, entre ser sujeito ou objeto da ação*. É uma oposição entre avançar e recuar, entre iniciativa e vigilância, entre dominar e ser dominado, entre agir e reagir.⁴²

Difícil será se defender dos considerados diferentes ou estranhos, pois eles ainda não foram classificados como amigos nem inimigos. E podem oscilar entre uma coisa ou outra ao mesmo tempo. São a sua diferença e estranheza que solapam a tranquilidade e a paz de um mundo outrora dominado pela díade da amizade e da inimizade.

Este novo ser que habita a cidade moderna traz consigo as marcas da estranheza, mas também da indefinição. E é como resposta a essa situação de desconforto causada pela sua imprecisão que, então, se criam os diversos mecanismos para torná-lo um ser classificável ou para aprisioná-lo a um nome, a uma identidade. Nesse sentido, a prática taxonômica se esforçará ao máximo para adequar o nome à coisa, uma vez que seres e objetos só se tornam legíveis/visíveis quando são nomeados. Tarefa árdua, mais necessária para as elites manterem sua dominação. Combater toda forma de indefinição, acaso ou incongruência que venha aparecer na cidade é uma tarefa sem fim, na medida em que não cessará de aparecer estranhos na cena urbana. O espectro que ronda a modernidade é o espectro da ambivalência. E é contra a sua presença indesejável que os

⁴¹ Nesta pesquisa, a díade amizade versus inimizade aparecerá entre os estabelecidos e aqueles que são projetados como o extremo oposto do "belo jardim". Já alguns grupos de *outsiders que tendem a* apresentar-se mais palatáveis ou são assimilados ou tratados como se fossem estranhos.

⁴² Idem ibid.

estabelecidos se defendem e conspiram utilizando-se de múltiplos dispositivos como forma de expurgá-la de suas vidas.

O estranho ameaça a própria sociação, a própria possibilidade de sociação. Ele desmascara a oposição entre amigos e inimigos como *compleat mappa mundi*, como diferença que consome todas as diferenças e, portanto, não deixa nada fora dela. Como essa oposição é o fundamento no qual se assenta toda a vida social. E tudo isso porque o estranho não é nem amigo nem inimigo – e porque pode ser ambos.⁴³

É a ubiquidade do estranho que solapa a sociação arquetípica da amizade/inimizade. Ela produz uma dobra⁴⁴, isto é, coloca o interior dentro do exterior e vice-versa. Mas o estranho, pelo fato de ser ubíquo, não ficará imune às variadas formas de violência e, na medida do possível, as sofrerá tanto ou mais do que aqueles projetados como inimigos. O estranho não poderá gozar o tempo todo da sua natureza indefinida, da vantagem de ser ambivalente. Deverá sacrificá-la em nome de um dos pólos, seja como amigo ou inimigo. Uma estratégia, portanto, de se romper a indefinição e instituir novamente a dialética binária.

Em diversas sociedades os estranhos foram jogados para o lado mais frágil da polarização, isto é, transformados em inimigos ou outsiders dos lugares em que habitavam, fossem esses o Estado-nação, uma metrópole ou um simples bairro operário. Tal condição lhes trouxera os piores sofrimentos que suas vidas errantes um dia pudessem vir a experimentar.

Na História Contemporânea, não faltam exemplos radicais para comprovar a violência com a qual foram tratados seres humanos e objetos tidos como incompatíveis a determinados grupos ou classes sociais. A construção das nacionalidades sempre trouxe embutido um projeto totalitário, fixado na idéia de uma cultura padronizada, com idioma, educação, valores, signos e emblemas a serem compartilhados por todos os indivíduos indistintamente. A tão almejada "comunidade imaginada" foi feita ao custo da exclusão, marginalização e extermínio de milhões de pessoas que destoavam ou que manchavam o belo ideal de nação e nacionalismo. E quando não abusou da violência

⁴³ Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**, op. cit, p. 64.

⁴⁴ Sobre o conceito de dobra, ver DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

física, usou da ideologia e do terror psicológico para forçar grupos hostis a se integrarem ao corpus da nação⁴⁵.

De todos os povos marcados pelo sinal do estranhamento, os judeus talvez sejam o exemplo mais conhecido, estudado e debatido de que se tem notícia na história. Os judeus, devido a sua singularidade histórica, seus hábitos, suas crenças, eram odiados e desprezados ou quando menos eram vistos com desconfiança e desconforto tanto pelas elites quanto pela maioria do povo. E até mesmo aqueles cuja filosofia de vida se contrapunha ao judaísmo ou ainda os que se esforçavam em negar sua identificação com a religião, a língua – caso de alguns intelectuais, artistas, empresários –, foram tratados como uma presença que causava mal-estar e que por essa razão deveriam estar sempre predispostos a sofrer surpreendentes intervenções.

O Holocausto praticado contra os seis milhões de judeus nos campos de concentração durante o Nazismo é o resultado dentre outras coisas do temor da sociedade alemã em conviver com a existência da ambivalência. É claro que, para os nazistas, ambivalentes não eram apenas os judeus, mas os ciganos, os comunistas, os negros, os homossexuais, os deficientes físicos e mentais. Enfim, todos aqueles que não fossem compatíveis com seu mapa estético, político e social. Lembrando sempre que todo mapa já é uma forma de simplificação e distorção da realidade.

Muito antes da experiência alemã, vimos a Rússia, nos anos de 1881/1882, praticando uma enorme e intensa perseguição a judeus através dos chamados Pogrons – palavra que em russo significa "tempestade" ou "destruição": atos de violência coletiva contra os judeus, com a destruição simultânea de suas casas, negócios e sinagogas. Tais atos de violência eram desenvolvidos sob o beneplácito do Estado russo e, às vezes, patrocinado diretamente pela Okharana (a polícia secreta czarista). Enredados numa trama de terror, milhares de judeus foram obrigados a imigrar para várias partes do mundo. Os Pogrons foram à maneira menos "sofisticada" desenvolvida na modernidade para se evitar a presença "daninha" da ambivalência judaica.

Tanto os czaristas como os nazistas souberam incorporar e reinventar os estigmas históricos que pesavam sobre os judeus. E além do mais souberam integrar o latente anti-semitismo de grande parte das massas e das elites à concepção e prática

⁴⁵ No alvorecer da República brasileira, a destruição de Canudos na Bahia e do Contestado, no Ceará pelas forças militares sob o beneplácito do Estado e das elites constituiu-se num exemplo do combate ao que o sistema considerava como uma anomalia. Atualmente, parte das elites brasileiras vê os nordestinos como um mal-estar que precisa ser suportado. Este sentimento foi recrudescido pela elite das regiões mais ricas do país após o Nordeste ter garantido a vitória de Lula e Dilma nas duas últimas eleições presidenciais.

"jardineiras" do moderno Estado nacional e ao uso legítimo da violência para eliminar problemas. Os nazistas ao contrário dos russos czaristas, não se contentaram apenas com a violência a milhares de pessoas ou a destruição de suas propriedades, pois planejaram sistematicamente o extermínio físico dos judeus e sua varredura do território europeu e do mundo. A chamada Solução Final seria a remoção completa daquilo que foi considerado a erva daninha da nação alemã. Assim, uma das virtudes atribuídas ao Estado moderno seria sua imensa capacidade para diagnosticar, excluir e eliminar quando necessário às partes "incoerentes" do corpo social.

O Holocausto deve ser inserido num contexto de maior complexidade do que aquele inscrito na conhecida história do anti-semitismo. A matança em larga escala e serializada de judeus em campos de concentração somente seria possível mediante as condições técnico-científicas e organizacionais geradas pela racionalidade moderna.

Com a modernidade, toda forma de terror contra a ambivalência sempre necessitou de um discurso que gozasse de certa legitimidade social. Coube ao especialista, através do seu conhecimento técnico-científico, a tarefa de legitimar moralmente a barbárie, mediante a qual a ambivalência seria extirpada do corpo da nação.

Os sonhos da ciência produzem monstros, disse uma vez o pintor espanhol Francisco Goya. No final do século XIX surgiram na Europa e nos EUA uma série de teorias de cunho racistas que serviriam para justificar a dominação das elites aristocráticas e burguesas sobre negros, pobres, índios, mulheres, mestiços, asiáticos, africanos. As elites de um modo geral encontraram nestas teorias racistas importantes suporte ideológico e psicológico para evitarem os dramas de consciência na hora de praticar as pilhagens, escravizações e segregações sobre os indivíduos e povos conquistados e dominados.

Um espectro de saberes no decorrer dos séculos XIX e XX - a exemplo da frenologia, do positivismo, do direito, da antropologia, da sociologia, da medicina, da história, da geografia, da biologia – foram direta ou indiretamente fundamental para produzir imagens/práticas hierarquizantes, segregacionistas e criminalizadoras contra povos colonizados e grupos sociais malvistas no interior das próprias nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Apoiadas numa metodologia feita a partir de contrates e oposições binárias, tais saberes construíram uma representação da modernidade embasada em hierarquizações

distintas e desiguais. Assim, idéias como civilização, progresso, evolução e razão seriam contrapostas a barbárie, tradição e desrazão.

A ciência e a tecnologia exerceram funções especiais no processo de diferenciação, classificação e identificação de tipos sociais concebidos como degenerados, incivilizados ou impuros. Tanto a Alemanha nazista como os EUA souberam aproveitar as benesses da contabilidade e informática (caso da Alemanha com a IBM) para produzir listas exatas com nomes de judeus, negros, deficientes físico-mentais que depois seriam esterilizados em massa em hospitais e clínicas ou mortos em campos de concentração. Todo esse aparato científico e tecnológico foi usado sistematicamente para dispersar, controlar ou exterminar a ambivalência, o mal-estar da civilização moderna.

Os EUA, durante as três primeiras décadas do século XX, viveram a "loucura" da eugenia. Lá, nesta época, a ambivalência fora sacrificada antes mesmo que viesse a nascer. Milhões de mulheres negras, brancas pobres e imigrantes seriam forçosamente esterilizadas como forma de evitar o nascimento de bebês portadores de doenças congênitas ou deficiências físico-mentais.

O objetivo era esterilizar o mais rápido possível quatorze milhões de pessoas nos Estados Unidos e milhões a mais no mundo inteiro – o "décimo inferior" – e depois erradicar continuamente os inferiores remanescentes, até que somente uma super-raça nórdica e pura permanecesse. Em última análise, cerca de sessenta mil americanos foram esterilizados coercitivamente, e provavelmente o total é muito maior. Ninguém sabe quantos casamentos foram impedidos de se realizar em razão de criminosos de estatutos estaduais. Embora a perseguição tivesse origem no mais puro racismo, no ódio étnico e no elitismo acadêmico, a eugenia usou um manto de respeitabilidade científica para ocultar sua verdadeira natureza. As vítimas eram habitantes urbanos e pobres. O "lixo branco" rural da Nova Inglaterra à Califórnia, imigrantes de toda a Europa, negros, judeus, mexicanos, nativos americanos, epiléticos, alcoólatras, criminosos banais, doentes mentais, quaisquer outros que não tivessem os cabelos loiros e os olhos azuis do ideal nórdico que o movimento eugenista glorificava. A eugenia contaminou causas sociais, médicas e educativas importantes, do controle da natalidade ao desenvolvimento da ciência psicológica, e até o saneamento urbano.⁴⁶

⁴⁶ BLACK, Edwin. **A Guerra contra os fracos: a Eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior**. São Paulo: Girafa. p. 1/ 2.

Sob o efeito obsessivo da ideia de pureza e perfeição humana, homens e mulheres que apresentavam algum defeito físico-mental foram simplesmente proibidos de se casar ou tiveram seus casamentos legalmente desfeitos pela justiça de vários estados norte-americanos. Vê-se que a preocupação com a eugenia levava também a higienização do espaço urbano. Nesta época, saneamento urbano significava muito mais coisa do que água potável, esgotos e calçamentos. Significa destruir moradias e depois varrer "o lixo humano" de algumas áreas da cidade para o usufruto exclusivo das elites.

Sob os auspícios da eugenia, vários saberes se uniram numa cruzada contra os estranhos em quase todos os continentes. Médicos, urbanistas, arquitetos, engenheiros, artistas, religiosos e políticos através da eugenia e da higienização social esquadriharam e disciplinaram espaços e homens, valorizando demasiadamente algumas pessoas e condenando excessivamente outras à infeliz cidade.

Resistir à convivência com seres humanos condenados pelo modelo societal eugenista das elites brancas justificava toda forma de violência. Sendo assim, a eugenia não poderia ter sido chamada de uma insanidade? Poderia sim, se invertêssemos os dados. Entretanto, vale reforçar que ela foi obra do pensamento científico, isto é, patrocinada por sociedades de medicina, direito e antropologia sob a chancela dos governos locais. Fora a racionalidade desses saberes quem diagnosticara e denominara como defeituosos, incongruentes ou impuros determinados seres humanos em relação ao "sagrado" corpo da nação. A ciência, principalmente a biologia de Galton, tornava a ambivalência social uma espécie de quisto da nação, ou seja, um "mal" que deveria ser erradicado para que o corpo social funcionasse harmoniosamente.

A eugenia tinha como objetivo a espécie humana, de modo que seu espectro era naturalmente global. Evangelistas americanos partidários da eugenia replicaram movimentos e práticas similares em toda a Europa, na América Latina e na Ásia. Leis e normas compulsórias de esterilização se enraizaram em todos os continentes. Cada estatuto ou regulamento eugenista americano – da Virgínia ao Oregon – foi promovido internacionalmente, como mais outro precedente para ser emulado pelo movimento mundial. Uma rede firmemente tecida de importantes publicações médicas e eugenistas, de encontros e conferências internacionais mantinha os generais e os soldados da eugenia informados, atualizados e armados para cada oportunidade, na legislação de seus países, que pudesse servir á sua causa. O movimento americano se espalhou pela Alemanha, onde chamou a atenção de um fascinado Adolph Hitler e do movimento nazista.

A eugenia no Brasil: escravidão, racismo e higienismo.

O movimento de internacionalização da eugenia teve vários adeptos no Brasil, embora fôssemos uma nação profundamente miscigenada. As práticas eugenistas e higienistas se desenvolveram no final do século XIX e ganharam força e densidade durante as primeiras décadas do século XX, principalmente entre intelectuais, médicos, engenheiros e políticos. Apareceram num momento histórico marcado pela transição de uma sociedade escravista e monarquista para uma sociedade capitalista e republicana. É neste contexto de permanências, transições e transações que uma parte da elite brasileira influenciada por uma série de eventos econômicos, políticos e culturais ocorridos na Europa Ocidental e nos Estados Unidos começa a discutir o papel do Brasil no concerto das nações desenvolvidas.

Qual o projeto de país e de nação animava e agitava o debate? Pensar sobre como deveríamos ser, implicaria radicalmente numa volta ao passado para ver o que historicamente havíamos sido e o que estávamos sendo sociologicamente naquele momento como povo. Refletir sobre tais questões passava, obrigatoriamente, pelo debate sobre o trabalho assalariado, a democracia e a cidadania estendida a negros (ex-escravos), mestiços e índios. Mas tais questões passaram ao largo das preocupações da elite dominante, isto é, dos fazendeiros, empresários, intelectuais, políticos, médicos, bacharéis, etc. A conquista da cidadania pelos afrodescendentes (negros, ex-escravos, mestiços) e indígenas fora prejudicada desde os primeiros anos da república brasileira pela forte resistência das elites – que embora também mestiça e agora pretensamente moderna – mantinham a mentalidade senhorial e racista.

Que lugar atribuir ao africano e a seus descendentes, ex-escravos recém-libertos? Como garantir a vitória da civilização sobre a barbárie em uma terra povoada por uma maioria de negros, índios e mestiços? De que forma manter a unidade de uma nação marcada por diferenças raciais, culturais e regionais de toda espécie? Como escolher os governantes pelo voto, se grande parte da população era analfabeta e inculta? Estas foram algumas das questões debatidas por intelectuais, vindos de família da elite rural e política ou das camadas médias urbanas, e formados pelas faculdades de Direito e de Medicina ou pelas escolas de engenharia.⁴⁷

⁴⁷ VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço; raça e cultura na passagem da monarquia à cultura. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.) **Viagem Incompleta**: Formação e histórias. São Paulo: SENAC. vol.1

O debate sobre o destino da nação brasileira passava pela dicotomia civilização/barbárie e parava inevitavelmente no racismo e nas teorias pseudo-científicas que inferiorizavam todas as etnias que não fossem brancas e de origem européia. Nesta época, o conceito de raça gozava de prestígio e era usado como régua para medir o talento e a capacidade técnico-científica de determinados povos ou grupos sociais, tal conceito previamente classificava e separava os grupos étnicos em raças superiores e inferiores. Neste sentido, a miscigenação representava uma enorme desvantagem por misturar raças ditas "superiores" com raças que estavam vivendo nos "primórdios da evolução humana". A degeneração, a imbecilidade e a esterilidade seriam os efeitos mais visíveis e dramáticos do cruzamento de raças, segundo seus críticos.

Intelectuais como Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Silvio Romero oscilaram entre o desprezo à miscigenação e a valorização da diversidade cultural na formação de uma identidade nacional. Negros, mestiços e indígenas foram estudados e analisados pelos três, porém, sob a perspectiva do darwinismo social. O mulato Euclides da Cunha relatou no célebre livro "Os sertões", os últimos momentos do conflito em Canudos entre os conselheiristas e as forças republicanas, a partir do qual denunciou a omissão dos governantes da época com relação às mazelas sociais vividas pelas populações sertanejas. Mas sem deixar de aqui e ali expressar uma visão racista e evolucionista das causas do conflito. Silvio Romero, o menos racista dos três, conheceu Antonio Conselheiro, no interior de Sergipe em 1870, e sobre ele coletou alguns poemas para sua história do folclore e da literatura brasileira. Enquanto o médico Nina Rodrigues, talvez o mais racista, "através de jornais e relatórios do governo e da Igreja produziu um diagnóstico psiquiátrico do Conselheiro, tendo recebido, com o fim da guerra, o seu crânio que submeteu a exame científico".⁴⁸

Nina Rodrigues é um exemplo do pensamento reacionário que dominou o Brasil nas primeiras décadas do período republicano. E de como tal pensamento era submisso, colonizado em relação aos europeus e norte-americanos, na sua tenaz e obcecada tentativa de atualização científica e cultural da nação brasileira diante dos países

11999, p. 321. Ver também de VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

⁴⁸ VENTURA, Roberto. Op. cit, p. 333.

centrais. Com efeito, a etnologia, o direito e a medicina praticados no Brasil absorveram entusiasticamente as teses racistas de André Retzius, Cesare Lombroso, Paul Broca, Gobineau, Spencer e Galton.

Para Rodrigues, os não-brancos ameaçariam a civilização por serem incapazes de ingressar, como sujeitos, na ordem liberal-republicana. O atraso evolutivo dos negros e a degeneração psíquica dos mestiços colocavam em perigo as classes superiores, ameaçadas pela maré crescente da 'negritude', por adotarem os costumes, as superstições e os cultos de origem africana.⁴⁹

Como podemos observar, o medo que pairava sobre as "classes superiores" logo após a abolição da escravidão, era o de, ao mesmo tempo, ter que dividir e coabitar o mesmo espaço, os mesmos valores e direitos civis e sociais com as "classes inferiores".

Conforme Nina Rodrigues "a civilização ariana estava representada por uma fraca minoria da raça branca a quem ficou o encargo de defendê-la".⁵⁰ As elites brasileiras sempre se mantiveram alertas para a possibilidade de insurreições populares e, principalmente, das revoltas lideradas pelos escravos. Depois da revolução dos escravos no Haiti e da revolta dos malês na cidade de Salvador, o fantasma da revolução negra nunca mais parou de atormentar o cérebro das nossas elites⁵¹.

No período em que a escravidão vigorou no Brasil, o escravo ainda não era o estranho, o ser ambivalente, já que havia sido secularmente classificado, identificado e reduzido moral e fisicamente a condição de objeto. De acordo com as disposições binárias da organização da sociedade brasileira o escravo ocupava o outro extremo da polaridade. A díade da amizade *versus* inimizade era configurada pela oposição binária entre senhor e escravo. Portanto, o escravo cumpria o papel de ser a antítese do senhor, o seu lado vil, precário, incivilizado.

Com a abolição em 1888, produz-se uma descontinuidade e uma ruptura na velha díade senhor/escravo, na medida em que não mais se justifica a liberdade de alguns indivíduos como prerrogativa para o fechamento da vida de muitos outros

⁴⁹ IDEM, p. 337.

⁵⁰ RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1938, p. 219.

⁵¹ Sobre revoltas de escravos no Brasil Império, ver: REIS, João José. **Rebelião escrava**. São Paulo, Brasiliense, 1986. Ver também. CARVALHO, Marcus. **Liberdade: rotinas e rupturas da escravidão**. Recife: Ed. Universitária: 1998.

homens. Ser formalmente livre significa um salto qualitativo sobre a condição de escravo – mesmo que essa liberdade seja exercida em condições extremamente precárias – o homem livre tem diante de si a possibilidade de fazer escolhas e, percorrer um horizonte mais vasto do que aquele permitido pelas correntes que aprisionavam os escravos.

A liberdade conquistada pelos negros, mestiços, e mais tarde, ampliada com aquisição de alguns direitos civis e sociais, modificaria sua condição de inimigos para a de estranhos no novo sistema econômico e político do país. Negros e mestiços foram tratados com mais desconfiança e preconceito do que os próprios imigrantes europeus e asiáticos que vieram, no final do século XIX e começo do século XX, substituí-los na grande lavoura. Os afrodescendentes foram desterrados em sua própria pátria, tratados como seus verdadeiros estrangeiros.

À sua revelia, os negros e mestiços se transformaram no mal da sociedade, isto é, na sua principal ambivalência. Ainda hoje eles continuam gerando mal-estares, medos, ódios e temores. Como as elites não poderiam mais reduzir-lhes à escravidão, era preciso de alguma maneira embrutecer sua vida, através da exclusão e da marginalização, dos estigmas e difamações. O medo da ambivalência representada pela situação de liberdade dos negros e mestiços levou as elites a manipular estrategicamente diversos instrumentos com a finalidade última de transformá-los duplamente em seres inferiores e perigosos. Ideólogos da pureza racial como o respeitado Dr. Renato Kehl, médico e fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira do gênero na América do Sul, temia o perigo do mal da raça contra um escasso número de "pessoas superiores".

O nosso estoque de homens física e mentalmente superiores é diminuto, tão diminuto que aos olhos de muitos cépticos, do seio de 40 milhões de indivíduos não se encontra, atualmente meia dúzia de verdadeiros estadistas, que tomem as rédeas do carro do Estado e o levem brilhantemente pelo caminho da ordem e do progresso.⁵²

Nas primeiras décadas do regime republicano brasileiro deflagrou-se o combate de múltiplas forças contra a ambivalência representada pelos negros e mestiços. Contra

⁵² KEHL, Renato apud ROMERO, Mariza. In. **Medicalização da saúde e exclusão social**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002. p. 121.

ela, ergueram-se simultaneamente a repressão policial mediante a perseguição e criminalização aos praticantes de umbanda, candomblé e capoeira; a destruição de mocambos e cortiços que culminaram na expulsão dos seus moradores para os morros e periferias; a medicalização social desenvolvida por médicos e sanitaristas através da vacinação forçada e do combate às epidemias. Se esta história for vista em dois tempos, podemos dizer que as mudanças não foram mais expressivas do que as permanências. A miséria, a pobreza, a discriminação, a suspeição e a violência ainda são as marcas mais presentes na vida cotidiana dos afrodescendentes brasileiros.

Ordem, beleza e pureza no Corpo da Cidade.

Encontramos desde os tempos mais remotos indícios de associação do funcionamento da cidade ao corpo humano. Na antiguidade clássica, os gregos e os romanos tomavam o corpo humano como modelo para se imaginar a vida urbana.

A ascese dos filósofos gregos e romanos partia do pressuposto de que o cuidado de si estava intrinsecamente relacionados aos cuidados dos outros. A liberdade, o autocontrole, a auto-reflexão, além da beleza e saúde do corpo individual, deveriam servir como base para a constituição de uma vida ordenada e harmoniosa na *pólis*. Para corpos belos e saudáveis, uma cidade perfeita e harmoniosa⁵³. As mulheres, os estrangeiros e os escravos eram excluídos das fontes principais de poder, mas tal condição era justificada como necessária ao funcionamento da dietética dos helenos e latinos.

Na dietética clássica, os corpos das mulheres, dos escravos e estrangeiros eram naturalizados e obedeciam a um princípio de "hierarquia justa da alma". É daí que advém a tese de Aristóteles da função natural da escravidão no desenvolvimento da ascese do filósofo na sua tarefa contemplativa e espiritual. Como seria feito tal exercício sem o braço do escravo? Como funcionaria a estética da existência dos patrícios e eupátridas sem o auxílio da escravidão?

Mesmo que aos olhos de hoje tal modelo nos pareça absurdo, havia alguns aspectos interessantes e significativos, inclusive, para repensarmos algumas práticas da

⁵³ Para uma compreensão sobre o significado da estética para os gregos, Ver: SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à Estética**. 4. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

nossa existência moderna. "A dietética como arte da existência se contrapõe ao culto excessivo e como um fim em si mesmo do regime corporal"⁵⁴. Era num primeiro momento um mergulho em si, uma viagem pelos meandros do eu para se chegar a uma compreensão não apenas estética, mas também ética de si mesmo e do outro.

A dietética, parte fundamental da ascese greco-latina, está subordinada ao princípio geral da estética da existência, do cuidado de si, no qual o equilíbrio corporal é uma das condições principais da justa hierarquia da alma, um equilíbrio que se reflete no equilíbrio da pólis. A dietética é um capítulo da vida política. Ela implica no retorno à ordem natural de modo reflexivo, incorporando o objetivo político à natureza, o que fornece à dietética a sua dimensão moral. A volta à ordem natural se traduz num estado de sintonia com os valores e necessidades da polis. A dietética, prática refletida de si e de seu corpo, é componente fundamental da vida política, de uma política que não é biopolítica, e sim, liberdade de ação.⁵⁵

A ascese greco-latina, embora estivesse voltada filosoficamente à liberdade e não à biopolítica, reforçava e se nutria do paradigma societal das elites. Sua estética e ética eram pensadas a partir da dicotomia grego *versus* bárbaro. A beleza, a harmonia, a perfeição, a liberdade, o nobre, o justo, o saudável, o centro, a proximidade, mas também, o feio, o abjeto, o desarmonioso, o patológico, o excessivo e o periférico correspondiam às categorias mentais elaboradas por todos aqueles que bebiam nas fontes do helenismo ou latinidade. O mundo de então era visto e apreendido a partir das janelas de Atenas ou de Roma, e certamente sua estética da existência servira para definir e estabelecer fronteiras entre aqueles que estariam no centro e nos confins do mundo.⁵⁶

Nessas cidades, durante algum tempo, predominou uma clara e sólida distinção entre o que seriam patrícios, plebeus, clientes e mais tarde, escravos. Tal distinção e separação dependiam de vários fatores, dentre os quais se destacavam os modos de apropriação dos espaços e dos objetos simbólicos da cidade. Somente patrícios e os seus

⁵⁴ ORTEGA, Francisco. Da ascese à bio-ascese ou do corpo submetido à submissão do corpo. In. *Imagens de Foucault e Deleuze. Ressonâncias nietzschianas*. (Orgs.) RAGO, Margareth et al. Rio de Janeiro, DP&A: 2002, p. 146.

⁵⁵ Idem, *ibid*.

⁵⁶ Sobre o modo como os gregos definiam e estabeleciam fronteiras em relação aos outros povos, ver: HARTOG, François. *Memória de Ulisses. Narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Humanitas, 2004.

descendentes diretos podiam ter acesso e participação nos cultos religiosos, no exército e na política. O poder sobre a cidade estava ligado também ao controle de determinadas instituições e rituais. A cidade greco-romana, neste momento, torna-se a morada privilegiada dos membros das **gens**, isto é, da nobreza. Nela ficam as instituições mais importantes tais como os santuários, os palácios, as ágoras e as academias. Portanto, além da linhagem, o controle exclusivo dos espaços da cidade e os critérios de participação e acesso às instituições eram fundamentais na demarcação das fronteiras geográficas e sociais entre os patrícios e os outros grupos sociais. A partir dessa dialética da inclusão/exclusão, aparece a plebe como a classe social diametralmente oposta às **gentes patrícias**. Diferente em hábitos, valores e atitudes, a plebe será excluída das atividades sociais e culturais mais "nobres" e será também segregada espacialmente, vivendo às margens da cidade. Conforme o historiador Fustel de Coulanges

Encontramos essa classe à margem de quase todas as antigas cidades, mas separadas por uma linha de demarcação. A cidade grega é dupla; há a cidade propriamente dita, **polis**, ordinariamente elevada no alto de uma colina e, fundada com os ritos religiosos, encerra ali o santuário das divindades políadas. No sopé da colina há uma aglomeração de casas construídas sem cerimônias religiosas e, portanto, em lugar não considerado recinto sagrado: é o recinto da plebe que não pode morar na cidade santa. Em Roma, a diferença primitiva entre as duas populações é impressionante. A cidade dos patrícios e a de seus clientes é a mesma que Rômulo fundou, conforme o ritual, sobre o planalto do Palatino. O domicílio da plebe é o Asilo, espécie de recinto fechado localizado nas encostas do monte Capitolino, onde o primeiro rei admitiu as gentes que não tinham eira nem beira e que Rômulo não podia fazer compartilhar da cidade. Mais tarde, quando novos plebeus vieram a Roma, como se fossem estranhos à religião da cidade alojaram-se no Aventino, isto é, fora do **pomoerium** e da cidade religiosa.⁵⁷

Nesta descrição feita por Coulanges a plebe, sem "eira nem beira" habita as encostas das colinas ou as partes mais baixas das polis enquanto os patrícios habitam a parte mais alta, a "cidade santa". Assim, estar perto ou distante, ao lado ou abaixo dos lugares sagrados caracteriza⁵⁸ algo mais do que a religiosidade de tais classes sociais;

⁵⁷ COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. São Paulo: Hemus, 1975. p. 193.

⁵⁸ Para os habitantes das cidades greco-romanas da antiguidade habitar os lugares mais altos significava estar mais próximos das suas divindades. Atualmente, morar nas partes altas de algumas cidades

traduz as hierarquias e as desigualdades políticas e sociais entre as classes das *urbes* greco-romanas.

Se a cidade antiga era vista como um corpo, sua parte sacra, só poderia ser habitada por aqueles que se auto-intitulavam gente nobre, isto é, seres humanos superiores e magníficos. Essa auto-imagem de homens portadores das mais elevadas virtudes prescinde de várias associações. O homem nobre será, pois, aquele que se distingue do homem ordinário por manter uma relação distinta com o conhecimento, a política, a moral e a religião. Sendo assim, a religião como experiência de ligação entre os humanos e as divindades só poderia ser administrada por pessoas que acreditavam serem descendentes de uma raça de notáveis.

O plebeu é um estranho e, conseqüentemente, sua presença torna o sacrifício impuro. O plebeu era rejeitado pelos deuses. Entre o patrício e o plebeu há toda uma distância social que a religião pode demarcar entre dois homens. A plebe é uma população desprezível e abjeta, fora da religião, fora da lei, fora da sociedade e da família. O patrício só pode comparar essa existência do plebeu com a do irracional, *more ferarum*. Todo contato com um plebeu é impuro.⁵⁹

O plebeu assumirá todos os aspectos negativos que por sua vez geram a positividade dos patrícios. Sua condição de "estranho no ninho" estabeleceu a diferença necessária à demarcação territorial e simbólica das *gentes* de família em relação às *gentes non habem*⁶⁰. Algumas dessas práticas e representações existentes nas *urbs* da antiguidade clássica irão reaparecer mais tarde no cenário das cidades modernas.

O ressurgimento nas cidades modernas de algumas práticas e representações segregacionistas das *urbes* greco-romanas só pode ser compreendido a partir da especificidade da própria modernidade enquanto condição histórica, nascida no decurso dos séculos XVI a XVIII, na Europa Ocidental. Por exemplo, o reaparecimento de

brasileiras (morros) tem um sentido completamente diferente. Em cidades como o Rio de Janeiro e o Recife, por exemplo, a vida nos morros vem associada a uma realidade infernal, violência, tráfico, pobreza e tragédias naturais.

⁵⁹ Idem, p. 195.

⁶⁰ Apesar da distância temporal que nos separa da antiguidade clássica, pessoas consideradas paupérrimas são tratadas como se fossem "impuras", indignas de caminhar por determinadas espaços da cidade. Muitos séculos depois o "impuro" foi transformado nas "lamas sebosas", como iremos ver no terceiro e quarto capítulos deste trabalho. Os "impuros" ou as "almas sebosas" da jardinagem moderna também são vistos como indignos de merecer o contato ou toque e, por esta razão, são evitados e segregados.

expressões antigas como "área nobre", "gesto nobre", "patrício" e "plebe", apesar da base comum que são os estigmas de superioridade e inferioridade, adquirem com a modernidade nuances mais complexas e elásticas em relação à rigidez das formas de dualização da vida social presentes na antiguidade. As hierarquias e desigualdades produzidas na cidade moderna além das questões familiares inserem elementos de ordem política, econômica, sexual, estética, científica, espacial e ideológica nas formas de visão e di-visão social entre indivíduos, grupos e classes sociais.

A vida moderna torna-se palpável à medida que as resistências e pulsões individuais vão sendo eliminadas ou controladas. Portanto, a sua concretização histórica dependeu da criação e articulação de uma enorme variedade de dispositivos disciplinadores, através dos quais corpos e mentes foram sendo moldados e adaptados a formas específicas de relações sociais. O eclipsar da existência moderna dera-se acompanhado da repressão aos instintos (leia-se: a natureza do homem) e a algumas diferenças em favor de um paradigma societal homogeneizador e auto-consciente de sua superioridade.

A sociedade moderna, por sua vez, é profundamente narcisista, já que vê a si mesma como um paradigma completo, no qual estão contidos os mais nobres e preciosos elementos da humanidade: prosperidade, conhecimento, civilidade e beleza. Mais tudo isso ainda é pouco, na medida em que necessita ser vista como uma realidade trans-histórica e universal. Foi sob o impulso desta auto-imagem arrogante e totalitária que uma elite branca e européia impôs às mais diversas nações, etnias e grupos sociais do mundo inteiro a crença na superioridade e na universalidade da sua cultura. É claro que essas coisas aconteceram/acontecem mediadas simultaneamente pela violência física e simbólica. A violência simbólica que se caracteriza na valorização de sua auto-imagem e na negação do outro, a exemplo do que vemos acontecer atualmente com o islamismo – inventado como o oposto da democracia, da racionalidade e dos valores judaico-cristãos cultivados pela civilização ocidental.

No entanto, a condição moderna vive um eterno e constante dilema existencial que é o de ter que viver oscilando entre a ordem e a desordem, já que uma não existe sem a outra. Na labuta moderna somente se cria alguma coisa destruindo inúmeras outras coisas; e só se gera alguma ordem, se esta estiver acompanhada da idéia de desordem. O movimento e não a permanência é o que torna sua história singular e tão repleta de lances dramáticos. E diria ainda mais: os estilhaços e as ruínas produzidas neste ávido movimento de destruição/criação da sociedade moderna, muito mais do que

evidências de seus sucessos e conquistas, sugerem indícios de um retumbante fracasso. O anjo da história de Paul Klee foi a forma metafórica encontrada por Walter Benjamim para denunciar a barbárie do progresso da modernidade. Eis o que ele diz sobre o assunto em uma das suas famosas teses sobre a história.

Há um quadro de Paul Klee que se chama *Ângelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa aos nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso.⁶¹

O que se esconde da exaltação do movimento e do progresso proclamados pelas elites é, na verdade, uma in(disfarçável) vontade de dominação social. O desejo alucinado por ordem suaviza e às vezes escancara sua estupidez. Assim, quando se proclama a liberdade, é a vida que está sendo aprisionada; e, quando se defende abertamente a igualdade, é a diferença e a diversidade que estão sendo sacrificadas. A vida moderna oscila entre o pragmatismo e a dissimulação para ser realmente o que sempre foi: contraditória e ambivalente.

A ansiosa e frenética luta das elites para manter sua dominação exigiu-lhes uma mente cada vez mais prodigiosa para produzir relações e associações, uma vez que a modernidade constantemente embaralha as cartas do jogo. As metáforas da cidade como um corpo humano ressurgem para dotar de sentido a tarefa de ordenamento de uma realidade aparentemente anárquica e fugidia. Nasce, com efeito, a constante necessidade de fazer analogias, associações entre objetos e sujeitos que se apresentam exóticos, deslocados e distantes.

A estética da existência moderna abandonou um item caro à dietética greco-romana, qual seja, os cuidados dos outros, além da preocupação com a beleza e a saúde

⁶¹ BENJAMIM, Walter. **Obras escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política**. 10. ed. São Paulo, Brasiliense, 1996. p. 226.

individual; a modernidade retira a ética como item fundamental e valoriza excessivamente as noções de beleza, higiene e pureza como aspectos primordiais à ordem idealizada. Como afirma Mary Douglas, a pureza e a higiene são os opostos da sujeira e da desordem⁶². As noções de beleza e higiene, feiúra e sujeira também serão fundamentais para rotularem comportamentos e fixarem distinções e hierarquias espacio-sociais. Coisas aparentemente simples como uma mancha de tinta numa camisa branca, ou um homem negro com barba e cabelos mal cuidados deixam de ser apenas vinculadas a sujeira e a feiúra para se tornarem indícios de indisciplina e desordem. Mas é preciso ressaltar que não é a ordem natural que determina a posição das coisas, mas as estratégias de localização das coisas e seres humanos na ordem do discurso. Como afirma Bauman:

Não há nenhum meio de se pensar sobre a pureza sem ter uma imagem da "ordem", sem atribuir às coisas seus lugares "justos" e "convenientes" – que ocorrem serem aqueles lugares que elas não preencheriam "naturalmente", por sua livre vontade.. O oposto da "pureza" – o sujo, o imundo, os "agentes poluidores" – são "coisas fora do lugar" Não são as características intrínsecas das coisas que as transformam em "sujas", mas tão-somente sua localização e, mais precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizada pelos que procuram a pureza. As coisas que são "sujas" num contexto podem tornar-se puras exatamente por serem colocadas num outro lugar – e vice-versa.⁶³

Assim, as noções de beleza, higiene e limpeza ganham valor social a partir do modo como são operados discursivamente pelos atores e não propriamente de uma realidade intrínseca ou natural. A vontade de poder as tornam emblemas da sociedade, de tal maneira que possuí-lo equivale quase à mesma coisa de ter poder e felicidade. Ser visto como "limpo e belo", na maioria das vezes se contra põe com o é que rotulado como "sujo e mal". Estas associações se adentram nos interstícios dos indivíduos, instituições, empresas e escolas, produzindo tensão e violência tanto para quem classifica como para quem é vítima da classificação.⁶⁴

⁶² DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Lisboa: Edições 70, S/D.

⁶³ BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998. p. 14.

⁶⁴ O Beco historicamente ocupará este papel de ser a morada por excelência do feio e sujo.

Naturalizar tais conceitos implica evitar o questionamento sobre as condições sociais e culturais que marcaram a sua produção entre os homens. O que será o feio e o sujo senão aquilo que foge ao manual estético e cognitivo de uma dada sociedade? Os conceitos de beleza e pureza ao serem socialmente internalizados se tornam peças fundamentais no combate aos diferentes, aos "pichadores" da ordem idealizada pelos estabelecidos.

A idéia de sujeira e feiúra, no Brasil, tem uma relação profunda com a cor da pele e com o lugar habitado⁶⁵. Não são raros os momentos em que associamos o negro, o pobre, o sertanejo ao que nosso *establishment* define como sendo feio, sujo e grotesco. Tais imagens sofrem deslocamentos e depois se fundem a outros conceitos formando complexas teias de significações. Assim, o feio e o sujo passam a ser associados à miséria, ao perigo, à morte, e também ao negro, ao habitante da favela, do gueto ou do beco. Irrefletidamente ou não, vamos contribuindo efetivamente para aumentar as hostilidades e precariedades da vida de homens e mulheres moradores de certas localidades estigmatizadas. Como verbos intransitivos, deixamos de ver/apreciar o seu ser, a sua diferença como a outra parte que nos redefine e complementa. Reduzi-los ao mais completo aviltamento ajuda a transformá-los em bodes expiatórios, receptáculos de nossos demônios interiores.

Essencializar o Outro tanto biológica como culturalmente é o princípio básico para a dominação daqueles que se autodefinem como humanamente melhores e superiores. O essencialismo biológico e cultural permite fazer projeções e julgamentos sobre a personalidade e o caráter das pessoas, justifica e legitima perversidades, condena espaços e fixa fronteiras. Ele também subsidia a criação de monstros e demônios, infernos e purgatórios terreaus. Demonizar a ambivalência é a estratégia mais eficiente para obliterar qualquer aspecto positivo do Outro⁶⁶. Neste sentido, as mídias têm-se destacado no processo de demonização dos seres traduzidos como ambivalentes. Imagens e palavras sobre os moradores de favelas, subúrbios, baixadas e becos são

⁶⁵ A escravidão transformou a cor negra em sinônimo de desigualdade e inferioridade. A indiferença das elites à diferença dos escravos africanos e aos seus descendentes alongou demasiadamente os caminhos que os levariam à conquista da cidadania. Sobre isso vale apenas ver o livro de BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor: Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2009.

⁶⁶ Sobre tal assunto, ver: YOUNG, Jock. **A Sociedade Excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002. BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

sempre realçadas com os signos hiperbólicos do tráfico de drogas, da delinquência, da miséria e da morte⁶⁷.

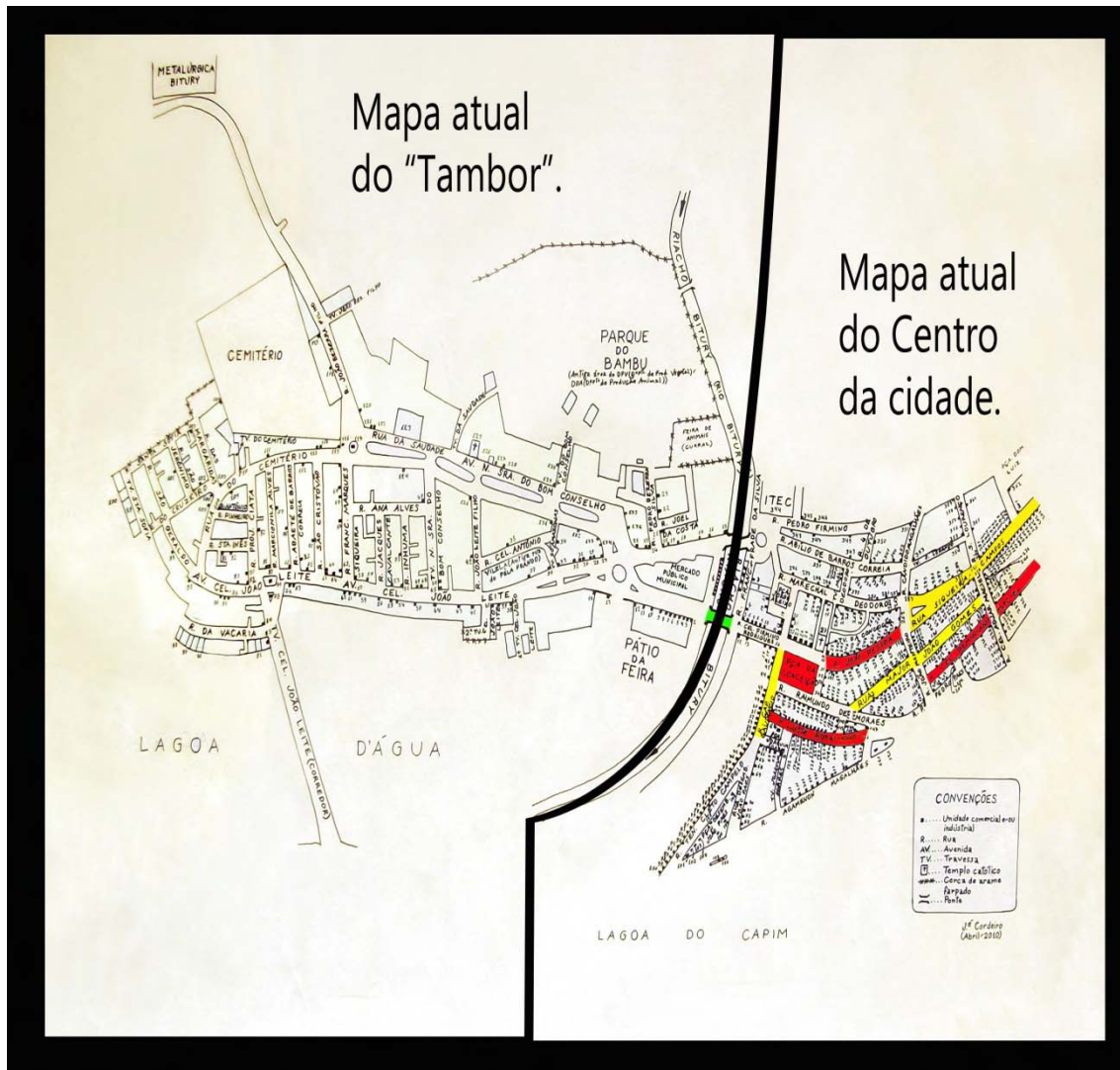
Uma leitura crítica das estratégias de essencialização do outro, isto é, de moradores de áreas estigmatizadas, leva-nos, como sugeriu Walter Benjamim, a fazer uma história a contrapelo⁶⁸, a seguir na contramão do pensamento cristalizador. E isto nos instiga a formular alguns questionamentos: se a cidade era pensada tal qual o corpo humano, onde se localizavam suas partes limpas e belas, feias e sujas, saudáveis e doentes? onde estavam a ordem e a desordem, as partes nobres e problemáticas? quais os elementos que caracterizavam a beleza, a saúde, a harmonia e a doença, a feiúra e a desordem nestes espaços e entre seus atores sociais? Quem fazia os diagnósticos? O que diziam os diagnosticados sobre a diagnose? Essas mesmas perguntas formularemos para compreender algumas tensões sociais na cidade do Belo Jardim, mas tentando respondê-las sob a perspectiva da metáfora da jardinagem.

Neste capítulo tentamos fazer uma incursão teórica por vastas e longínquas paisagens sociais, algumas delas, inclusive, muito distantes no tempo e no espaço, outras mais próximas e conhecidas, para demonstrar que, guardadas as devidas proporções e peculiaridades, diversos elementos que estiveram presentes no seu âmago podem ser encontrados numa escala microssocial, ou seja, constituintes da trama de uma pequena cidade interiorana do Estado de Pernambuco. Os estigmas e toda uma semântica vinculado ao ascetismo estético e ético foram utilizados por uma fração considerada da sociedade para combater o que era concebido por ela como algo insuportável, dissonante, incompatível com seus gostos, sua história, sua moral, sua fé, seus interesses econômicos, seu conceito de urbanidade. Por conta disso, alguns lugares e uma miríade de homens e mulheres passaram a ser concebidos como *outsiders*, isto é, os "do lado de lá", "os de fora", "a munição", o "lumpen", enfim, os que são localizados discursivamente na outra extremidade do devir humano.

Essa história será abordada nos próximos capítulos. Mas vale um aviso: nessa trama, Eros e Tânatos não estarão separados, mas entrelaçados nas relações tecidas no *modus vivendi* da cidade.

⁶⁷Sobre tal assunto ver; KOURY, Mauro Guilherme. (Org.) **Imagem e Memória**: Ensaios de antropologia visual. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. Ver também do mesmo autor: **Sociologia da Emoção**: O Brasil urbano sob a ótica do luto. Petrópolis: Vozes, 2003. ALVIM, Rosilene; FERREIRA JR, Edísio. QUEIROZ, Tereza. **(Re)construções da Juventude**: Cultura e representações contemporâneas. João Pessoa: Edições PPGS, UFPB, 2004.

⁶⁸ BENJAMIM, Walter. Obra já citada.



Mapa 1

CAPÍTULO II

HISTÓRIAS DE JARDINAGEM: DA LAGOA DO CAPIM AO BELO JARDIM

URBANÍSTICA

Essas vilas de arrabalde com seus jardins bem arrumados, bonitinhos, comportadinhos... Mas por que não a liberdade de um matagal? Por que não deixam ao menos a natureza ser natural?

(Mario Quintana)

No princípio era apenas a paisagem agreste com suas lindas matas, suas flores e frutos, seus animais selváticos, um rio e uma lagoa de águas cristalinas. A vida seguia seu ritmo natural e tudo parecia estar em perfeita harmonia. Até o dia em que chegaram os homens e com eles sua indômita vontade de conquistar e dominar a natureza. Desde então, a natureza deixou de “ser natural” para começar a história da jardinagem ...

Conforme o relato do gênesis, o jardim foi o nome escolhido por Deus para definir o paraíso – o lugar mais belo e perfeito da criação divina. O jardim/paraíso desapareceu, mas os homens nunca abandonaram o sonho e o desejo de um dia (re)criá-lo na terra. Passaram-se os tempos e os “deuses” são outros. A concepção do jardim humano é muito diferente daquela que presidiu a criação do Jardim das Delícias, uma vez que não inclui todas as espécies de seres vivos. Trata-se de um espaço exclusivo, no qual apenas alguns poucos seres podem usufruir das suas maravilhosas delícias.

No belíssimo filme *Metrópolis* (1927), de Fritz Lang, há um espaço chamado de “jardim eterno”, criado exclusivamente para o deleite da elite da cidade. O lugar pretende ser a reprodução em miniatura do Éden. Mas essa vida edênica será surpreendida com a chegada inesperada de uma figura destoante, isto é, a presença de uma mulher proletária com várias crianças desnutridas, cujo objetivo era chamar a atenção das elites para o sofrimento daqueles que estavam fora do jardim: o seu alter ego. *Metrópolis* é uma crítica cinematográfica às desigualdades de classes, mas também um bom insight para se ler a cidade sob a lógica da jardinagem moderna. Nela podemos visualizar duas cidades: uma elitista, pretensamente utópica, na qual a liberdade, a riqueza e o poder afloram e que vive em estado de “plena” feliz(cidade). Enquanto a

segunda, habitada pela maioria, é marcada pela exploração econômica e pelo assujeitamento corpóreo-moral, o que produz imediatamente um profundo estado de infeliz(cidade). Na primeira cidade – localizada na superfície – os homens andam rápidos e de cabeça erguida e os seus sonhos e desejos são realizados. Ao contrário da cidade subterrânea, cujos homens andam cabisbaixo e lentamente, e onde seus sonhos não passam de presságios.

Assim, a feliz(cidade) do jardim das elites depende da produção sociológica da infeli(cidade) de uma expressiva parte da sociedade humana. A concepção espacial dos jardins modernos segue os princípios da inclusão e da exclusão. Eles foram pensados como figuras geométricas, cuja unidade espacial depende da simetria entre as formas, dimensões e posições das partes com relação ao todo. Sendo assim, o jardim só pode ser fruto de uma violência, pois nada nele é ingênuo ou espontâneo, já que sofre constante intervenção humana. Toda sua organização se pauta nos princípios da taxionomia, ou seja, da nomeação, da classificação, da alocação e da enumeração. Foucault já havia nos chamado a atenção para relação entre o projeto do panopticon de Jeremy Bentham e “a construção do jardim zoológico de Versalhes construído por Le Vaux, a pedido do rei Luís XIV, no século XVII”.⁶⁹ Em suas palavras:

Bentham não diz se se inspirou, em seu projeto, no zoológico que Le Vaux construíra em Versalhes: primeiro zoológico cujos elementos não estão, como tradicionalmente espalhados em um parque (...) Na época de Betham, esse zoológico desapareceu. Mas encontramos no programa do panóptico a preocupação análoga da observação individualizante, da caracterização e da classificação, da organização analítica da espécie.⁷⁰

O jardim é uma das invenções mais poderosas dos homens para cartografar e controlar os espaços. Nele tudo deve ser pretensamente coerente e luminoso. Trata-se de uma eficiente arma contra as misturas e obscuridades espaciais. Talvez seja isto que o

⁶⁹ RAGO, Margareth. **Michel Foucault e o Zoológico do Rei**. In. ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz (Orgs.) et al. **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 253.

⁷⁰ Idem ibid.

inventa como um espaço da harmonia e da serenidade. Esta ilusão referencial é projetada em três realidades espaciais de maneira exemplar. São eles: o jardim da infância, o jardim zoológico e o jardim botânico.

Essas três invenções revelam muito mais coisas do que a pretensa generosidade humana. Mais do que deleitar os homens com a agradabilíssima sensação de beleza e harmonia, sempre houve disfarçadamente a vontade de controlar e dominar todas as formas de vida a um só tempo. Nesse caso, a beleza e a harmonia são produtos de uma violência física e simbólica. Nesses jardins a liberdade é suprimida em nome da ordem e da exclusão. Imagine a tristeza dos animais aprisionados em espaços tão pequenos, quando tinha o mundo como horizonte. O zoológico representa a supremacia total do homem sobre a vida e a liberdade dos animais selvagens. A alegria no zoológico pertence somente aos homens. Por sinal, uma alegria que demonstra toda a nossa estupidez.

Contradições e ambiguidades das cidades-jardins.

É surpreendente a quantidade de cidades, ruas e bairros que se apropriam deste signo. Cidades grandes e pequenas, bairros ricos e pobres, utilizam-se da imagem do jardim para produzir identidades. Só para lembrar duas realidades próximas, podemos citar as cidades de Bom Jardim e Belo Jardim, no Estado de Pernambuco. Como falei antes, nada disso é ingênuo, pois quem as nomeou desde já tinha um esboço mental da cidade que desejaria viver. Os adjetivos “bom” e “belo”, além de qualificarem o espaço urbano, inserem no seu bojo uma determinada concepção filosófica, ética, estética e política. O nome Jardim, no entanto, nem sempre é sinônimo de positividade, pois dependendo do tipo de ator social, pode assumir valorações diferentes.

Tanto no que se refere à vida urbana quanto às relações políticas, o referente Jardim assume funções mais complexas e instigantes. Se *latu senso* a cidade for idealizada como um jardim, a política será a arte da jardinagem, sendo o político o jardineiro por excelência, ao qual cabe manter a geometria do poder territorial.

A moderna cidade-jardim é em sua “essência” um espaço da multipli-cidade, das misturas, das fissuras e dos fragmentos. Mas aqueles que se intitulam seus jardineiros pretendem torná-la um espaço homogeneizado, controlado e lipoaspirado. Transformar a multipli-cidade em uni-cidade e uni-formidade constitui uma das suas principais

funções. A transubstanciação do jardim das delícias na moderna cidade-jardim nada mais foi do que o desejo indisfarçável de se criar um espaço urbano uniaxial, no qual a vida em sociedade deveria ter apenas um único eixo valorativo. No entanto, a mistura de signos contrastantes no espaço urbano produz refrações na visão dos jardineiros, e por extensão, na sua capacidade de controle e dominação.

Nas novelas e filmes, os paraísos celestiais ou terreaux são retratados como lugares de tranquilidade e delicadeza, cujos habitantes se vestem com roupas e cores iguais. As semelhanças são reforçadas enquanto as diferenças são negadas. Na sociedade moderna, a padronização se exerce pela tentativa de homogeneizar os indivíduos tanto pela territorialidade quanto pela moral, o consumo e a estética. Há um padrão social que se impõe silenciando outras formas de existência. E ele funciona como uma espécie de panopticon, só que um pouco mais ampliado e sofisticado que o projetado por Jeremy Bentham, pois não são apenas as instituições que exercem vigilância, disciplina e punição sobre as pessoas que andam fora do padrão instituído pelas elites: os próprios indivíduos também exercem esse controle. Fugir do padrão normativo significa ser no mínimo percebido com ansiedade e desconfiança. Assim, os gordos, os magérrimos, os loucos, os velhos, os – *démodé* - favelados são causadores de mal-estar devido ao fato de serem marcados com o sinal da incongruência.

Em todas as cidades, os jardineiros têm a função primordial de proteger os jardins (alguns jardins especificamente) dos “males” provocados pela ambivalência. A despeito do esforço de realçá-los com imagens suaves, idílicas e homogêneas, os jardins são figuras ambivalentes na medida em que contém tanto as flores quanto os espinhos. É por conta desta sua ambilateralidade que se torna ainda mais imperiosa a necessidade da prática da jardinagem.

No entanto, essa ambiguidade das “cidades-jardins” é percebida pelas camadas populares, as quais criativamente procuram desqualificá-los, a exemplo de lugares/nomes emblemáticos como “Belo Jardim” e “Cidade de Deus”. Usam da “função poética da linguagem” para ri(dicularizar) o formal, o oficial, enfim. O chiste e os estereótipos são algumas de suas táticas de resistência. Assim, a Belo Jardim de quem vive nos becos e periferias se transfigura na “belo grude” ou na “cidade das muriçocas” num claro contraponto ao discurso oficial que tenta cristalizá-la como cidade “ordeira”, “cidade dos músicos” ou de “cidade com vocação industrial”. A mesma inversão ocorre com a famosa “Cidade de Deus”, bairro popular e periférico, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Ele surgiu na década de 1960, como resultado da política higienista e de

remoção das favelas centrais para os morros, realizada pelo então governador Carlos Lacerda. Paradoxalmente, a “Cidade de Deus” não tem a virtude e santidade daquela cidade pensada por Santo Agostinho e tampouco é a “cidade maravilhosa” das elites e dos turistas. A “Cidade de Deus” é a que ficou famosa no cinema pela violência do tráfico de drogas e pela miséria e pobreza dos seus moradores.

A Cidade de Deus foi ironicamente um lugar onde “Deus” não existia, mas no qual o “diabo” instalara seu centro de operações. Nos discursos midiáticos, policiais e até acadêmicos, tal favela foi descrita como um espaço da maldade, dos fora-da-lei; a erva daninha que foi removida do Paraíso, ou seja, da “cidade maravilhosa”. Na modernidade, o Paraíso mudou de nome e de jardineiro, para infeliz-cidade de muitas pessoas. Um bom exemplo da inversão do sentido da palavra paraíso é a favela de Paraisópolis, em São Paulo, que fica próxima ao elegante bairro do Morumbi, para o constante mal-estar da sua elite. Paraisópolis é sinônimo de pobreza, sujeira, feiúra, desordem e decadência humana; enquanto o Morumbi é o oposto, já que se trata do bairro da “boa sociedade paulistana”, branca, rica, culta e aristocrática, responsável pela locomotiva que comanda o desenvolvimento do país. Se for verdade que ela olha o país a partir do seu umbigo, não é difícil imaginar o que ela pensa de uma favela localizada no seu entorno. As elites paulistanas preferem nomes mais profanos e politicamente corretos para alguns dos seus bairros, como Higienópolis, por exemplo. Já que se trata de um nome bastante adequado aos princípios da jardinagem moderna.

Na cidade do “Belo Jardim” há um lugar que ficou famoso entre os cidadãos por ser conhecido como o “inferninho”. A linguagem que o retrata é assertiva e implacável. Não tateia nem usa de rodeios. O “inferninho” é inventado como o lugar do dia-bólico, do mal(dito). Por esta razão não pode fazer parte do “Belo Jardim”. E sabe onde fica o “inferninho”? No bairro do “Santo Antônio”, a área mais populosa da cidade. É curioso, porém, o fato de os bairros mais populosos e também mais estigmatizados terem seus nomes relacionados a santos ou expressões religiosas. Esta inversão de sentidos e de valor depende basicamente da força dos atores em produzir significações espaciais.

Ao que podemos constatar, as elites têm sido vitoriosas nessa batalha simbólica. Elas têm preferido identificar ou classificar as áreas onde vivem seguindo critérios ou valores mais racionais, que estejam sintonizados com a sua concepção de mundo. Nomes que legitimem a sua situação de classe ou seus interesses e sentimentos locais, regionais e nacionais, como se pode observar na sua preferência por datas, personagens históricos, expressões nativas (o caso do Estado de São Paulo), acontecimentos, ideias,

conceitos. As elites modernas ainda continuam percebendo o valor simbólico do sagrado e idílico como dispositivo de poder, mas fazem-no com menos intensidade. O jardim com fins toponímicos é mais usual e politicamente estratégico, pois, dependendo do poder e da concepção dos moradores, pode servir como pretexto para estabelecer segregação socioespacial⁷¹. As ruas e bairros que trazem sentido religioso ou paradisíaco, associados a palavras como “Deus”, “santos”, “Paraíso” e até mesmo “jardim”, nas principais capitais brasileiras estão mais diretamente vinculados às camadas populares. Por exemplo, os bairros “Cidade de Deus” (no Rio de Janeiro), “Ilha de Deus” (em Recife), “Paraisópolis” (São Paulo), “Jardim Irene” (São Paulo), “Jardim Paulista” e “Jardim São Paulo” (Recife)⁷², na verdade traduzem o oposto do que sugerem os seus nomes. Tais nomeações servem mais para desqualificá-los socialmente, uma vez que não são associados à beleza e serenidade dos jardins, mas à feiúra, à violência, à instabilidade, ou seja, a lugares anômicos. Diferentemente de nomes como “Boa Viagem” (Recife), Copacabana (Rio de Janeiro), Higienópolis e Morumbi (São Paulo), Maurício de Nassau (Caruaru), João Pessoa, Siqueira Campos⁷³ e Boa Vista (Belo Jardim), que parecem realmente adequar o nome às condições de possibilidade de seus moradores. A estratégia de nomeação dos espaços das elites é feita procurando evitar maiores ambiguidades de sentidos. Ou seja, os agentes dos poderes públicos (prefeitos, vereadores, deputados, governadores), responsáveis diretos pelo processo de nomeação das ruas, bairros e monumentos, assumem atitudes diferenciadas em relação às áreas das elites e as áreas dos pobres. Como podemos observar, os espaços das elites são inscritos sugestivamente com nomes que buscam corresponder a estrutura econômica e simbólica do grupo social.

É claro que em toda regra há exceção. Há também pessoas de alto padrão econômico residindo em bairros charmosos que trazem nomes religiosos, mas esta não é a tendência dominante. Trata-se de nomeações mais antigas feitas em épocas anteriores ao momento de emergência de um novo processo de subjetivação promovido pelo

⁷¹ A cidade de Campinas e de São Paulo tem uma infinidade de Bairros de alto padrão econômico, de classe média, mas também das camadas mais pobres com nomes associados a ideia de jardim. Ver o Wikipédia.

⁷² O Bairro de Jardim Irene ficou conhecido pelos brasileiros através do jogador Cafu, que ao levantar a taça do pentacampeonato mundial da seleção brasileira, em 2002, fez questão de divulgar numa camisa o bairro, no qual nasceu e viveu parte de sua vida.

⁷³ Recentemente a Câmara de Vereadores de Belo Jardim mudou os nomes da Rua João Pessoa para Francisco Barbosa Maciel, representante da elite local e substituiu o bairro Tancredo Neves para Edson Moura, numa forma de homenagear o fundador do Grupo Moura, e cogita-se a mudança da Rua Siqueira Campos para Rua Deputado José Mendonça, falecido em abril de 2011.

capitalismo, no Brasil, durante o século XX. Quanto à boa parte das áreas habitadas pelas camadas populares, principalmente, as mais precárias e estigmatizadas, o processo de nomeação dos lugares segue uma lógica ambivalente, paradoxal, em que o verso se transforma no reverso, isto é, no oposto do que se disse antes.

Os Bairros do São Pedro, Bom Conselho, Santo Antônio e Frei Damião, caracterizam-se, na cidade de Belo Jardim, como aqueles que apresentam as maiores densidades humanas e também os maiores problemas sócio-econômicos e culturais. A população destes bairros é constituída por um imenso lumpen proletariado, formado por pessoas que vivem de trabalhos sazonais e da informalidade, mas também por trabalhadores, autônomos e pequenos proprietários. Os que vivem abaixo da linha da pobreza dependem radicalmente do Bolsa Família para sobreviver. São estes moradores que apesar de habitarem os “lugares santos” da cidade vivem à margem do Belo Jardim.

Todavia, o aspecto primordial para as estratégias de poder das elites, não consiste tanto na nomeação dos espaços, mas nas práticas que são desenvolvidas dentro e fora deles. Num sentido *strictu sensu* não é o substantivo masculino “Jardim” que propriamente lhe interessa, mas o que deriva dele: a) **Jardinagem** (substantivo feminino) que significa 1. Cultura de jardins. 2. Arte de cultivar jardins. b) **Jardinar** (verbo transitivo direto) 1. Cultivar (um jardim) c) **Jardineiro(a)** (substantivo masculino e feminino). 1. Aquele ou aquela que trata de jardim ou sabe de jardinagem, e d) **Jardinista**. (Substantivo) 1. Pessoa que gosta muito de jardim. 2. Paisagista.⁷⁴

Reafirmando algo já dito anteriormente, “Belo Jardim” deixa de ser apenas o nome de uma cidade para se converter numa prática de jardinagem, isto é, num modo de ver, sentir e agir, através do qual se busca cortar, aparar ou eliminar aquilo que é visto como espacialmente incompatível a um dado segmento social. Criar fronteiras, divisórias, hierarquias e praticar exclusões são tipos de ações comuns aos jardineiros e jardinistas de quaisquer países, cidades ou bairros do mundo.

Em todas essas realidades geográficas haverá sempre relações de poder marcadas pelas ideias de superioridade e inferioridade. Os que se acreditam como os “melhores” e “superiores” da sociedade inventam o “Belo jardim” e se convertem em seus jardineiros. Já os inferiorizados transformam-se nas ervas daninha e nas pragas que devem ser combatidas para que o “Belo Jardim” possa florescer harmonicamente.

⁷⁴ Conforme FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 375

Cidade e historiografia

É difícil demarcar com clareza as fronteiras que separam as lendas das histórias locais – parece até que ambas são irmãs siamesas. Geralmente as narrativas locais começam com a bravura e a destreza de um séquito de homens determinados a superar as hostilidades impostas pela natureza. A participação de gente anônima, “sem eira, nem beira”, fica eclipsada pelo brilho intenso da ação de audaciosos aventureiros, comerciantes, coronéis e padres.

Em Belo Jardim, a historicidade dos espaços começaria com a instalação de uma fazenda de criação de gado feita por um coronel chamado Joaquim Wanderley Cordeiro, ainda na primeira metade do século XIX. Nos seus arredores surge uma feira que mais tarde se transforma num povoado. A partir deste povoado ocorre um rápido processo de urbanização que culminará mais tarde com a fundação da cidade de Belo Jardim. A escassa documentação e a visão tradicionalista dos historiadores locais constroem uma história de Belo Jardim feita de sucessões lineares e apologias aos feitos das elites. Trata-se de uma narração isenta de conflitos e ambigüidades. Porém é difícil não tomá-la como referência, inclusive, para visualizar o sublunar que há nela, e a partir daí podermos questioná-la e construir outras possibilidades de interpretação histórica e sócio-antropológica da cidade. A maioria dos poucos historiadores locais cumpre um importante papel, qual seja: o de descobrir e colecionar raríssimos e dispersos documentos tais como jornais, revistas, fotografias, etc. No entanto, cometem o “pecado” da sacralização dos documentos, quando apenas transcrevem *in natura* sua versão dos fatos como faziam os positivistas. Suas narrativas são feitas da sequência linear de eventos, desfraldando-se em cada um deles uma nova etapa de progresso. Tal como um rio que deságua no mar, a historiografia local segue seu curso teleologicamente. Isto não é exceção, mas regra na maioria das narrativas feitas sobre as cidades interioranas de Pernambuco, e talvez em quase todas as histórias oficiais feitas sob o patrocínio de instituições governamentais, privadas ou fundações responsáveis

pela preservação da memória municipal. O que se lê é o resultado de um enredo marcado pela mesma trilha sonora⁷⁵.

Entretanto, o que mais nos interessa nesta pesquisa não são propriamente o relato das origens e tampouco a evolução linear da cidade – embora aqui ou ali possamos nos servir de tais informações com o objetivo de criar um cenário e dar inteligibilidade às diferenças, isto é, às descontinuidades, às imbricações, às exclusões, aos gritos dos silenciados sobrevivendo no processo de apropriação e ressignificação espacial das primeiras áreas urbanas (bairros) onde praticamente nasceu a cidade de Belo Jardim.

Do Capim ao Belo Jardim

O povoado Lagoa do Capim, ao qual a historiografia oficial atribui as origens da cidade de Belo Jardim, era beneficiado por uma estrada por onde transitavam tropeiros, mascates e fazendeiros transportando mercadorias e animais para serem comercializados tanto na feira local como nas feiras das vilas, distritos e na própria sede do município de Brejo da Madre de Deus. Devido às boas condições climáticas e à abundante quantidade de água proveniente do rio Bitury e da lagoa, o povoado do Capim tornava-se parada obrigatória para o descanso de homens e animais. Isto certamente favorecia o aquecimento da economia do povoado, mediante a instalação de pequenos empreendimentos comerciais fixos tais como armazéns, açougues e bodegas, além de atrair novos moradores de sítios e povoados vizinhos.

O afluxo de capital e pessoas contribuiu para o surgimento do primeiro núcleo urbano, o qual foi batizado por seus moradores de Tambor. Tal nome deve-se ao costume dos viajantes e tropeiros de procurarem a sombra do Tambor, uma árvore frondosa para descansar das longas e extenuantes viagens, bem como para desenvolver pequenos negócios com a população local.

⁷⁵ O Centro de Estudos de História Municipal – CEHM, ligado ao governo do Estado de Pernambuco, é uma destas instituições oficiais que incentiva a pesquisa histórica sobre os municípios, porém seguindo uma abordagem tradicional e conservadora.

Os moradores do povoado Lagoa do Capim eram fortemente influenciados pelo catolicismo, fato que contribuiu para pressionar as autoridades eclesiásticas a edificar em 1872 a capela Nossa Senhora do Bom Conselho e poucos anos depois, a capela de Nossa



Imagem 1: Capela Nossa Senhora do Bom Conselho: Esta capela foi construída no final do século XIX.

Senhora da Conceição. No ano de 1881, o Frei Cassiano de Comachio, conforme consta nos relatos oficiais, numa missa realizada no povoado, encantara-se com as belezas do lugar, substituindo o nome Lagoa do Capim para Belo Jardim. A Lagoa, como veremos num outro momento, será a denominação de uma das áreas mais estigmatizadas da cidade.

Em torno das duas capelas se formarão os dois primeiros bairros, a partir dos quais se forjarão também os primeiros processos de segregação/territorialização do espaço como instrumento de diferenciação e dominação social. Conforme o historiador Adalberto Jordão, o Tambor e o Centro eram dois bairros “que totalizavam cerca de 300 casas e 1.300 habitantes e eram ligados por uma ponte de madeira.”⁷⁶

O bairro do Tambor – o primeiro da cidade – localizado entre a lagoa e o rio Bitury (a parte baixa) apresentava uma população de composição etnorracial predominantemente mestiça e negra. As atividades econômicas e profissionais eram desenvolvidas principalmente por carpinteiros, ferreiros, marceneiros, pedreiros que se somavam a centenas de trabalhadores rurais e a uns poucos fazendeiros que ali viviam.

Não há registros ou conhecimento da existência de muitas famílias ricas e poderosas residindo no bairro do Tambor entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a não ser o Cel. João Leite, um dos menos expressivos na linhagem de coronéis que exerceriam influência política e econômica sobre a cidade.

⁷⁶ BARROS CORREIA apud JORDÃO, Adalberto. **Belo Jardim. História:** Cultura e Recursos naturais. Recife: O Autor, 2001. p. 21.

Mas depois de algum tempo, ele e sua família se mudariam para a Rua Capitão Gaudêncio, nas proximidades da Praça da Conceição.

O silêncio ou mesmo a completa ausência de narrativas, fontes escritas ou iconográficas sobre as origens e mudanças dos bairros populares criam significativos obstáculos para o desenvolvimento de pesquisas históricas e sócio-antropológicas. Conforme Flávio Vilaça:

Apresentar uma história dos bairros populares, análoga à que foi apresentada para os bairros mais ricos, é tarefa quase impossível. É enorme o abismo que separa a produção de histórias dos bairros de alta renda da produção de histórias dos bairros populares. E impressionante é o esforço e o empenho da sociedade em “fazer” a história dos bairros mais ricos, em contraste com a total negligência e pouco-caso para com a história dos bairros pobres.⁷⁷

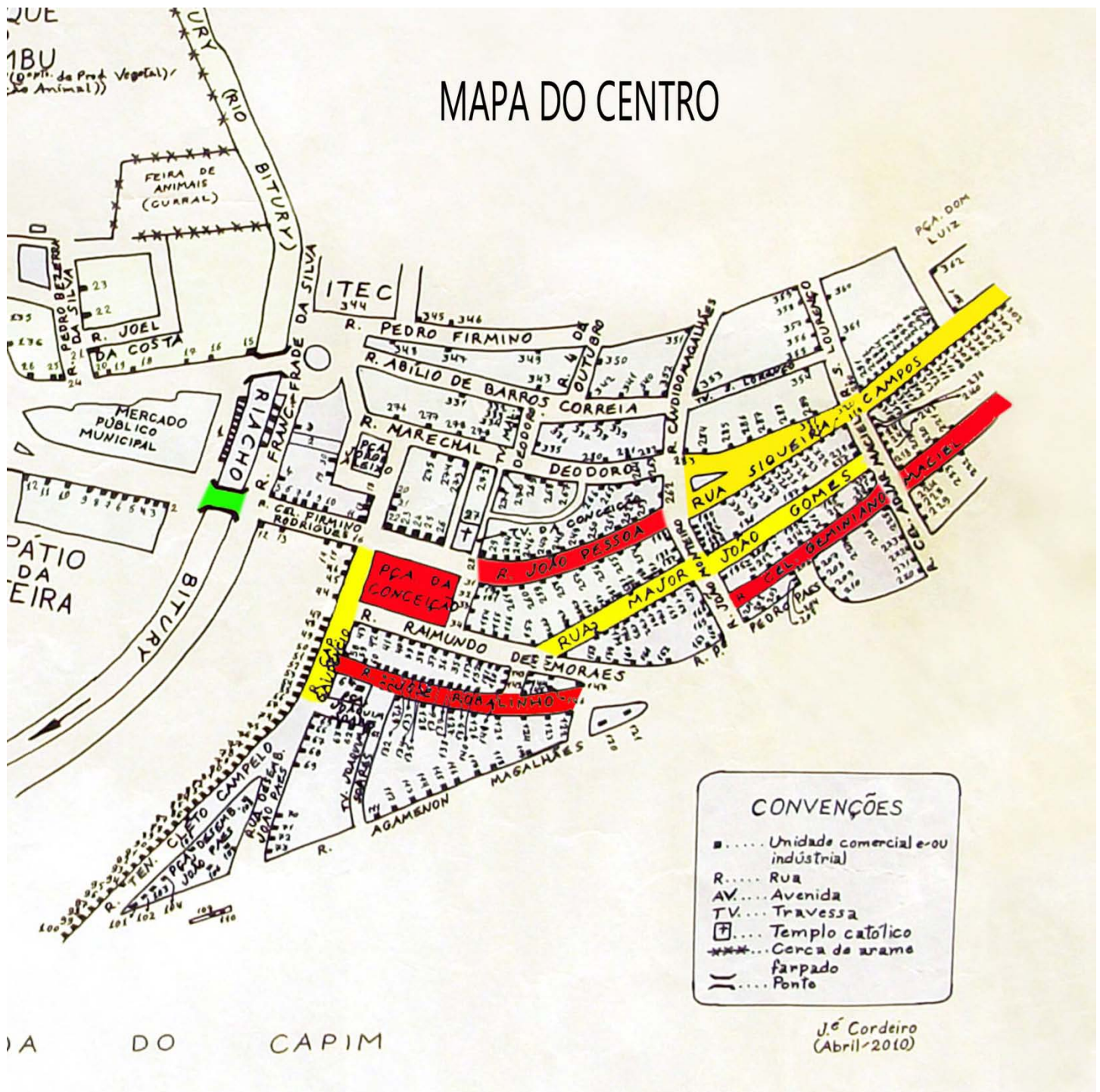
Se tal realidade é freqüente nos grandes centros urbanos, nas pequenas e médias cidades brasileiras o lapso é ainda mais sintomático. A documentação é escassa e dispersa, trazendo apenas algumas informações sobre os bairros mais ricos da cidade. Para se fazer uma abordagem histórica dos bairros populares se faz necessário apoiar-se em indícios e nos artifícios da imaginação.

Por esta razão, optei por fazer uma abordagem sócio-antropológica do bairro do Tambor (Bom Conselho), utilizando-me de recursos como a etnografia, a entrevista e a fotografia. Na verdade, trata-se de uma parte fundamental da minha pesquisa, à qual consagrei um tempo maior. Portanto, ele se constituirá no “centro” das atenções dos próximos capítulos. Neste capítulo, aparecerá como um ator coadjuvante devido à espectralidade assumida pela área central. Mas é justamente a excessiva visibilidade do Centro urbano que nos ajuda a compreender os silêncios e também a inflação de estereótipos produzida sobre outros espaços da cidade.

⁷⁷ VILAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1998. p. 226.



Imagem 2: Vista atual da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. O local “onde floresceu o Belo Jardim”.



Mapa 2

A linha e o círculo: a ferrovia e o Centro urbano

O Centro tornou-se a morada por excelência da elite aristocrática e burguesa. A capela Nossa Senhora da Conceição virou seu marco. A escolha deste espaço pelas elites deveu-se a critérios econômicos e geopolíticos. Do ponto de vista geográfico, tal área fica localizada numa colina e, portanto, está protegida das enchentes provocadas pelas vazantes do rio Bitury.

No alvorecer do século XX, o Centro passará a ser o catalizador de uma série de modernizações ocorridas na cidade de Belo Jardim. E toda essa história começou quando era apenas uma vila. Estas mudanças se inserem num contexto de transformações e inovações capitaneadas pelo sistema capitalista e o então instituído regime republicano. Os grandes centros urbanos e, principalmente, a cidade do Rio de Janeiro, a capital federal, viviam à brasileira o clima da *Belle Époque* européia. Este cenário impresso pelo capitalismo foi mais amplo e profundo do que se imaginou, uma vez que se espalhou pelos lugares mais distantes e ignorados do Brasil.

A *Belle Époque* brasileira foi vista como uma época de otimismo e de crença no progresso, uma fase de mudanças que se abriu com o fim da escravidão e com a proclamação da República. Os avanços científicos e tecnológicos dos países desenvolvidos associados ao crescimento econômico gerado pela cultura cafeeira, a industrialização e o processo de urbanização das principais cidades, além de uma constelação de ideologias evolucionistas vindas da Europa e absorvidas pela elite, davam legitimidade aos discursos que defendiam o presente e o futuro do país em detrimento do passado. O progresso era tido por muitos homens daquela época como algo inevitável: “Estamos condenados à civilização: ou progredimos ou desaparecemos”, asseverou Euclides da Cunha.⁷⁸

Mas enquanto as camadas médias das principais capitais viviam sob o efeito pulsante da velocidade dos tempos modernos, as populações do interior pareciam estar dormindo no tempo.

⁷⁸ Conforme a citação de José Murilo de Carvalho no livro **Pontos e Bordados**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.

Marasmo. Um tempo que parecia transcorrer tão lentamente que sua marcha inexorável mal era percebida. Assim, nas fazendas, nas vilas do interior e nos sertões do país, essa mesma virada do século seria percebida. Ali, nada parecia romper uma rotina secular, firmemente alicerçada no privilégio, no arbítrio, na lógica do favor, na inviolabilidade senhorial dos coronéis e nas rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, a violência e o medo. Tudo parecia ser sempre igual, e o tempo, ao menos aparentemente, assim seguia o ritmo da natureza. Como nas memórias de infância de Graciliano Ramos, a vida transcorria lenta e sem outras alterações que não aquelas que distinguiam a estação das chuvas daquela da estiagem.⁷⁹

De fato, parecia que a vida nas vilas, povoados e cidades do interior era dominada pelo marasmo, isto é, pela força da tradição. O espaço parecia congelar o tempo, sendo a história uma continuação do ciclo natural. Para quem tinha como referência o cotidiano agitado das capitais, a vida social nos sertões e agrestes nada mais seria do que uma mera sucessão de instantâneos da natureza.

Entretanto algumas localidades do interior brasileiro não precisaram esperar por muito tempo pela chegada vertiginosa de alguns artefatos modernos. Seu “sono” seria despertado com a chegada triunfante do trem.

O trem - uma máquina descomunal e espetacular - foi o responsável pela chegada na Vila de Belo Jardim de alguns dos produtos mais desejados e cultivados pela sociedade moderna. O encontro entre o moderno e o tradicional foi facilitado pela inauguração em 1906, de uma Estação Ferroviária da Great Western, localizada nas proximidades da Praça da Conceição. A partir deste evento, abriu-se um campo de novas possibilidades, de esperanças e conflitos no espaço urbano. O trem mexeu com os sonhos e desejos das coletividades, pois modificava a relação espaço-tempo, criando a sensação de um mundo mais rápido e menor. Não se tratava apenas de miragens românticas, mas de experiências comprovadas no dia-a-dia por homens e mulheres que de certa maneira foram beneficiados por seus serviços.

Uma viagem de Belo Jardim ao Recife com fins comerciais e/ou sociais levava alguns dias para se concretizar, já que o principal meio de transporte naquela época eram burros e cavalos. Neste sentido, o trem realizou uma proeza maravilhosa, ao se

⁷⁹ NEVES, Margarida de Souza. **Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX.** In. O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República até à Revolução de 1930. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p. 15.

apoderar do espaço e lhe submeter ao domínio do tempo. As distâncias e os longos dias se transformaram em horas previamente calculadas pelo relógio.

Para as elites do Centro, o trem tornou-se uma realidade profundamente íntima, uma espécie de janela que lhe permitia ver e acessar os signos modernos, enquanto para os mais pobres que viviam no Tambor, descortinava-se como possibilidade e quimera. Numa época, em que as desigualdades econômicas e sociais eram abissais, entende-se que o acesso ao consumo de bens de conforto e lazer pelas camadas populares era quase impossível. Fazia poucos anos que havíamos saído da escravidão e a cidadania ainda era vista como uma questão de polícia. Mas a despeito de alguns desejos de consumo das elites serem realizados e os das camadas populares continuarem como vertigens, podemos afirmar que ambos os lados haviam sucumbido às seduições do capitalismo.

A Estação Ferroviária permitiu maior rapidez nas trocas e intercâmbios realizados entre os belo Jardimenses com a capital do Estado e as cidades que ficavam na rota da Great Western. Mas não foram apenas as atividades econômicas a sofrer alterações, a própria sensibilidade dos moradores seria também afetada com os produtos, ideias e valores anunciados a cada apito pungente daquela colossal máquina de ferro⁸⁰.

Vivia-se, nas primeiras décadas do século XX no Brasil, uma fase de transições e transações entre o tradicional e o moderno e entre o litoral e os “longínquos” e “atrasados” sertões. Longe de se caracterizarem como antinomias irreconciliáveis, como imaginou uma plêiade de intelectuais e ideólogos da chamada cultura brasileira, a tradição e o moderno eram amalgamados sob uma mesma rubrica. Nestes recônditos lugares, os processos de modernização foram implementados justamente por quem melhor simbolizava o conservadorismo: os coronéis, velhos remanescentes do antigo patriarcalismo aristocrático. Alguns coronéis estrategicamente viam em tais signos do capitalismo uma ótima oportunidade de atualizar-se historicamente e de continuar mantendo a dominação política. Era preciso modernizar sem ter que produzir mudança social.

⁸⁰Para uma leitura mais densa e completa do impacto das ferrovias no imaginário e nas relações político-econômicas dos agrestes e sertões da região atualmente chamada de Nordeste, ver o importante livro de: ARANHA, Geovácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região**: Tramas político-econômicas (1880-1925). Campina Grande: Ed. Universidade Federal de Campina Grande, 2006.

A instalação da Estação de Trem na Vila de Belo Jardim deveu-se a sua posição geográfica favorável aos interesses econômicos do Estado e do capital inglês, responsável pela expansão da rede ferroviária do litoral até o sertão no Estado de Pernambuco. Tal situação trouxe prejuízos para a cidade de Brejo na medida em que atingiu seu espectro político e econômico. Enquanto a cidade-sede ficava numa área bastante acidentada, encoberta por serras e montanhas, sem falar dos muitos quilômetros de distância que os separavam das duas principais estradas (a ferroviária e a rodoviária) usadas para o transporte e a circulação de mercadorias e pessoas, a Vila contava com a emblemática Estação Ferroviária e uma posição geográfica que a colocava na rota do crescimento econômico estadual.

“Sendo a vila melhor localizada do que a cidade de Brejo da Madre de Deus, com relação ao acesso à capital do estado e de outras cidades pela Great Western, Belo Jardim (a vila) logo se desenvolveu com relativa rapidez, enquanto a Sede vivia em nítida decadência, o que motivou grande rivalidade entre ambas.”⁸¹

A Estação Ferroviária produziu situações muito complexas e inusitadas para os habitantes de ambos os lados. Do lado da vila, assistiu-se a um processo de crescimento econômico que culminou com um movimento de emancipação, enquanto a cidade de Brejo da “*Madre de Deus*” observava atordoada a fuga da sua elite para a “próspera” Vila de Belo Jardim.

Segundo Barros Correia “diante do desenvolvimento econômico de Belo Jardim e da estagnação do Brejo da Madre de Deus, desencadeou-se em 1913 um movimento entre os moradores da vila visando à transferência da sede do município para a área comandada pelos belo Jardimenses”.⁸²

A despeito do que se pensou, este movimento foi articulado pela própria elite do Brejo que havia migrado para a vila devido a esta lhes propiciar condições econômicas e políticas mais vantajosas. Apenas uma década após a inauguração da Estação Ferroviária, processou-se o deslocamento em massa dos principais representantes da elite brejense - coronéis, prefeitos, médicos, juizes, promotores, advogados, comerciantes - para a vila de Belo Jardim. Consta ainda, conforme Barros Correia, que

⁸¹ JORDÃO, Adalberto. Op. cit. P. 22

⁸² CORREIA, Amauri de Barros. **Belo Jardim. De povoado à cidade.** In. Revista de História Municipal. Ano III, Nº 4, mar. Centro de Estudos de História Municipal- CEHM, Recife, 1991. p. 37.

“no comércio de Belo Jardim estavam os 26 maiores contribuintes da junta comercial de todo município”.⁸³

Os coronéis, comerciantes, advogados e médicos que saíram de Brejo da Madre de Deus se fixaram nas adjacências da igreja da matriz de Nossa Senhora da Conceição. Esse espaço foi redesenhado conforme a perspectiva material e simbólica destes atores. Casarões com platibandas, azulejos portugueses, além de inscrições com os nomes ou as letras iniciais dos seus proprietários, foram construídos para



Imagem 3: A casa do Coronel Abílio Barros Correa: Um dos primeiros políticos a trocar a cidade de Brejo pelo Centro da Vila de Belo Jardim.

serem suas residências e local de sacralização de uma visão e “di-visão” de mundo. Os moradores da Praça de Nossa Senhora da Conceição e da Rua João Pessoa cultivavam hábitos e representações, simultaneamente, aristocráticos e burgueses. Essas situações se verificavam tanto no estilo patriarcal e conservador de tais moradores assim como na abertura e sensibilidade para capturar os novos emblemas da modernidade. A arquitetura sutilmente expressava esses hibridismos. As platibandas, isto, figuras que são desenhadas em alto relevo na parte superior das fachadas das residências, ampliavam o peso do capital das elites. Embora tenha sido uma prática com finalidades funcionais e decorativas para outros grupos sociais, as elites adotaram-nas com fins mais estéticos e políticos. Daí a preocupação em investir em estilos mais sofisticados e arrojados, como o neoclássico e o barroco. Conforme a arquiteta Vânia Cavalcanti, “Belo Jardim conta com as duas representações das platibandas. As mais neoclássicas de influência européia, estilo barroco, situadas em geral na Rua João Pessoa, Praça da Conceição e pontos mais antigos.”⁸⁴

A área central convertera-se na mais valorizada e prestigiada para se viver e produzir distinções e hierarquias sociais. A partir dela se podia observar, classificar e

⁸³ Idem Ibid.

⁸⁴ CAVALCANTI, Vânia. **Platibandas contam a história da arquitetura de BJ.** In. *Jornal Enfoque o Foco da Notícia*. Ano I Número 01 – Maio – 2010, B1 Caderno 2.

medir os demais espaços e atores da cidade. Já o bairro do Tambor, devido a sua proximidade com a lagoa e o rio Bitury caracterizava-se pela vulnerabilidade do seu território à possibilidade de inundações e tragédias. Mais tarde o Centro tornar-se-ia uma espécie de Olimpo da elite belo Jardimense.

Dominar o espaço e inscrever sobre ele os valores e ideologia de classe tornou-se tarefa para o exercício das relações de poder das elites. O lugar habitado pelas elites (coronéis, comerciantes, intelectuais, etc.) vira uma espécie de imã axiológico, pois atrai e legitima as coisas mais cultuadas pela sociedade: ordem, dinheiro, poder, civilidade e beleza. Não é por acaso que elas estrategicamente procuram os mesmos espaços para habitar e promover seu estilo de vida.

O Centro foi essa vitrine das novidades vindas do além-mar. O desejo de consumo dinamizou o comércio, fazendo aparecer lojas de tecidos, armarinho, mercearias, sapatarias e padarias. As primeiras e mais importantes lojas comerciais segundo Adalberto Jordão foram as seguintes:

“A Favorita”, pertencente ao Sr. José Albino Pimentel, “Farmácia Dantas”, do Sr. José Antunes Dantas, “Padaria Democrática”, do Sr. Joaquim Barbosa, “Farmácia Desterro”, do Sr. Virgílio Leite, loja “A Esperança”, do Sr. João Barbosa Maciel, “A Graciosa” do Sr. Pedro Martins, “A Nova Aurora” do Sr. José Lino P. Filho, loja “A Porta do Sol”, do Sr. Antônio Franklim Cordeiro, “Lojas Barros Correia e Irmãos”, dos srs. Floriano, Abílio e Tito de Barros Correia. Além disso, em 1914 foram inauguradas as fábricas de bebidas “A Esperança”, do Sr. Pedro Cordeiro Pires e “A Perseverança”, do Sr. Abílio de Barros Correia. Nessa área ainda destacava-se algumas fábricas de bebidas alcoólicas, de doces, de gelo, etc. Por volta de 1920, o Grupo Alimonda e Irmãos implantou na Vila de Belo Jardim a firma Ponzo e Alimonda, que produzia o Sabão Marrom. As caixas desse sabão, juntamente com as do Querosene Jacaré, forneciam parte da matéria-prima para fabricar as embalagens dos Doces Mariola.

A diversidade comercial refletia o sentimento de entusiasmo com a fase de modernização e também traduzia o desejo de atualização com o que havia de mais

emblemático nos grandes centros urbanos. Ainda em 1923, o Cel. Joaquim Soares inauguraria uma agência de automóveis e o major João Gomes, em sociedade com o Barão de Suassuna, importaria da Alemanha um motor de 150 HP, a partir do qual substituiria a iluminação com lâmpada a álcool e com lampiões a querosene por energia elétrica⁸⁵. Tudo isso aconteceu sob os auspícios dos coronéis, na medida em que eram os homens mais ricos e poderosos da vila. Eles precisavam desfazer-se da caricatura de homens rústicos mediante a incorporação dos signos modernos para sobreviver às intempéries provocadas pelas oscilações da história. Daí, a necessidade de estar na vanguarda dos acontecimentos locais.

“A Nova Aurora”, “A Esperança”, “A Perseverança” não indicam apenas os nomes de algumas lojas e fábricas de bebidas, mas assinalam uma nova gramática de sentidos que tem na linguagem sua forma mais sublime de expressão. As palavras e as ideias evocavam o desejo dessas elites de traduzirem o imaginário de um tempo.

Na década de 1920, o Centro se transformou na sentinela avançada para as manifestações de protestos orquestradas pelas elites a favor da emancipação política. Esses protestos levaram os três principais coronéis de Brejo da Madre de Deus a firmarem um acordo com o governador Sérgio Loreto, no intuito de elevar a vila Belo Jardim à condição de sede do município.

Em 1923, o governo Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto fez uma aliança política com os coronéis Abílio César de Barros Correia, Antonio Marinho dos Santos e Germiniano do Rego Maciel, comprometendo-se com o Cel. Abílio a transferir para Vila de Belo Jardim a sede do município. Essa transferência foi adiada para o ano seguinte, quando pela Lei Nº 1627, datada de 29/03/1924, o governador Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto transformou Belo Jardim em sede do município, em decorrência de que viu-se também elevado à categoria de cidade.⁸⁶

As articulações dos coronéis com o governador Sérgio Loreto resultariam num fato curioso e inusitado na política estadual, no qual fica explícita a infinita capacidade

⁸⁵ Ver de ADILSON FILHO, José. **A cidade Atravessada**: Novos e velhos cenários da política belo-jardinense. Recife: Comunigraf, 2009. p. 96.

⁸⁶ BARROS CORREIA apud JORDÃO, Adalberto. Op. cit., p. 23.

das elites brasileiras para inventar “soluções criativas” para seus problemas. O antigo município do Brejo da Madre de Deus teria de conviver agora com duas cidades-sede. Isto na verdade significou uma grande humilhação para a maioria do povo brejense, menos para uma parte expressiva da sua elite. Durante quatro anos esse artifício foi mantido. Mas seria questionada por ambos os lados, principalmente pelos moradores da velha sede, os quais foram seguramente mais afetados. Os grupos de poder das duas cidades empreenderam estrategicamente uma aliança para pressionar o então governador Estácio Coimbra a dividir o município de Brejo da “Madre de Deus” em dois. Assim, pela Lei Estadual Nº 1931, de 11 de setembro de 1928, foi criado o município de Belo Jardim.

Essa história teve muito mais ares de farsa do que de drama⁸⁷. Do início até o fim, coube às elites de Brejo da Madre de Deus o movimento separatista. Na verdade, havia o temor de que com a chegada da Estação Ferroviária as condições políticas e econômicas da Vila de Belo Jardim fossem modificadas em prejuízo da sede. Percebendo o impacto das mudanças geradas pela Estação Ferroviária, os chefes políticos migraram para a Vila a fim de, depois, liderarem a luta pela sua emancipação. Essa foi a estratégia encontrada para permanecerem no poder.

Essa forma de fazer política já se tornou clássica entre as elites brasileiras. Começou com D. João VI, quando é obrigado pelos revolucionários do Porto a voltar para Portugal, porém sem antes deixar seu filho primogênito governando o Brasil. O mesmo acontece com Pedro I, que em 1831 viaja para Portugal para lutar contra seu irmão e colocar sua filha no poder e quem sabe se tornar Pedro IV, deixando o jovem Pedro de Alcântara em seu lugar. E ao longo da história política nacional, nossas elites iriam usar dos acordos, conciliações e bravatas para concretizar seus objetivos. Guardadas as devidas diferenças, a trama que culminou com a emancipação política de Belo Jardim pareceu repetir a rapsódia nacional. A criação de duas cidades e depois dois municípios inseriu-se nas estratégias de um ou dois dos mais poderosos clãs que estrategicamente se dividiram para controlar, simultaneamente, as duas municipalidades. O grupo chefiado pelo Cel. Antonio Marinho é de longe o que melhor exemplifica a verticalização e ambigüidade desse processo político.

⁸⁷ Para uma análise da história como farsa e drama, ver de MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Essa divisão trouxe para o Cel. Antonio Marinho uma situação privilegiada: foi eleito prefeito do município de Belo Jardim (1929) e seu irmão também foi eleito prefeito de Brejo da Madre de Deus, ficando as administrações dos dois municípios em “casa”.⁸⁸

Palco de múltiplos acontecimentos, o Centro foi o principal beneficiado pelas transformações econômicas e políticas realizadas na Vila de Belo Jardim com a inauguração da Estação Ferroviária (1906), depois com a sua transformação em cidade-sede (1924) e por fim, através do processo de emancipação política ocorrido em 1928.

O Centro: Referência e Fronteira

O que transforma certa área num centro urbano? Seria o fato de possuir bancos, lojas, igreja, repartições públicas, escritórios? Há lugares que possuem excelente infraestrutura com diversos tipos de serviços e, no entanto, não se constituem como um centro, enquanto outras áreas historicamente são avaliadas e moldadas segundo a primazia do que convencionalmente é chamado de centro da cidade. A primeira coisa que devemos fazer é questionar a maneira de se pensar o centro urbano igualmente a uma figura geométrica. A segunda seria desnaturalizá-lo, mostrando histórica e sociologicamente como tal centralidade foi construída.

O centro urbano não é necessariamente o ponto inicial – o marco zero – a partir do qual se construiu um círculo. Pois este marco zero ou ponto inicial não ocupa o centro de um círculo tal qual uma figura geométrica. Ele pode estar nas extremidades, nas margens, em baixo ou em cima, já que se trata de uma invenção humana que atende a fins políticos, econômicos e sociais.

A centralidade de um espaço social não é semelhante aos processos físicos e astronômicos, como aquele que explica o peso da gravidade do sol sobre a terra. A centralidade do espaço social surge como resultado da luta pelo poder entre as classes e grupos sociais. Neste caso, o que chamamos de centro nada mais é do que o efeito da excentricidade das elites, isto é, da sua vontade de dominar, da sua ambição material e da sua necessidade de se diferenciar socialmente. Para que isso se concretize é preciso

⁸⁸ JORDÃO, Adalberto. Op. cit, p. 25.

criar-se um espaço exclusivo, a partir do qual possam estabelecer seu *habitus*, seus estilos de vida, suas fronteiras e exclusões. O centro, durante certo tempo, foi o espaço vip das elites – o mais visível e visado pelas pessoas – uma área inicialmente construída para dar maturidade ao *modus vivendi* exclusivo dos excêntricos - e quem geralmente são os excêntricos?!!

Podemos dizer que o Centro nasceu de uma prática paradoxal das elites, qual seja: a vontade de juntar e de afastar. Juntar os iguais e afastar os diferentes. Para os iguais, ou seja, as elites, havia a necessidade de se criar um lugar que fosse estratégico para suas operações de poder, fossem elas domésticas, comerciais, políticas, religiosas ou culturais.

Numa perspectiva econômica e política, pode-se também afirmar que o Centro urbano surge das disposições dos grupos sociais de romper com as distâncias/ausências das localidades nas quais estão inseridos com relação aos serviços, equipamentos e signos diferenciadores de poder e status. A Estação de Trem cumpriu esse papel importante no início do século XX, ao reduzir o tempo e promover o espaço – através da mobilidade e acessibilidade aos objetos e serviços mais desejados socialmente. Um lugar se torna a matriz quando ele passa a ser durante algum tempo a síntese dos múltiplos interesses (econômicos, políticos, econômicos e culturais) das elites.

Atualmente, nas ruas João Pessoa, Siqueira Campos, Capitão Gaudêncio e Robalinho Leite, estão localizados a Igreja da Matriz, os bancos, o Palácio Municipal, alguns hotéis, os principais bares, supermercados, restaurantes, praças e lojas da cidade. A João Pessoa, no começo dos anos 1990, fora revitalizada com a criação de um calçadão para o flanejar dos moradores e consumidores, transformando-se na mais charmosa e aristocrática rua de Belo Jardim.

No entorno da igreja de Nossa Senhora da Conceição desenvolveu-se um tipo de coesão grupal característico de pessoas oriundas da classe média e alta. Essa coesão grupal se apóia principalmente na crença da superioridade dos seus valores e do seu estilo de vida em detrimento das formas de sociabilidade praticada por moradores dos bairros populares.

A ideia de tradição ocupa uma função importante no processo de legitimação da coesão deste grupo. A expressão “família tradicional” é uma forma de capital simbólico que marca a estrutura grupal e a personalidade dos indivíduos. Ser membro de uma família tradicional significa se ver e buscar ser visto como um sujeito nobre, portador das mais preciosas virtudes e talentos.

Algumas das famílias mais ricas e respeitadas da cidade, tais como as famílias Maciel, Mendonça, Torres, Ramos, Araújo, Barbosa, Constantino, Galvão, Leite, Lira, Lima, Vieira, Moura, Barros Correia, tiveram no Centro o lugar adequado para a produção de uma projeção social que os legitimaria como os “verdadeiros” demiurgos da política, dos negócios e da cultura local.

A chamada “sociedade belojardinense” teria num “grupo de pessoas dotadas de determinados bens e valores diferenciados da maioria das pessoas”⁸⁹, os seus legítimos representantes. Conforme Pierre Bourdieu, os sobrenomes de algumas famílias constituem-se:

Num dos lugares por excelência de acumulação de capital simbólico sob diferentes aspectos e a sua transmissão entre as gerações resguarda sua unidade. Isto se torna bem claro, por exemplo, na transmissão do nome da família, elemento primordial do capital simbólico hereditário.⁹⁰

Elas também foram responsáveis pela criação e organização das principais atividades culturais da cidade – as tradicionais bandas musicais Filarmônica e Cultura, os blocos carnavalescos, os clubes ITEC, ARCA, ABA, principais clubes desportivos e exerceram ainda profunda influência na educação secundária, técnica e universitária.

O clube ABA, localizado na João Pessoa, era um espaço exclusivo para o lazer dos seus moradores e convidados. Os pobres e as pessoas que não traziam a rubrica de um sobrenome burguês ou aristocrático tinham o acesso vetado. Era o pequeno jardim das delícias da elite local, no qual se podia demonstrar seu poder, seu “discreto charme” e sua superioridade grupal. A alegria e a tranqüilidade dos membros estavam protegidas da presença invasiva dos estranhos e indesejados.

Na Rua João Pessoa, nós tivemos até um clube – O clube ABA – que era freqüentado pela nata sociedade, que dançava, brincava, se divertia. Era um clube que não era muito aberto, não. Mas era um clube que freqüentava Airton, meu irmão, meus irmãos mais velhos. Artur sempre teve um lado mais artístico. Ele fazia programa de

⁸⁹ ADILSON FILHO, José. Op. cit, p. 151 e 152.

⁹⁰ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação social. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 57.

domingo. Ali era uma festa, tinha muitos bailes elegantes e vinha muita gente de Pesqueira. Vinha aquela fina flor de Pesqueira para a ABA.

As expressões “nata” e “fina flor” da sociedade denotam bem o sentimento de superioridade dos moradores da João Pessoa no passado, e quem sabe, ainda hoje. A nata é o que fica sobre o leite, sua parte superior, e a fina flor seria a mais bela e perfumada das flores que constituem o “belo jardim”.



Imagem 4: Rua João Pessoa: Espaço do Poder e da Tradição Familiar Aristocrática. Percebemos que o formato das casas contribuíam para a coesão e identidade do grupo, além da prática da fofoca.



Imagem 5: Casas Aristocráticas: noutros tempos era um símbolo de distinção para “a fina flor” do “Belo Jardim”.

A Rua João Pessoa: Vizinhança, fofoca e coesão grupal.

O depoimento anterior sobre a ABA foi feito pela senhorita Vanira Maciel, professora aposentada da rede estadual. Estamos falando dos membros de uma das famílias mais prestigiadas do município de Belo Jardim. A família Maciel composta por 15 pessoas exerceu por um longo tempo forte influência na vida política e cultural dos belojardinenses. Arnaldo Maciel, seu irmão mais velho, fora prefeito por três vezes do município, além de ter sido secretário de estado nos governos de Cid Sampaio e Eraldo Gueiros e ainda ter exercido mandato de deputado estadual e federal. Enquanto Artur Maciel tornou-se juiz federal de Pernambuco e responsável pelo projeto de criação da rádio Bitury AM e da Fabeja (Faculdade de Formação de Professores). Os demais irmãos se projetaram nas atividades comerciais, jurídicas e educacionais. A família do Sr. Francisco Barbosa Maciel ainda tinha parentesco com o poderoso Cel. Germiniano Maciel, “um dos donos da cidade”, conforme a fala de Vanira Maciel.

Para Vanira Maciel, a rua João Pessoa transcende o caráter meramente residencial, pois trata-se de um espaço que se confunde com a sua própria existência, com o seu estar no mundo. Tal rua é projetada com tons sentimentais e elitista.

A Rua João Pessoa sempre foi tida como uma rua histórica, né? Uma rua de elite que morava a fina flor da cidade em tempos passados. E pra mim o significado dela é grande porque ali é minha casa, minha família nasceu ali com exceção do irmão mais velho, que é Arnaldo Maciel. Eu morava numa das melhores ruas da cidade, que hoje está se transformando num centro comercial. As pessoas mudaram com o passar do tempo, poucos ficaram ali. Então a gente perdeu aquela vizinhança que era uma família.

A Rua João Pessoa passa a ser descrita como o lugar da “fina flor da sociedade” e depois como uma extensão da família. As relações de vizinhança entre membros proeminentes da elite forjavam-se num espaço em que a rua aprofundava as percepções e sentimentos de solidariedade de classe. O lazer, os encontros sociais restritos apenas aos vizinhos fortaleciam a coesão grupal. Exagerar na idealização do seu estilo de vida é uma prática ideológica e política imprescindível para quem se considerou a “nata” da sociedade.

Bom, a vizinhança era fraterna. É tanto que as irmãs Demétrio que moram perto da minha casa são consideradas como se fossem minhas irmãs. O meu vizinho, que era seu Tancredo, também era como se fosse da família. A Rua João Pessoa era uma família. Agora ela mudou um pouco. Aí eu já não posso dizer que conheço os vizinhos. Aqui é a Eletroshop, antes era o Sr. Constantino, um português, um senhor muito distinto, que nos levava com sua esposa para a festa. A Rua João Pessoa não era uma rua, era uma família.

O trecho final da sua fala revela naquele momento o valor simbólico que tinha aquela rua no processo de construção da identidade grupal. A “Rua João Pessoa não era uma rua, era uma família” asseverou num tom de saudosismo e melancolia. A modernização capitalista trituraria parte desse cenário romântico das famílias de perfil aristocrático.

Outro aspecto que demonstra o espírito de integração dos moradores da João Pessoa é a famosa Festa das Marocas – maior evento festivo da cidade –, que acontece no mês de julho há quarenta anos e mexe com o imaginário dos cidadãos, gerando muita expectativa, emoção e conflitos entre grupos políticos e foliões devido às constantes alterações que vem sofrendo desde que foi municipalizada, em 1993, pelo prefeito Valdeci Torres⁹¹. Trata-se de uma festa que resultou da prática da fofoca entre vizinhos, amigos e parentes da Rua João Pessoa. A fofoca acontecia num espaço delimitado entre as janelas e as calçadas das casas. O hábito de se reunir para conversar sobre a vida alheia e as intrigas políticas foi também favorecido pela telenovela *Redenção*, da extinta TV Tupi, que teve grande popularidade no Brasil no ano de 1970. A novela tinha entre seus principais personagens um grupo de mulheres que se reunia para fofocar. E é por esta razão que a festa ficou duplamente conhecida como Festa das “Marocas” e “Festa da Redenção”. No final da década de 1980, a festa havia se expandido para a Rua Siqueira Campos e, em sua 40ª edição, foi transferida para o Pátio de Eventos Edivaldo Jatobá, sob o protesto de milhares de pessoas⁹².

Para além do lado cômico, a fofoca que deu origem à Festa das Marocas desenvolveu-se exclusivamente entre famílias “tradicionais”, o que revela uma forte

⁹¹ Ver de ADILSON FILHO, José. *Tradições, Festas e Fé*. In. **A cidade atravessada**: Velhos e novos cenários na política belojardinense. Recife: Comunigraf, 2009.

⁹² No ano de 2006, a Festa das Marocas havia sido transferida para o Pátio de Eventos, porém, sob o protesto da população, o prefeito João Mendonça fora obrigado a fazer um plebiscito para que o povo escolhesse o lugar onde deveria acontecer. A maioria votou na Rua Siqueira Campos, ou seja, votou na tradição espacial. Em 2010, agora sem plebiscito e em desrespeito à vontade popular, o prefeito Marcos Coca-Cola transferiu novamente a festa para o Pátio de Eventos Edivaldo Jatobá

coesão de um grupo de estabelecidos. Na verdade, a fofoca não é a causa desta unidade e identidade de grupo, mas o resultado de ambos, uma vez que é uma forma de comunicação baseada no estereótipo. Ela serve tanto para afirmar as qualidades (morais, estéticas e sociais) de um grupo quanto pode ser usada eficazmente para denegrir a imagem de outros grupos que sejam vistos como seus antagonistas. Por ser uma linguagem estereotipada, a fofoca praticada entre os moradores da João Pessoa tinha a função também de exaltar seus aspectos positivos, constituindo-se ao mesmo tempo em elogio para os iguais e num tipo de escárnio para os diferentes.

As ruas João Pessoa, Siqueira Campos e Capitão Gaudêncio, desde as primeiras décadas do século XX até mais ou menos a década de 1990, foram áreas destinadas exclusivamente ao *modus vivendi* das classes médias e alta da sociedade local. No entanto, a partir dos anos 1990, a sua faceta residencial foi sendo paulatinamente redesenhada para fins especificamente comerciais. Muitos dos velhos casarões – outrora residência da elite aristocrático-burguesa – foram simplesmente transformados em lojas comerciais, clínicas, bancos e hotéis⁹³. Ainda restam alguns casarões e várias famílias tradicionais que resistem à ideia de se mudar para outro local. Para elas, residir nestas ruas ainda continua sendo um exercício de distinção social.

Apesar do processo de modernização econômica, as ruas João Pessoa e Siqueira Campos continuam despertando o interesse de famílias ditas tradicionais como os Maciel, os Lima, os Ramos, os Leite, os Mendonça, os Galvão. Talvez, um bom exemplo que caracterize a importância de residir em tais espaços tenha sido demonstrado por João Mendonça – ex-prefeito e ex-deputado estadual –, que trocou a chamada “área nobre” (apelidada pelo povo de “bairro dos ricos”) por uma casa antiga



Imagem 6: Esta casa, localizada na Rua João Pessoa foi comprada pelo Ex-Prefeito João Mendonça.

na Rua João Pessoa. O que significa dizer que tal rua continua sendo sinônimo de distinção social. E também porque o seu traçado favorece algumas práticas típicas de

⁹³ A própria elite ou seus descendentes nunca se preocuparam com a sua preservação. Nunca houve pressão política para levar os poderes municipais a instituir uma lei de conservação do patrimônio arquitetônico municipal.

sociedades relacionais, como a intensa sociabilidade de tipo face a face, o espírito de vizinhança e a fofoca, facilitadas pela estética das casas geminadas ou do próprio formato das janelas e calçadas que diminuem a distância entre a casa e a rua⁹⁴ – ou entre o público e o privado – tão importantes para a ideia de proximidade e cordialidade⁹⁵ do político com o povo⁹⁶. Enquanto a dita área nobre é uma verdadeira fortaleza, protegida por muros altos, cães e cercas elétricas, onde os encontros e contatos diretos entre estabelecidos e outsiders são extremamente dificultados.

Se, para as elites, o Centro está se tornando uma realidade essencialmente econômica e política, o mesmo não ocorre para os moradores de bairros populares como o São Pedro, o Santo Antônio, o Maria Cristina, o Frei Damião, a Ponte Nova, as Cohabs I, II, III, o Pontilhão e a Floresta. A distância e as carências estruturais de tais áreas projetam o Centro urbano como um espaço de distinção e poder.

A relação com o centro da cidade sempre vem acompanhada de um sentimento secreto de beleza, não tão ligado à arquitetura como tal, mas a profusão dos belos objetos que se acham impostos em vitrines. Isto gera uma temática do dispêndio, da vontade de gastar: “Oh!, que beleza! Como gostaria de ter isso.” O centro da cidade é a permissão de sonhos sempre mais com uma outra vida, com um outro lugar. No âmago desta prática urbana das grandes lojas está um momento de esquecimento do real.⁹⁷

Comprar ou passear no Centro para as camadas populares tem o mesmo significado do Shopping Center para as elites. Ele é o espaço que faz a diferença, inclusive, para aqueles que voltaram a viver em Belo Jardim depois de muito tempo morando noutros estados.

Este é o caso de Carlos Alberto (“o Conde de Montpellier”), contabilista e ex-morador da Rua dos Felicianos, no bairro da Ponte Nova. De volta a Belo Jardim após ter vivido em São Paulo por quase duas décadas, optou por morar na Rua Robalinho

⁹⁴ Sobre a função da casa e da rua como dimensões explicativas da sociedade brasileira, ver de DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

⁹⁵ Sobre cordialidade, proximidade e intimidade. Ver de HOLANDA, Sérgio de Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras, 2008.

⁹⁶ Cintra Galvão, o outro líder político da cidade, morador da Rua Siqueira Campos, há muito tempo desenvolve a prática de abrir sua casa para os eleitores. Certamente isto provoca algum deslumbramento sobre seus eleitores e aumenta ainda mais a sua liderança carismática, pois permite ao eleitor entrar no universo íntimo e privado do líder. Para as pequenas sociedades, é fundamental ao político ter um endereço fixo. Já nas grandes cidades ocorre o contrário, pois ninguém sabe onde moram os seus representantes políticos. Os cabos eleitorais são os mediadores desta relação indireta.

⁹⁷ MAYOL, Pierre. O Fim de Semana. In. De Certeau, Michel et al. **A Invenção do Cotidiano**. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 153.

Leite (Centro), num apartamento que fica no quarto andar de um edifício em frente ao Banco do Brasil, e que não tem elevador. A Robalinho Leite é uma rua praticamente comercial, formada por bancos, lojas, farmácias, armarinhos e armazéns. Após o fim do horário comercial, o movimentado vai e vem de pessoas é substituído pelo silêncio da noite. No entanto, ele justifica sua escolha:

Analizando aqui somente os prós, as justificativas são: a) no caso do Centro de Belo Jardim, o valor do aluguel praticado é o mesmo em relação ao de outros bairros da cidade, com exceção dos bairros nobres. b) escolher morar no Centro implica na comodidade de ter concentrado o comércio, a prestação de serviços, lazer, eventos sociais e culturais e toda a infra-estrutura que o Centro oferece.

Devido à transformação provocada pela modernização econômica, o preço do aluguel de um apartamento na Rua Robalinho Leite tornou-se mais barato e praticamente igual ao de bairros populares que mantêm certos aspectos das áreas de jardinagem, tais como a Ponte Nova, o Tancredo Neves e o São Pedro. Outro aspecto justificado pelo entrevistado foi a variedade de serviços e eventos oferecidos pelo bairro. Contudo, para um “outsider” que tem o apelido de “Conde de Montpellier”, a razão principal de morar na área central da cidade traduz muito mais coisas do que a diversidade de serviços e eventos. Assim, como ele mesmo afirma: “residir no Centro significa ter um status social que essa condição lhe confere em relação a quem mora nos arredores menos favorecidos”.

Já para os habitantes das três áreas do bairro do Bom Conselho (Lagoa, Tambor e Av. Bom Conselho), o Centro é ao mesmo tempo uma fronteira que separa os *socius* dos *hostis* como também um espaço que os qualificam devido à proximidade geográfica com ele. Assim tanto para os moradores do Beco de Seu Eufrásio (“a praga” do bairro), da Lagoa (“a erva” daninha) e da Av. Cel. João Leite e Av. Bom Conselho (lugares dos pretensos jardineiros e jardinistas do Bairro) viver próximo ao centro, isto é, separado por uma ponte, pode produzir uma série de positivities.

A proximidade territorial com a área central facilita o deslocamento e o acesso mais rápido aos produtos e serviços que somente existe ali. Além disso, aumenta o preço dos imóveis, principalmente, aqueles que se encontram nas áreas de jardinagem, isto é, que

tem melhor infra-estrutura. Para esses, a tal proximidade também amplia seu capital simbólico e social na medida em que concebem suas ruas como extensão do Centro.

Os estabelecidos (jardineiros/jardinistas) dos bairros populares usam dessa proximidade com o Centro urbano para praticar a ação da jardinagem, isto é, combater a presença dos pobres e miseráveis, sob o tosco argumento de que eles sujam e maculam à civilidade e à ordem do bairro. E mais: esses são também responsabilizados por fornecerem o combustível para a violência, o medo e o crime, além de contribuírem diretamente para desvalorizar os preços dos imóveis e aluguéis.

Para os outsiders (tratados como as pragas e as ervas daninha), a proximidade com o Centro produz benefícios bem menores. O fato de residirem há uma distância de 150 ou 300 metros da área mais prestigiada, bonita e valorizada da cidade, traz certamente alguns dividendos em termos de deslocamento e acesso.

Tudo isso pode ser observado na resistência de alguns moradores do Beco de Seu Eufrásio e do Beco de Seu Natalício em sair para morar em outros bairros, apesar de serem lugares afetados pelas enchentes provocadas pelo rio Bitury. Sem falar é claro das precárias condições de vida que marcam a rotina destas populações. Nesse aspecto, não é somente a situação lastimável que justifica a sua fixidez espacial. Entre viver nas mesmas condições de pobreza ou de miséria em qualquer outra localidade, os becos de Eufrásio e de Natalício apresentam as vantagens da proximidade e vizinhança com o Centro.

No entanto, diante dos olhos dos estabelecidos da Av. Nossa Senhora do Bom Conselho e do Centro, um desses becos é tomado como um espaço totalmente distópico. Essa posição de enclaves ou de entre-lugares das áreas citadas contribui para hostilizá-los tanto pelos estabelecidos do bairro e adjacências quanto pelos outsiders de outros bairros da cidade. Eis algumas das dificuldades e desafios enfrentados pelos pobres e miseráveis que vivem próximos das áreas de jardinagem.

Em Belo Jardim, assim como na maioria das pequenas e médias cidades brasileiras, o centro urbano continua exercendo profunda atração sobre as camadas médias e populares, constituindo-se mesmo num símbolo de poder e prestígio – a partir do qual se pode juntar, separar ou excluir pessoas.



Imagem 7



Imagem 8: Rua João Pessoa - Os tons da modernização transformam o ar aristocrático: “O Belo Jardim” vira um calçadão.



Imagem 9



Imagem 10: Tradição e modernidade.



Imagem 11: Vista parcial da Rua Robalinho Leite: O Centro continua sendo o espaço de atração para diversos segmentos sociais.



Imagem 12: Avenida Siqueira Campos: Centro Comercial e Político da Cidade.



Imagem 13: Continuação da Avenida Siqueira Campos. Esta Rua passa pelo mesmo processo de modernização da Rua João Pessoa. Na casa em frente reside o ex- prefeito Cintra Galvão.

A invenção das “áreas nobres”: outra forma de praticar a jardinagem.

Os processos de segregação espacial seguem os princípios da jardinagem moderna, isto é, a necessidade que têm as elites de fugirem das indeterminações e ambigüidades geradas pelos (des)encontros com os indesejados. Livrar-se dessa situação desconfortante é o que tem gerado a invenção das chamadas “áreas nobres”. O discurso do medo, da busca de segurança, tranquilidade e paz, vem sendo usado sistematicamente para justificar a mixofobia das elites com relação à proximidade e vizinhança com os mais pobres da cidade.

Sendo um componente permanente da vida urbana, a presença perpétua e ubíqua de estranhos visíveis e próximos aumenta em grande medida a eterna incerteza das buscas existenciais de todos os habitantes. Essa presença, impossível de se evitar senão por breves momentos, é uma fonte de ansiedade inesgotável, assim como de uma agressividade geralmente adormecida, mas que volta e meia pode emergir.⁹⁸

Contudo, a fonte desta “inesgotável ansiedade” não se aloja necessariamente no medo à presença “daninha” dos outsiders, mas deve-se, principalmente, à concepção individualista e higienista das próprias elites. Talvez seja esse o ponto nelvrágico da questão e que não aparece como fator principal. O problema maior é de quem tem medo de “cair nas armadilhas da ambivalência, evitando as misturas e as indefinições de uma realidade confusa”⁹⁹. Nesse caso, a mixofobia ao pobre e ao estranho explica o fechamento destas elites à vida pública. Não importa o tamanho do sítio urbano, fugir ou desviar-se a qualquer custo da companhia indesejável dos mais pobres tem sido o principal desafio vivido pelas classes superiores.

Na cidade de Belo Jardim, há duas décadas verifica-se um processo de deslocamento contínuo das elites locais (empresários, médicos, advogados, engenheiros, professores, funcionários públicos, etc.) para localidades mais distantes do centro urbano. O novo endereço da jardinagem local fica nas proximidades do Instituto Federal de Educação e

⁹⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 129.

⁹⁹ ADILSON FILHO. Cidades, globalização e ambivalência: Imagens e representações da urbs contemporânea. In. **O Fenômeno da globalização em sua dimensão local e multidimensional**. (Orgs.) MOREIRA, Eliana Monteiro, VÉRAS, Roberto. João Pessoa, Ed. UFPB, 2009, p. 145

Tecnologia (IFE), da Autarquia Educacional de Belo Jardim (AEB) e nos arredores do Colégio Frei Cassiano de Comachio, do Colégio Bento Américo e da Fábrica de Acumuladores Moura.

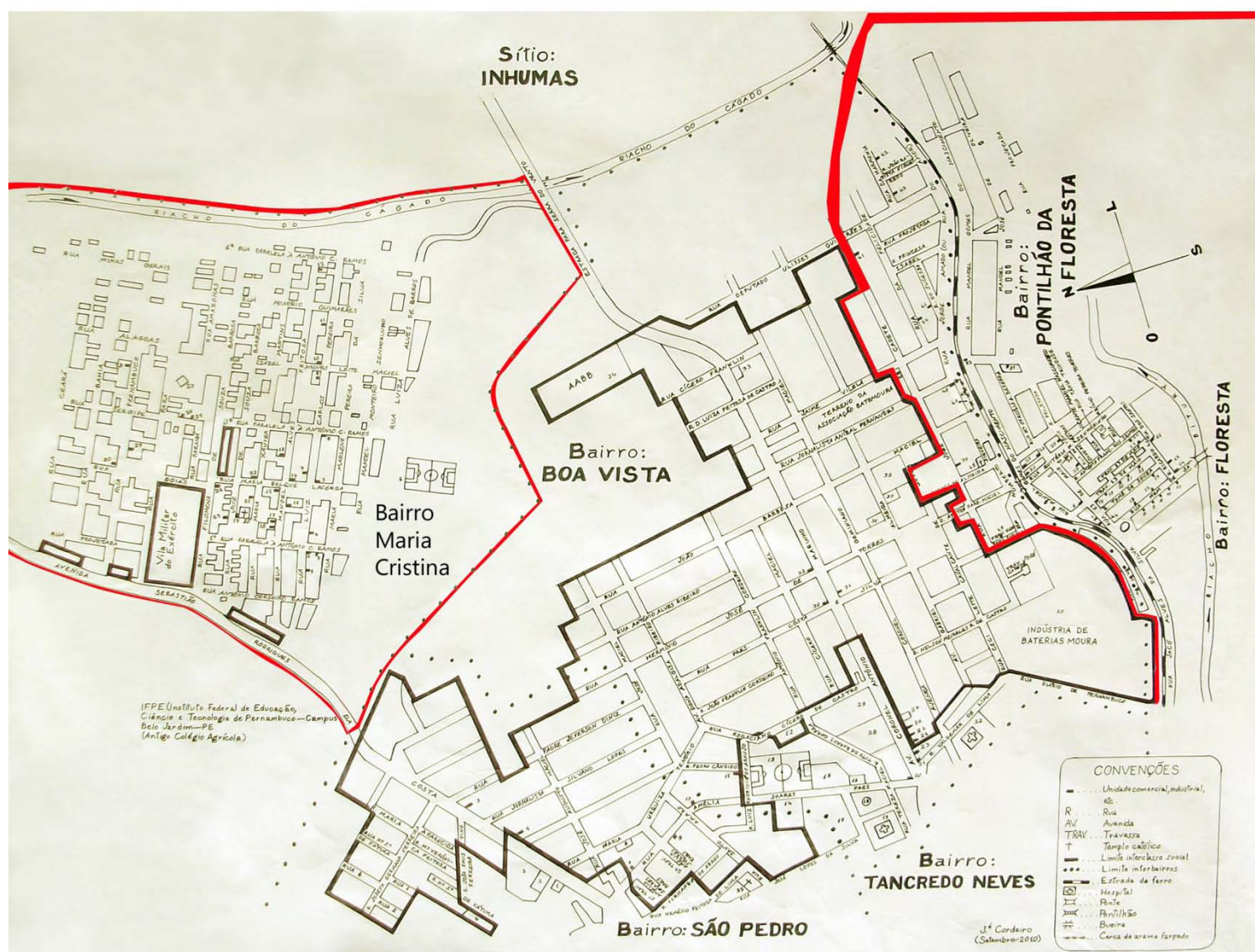
Habitar em tais localidades significa para a classe dos emergentes – professores, médicos, engenheiros, advogados, empresários, políticos e segmentos do funcionalismo público e privado – não apenas a possibilidade de ter mais paz e qualidade de vida, mas também e, principalmente, a chance de viver num espaço de semelhantes. O seu desejo de viver num *habitat* de iguais, pode ser interpretado como uma atitude eugenista e burguesa que se reflete no distanciamento físico e simbólico com relação aos contatos de primeiro grau com os indivíduos considerados diferentes e problemáticos.¹⁰⁰

A concepção estética presente na construção dessas moradias obedece a um processo que atualmente predomina nos grandes centros urbanos do Brasil. As casas e as ruas são projetadas para autossegregação dos seus próprios proprietários. Não se trata de áreas verticalizadas tais como blocos de apartamentos ou de condomínios fechados, mas de “casas grandes”, protegidas e isoladas por muros altos, cães e cercas elétricas. Essa é a concepção estética que marca as novas áreas de jardinagem, denominadas por seus moradores de “áreas nobres”.

José Geraldo de Sousa Couto, 54, nascido, no Recife, empresário do setor imobiliário, foi um dos primeiros a investir na venda de terrenos, em áreas próximas à AEB (Autarquia Educacional de Belo Jardim). Atuando há quase 20 anos nessa localidade, praticamente viu nascer o bairro da Boa Vista, o qual é atravessado pela Av. Cel. Antonio Marinho. Conforme o seu relato, o processo de ocupação espacial assume formas distintas entre os dois lados da Av. Cel. Antonio Marinho. Aqui chamarei de Lado A a parte onde fica o escritório de vendas de lotes, isto é, à direita de quem vai à AEB. Neste lado, observa-se que o processo de apropriação espacial dera-se de modo mais heterogêneo, pois misturou na mesma área segmentos das chamadas classes A e B (médicos, advogados, empresários, engenheiros, professores universitários, etc.) e da classe C (operários, pedreiros, marceneiros, mecânicos, professores estaduais e municipais, militares, pequenos comerciantes).

¹⁰⁰ ADILSON FILHO, José. **A cidade atravessada**. p. 113-114.

Mapa dos Bairros: Boa Vista, Pontilhão e Maria Cristina.



Mapa 3

A trampolinagem feita por vários compradores de lotes fora um dos aspectos responsáveis por essa heterogeneidade espaço social. Segundo o empresário José Geraldo, os lotes vendidos tinham inicialmente o formato padrão de 12 metros de largura por 30 de comprimento. Porém, muitos compradores burlavam o contrato dividindo o terreno adquirido em lotes menores para depois revendê-los. Assim, o que seria apenas uma residência transformava-se em duas.

As relações de parentesco facilitavam ainda mais a prática da trampolinagem, uma vez que a divisão do lote convencional em partes menores tinha por objetivo geralmente atender aos desejos dos pais em ver sua família vivendo junta. Esse modelo corresponde principalmente às famílias de trabalhadores e pequenos proprietários, cuja prole é ainda relativamente numerosa e, por conseguinte, estimula estilos de vida mais cooperativos.

Apesar de haver diferenças relativas à especialização, à qualificação profissional e ao *status quo* entre os membros das classes A, B e C do Lado A, existe entre eles alguns pontos em comum, como por exemplo:

a) o fato de todos eles fazerem parte da população economicamente ativa, ou seja, de estarem integrados ao mercado de trabalho, permite-lhes maior possibilidade de mobilidade social.

b) assumem comportamento típico de estabelecidos, isto é, das pessoas ou grupos que se vêem como os melhores da sociedade e por esta razão tendem a ver seu lugar como o mais qualificado para se viver longe da presença de pessoas incômodas e indesejadas.

No entanto, tais aspectos comuns não ocultam as desigualdades e hierarquias que há entre eles. A dimensão das casas, o tamanho e altura dos muros e portões – tanto os diferencia como também os segrega espacialmente. A casa materializa vários diferenciais de poder, porque pode agrupar e sintetizar num só local os vários tipos de capital. Eles podem até ser vizinhos, mas estão socialmente distantes. O viver, encastelado das classes A e B, inverte o conceito de sociedade levando-nos a crer que os mais “integrados” socialmente são justamente aqueles que optaram por esse modelo de vida fechado e exclusivista.¹⁰¹

¹⁰¹ O conceito de Integração Social é ambíguo e deve ser criticado, já que sugere que os grupos mais integrados são aqueles que vivem em melhores condições materiais. Assim, os grupos mais ricos estariam socialmente mais integrados do que as camadas médias e baixas. Com efeito, deixa-se de ver a importância que tem a força da comunidade, da vizinhança, da solidariedade, dos contatos face a face, entre grupos populares e médios para o fortalecimento da própria noção de sociedade, tão cara à Sociologia. Contrariamente a isso, os grupos de elite, através de seu individualismo, cada vez mais favorecem o esgarçamento da esfera pública. Sobre isso ver: **Amor líquido e Vidas desperdiçadas.**

O programa de financiamento da casa própria “Minha Casa Minha Vida”, do Governo Federal, tem aumentado consideravelmente a especulação imobiliária na cidade de Belo Jardim, principalmente no bairro da Boa Vista. Algumas pessoas têm-se especializado nesse negócio, primeiro comprando os lotes para construir casas para depois revendê-las a valores bem acima do mercado. Este é o caso de Marcos Batista, 45, tributarista, que mora há 12 anos na Rua João Barbosa Maciel, situado no Lado A da Av. Cel. Antonio Marinho. Segundo seu relato:

Há 12 anos tinha apenas umas 05 casas. Hoje tem mais de 50 casas. E os lotes vizinhos a sua casa foram todos vendidos. Tá todo mundo construindo neste bairro {...} Todas as casas são de grande porte, né? Os terrenos lá medem 12 por 30. Tem um valor elevado, acima de 35 mil reais. E hoje se você quiser comprar um terreno não tem na área da Boa Vista.

O preço de 35 mil reais em média de um lote, certamente não permite “todo mundo” residir no pedaço mais valorizado do Lado A do bairro da Boa Vista. Apenas aqueles que o Sr. Marcos define depois como membros “da classe média e da classe alta, isto é, os funcionários públicos de bancos e comerciantes”. A razão principal que leva as pessoas a migrarem para tal área é o fato do referido bairro ser considerado uma “área nobre”.

A população de Belo Jardim, hoje, tá saindo do foco do centro da cidade e se deslocando para o Boa Vista, que é um dos bairros mais nobres da cidade. É a tranquilidade, é o futuro de Belo Jardim que está crescendo para aqueles lados. E é por isso que se você quiser comprar ou alugar uma moradia lá, o preço é alto.

Mas o que há realmente de nobre nestes espaços, senão apenas o fato de ser a moradia de um grupo de pessoas que se vêm como estabelecidos? As novas áreas de jardinagem são constituídas em sua maioria por ruas esburacadas, desprovidas de calçamento, boa iluminação e, às vezes, até de saneamento básico.

Em algumas ruas existe saneamento, em outras não. Agora dinheiro pra isso tem, mas ninguém sabe pra onde vão os investimentos. A Prefeitura informa que para bairro de rico não tem dinheiro pra saneamento. Eles têm que cobrar por fora como se fosse uma rua particular. Você cobra ao morador para a Prefeitura entrar apenas com a mão-de-obra. Eu acho que isso não existe.

Nessas áreas, parte dos serviços urbanos como calçamento e segurança é feita em parceria com a Prefeitura. Mas o poder de pressão dessas elites tende futuramente a inverter essa realidade, forçando a Prefeitura local a suprir suas ruas de praticamente toda a infra-estrutura urbana e serviços de que precisa. Principalmente porque a maioria dos representantes dos três poderes locais (prefeitos, ex-prefeitos, vereadores, juizes, promotores, advogados) mora nessas áreas. Os resultados desse poder de pressão já podem ser observados na infra-estrutura de algumas ruas que compõem o Lado B do bairro da Boa Vista.



Imagem 14: Faltam o asfalto e o saneamento, mas temos a ostentação do muro.

O Lado B da Av. Cel. Antonio Marinho¹⁰² apresenta um processo de apropriação espacial mais homogêneo, na medida em que a venda dos terrenos seguem um padrão mais ou menos fixo. Os lotes vendidos geralmente seguem o tamanho padrão de 15 metros de largura por 30 metros de comprimento, são terrenos que dependendo da sua localização podem chegar a ser vendidos por até mais de 50 mil reais.



Imagem 15: A preparação "do novo jardim".



Imagem 16: O combate às "Ervas Daniã" continua.

Vê-se que se o tamanho dos terrenos segue uma explícita concepção de jardinagem, a qual procura excluir de uma só vez as camadas mais baixas da sociedade local. A renda média de um operário, trabalhador autônomo ou feirante dificilmente lhes permite comprar um terreno no valor de mais de 30 mil reais para somente depois construir a casa. Normalmente, investe-se tal dinheiro diretamente na compra de uma casa, ou para financiar um imóvel mais caro.

As pessoas que compram um terreno a partir desses valores não podem simplesmente ser classificadas como membros da classe trabalhadora, sobretudo quando elas vivem numa cidade com uma população de 71 mil habitantes, em que pelo menos mais de 10 mil e quinhentas famílias sobrevivem da ajuda do Programa Bolsa Família do Governo

¹⁰² O lado esquerdo de que vem da AEB no sentido cidade de Belo Jardim Como enfatizamos, as elites têm preferência por nomes que temporalizem situações e contextos mais profanos e racionais. O bairro chama-se Boa Vista e a avenida recebe o nome do Cel. Antonio Marinho – o primeiro prefeito da cidade de Belo Jardim – para servir como emblema da nova área de jardinagem.

Federal. Apenas aqueles que passaram por um processo de aburguesamento¹⁰³ têm as condições reais para fazer este tipo de investimento. Na verdade, trata-se de pouquíssimos operários que conquistaram postos mais elevados nas empresas através de qualificação profissional e longos anos de dedicação. No âmbito local, essa realidade pode ser exemplificada pela ascensão de alguns trabalhadores da fábrica de baterias Moura, isto é, operários qualificados, diretores, gerentes de produção, controladores, técnicos e prestadores de serviços. Nadja Maria Nunes de Lacerda fala com entusiasmo da importância do Grupo Moura, para o qual trabalha há mais de 20 anos.

{...} Vejo a empresa como uma grande exportadora de talentos. Nesse tempo de serviço, consegui dar uma boa educação às minhas filhas, inclusive colocando-as na universidade; pude comprar a minha casa, além de outros benefícios, como poder pagar um plano de saúde. Só tenho que agradecer pelas oportunidades, confiança, aprendizagem que a empresa deposita em mim.

A ascensão social de um pequeno número de trabalhadores e prestadores de serviços ligados ao Grupo Moura estimulou o processo de urbanização e expansão das áreas de jardinagem na cidade de Belo Jardim. A própria empresa teve participação fundamental nesse processo ao construir uma vila voltada para atender às exigências da sua mão-de-obra mais qualificada. Ou seja, dos engenheiros, diretores e executivos que teriam de morar na cidade. Esta área fica, inclusive, localizada por trás da fábrica de acumuladores Moura e faz fronteira com o bairro do Pontilhão, uma localidade pobre e castigada no passado pela emissão de vários poluentes despejados no ar através das chaminés e atualmente de produtos químicos que são jogados num riacho, poluindo o solo e a água, durante o processo de fabricação das famosas baterias Moura.

Pode-se dizer que o bairro do Pontilhão, com suas casas geminadas e humildes, representa a contradição e o mal-estar para parte dos moradores do bairro da Boa Vista. Suas casas modestas e cheias de crianças, jovens, adultos e animais nas calçadas e nas ruas contrastam com o silêncio e o vazio dos casarões de muros altos, portões de aço e cercas elétricas. Duas realidades distintas e desiguais, porém, filhas do mesmo processo

¹⁰³ “Aburguesamento é o processo através do qual a classe operária, ao adquirir níveis relativamente confortáveis de segurança financeira e bem-estar material, torna-se mais semelhante à classe média, graças à influência dos sindicatos.”. In. JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia. Guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 3

histórico. O capitalismo, como assinalou enfaticamente Marshal Bermam, é a unidade da desunidade.¹⁰⁴



Imagem 17: Bairro Maria Cristina. “A chegada do estranho”...



Imagem 18: gera ansiedade e segregação.

A industrialização e a danação do “Belo Jardim”

O novo percurso da jardinagem na cidade de Belo Jardim caminha na direção da periferia urbana, mas para transmutar-se em “áreas nobres”. O termo periferia no imaginário urbano emerge não somente como uma geografia distante, mas também como uma realidade social profundamente precária. Daí, a necessidade de adjetivação do lugar, de realçá-lo com cores e tons nobiliárquicos e/ou burgueses.

O processo de reterritorialização das elites também foi motivado pela “danação” sofrida pelo Belo Jardim nos últimos 20 anos. Durante a década de 1990, a cidade assistiu a um rápido crescimento urbano e demográfico, efeito da migração de milhares de pessoas oriundas da zona rural, distritos e das cidades circunvizinhas (Sanharó, São Bento do Uma, Tacaimbó, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha).

A presença de indústrias de médio e grande porte e a razoável oferta de serviços de saúde, educação básica e superior contribuiu para singularizar a cidade de Belo Jardim

¹⁰⁴ Ver de BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: A aventura da modernidade. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

como uma das mais estruturadas e atraentes do agreste setentrional. Naturalmente, isso teve um efeito marcante na ocupação espacial e nas relações sociais desenvolvidas no sítio urbano. A pressão demográfica foi respaldada pela extensão territorial e a abundante oferta de terras que a fizeram crescer para todos os lados. Os bairros populares como o Maria Cristina, o Frei Damião, as Cohabs 2 e 3 desenvolveram-se sem nenhum planejamento racional. Muitas dessas áreas são oriundas de ocupação ilegal, feitas por pessoas desempregadas ou vivendo de atividades informais e temporárias.



Imagem 15: Bairro do Pontilhão e a proliferação das “ervas daninhas”. (Ao fundo vê-se os galpões das baterias Moura).

A pobreza de tais áreas fora aprofundada pelo abandono dos governos locais, que as excluíram de serviços essenciais como saneamento básico, calçamento, boa iluminação, segurança, transporte e lazer. Estes moradores, principalmente aqueles que habitam nas Cohabs 2 e 3, tornar-se-ão fonte inesgotável para a produção de estigmas, insegurança e de diversos tipos de medo. Ao lado dos moradores da Lagoa, tornaram-se os nossos “bárbaros ou selvagens internos”, habitantes dos territórios mal ... ditos da cidade.

O afluxo populacional provocado pela industrialização e urbanização foi fundamental para provocar novas formas de tensão social, pois o que vem “de fora” tanto gera atração quanto repulsa. A chegada de milhares de pessoas, em sua maioria desconhecida, modificou o cenário da cidade, quebrando a “tranquilidade” entre vizinhos, conhecidos e amigos. “O forasteiro” ainda não podia ser imediatamente classificado como “um igual”. Ele é ubíquo porque se movimenta em todas as direções.

A parte dos cidadãos que estava acostumada com a rotina do dia a dia se viu confrontada com uma verdadeira mixórdia de pessoas e novos mal-estares. A solução encontrada foi se deslocar para outros espaços e se enclausurar sob o “argumento da busca da “paz” e da “tranqüilidade” perdidas, devido à chegada de estranhos. A velha e nova elite precisaram reinventar novos jardins para o seu sossego. Foi isso, por exemplo, o que aconteceu com o professor universitário José Sandro dos Santos, um desses novos emergentes que, motivados pela nova semântica que acompanha as sensibilidades burguesas, trocou o “barulhento” bairro do São Pedro pela “tranqüilidade” da Rua Maria Urquiza Tenório, no Bairro Boa Vista, no qual reside há 7 anos.

Estava procurando uma casa grande, com mais conforto. Eu estava tentando fugir da poluição sonora. A tranqüilidade, o conforto, a ausência de barulho. Tudo isso possibilita melhores condições de trabalho e estudo.

O que significa, pois, “fugir da poluição sonora” e buscar a “tranqüilidade, o conforto” para garantir as condições de trabalho? Afinal, que tranqüilidade é essa, na qual as pessoas precisam se afugentar da sociedade para viver em fortalezas. Não é apenas a busca do “conforto” e da “ausência de barulho”, mas a concepção burguesa e higienista que promove esse estilo de vida “social”. É interessante, e ao mesmo tempo irônico, constatar que no último decênio deste século uma pequena, mas surpreendente parcela da população local tenha passado por um processo tão radical de “refinamento” dos sentidos. Foi preciso apenas melhorar um pouco a renda para se condenar o lugar onde antes se vivia e descobrir as “áreas nobres”, a civilidade dos jardins.

Às vezes, a ideia de tranqüilidade não é o requisito fundamental, ela é usada para ocultar o desejo de diferenciação e poder que há em todos os grupos sociais. A primeira coisa que ocorre com a maioria dos indivíduos quando ascendem socialmente é buscar várias razões que justifiquem sua saída para outros lugares. A despeito de morarem em locais calmos, confortáveis e bem próximos dos familiares, amigos e dos serviços que mais precisam, muitas dessas pessoas procuram as ditas áreas nobres mesmo sabendo que algumas delas são distantes e destituídas de calçamento, saneamento básico e, principalmente, de fraca relação social.

Esta situação pode ser comprovada pelo depoimento de Vânia Madalena Maria, cabeleireira, 30, que trocou a rua Regina Alves, no bairro Tancredo Neves, que era “uma rua boa, uma rua tranqüila, uma rua calma”, pela Rua Nelson Meirelles, no bairro Boa Vista, que descreve da seguinte forma: “É um bairro nobre da cidade, um bairro muito bom de morar, calmo. A rua é excelente, falta calçar, é na terra, mas é uma rua boa”. E sobre a relação com os vizinhos afirma que:

Muito pouca. Eu vivo do trabalho pra minha casa; conheço os meus vizinhos, é um pessoal bom, mas a relação é muito pouca ... dificulta por ter muro alto. Na rua anterior era mais fácil [o contato], pois não tinha muro e eram casas geminadas.

Então, qual foi a razão da mudança de endereço? Terá sido a falta de tranqüilidade, a convivência com péssimos vizinhos, o barulho ensurdecedor, a distância dos serviços, o desconforto da casa anterior? Parece-nos que não foram essas as questões principais que a levaram a escolher morar na Rua Nelson Meirelles, na Boa Vista, um bairro que ela considera como bom, tranqüilo, mas que não tem calçamento e onde quase não existe contatos entre vizinhos, embora defina-os como “um pessoal bom”.

Vânia e seu marido, que é ex-operário e proprietário de uma empresa prestadora de serviços mecânicos ao Grupo Moura, evoluíram da classe C para a classe B, ou seja, fazem parte do que podemos chamar de uma classe média. Ele é proprietário de um automóvel de luxo, de duas casas residenciais, além do imóvel no qual funciona sua empresa. São exemplos de pessoas que passaram por significativas mudanças no nível econômico e na concepção de urbanidade. Nas falas dos entrevistados a escolha por “uma área nobre” articula-se com a visão aristocrático-burguesa de superioridade e distinção social. Fazer parte do grupo seletivo dos homens e mulheres “magníficos e superiores” da cidade é a principal razão para tanto trabalho e disciplina financeira. Entretanto, descontada a grandiosidade das casas, muros e portões, fica difícil perceber o lado magnífico e sublime da sociabilidade dos moradores de tais áreas nobres. Nobre quer dizer entre outras coisas um ser magno, isto é, de grande elevação espiritual. Mas os discursos não condizem com as práticas, pois parece faltar-lhe a verdadeira nobreza do espírito humano, a do diálogo e reconhecimento do outro como diferente.

Os castelos foram inventados pela nobreza com a finalidade de ser sua fortaleza e local de ritualização de um *modus vivendi* das sociedades de corte.¹⁰⁵ A burguesia e as classes médias, a despeito da ênfase dada ao aspecto econômico e à individualidade, parecem ter sucumbido à armadilha do modo de vida aristocrático. A estética e a ética cultivada por eles se assemelham em alguns aspectos a determinados rituais valorizados pela nobreza como distinção, exclusivismo e fobia à mistura com a plebe.

¹⁰⁵ Para uma compreensão sócio-histórica dos mecanismos de funcionamento da vida social na corte, ver de ELIAS, Norberto. **A sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

As Casas dos Novos Jardineiros.



Imagem 20



Imagem 21

Símbolos de distinção: a fachada da casa, o muro alto e as palmeiras que desde o período colonial expressam poder e prestígio social.



Imagem 22

Ruas vazias, casas cheias



Imagem 23

Casas cheias, ruas vazias

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO III

TRÊS BAIRROS OU TRÊS FORMAS DE DIZER NÃO AO MESMO.

Ambivalências e contradições de um bairro

O Que - Titãs

Que não é o que não pode ser que

Não é o que não pode

Ser que não é

O que não pode ser que não

É o que não

Pode ser

Que não, é

(Composição: Arnaldo Antunes)

A partir deste capítulo, começaremos a abordar de maneira sócio-antropológica as interfaces, contradições e ambiguidades de um bairro popular, localizado nas proximidades do Centro da cidade de Belo Jardim. Trata-se do bairro oficialmente denominado de Bom Conselho. Eu disse “oficialmente” porque, tanto na cabeça como nas práticas da maioria dos seus moradores, o que existe na verdade são três bairros distintos, os quais são reconhecidos socialmente pelos nomes de Tambor, Lagoa e Bom Conselho.

As três áreas estão localizadas na parte mais antiga da cidade, ou seja, no espaço a partir do qual se deu o processo de formação do primeiro povoado e núcleo urbano da futura cidade de Belo Jardim. A sua história pode ser resumida da seguinte maneira: a) A Lagoa foi o nome dado ao local onde historicamente o coronel Wanderley Cordeiro Mergulhão instalou uma fazenda de criação de gado, que mais tarde se transformou num povoado b) Ainda no final do século XIX, este povoado devido a ser um entreposto comercial e ocupar uma boa posição geográfica, tornou-se parada obrigatória para muitos viajantes, tropeiros e pessoas das redondezas que ali comercializaram e depois passaram a morar, contribuindo para a criação do bairro do Tambor, o primeiro da cidade. c) Mais tarde, na sua parte alta, seria edificada a capela de Nossa Senhora do Bom Conselho, onde atualmente fica a avenida que recebe o mesmo nome.

Nesse contexto, cabe-nos então proceder às seguintes indagações: Por quais razões os moradores são estimulados a produzir essa divisão territorial? Como esta divisão se manifesta no campo das práticas e das representações sócioespaciais? Ao longo dos próximos capítulos tentarei responder a tais questões mediante um diálogo mais intenso e direto com os seus reais protagonistas, dando ênfase às suas falas, sentimentos e atitudes.

No entanto, falar dessas divisões remete-nos novamente à metáfora do “belo jardim” e à prática da jardinagem. Pois as três áreas - Av. Bom Conselho, Av. Cel. João Leite/Tambor e a Lagoa – inserem-se numa complicada trama de oposições e complementaridades, na qual se visualiza elementos próprios da cultura da jardinagem. Um desses dispositivos se revela na prática de estabelecer fronteiras para definir com certa precisão as diferenças de cada unidade/bairro.

As diferenças serão mais enfatizadas do que as similitudes na construção das três localidades. No entanto, este processo de diferenciação nutre-se ao mesmo tempo das condições sócio-econômicas e simbólicas. Esses dois dispositivos geralmente são usados pelos grupos de estabelecidos para demonstrar a superioridade do seu modo de vida diante dos grupos de *outsiders*.

Continuar valorizando a ideia de três bairros diferentes depende de um objetivo mais amplo do que apenas enfatizar diferenças geográficas e sociais. Deseja-se com isso naturalizar identidades construídas verticalmente. “A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a

outras identidades.”¹⁰⁶ O jogo das alteridades sempre precisou de “um eles” para realçar um “um nós”, de um morador da Lagoa para ser o morador do Tambor, da mesma forma que a pretensa civilidade do Beco de Seu Natalício prescinde da “barbárie” do Beco de Seu Eufrásio, seu incômodo vizinho. O uso do social e do simbólico torna-se imprescindível nestes e noutros casos de exclusão. De acordo com Woodward:

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio por meio do qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo por exemplo quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são vividas nas relações sociais.¹⁰⁷

O corpo, o *habitus* de classe e o nome do lugar serão em múltiplas ocasiões os semióforos destas representações e identidades. Eles estarão na frente emitindo signos que semeiam amizades, inimizades e estranhamentos. São valorizados principalmente como meio de se evitar misturas entre éticas e estéticas diferentes.

Os moradores das três localidades – mesmo as crianças e adolescentes – conhecem os limites e as características que definem o “ser” de cada territorialidade. Assim, quando perguntados onde começa e termina o tal “bairro”, as pessoas sempre têm uma resposta na ponta da língua. O marco divisório que tem como referência pode ser uma ponte, um cemitério, um posto de saúde, uma cerca, uma lagoa, uma padaria, uma igreja, a parte mais alta ou a mais baixa de um dado lugar. Mas também pode ser a aparência, a “civilidade” e a situação econômica das pessoas. Enfim, quase todos eles se veem como moradores de três áreas diferentes e até antagônicas. Raramente, percebe-se uma fala que traduza um sentimento de pertencimento com a totalidade do espaço social, isto é, como morador de um só bairro. Este “um só bairro” aparece somente através das contas de água e energia da Compesa e da Celpe, ou nas correspondências do correio, existindo basicamente para finalidades formais ou, às vezes, como tática para driblar certos preconceitos e estigmas, principalmente quando se é associado a localidades estigmatizadas – a Lagoa, por exemplo. Ser morador do bairro do Bom

¹⁰⁶ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomas Tadeu (org.). **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 14.

¹⁰⁷ WOODWARD, Kathryn. Op. cit. p. 14.

Conselho tem seus privilégios, na medida em que tal localidade é vista por muitas pessoas de dentro e de fora como uma extensão do “belo jardim”.

Mas essa di-visão não está presente somente no imaginário dos moradores dessas localidades. Ela é legitimada também pelo olhar/discurso dos cidadãos dos outros bairros. A materialização das suas identidades espaço-sociais prescinde tanto da exteriorização das práticas e representações internas quanto da interiorização do exterior. Depende, portanto, de uma dobra entre o lado de fora e o lado de dentro e de como ambos se retroalimentam mutuamente. Assim, as práticas e representações que inventaram os chamados bairros da Lagoa, do Tambor e do Bom Conselho são compartilhadas e reforçadas por moradores, entidades e instituições de outros bairros, inclusive de sítios, vilas e distritos.

São diversas as situações que demonstram essa prática externa. Podemos presenciá-la, por exemplo, ouvindo diariamente a programação das emissoras de rádio da cidade, principalmente quando seus locutores e repórteres reforçam tais identidades ao fazer referências específicas aos três pretensos bairros. Igualmente acontece quando precisamos nos deslocar para uma dessas áreas e usarmos os serviços de taxistas ou mototaxistas que sabem com exatidão as divisões de cada área, a despeito do ponto da cidade no qual estejam localizados.

Mas vale uma pergunta: apesar de estar consolidada no imaginário da cidade a idéia de três bairros, as diferenças que são tão exaltadas e afirmadas pelos seus moradores têm o mesmo valor e significado para os habitantes do Centro e das ditas áreas nobres? Veremos através dos depoimentos de alguns moradores do Tambor e Lagoa como se modela a discriminação espacial. Sendo assim, diante do olhar do jardinista e do jardineiro, não seriam as três áreas uma forma de dizer **Não** ao mesmo? Neste caso as semelhanças não seriam mais enfatizadas do que as diferenças?

A Lagoa: Refugio da Jardinagem

A Lagoa, como um lugar imaginado e praticado, localiza-se na parte mais ao leste da cidade de Belo Jardim, situando-se nas proximidades de um pântano e do rio Bitury. Na parte baixa faz limite com a Avenida Cel. João Leite (o Tambor) e na parte

alta com a Avenida Bom Conselho. Sua população é de aproximadamente uns 5 mil habitantes, sendo constituída principalmente por homens e mulheres, crianças e jovens negros e mestiços e uma minoria de brancos, vivendo da economia informal e de trabalhos precarizados. Conforme vários relatos colhidos, boa parte da população economicamente ativa atua como vendedores nas feiras locais, trabalhadores no campo e na construção civil, garis e empregados domésticos. Entretanto, parte expressiva dessa população, principalmente aquela abaixo da linha da pobreza, complementa sua renda com a ajuda do Programa Bolsa Família ou depende exclusivamente dele para sobreviver.

Raras são as pessoas que conseguiram romper com este perfil sócio-econômico. Edivaldo José da Silva, 39, nascido na Lagoa, filho de trabalhadores rurais que migraram para a cidade de Belo Jardim na década de 1930, alteraria um pouco a história deste *habitus* familiar e grupal presente nas experiências sociais do bairro, na medida em que buscou investir na formação de músico, a qual lhe permitira depois ingressar através de concurso público na Polícia Militar do estado de Pernambuco. Para ele, a falta de qualificação profissional e de escolaridade dos moradores contribui decisivamente para a formação de um exército de reserva de trabalhadores precarizados e flutuantes na Lagoa.

Aqui tem muito servente, pedreiro, tem muita costureira, pessoas que trabalham na agricultura, empregadas domésticas, servidor municipal (gari e merendeira), praticamente são essas qualificações profissionais. Muitas pessoas vivendo de bico e não dá garantia de emprego e salário corrente o ano todo. E isso, claro, está relacionado com os picos sazonais. E quando não tem, fazer o quê? Bate num canto, bate no outro. Cada cabeça é um mundo, muitos acabam indo pelo lado mais fácil e daí vem toda uma problemática atrás.”

Nesse sentido, não podemos falar de uma comunidade cujo perfil sócio-econômico e profissional seja definido em termos de assalariamento. Trata-se em sua imensa maioria de um lumpen proletariado excluído da proteção dos direitos e garantias formais do mercado de trabalho. Essa condição de subclasse favorece a subalternidade e a cumplicidade diante dos grupos de estabelecidos e das forças políticas dominantes da cidade. Ela atuará como fator destacável nos processos de exclusão, diferenciação e invenção da Lagoa como uma localidade estigmatizada.

Do ponto de vista urbano, a Lagoa se assemelha a um labirinto composto por numerosa quantidade de ruas e travessas, cujas formas sinuosas, ondulosas, côncavas e convexas sobrepõem-se às formas retangulares e lineares. Trata-se de uma realidade espacial que não



Imagem 24: O labirinto. Disfunções espaciais do Belo Jardim.

seguuiu os princípios do planejamento racional, conforme as ditas áreas nobres, mas de acordo com a lógica da sobrevivência dos moradores, daí seu caráter oblíquo. As casas são pequenas, simples e geminadas, com calçadas que servem para estabelecer os liames com a rua. A calçada nos bairros populares cumpre uma função social de suma importância para a construção não apenas de interações fecundas, mas para o próprio ideal de sociedade. Na Lagoa, o uso da calçada é intenso e assume vários sentidos e dimensões, constituindo-se também num diferenciador de sua identidade.

Atualmente, todas as suas ruas gozam de calçamento e saneamento básico, apenas a Travessa Santa Sófia - que pertence a Rua da Jurema como é popularmente conhecida - não foi ainda contemplada com tais serviços. Nessas ruas¹⁰⁸ percebe-se uma unidade no estilo arquitetônico, pois as casas quase não se distinguem em tamanho, volume e aparência. Raramente se vêem pequenos jardins na frente das casas e praticamente não se contam edificações mais arrojadas, como prédios de um ou dois andares. As ruas são estreitas e “cheias” de pessoas que ficam nas calçadas trabalhando, conversando ou brincando. Tudo isso facilita e aprofunda ainda mais as interações do tipo face a face, as amizades, os conflitos – enfim, as sociabilidades, tornando as relações entre a casa e a rua mais instigantes e imprevisíveis.

Antes de a Lagoa vir a se tornar uma área composta por casas de alvenaria, calçamento, saneamento básico e iluminação elétrica, fora num passado recente uma realidade marcada pela extrema pobreza econômica e cultural de uma gente pobre, negra e mestiça que moravam em casebres que mais se pareciam com mocambos. Eles

¹⁰⁸ As ruas da Lagoa oficialmente recebem nomes que deveriam traduzir imagens e sensibilidades totalmente diferentes dos estigmas que a inventaram. A maioria delas é nomeada com imagens poéticas e religiosas como: Rua do Cruzeiro, Rua das Margaridas, Rua Santa Sófia, Rua São Geraldo, Rua São Jerônimo. Apenas a Rua do Cemitério e a Rua Henrique Guilherme (Rua da Vacaria) fogem a esta lógica.

vieram da zona rural, cuja sobrevivência dependia basicamente do trabalho “alugado” nas fazendas e sítios das redondezas.

Eram os deserdados da terra, vítimas do latifúndio e de uma estrutura social perversa que lhes tirava o máximo de suas energias, sonhos e esperanças dando-lhes em troca uma “vida de gado”. Essas pessoas viviam tão miseravelmente que sequer possuíam uma pequena propriedade onde pudessem colocar uma roça ou criar algumas galinhas, porcos ou ovelhas. Sua alimentação era totalmente insuficiente em vitaminas e proteínas, uma vez que apenas consumiam feijão, farinha, rapadura e café. Faltava-lhes a “mistura”, isto é, a carne, o ovo e o peixe.

Há menos de uma década, comer carne em várias localidades da zona rural nordestina caracterizava-se como um exercício de distinção social. Diferenciavam-se as pessoas não apenas pelo tamanho da sua propriedade, mas também pelo consumo de alguns víveres. A pobreza era tão visível e generalizada que se sabia com precisão aritmética quem eram as pessoas que comiam carne e mesmo assim não eram todos os dias da semana¹⁰⁹. Os poucos “potentados”, isto é, alguns agricultores, consumiam-na nos finais de semana e dias de festa. Enquanto os mais pobres somente consumiam carne quando caçavam, pescavam ou quando eram contemplados pela benevolência de alguém. E episodicamente durante as festas de casamentos dos membros da família possibilitava-se o acesso a uma dieta mais diversificada e generosa. Se não fosse a memória, esses acontecimentos, igualmente às pegadas no deserto, seriam rapidamente apagados pela ação do tempo. A ausência de qualquer tipo de capital marcaria o ritmo e o compasso dessas “vidas severinas”.

Os migrantes que se constituíram nos primeiros habitantes da Lagoa moravam antes em casebres, feitos de taipa, barro e palha isolados em sítios e vilas. Além da vida sofrida, os homens e as mulheres eram, como se diz no jargão popular, “analfabetos de pai e de mãe”, que mal sabiam escrever o próprio nome. Para os homens e mulheres das camadas populares que viveram entre a primeira e a segunda metade do século XX, a escolarização ainda era um sonho distante. Eram pouquíssimas as escolas na zona rural e não havia a preocupação dos governos (municipal, estadual e federal) de garantir às famílias de trabalhadores rurais as condições necessárias para que pudessem estudar nos distritos e na cidade. Nesta época, o estudo e a formação continuada eram privilégios da classe média. A pobreza e a dinâmica da vida camponesa forçavam os pais a não verem

¹⁰⁹ Muitos não consumiam carne de boa qualidade, mas toucinho com farinha de mandioca e café. Ou seja, uma dieta pobre para suprir as energias perdidas durante as longas jornadas de trabalho no campo.

a educação formal como um instrumento de ascensão social. Diante de um cenário de tantas dificuldades e sofrimentos, não restava a essas famílias nenhuma outra alternativa além de migrar para a cidade.

Não temos registros sobre o momento em que ocorre o processo de migração rural para a área que hoje corresponde à Lagoa, mas temos evidências a partir de pistas encontradas nos depoimentos de antigos moradores que fixaram residência desde as primeiras décadas do século XX. O que nos sugere que desde a formação histórica da cidade de Belo Jardim havia pessoas morando nela. Mas em termos sociológicos, a Lagoa não existia, o que havia era o Tambor.

Sociologicamente, a ideia do bairro da Lagoa começa a ganhar materialidade geográfica e social mais ou menos definida a partir da década de 1960 e se intensifica nas duas décadas seguintes. Mais precisamente com os processos de industrialização e urbanização ocorridos durante a década de 1970 – período em que se instalaram várias indústrias de grande e médio porte na cidade.

A fundação do Parque Industrial, em 1969, contribuiu para produzir modificações profundas na paisagem urbana da cidade de Belo Jardim, pois criou novas possibilidades econômicas, sociais e culturais para os cidadãos e camponeses da zona rural e dos municípios circunvizinhos, cuja economia se baseava numa rudimentar atividade agropecuária.¹¹⁰ A cidade de Belo Jardim passa a ser um centro irradiador de esperanças e possibilidades de emprego para milhares de pessoas que aspiravam por uma vida melhor.

Influenciados por essa atmosfera de progresso econômico, dezenas de migrantes do campo e de cidades vizinhas encontraram na extremidade sudoeste da cidade, ou seja, numa área de pântano e matagal, o ambiente adequado para fixar residência. Adequado, é claro, às suas míseras condições econômicas, pois estamos falando do segmento mais empobrecido da massa migrante¹¹¹, isto é, de uma gente “sem lenço, sem documento,

¹¹⁰ Cidades como Sanharó, Tacaimbó, São Bento do Uma, Brejo da Madre de Deus forneceram parte da mão-de-obra utilizada nas indústrias do Grupo Moura, nas fábricas Palmeiron e Mafisa Avícola durante as décadas de 1970 e 1980.

¹¹¹ Entre os milhares de migrantes que saíram da zona rural, alguns eram pequenos agricultores, criadores e bodegueiros. Dentre esses, posso citar a minha família, que deixou o sítio Campo Novo, em 1974, para morar em Belo Jardim, optando por investir numa mercearia e residir na Rua Monteiro Lobato, na Ponte Nova, um bairro formado por operários, pedreiros, mecânicos, marceneiros, pintores, pequenos comerciantes e agricultores.

nada no bolso ou na mão”, cujos horizontes e escolhas foram tragados pela ausência, na expressão de Pierre Bourdieu, de praticamente todas as formas de capital¹¹².

A maioria das pessoas vivia da enxada, da foice. Eu mesma fui criada na enxada. Com apenas 08 anos meu pai me botou na enxada. A gente morava num sítio da Barragem. Aí quando fiquei mocinha meu pai morreu. Nós não morávamos em terra da gente, morávamos em terra dos outros. E então nós viemos morar aqui, na “rua” e quando chegamos aqui, mãe largou só de botar roçado, que era disso que ela vivia. E nós já estávamos crescidas e começamos a trabalhar na casa de família, como empregada doméstica.

Essa é fala de Dona Júlia Francisca da Silva, 79, uma mulher negra, bem humorada, com uma história linda, mas repleta de sofrimentos. Os mesmos dramas de tantos outros deserdados da terra, que desde cedo foram assaltados pelo trabalho duro e sistemático. Inegavelmente tal situação lhes privaria de experimentar os prazeres e as alegrias da infância e da adolescência¹¹³, duas fases preciosas da vida moderna, conforme a análise do historiador Phillipe Ariés. A inescapável necessidade de sobreviver queimaria algumas etapas da vida dessas crianças camponesas, transformando-as ainda muito cedo em trabalhadores dedicados e disciplinados. Como diria Dona Júlia, elas tiveram que trocar o brinquedo pelo cabo da enxada.

O trabalho informal e precarizado atingiu os jovens, adultos e velhos de ambos os sexos. Nas categorias sobrevivência e trabalho, percebem-se muito mais semelhanças do que diferenças entre pais e filhos. Dona Damiana, 44, negra, casada, seis filhos, nascida no sítio Patos e há 34 morando em Belo Jardim, seguiu o mesmo estilo de vida da mãe. Ela nos conta que chegou à cidade numa época em que a zona rural fora assolada por uma longa estiagem que produziu centenas de flagelados em todo município.

Quando chegamos a Belo Jardim foi no tempo da emergência¹¹⁴, da necessidade. Minha mãe teve que trabalhar muito pra gente não passar necessidade. Depois foi saindo a emergência e nós fomos ficando cada vez mais maduros e começando a trabalhar. Aí fomos todos ajudando

¹¹² Para uma visão preliminar sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu, vale a pena ver: BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

¹¹³ Sobre infância, adolescência e família na modernidade, ver o interessante livro de ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

¹¹⁴ A “emergência” era o nome dado pelos trabalhadores rurais à política de construção de barragens e açudes realizada pelos governos federal e estadual como forma de amenizar os impactos da seca nas décadas de 1970 e 1980.

uns aos outros em casa e fomos ficando ali. Na Lagoa, a maior parte das pessoas é pedreiro, mas como não tem muito trabalho vivem de beliscada. Trabalham um dia, trabalham dois. Outros são trabalhadores de prefeitura como o meu marido (gari). Eu tenho seis filhos, moram três comigo, dois moram em Santa Cruz do Capibaribe e uma que mora no Bom Conselho.

A filha tal qual a mãe trabalhou no campo em plantações de feijão, milho e mandioca e na cidade como empregada doméstica. Aliás, o trabalho doméstico foi e tem sido uma marca indelével nas experiências das mulheres da Lagoa. O trabalho precarizado do ponto vista social é um significativo a mais na construção da representação simbólica que elabora a identidade desses moradores. Através do trabalho doméstico se percebe a continuidade de elementos da sociedade aristocrática e escravista, principalmente a partir da abissal divisão social do trabalho estabelecida entre a cabeça e as mãos, o pensar e o fazer, o mandar e o obedecer.

Já trabalhei como empregada doméstica numa casa durante 08 anos, aí a patroa morreu. Depois, em outra casa eu passei mais 02 anos. Outra era pra passar ferro, mas eu já estava com crises na cabeça. Eu não pude mais passar ferro ... A maior parte das mulheres já trabalhou em serviço doméstico. Eu trabalhava no plantio e nas casas dos outros.

As diferenças e disparidades socioeconômicas entre o Centro e a Lagoa criaram uma divisão social do trabalho, na qual a segunda localidade se especializou no fornecimento de mão-de-obra barata e precarizada para a primeira. Muitas dessas mulheres dedicaram suas vidas a cuidar da casa e dos filhos das famílias mais poderosas da cidade, numa jornada longa, desgastante e destituída de quaisquer direitos trabalhistas. Apesar de não gozarem dessas garantias, elas não guardaram ressentimentos ou ódio. No entanto, reconhecem e valorizam seu esforço na formação e no êxito da elite local. Na tessitura das relações entre as elites e as camadas populares, muitas vezes o conflito e a exploração se transformam em afeição e cumplicidade¹¹⁵.

¹¹⁵ Sobre a cumplicidade que às vezes assumem as relações entre classes e grupos distintos e antagônicos, Ver de BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

No tempo biográfico de outra mulher, D. Júlia, quase todo ele atravessado e moldado pela incansável labuta, descortina-se através de suas palavras bem humoradas a consciência de uma “vida aperreada”, dura e sofrida, mas desvinculada do sentimento de dominação e exploração de classe. Ao contrário, pelos padrões sempre nutriu afeição e admiração.

Eu comecei a trabalhar na casa do povo com mais ou menos uns 15 anos. Eu fui quem criei a família de José de Souza e a família de Cecílio Galvão¹¹⁶. Passei muito tempo na casa de Cecílio Galvão. Nessa época, Cintra (irmão) morava com Cecílio. Eles moravam aqui na Lagoa, na descida aí de João Onório. Quincas (Cintra Galvão) naquele tempo era pequenininho. Eu não conhecia bem ele, minha irmã mais velha era quem conhecia. Depois eles foram morar na Praça da Conceição (Centro)... Quando Dr. Silvano estava com 05 anos, eu trabalhava na cozinha. Depois chegou a cozinheira e fui babá de Dr. Silvano. Quando ele estava grandão foi que eu saí de lá. Aí depois fui trabalhar na casa de José de Souza. Quando cheguei lá, só tinha Dr. Hélio, que morreu. Depois nasceu Dr. Pedro, nasceu José Orlando, que morreu envenenado, e nasceram as meninas: Luíza, a mulher de Dr. José Inácio, nasceu Lúcia, nasceu o que tem a fábrica de meias. Eu trabalhei uns 14 anos na casa de José de Souza. Depois trabalhei um tempo no campo e passei a lavar roupas. Era uma vida aperriada. Levava roupa daqui pra Gameleira na barragem (uns 5 km de distância da sua casa) mais esse menino. O menino levava a roupa numa carroça e eu, a bacia na cabeça. Quando chegava aqui uma hora da tarde, botava as roupas na sala pra passar. Passava a semana toda lavando e passando roupa. Em Belo Jardim não havia água encanada. Toda a roupa a gente lavava no rio e passava no ferro de brasa. Ah! meu filho, era uma vida aperreada, não tinha nem sono. Olhe, tinha uma tá de goma pra botar e anil pra botar nas roupas brancas... Depois parei de lavar roupa e passei a trabalhar no matadouro. Eu lavava fato. Você é marchante, eu lavava os fatos e escaldava e entregava ao senhor já com o sal. Eu trabalhei mais de 05 anos no matadouro, às condições de trabalho eram terríveis. Não tinha luva, ninguém tinha um avental, ninguém tinha nada. Os pés descalços pisando em tudo que era de coisa. Não era só eu não, eram homens e mulheres. Não havia proteção nenhuma, a proteção que tinha era somente meter a cara no trabalho e arrumar doença. Adoecei lá e quase que morro. É por isso que lá do matadouro eu não sou aposentada, sou do benefício.

Percebemos neste depoimento a trajetória de vida de uma mulher negra e pobre que teve parte da vida consagrada ao trabalho doméstico para duas famílias ricas e tradicionais. Tarefa que consistiu no cuidado devotado aos seus filhos – os quais mais

¹¹⁶ Duas famílias tradicionais e influentes, das quais emergiram empresários, políticos, juízes e médicos que desempenharam importante papel no processo de modernização da cidade de Belo Jardim.

tarde seriam proeminentes empresários, políticos, advogados e médicos da região. Enquanto seu filho diariamente tinha que ajudá-la a fazer longos percursos para lavar, passar e engomar as roupas desta elite. Por último, ela termina sua novela com a chegada ao “matadouro público”. Ironias à parte, mas fora justamente ali onde os animais eram sistematicamente sacrificados que D. Júlia quase teve a sua própria vida aniquilada. As péssimas condições de higiene e os gravíssimos riscos ocupacionais aos quais se submetia diariamente faziam daquele local também um matadouro de gente.

Na sua fala não visualizamos nenhum tom épico ou apologético a qualquer período de bonança ou conquistas. O que vemos é a “simultaneidade de tempos sociais e tempos biográficos distintos,”¹¹⁷ ensejados na trama de uma sociedade capitalista. A dura trajetória do tempo biográfico de Dona Júlia e da sua família contrasta com as experiências de sucesso das famílias tradicionais e burguesas da cidade. Contrastante também foram suas experiências territoriais, suas formas de percepção e apropriação dos lugares. Essa simultaneidade de tempos sociais com tempos biográficos entre classes se estendeu aos lugares, definindo e moldando sua arquitetura, seus serviços, sua organização econômica, suas sociabilidades e relações de poder.

Moradia, Medo e Violência.

Centenas de pessoas que migraram para a cidade instalaram-se nas proximidades do pântano. Era uma terra “sem dono”, na qual podiam construir suas casas livre e informalmente. As moradias foram construídas com os materiais que estavam ali mesmo na natureza – a palha do coqueiro, a madeira, a pedra e o barro – além de restos de materiais industrializados refugados pelo consumo da sociedade local como latas de óleo, querosene, manteiga, caixas de papelão, folhas de zinco, garrafas de vidro, encontradas nos lixões da cidade. Apostar na prática da bricolagem, ou seja, na mistura de materiais distintos foi a maneira mais criativa que os homens e as mulheres encontraram para driblar a pobreza na construção das suas casas.

¹¹⁷ TELLES, Vera da Silva. Pontos e linhas da cidade: trajetórias urbanas e seus pontos. In. **Trabalho, território, Cultura. Novos prismas para o debate para as políticas públicas.** (Orgs.) FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. São Paulo: Cortez Editora, 2007. p. 26.

As casas eram cobertas de lata e de palha. Eram todas assim, mas salteadas. Quando era de noite, eu tinha uma redinha pra armar, mas não podia porque não tinha onde. Essa lagoa aqui de João Onório até o Posto Comunitário era tudo mato, era passagem do gado quando vinha pra matança. Eu morava numa casinha pequenininha. Quando era de noite os fogões... (risos). O fogão eu mesmo fazia. As donas de casa faziam os seus fogões. Faziam assim, olha: cortavam dois paus no mato, umas forquias assim, umas varas, amarravam e faziam um buraco no chão e faziam quatro pés. Aí botavam umas latas por cima e danavam barro. Aí arrumavam uma barra de ferro que tivesse quatro bocas de panela, né? Então haja lenha ou faziam de tijolo. A pobreza era muito grande. Da padaria pra cá, as casas eram feitas de latinhas, taipa, de barro, mato e roçado.

Este equilíbrio entre o homem e a natureza na fabricação das suas moradias não pode ser vista de maneira edênica, como fez Gilberto Freyre ao narrar a construção dos mocambos. Há muitas semelhanças entre os mocambos do século XIX e as casas construídas pelos moradores da Lagoa, pois “as estruturas da construção são simples e primitivas, com o aproveitamento dos elementos locais: a madeira, a folha da palmeira para o teto, as paredes erguidas por tábua e por barro”.¹¹⁸ No entanto, os mocambos da Lagoa acrescentaram ao natural os restos mortais da sociedade de consumo.

Uma população muito pobre, composta etnicamente por negros e mestiços morando em mocambos localizados nas proximidades de um pântano, constituiria aquilo que mais tarde seria cristalizado pelo imaginário popular como sendo a Lagoa - não aquela das origens idílicas da cidade – mas a que surge do fluxo migratório de centenas de camponeses paupérrimos em direção à cidade. A pobreza, a cor da pele e o ambiente em que viviam foram aspectos que contribuíram para a produção dos estereótipos que inventariam a estigmatizada Lagoa.

A pobreza e a miséria como também os sonhos, as esperanças e os presságios que tinham no campo seriam transferidos para a vida urbana. Vale salientar que os sofrimentos vividos na zona rural tinham um caráter individual, solitário e silencioso. As distâncias e o modelo das propriedades rurais contribuíam para que as casas ficassem muito distantes umas das outras, às vezes separadas por quilômetros de serras, planícies, vales e montanhas, o que tornava o sofrimento coletivo menos visível. Já na

¹¹⁸ DIMAS, Antonio, LEENHARDT, Jacques, PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Reinventar o Brasil. Gilberto Freyre entre história e ficção**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Editora da USP, 2006. p. 287. Sobre esse assunto, Ver de FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

cidade, esses dramas seriam espetacularizados pelo fato das pessoas viverem aglomeradas em territórios mais compactos.

Os dramas do campo continuariam na cidade, só que agora ampliados e ressignificados à luz de novos signos, marcas e emblemas conjugados e materializados numa só dimensão espacial. O estigma, o estranhamento, a suspeição, o medo, a segregação e a violência constituiriam marcas indelévels de uma comunidade vista sob a lógica da jardinagem.

O estigma de “povo da Lagoa” alimenta-se de um imaginário que transcende a esfera local. Não existe propriamente uma lagoa, mas um pântano. E é essa imagem trocada que produz as piores representações, pois possibilita uma associação direta entre a paisagem e o homem. Tal qual a paisagem, os homens e as mulheres são naturalizados. Os pântanos apareciam nos discursos médicos no Rio de Janeiro e de outras cidades no século XIX, como causadores de doenças mortíferas¹¹⁹ e no imaginário social como lugares sombrios. Eles seriam a parte mais baixa, úmida, suja e tenebrosa da geografia urbana. Conforme Vera Malaguti “o pântano está diametralmente oposto à figura do jardim.”¹²⁰

Nesse sentido, a comunidade da Lagoa não poderia fazer parte do “belo jardim”, pois seria o seu oposto. Seu aspecto é destoante da pretensa harmonia, assepsia e ordem que se imagina existir no jardim. O “belo jardim” é o *habitat* das figuras clássicas, das geometrias regulares, dos seres conhecidos, cartografados, classificados e datados. Enquanto o pântano é uma morada barroca, em que figuras deformadas, estranhas, desconhecidas e imprevisíveis se fixam para produzir medo e terror. Metaforizada como um pântano, a comunidade da Lagoa exageradamente passou a ser percebida na cidade como uma espécie de território dos ogros, isto é, das figuras mais incompatíveis com o paradigma civilizatório ocidental.¹²¹

¹¹⁹ GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Ânimos temoratos: uma leitura dos medos sociais na Corte no tempo das Regências**. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 1995.

¹²⁰ BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro. Dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 209.

¹²¹ O **ogro** é um gigante mitológico, que em algumas versões se alimentava de carne humana. Sua origem controversa, provavelmente uma alteração do latim Orcus, “divindade infernal”, ou do alemão antigo Ögr, “feio” ou “muito desajeitado”. Ver HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

De acordo com Dona Damiana, a invenção da Lagoa como um lugar social foi se cristalizando aos poucos no imaginário coletivo na medida em que as pessoas intensificaram a construção de casas nas suas margens e tomavam-na como referência para identificação geográfica.

Quando a gente veio morar aqui era só água. Não existiam casas aqui, era somente um pasto. As pessoas começaram a dizer: vou construir uma casa na Lagoa e por lá ficar. Foram as pessoas da rua mesmo que de tanto falarem, pegou.

A versão dos primeiros moradores infelizmente não “pegou”, mas pegaria a versão construída sob os auspícios de uma batalha social e simbólica travada entre classes e grupos distintos. A Lagoa foi inserida nesta batalha como a diferença negativa, porém



Imagem 25: Vista parcial da lagoa: o pântano onde um dia começou o “Belo Jardim”.

fundamental para a construção da superioridade dos grupos estabelecidos. Seus aspectos físicos e sociais adequavam-se naquele momento perfeitamente aos estigmas disponíveis na cultura e nas relações de poder local.

Durante décadas a Lagoa foi marcada por uma expressão de miséria e abandono total. Assemelhava-se ao cenário de Canudos, um verdadeiro amontoado de casebres feitos de taipa, latas e barro, sem água, luz e saneamento básico. Este cenário seria alterado na década de 1980, após a intervenção do prefeito Valdeci Torres, ligado ao grupo de Cintra Galvão. Os mocambos foram derrubados e substituídos por casas de alvenaria beneficiadas com os serviços de água, luz elétrica e calçamento. Do tempo das primeiras ocupações até o citado momento, seus habitantes só podiam fugir da escuridão noturna com auxílio de velas, fogueiras e lampiões. Apenas tardiamente, mas de maneira definitiva, puderam se apropriar de certos signos da vida moderna. Edivaldo

lembra bem como era a aparência do território antes e como foi transformado depois da ação governamental.

Aqui veio ter uma noção de rua, com placa, calçamento, saneamento, luz e água, na década de 1980 pra cá. Antes, não se tinha isso. É tanto que quando você me pergunta onde eu nasci, eu não sabia porque não se tinha uma ideia de rua. É a partir de meados da década de 1980 pra cá que se começou a dar nomes às ruas. E era basicamente isso aí: famílias pobres, de baixa renda... As dificuldades, é claro, todas elas econômicas e sociais, infra-estrutura nenhuma. Para você ter uma ideia, eu lembro que a gente precisava pegar água lá no chafariz em frente à igreja do Bom Conselho.

Esse mesmo discurso é reforçado por diversos entrevistados. Um deles é Seu João José Ferreira, negro, 76 anos e morador da Rua Projeto Ciata. Há seis décadas morando na Lagoa, tornou-se uma memória privilegiada para se compreender aspectos do cotidiano e dos principais eventos da comunidade. Para ele o processo de urbanização e modernização veio a partir da ação “redentora” do líder político Cintra Galvão.

Aqui só tinha pessoas carentes, sem condição nenhuma. As casas eram cobertas de lata e de palha. Isso aqui só começou a crescer mais ou menos na década de 1980 quando começaram a derrubar as casas de palhas e latas, fazendo casas de alvenaria. Eram casas pequeninhas e foi aumentando e hoje tá desse jeito. Aqui tudo que tem foi feito no governo dele. Naquela época não tinha nada, calçamento nunca veio pra cá. Hoje tá calçada por todo canto e mais no governo de Cintra Galvão.

Este velho ator político saberá estrategicamente tirar proveito do reconhecimento e da admiração nutrida pelos moradores, transformando-os em fiéis partidários do seu grupo. Por conta da paixão e da acirrada luta política patrocinada pelos dois grupos dominantes da cidade, a Lagoa já foi palco de brigas e tragédias. Ela não funciona somente para ser um receptáculo de estigmas, mas também como arena política imprescindível à manutenção da hegemonia das famílias Mendonça e Galvão.

Malgrado os importantes benefícios trazidos a comunidade por um desses grupos, o estigma não desapareceu, ao contrário ampliou-se, pois os próprios grupos na luta travada pela hegemonia do poder local fornecem ainda mais combustível para a

produção de atitudes e comportamentos mixofóbicos, mediante o uso descontrolado da paixão política. Com efeito, os eleitores de Cintra Galvão e José Mendonça associarão possíveis derrotas ou vitórias durante os pleitos eleitorais ao fanatismo e a pobreza da “mundiça ou da ralé” do Santo Antônio, da Lagoa ou das Cohabs II e III.

Pelo visto, as modificações urbanas não visaram a transformar tais comunidades numa extensão do “belo jardim” e sim num local mais higienizado e menos afetado pela imagem da miséria e do abandono. Ainda hoje se sente a ausência de serviços importantes como áreas de lazer, arte e cultura para crianças, jovens e adultos; praças, associações comunitárias, posto de segurança, creches, além de cursos profissionalizantes e de empreendedorismo. O Posto de Saúde, que deveria funcionar como um PSF (Programa Saúde da Família), sofre com a falta de remédios, médicos e enfermeiros. Eliana, 30, negra, casada, dois filhos, evangélica, tem uma visão profundamente pessimista da vida social da comunidade onde mora.

A Lagoa é menos organizada economicamente porque é mais ou menos uma selva. Cada um faz por si, não existe uma melhoria, não existe um político que enxergue o local fora da política eleitoral. Existe só ser desclassificado por morar aqui e por viver em situação mais precária. O tráfico aqui existe: são pessoas que não têm nenhuma condição de sobrevivência, porque tem pessoas aqui que passam muita necessidade, entendeu? E não tem cultura. Na verdade eles fazem (uso das drogas) porque não tem incentivo para os esportes ou de trabalhar e estudar. Alguns que trabalham não estudam e alguns que tem oportunidade de estudar não valorizam o estudo. Então, é mais ou menos assim: ser o famoso vagabundo de estar em calçada envolvido com bebidas, quando não usa drogas.

Conforme as palavras da entrevistada, a Lagoa continua sendo um lugar de “desclassificados”. A pobreza e a ausência de oportunidades econômicas e culturais afetam profundamente as perspectivas dos jovens que, desiludidos, tornam-se mais suscetíveis ao alcoolismo, ao tráfico e ao consumo de drogas. O tráfico e o uso de entorpecentes se transformaram nos dois novos e estridentes significantes do processo que elabora as representações e identidades dos moradores bem como do lugar.

A identificação com o tráfico e consumo de drogas surgiu nos anos de 1990 e se fortaleceu na década seguinte. Trata-se de um período marcado pelos processos de globalização econômica e de mundialização da cultura que afetaram as relações

políticas e econômicas, mas, sobretudo, os comportamentos e as sensibilidades de jovens de todas as partes do mundo. Com relação à juventude dos países subdesenvolvidos, pairavam séculos de profundas desigualdades sociais ampliadas por crises políticas e econômicas promovidas pelo neoliberalismo, além de um misto de incertezas e desesperanças. As condições eram, portanto, propícias à difusão das drogas e da criminalidade. Como vemos, essas questões não podem ser vistas como um problema de natureza apenas local ou exclusivamente de um bairro, mas devem ser pensadas numa dimensão glocal, isto é, simultaneamente global e local.¹²² Já que, como asseverou Bauman, “não existem soluções locais para problemas globais”. Nesse sentido, a associação da Lagoa com o tráfico de drogas e a criminalidade liga-se de alguma maneira aos novos medos produzidos pela modernidade na sua fase líquida.

A cidade de Belo Jardim não ficará incólume a esta nova realidade e não por acaso, as áreas mais pobres e estigmatizadas ocuparam a posição privilegiada de *focis imaginariis* principais da produção e proliferação da violência e das drogas. Transferir para setores das camadas populares a responsabilidade pela negatividade da vida social tende a ser mais fácil do que enxergar qualquer participação direta das elites. As carências efetivas dos moradores ajudam a fortalecer ainda mais o imaginário social que projeta suas comunidades como espacialidades da desordem e da incivilidade. No contexto atual, as classes laboriosas são transformadas nas classes perigosas na medida em que os pobres estão cada vez mais perdendo sua função de exército de reserva, de mão-de-obra, e sendo condenados como os responsáveis pela maldade social¹²³.

Bauman nos fala que a pobreza que não é mais um exército de reserva de mão-de-obra, tornou-se uma pobreza sem destino, precisando ser isolada, neutralizada e destituída de poder. Esses resultados seriam alcançados através da “estratégia bifurcada incriminação da pobreza e da brutalização dos pobres” (...) Não é coincidência que a política criminal hegemônica no planeta se dirija aos pobres globais indiscriminadamente: sejam eles jovens favelados do Rio, camponeses da Colômbia ou imigrantes indesejáveis no hemisfério norte. Para Bauman a combinação da estratégia de exclusão, criminalização e

¹²² Diversos trabalhos interessantes foram escritos sobre essa interface do local com o global. Destacaria alguns em língua portuguesa, dentre eles os livros de IANNI, Otávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. SANTOS, Boaventura de Souza. (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005 e MOREIRA, Eliana Monteiro, OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **O fenômeno da globalização: em perspectiva local e multidimensional** (obra já citada).

¹²³ Para uma compreensão do processo de criminalização da pobreza e da miséria praticada pelas elites sob o patrocínio do Estado, ver o interessante trabalho de WACQUANT, Lôic. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000.

brutalização dos pobres impede a condensação de um sentimento de injustiça capaz de se rebelar contra o sistema. As políticas públicas se convertem em “administração tecnocrática da desigualdade e dos riscos.”¹²⁴

Os moradores do Beco de Seu Eufrásio, da Cohab II, da Cohab III (“o inferninho”) e da Lagoa foram alçados estrategicamente à condição de “ervas daninhas” do “belo Jardim”. Estratégia necessária para fazê-los internalizar seus dramas como algo intrínseco a sua própria natureza. Se de alguma maneira isso impede “a condensação de um sentimento de rebelião” contra quem os oprime, procuram ao menos tecer pequenas resistências através de gestos e palavras. A memória, por exemplo, pode ser uma ferramenta contra a ossificação da vida presente. Através da rememoração, os moradores trazem à tona outras imagens do vivido que ficaram silenciadas.

Nunca ninguém falava nisso não, meu filho!! A droga que tinha nesse tempo era fumar o cigarro comum e então beber cachaça. O povo se entretinha em trabalhar. Agora do sábado pra o domingo, às vezes, um casamento, às vezes, uma dança no final do ano. Aí bebia, mas não pra ficar um bêbado aqui, outro acolá não. (Depoimento de D. Júlia)

Para começar, Adilson, havia menos crianças que hoje, claro, a população era menor. A vida aqui pelo menos na minha infância era muito boa, a gente brincava na rua, jogo de futebol; ia pro sítio roubar manga e caju. Quer dizer, toda brincadeira de criança, toda infância, todo mundo se conhecia. Aquela coisa gostosa. Todo se conhecia, todo mundo sabia o problema um do outro, todo mundo era solidário. Na verdade foi uma infância muito boa. (Depoimento de Edivaldo)

Como disse Walter Benjamim, “a verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixar fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido”.¹²⁵ Para se lembrar daquilo que pode ser esquecido, isto é, dos momentos gratificantes, dos dias de festa e das brincadeiras, os indivíduos buscam se apropriar de suas reminiscências, “tal como elas relampejam no momento de um

¹²⁴ BATISTA, Vera Malagutti. Op. cit., p.84

¹²⁵ BENJAMIM, Walter. Op. cit., p. 224.

perigo.”¹²⁶ Este “relampejar”, este instante, foi o que pudemos filtrar dos depoimentos de D. Júlia e de Edivaldo, mãe e filho, ambos pertencentes a gerações diferentes, mas que conservam na memória a imagem de uma vivência mais solidária e menos violenta. A violência que havia nessa época atingia exclusivamente os moradores da Lagoa – a pobreza e as péssimas condições sociais eram “a sua mais perfeita tradução” –, mas mesmo assim ambos não deixam de lembrar os dias gratificantes, pois se a vida do pobre é chamada de ordinária, deva-se ao fato de ser habitual, repetitiva e sofrida. Nesse sentido, as reminiscências podem ser usadas para questionar os estereótipos consagrados. Assim, a festa, a brincadeira, o companheirismo são aspectos marcantes porque correspondem a situações “extra-ordinárias”. A festa é um assunto habitual na fala dos moradores mais antigos, principalmente quando se deseja fazer o contraponto com um presente saturado de estereótipos. Observemos como José Ferreira, um dos seus moradores mais antigos, fala sobre o forró de Zé Mago, que existiu até a década de 1980.

Ele tinha uma bodeguinha e todo sábado ele fazia o forró. Era um forró desgraçado, bom demais. Vinha gente de todo canto: do Santo Antonio, do São Pedro, daqui mesmo, pois o bairro foi crescendo e aí ele inventou esse forró, e foi muito longe, muito longe. Todos os sábados eu ia, nunca houve uma confusão, nunca houve violência, nunca teve briga. A polícia vinha e dava uma passadinha por aqui, olhava e não via nada. Nunca houve agressão, confusão, nada. Aqui (atualmente) não tem lazer de nada. Drogas sim, drogas tem na Rua da Jurema.

O forró de Zé Mago era o grande acontecimento social da comunidade, atraindo a atenção e o interesse de diversas pessoas de outros bairros populares da cidade. Era um evento que se repetia todos os finais de semana, “um forró desgraçado de bom”, porque fazia as pessoas se divertirem sem estarem atormentadas pelo medo da violência.

O forró produziu sensações e imagens inesquecíveis sobre os foliões. Seu Floriano Ferreira dos Santos, 80, moreno, morador da Av. Bom Conselho (Rua da Saudade), apesar de ser evangélico, fala-nos com entusiasmo dos prazeres e alegrias daqueles dias.

¹²⁶ Idem *ibid.*

Participei muito deste forró. Isto era no sábado e no domingo, amanhecendo a segunda. Era a coisa mais linda que podia ter no mundo Ah! Participava do forró e do jogo. Ele tocava uma sanfona, os filhos tocavam, mas eu gostava mais do jogo, né. Era muito bacana, era uma diversão muito grande. Vinha gente de todo o canto da cidade [dá ênfase], vinham uns marchantes que gostavam de forró, uma negrada que gostava de brincar em paz. Não havia briga.

Se na expressão de Seu Floriano “vinha gente de todo canto” deduz-se que a Lagoa não era o lugar tão sinistro que os estereótipos deram a conhecer, o forró de Zé Mago transmutava-a num ambiente de confraternização, no qual amigos, familiares e estranhos ampliavam e renovavam os afetos e as alegrias. À exceção da elite, o forró aglutinava os setores mais humildes da população local, a exemplo dos negros, mestiços, brancos pobres, operários, trabalhadores da construção civil, garis, domésticas, agricultores, pequenos comerciantes, desempregados, sitiantes dos mais variados recantos do município.

Este forró foi quem desgraçou o nome da Lagoa, porque aqui havia da parte do povo até uma consideração. Mas depois que esse homem veio morar aqui, fazia esse tal de forró e cada cá que viesse se desfazer da rua. As mulheres que tinham seu marido diziam: Eu vou buscar meu marido no cabaré de Zé Mago. Aí botaram o nome de Cabaré de Zé Mago, a “Lagoa é um cabaré”. Se ele não fizesse essa dança... Só era no sábado e no domingo. O povo daqui gostava. Os sítios, os arrabaldes das ruas gostavam, mas nunca se deu briga aqui.

Já Dona Júlia, imbuída de uma visão mais moralista, considera o forró de Zé Mago um dos responsáveis pela má fama da Lagoa, pois acha que ele possibilitava traições e crises nos relacionamentos maritais, levando a Lagoa a ser vista como “um cabaré”. Reconhece, no entanto, que a festa tinha o respaldo da maioria das pessoas da comunidade e de outras instâncias, sem deixar de nos confessar que nunca houve tumultos ou crimes ao longo das sucessivas edições. Recolher imagens em dois tempos dos entrevistados sobre a relação de uma comunidade com o crime pode estimulá-los a dualizar suas experiências simplificando-as demasiadamente. Pois como afirma Caldeira:

Nas narrativas, o crime organiza a estrutura de significados e, ao fazer isso, combate a desorganização da vida produzida pela experiência de ser vítima da violência. No entanto, esse uso do crime como divisor entre um tempo bom e outro ruim simplifica o mundo e a experiência. Recurso retórico que dar dramaticidade à narrativa, a divisão entre antes e depois acaba reduzindo o mundo entre o bem e o mal.¹²⁷

Essa visão dicotômica deve ser evitada. No entanto, as narrativas que se organizam tendo a violência como referência e que tendem a construir um passado edênico são mais comuns às camadas médias e altas da sociedade. Os mais pobres raramente poderiam ter uma existência edênica, tranqüila, uma vez que todos os dias suas vidas se transformam numa batalha pela sobrevivência. Assim, usar um fragmento da memória para mostrar outra imagem do cotidiano não significa dividir a história da comunidade entre um antes “bom” e um depois “ruim”, mas questionar a ideia “de que sempre foi assim” ou “de que o crime sempre esteve lá”. Ao lembrar os momentos gratificantes, as pessoas estão inserindo na trama do cotidiano a diferença e a descontinuidade suprimidas pela homogeneidade e linearidade das narrativas dominantes.

Nesse sentido, deve-se perguntar: a partir de quais estatísticas se fundamenta o discurso que criminaliza a Lagoa? Quantas mortes, quantos roubos, assaltos, seqüestros, bocas de fumo ocorreram naquele território? Certamente, a violência invisível produzida pelo estigma sobre tal comunidade é mais dramática do que a violência visível que os estabelecidos dizem sofrer por parte dela. A estigmatização é um tipo de violência que humilha e maltrata diariamente toda uma coletividade. A Lagoa não é o céu nem tampouco pode ser concebida como o inferno.

Olha com certeza tem violência, mas não é tanta. Mais ou menos tem. Pra vista do que nós vemos por aí, é um bairro calmo. Nesses 20 anos que moro aqui, eu não acho que seja tão violento assim, não. Olha, tristes das coisas que o pessoal comenta, entendeu? Mas eu não acredito que seja tanto quanto o povo fala, não... Triste da pessoa que cair na boca do povo. Por exemplo, o senhor passa por aqui, já viu alguma coisa de errado, né? É sempre tranquilo. Ah!! Aquele bairro é muito fraco, essas coisas. Eu sempre falo: Olha, gente, eu acho é que no que Centro tá muito mais perigoso do que mesmo lá.

¹²⁷ CALDEIRA, Teresa do Rio. **Cidade de muros**. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 33

Esta fala pertence à Maria Barbosa, morena, 50, casada, nascida no sítio Logrador, do município de Gravatá – PE. Há 20 anos se mudou com a família para a Rua São Cristovão, na Lagoa, mas passa o dia trabalhando como agricultora no assentamento do Movimento Sem Terra, localizado no Sítio Campo Novo. Como a vimos falando, ela não idealiza e nem esconde os problemas da comunidade, porém faz questão de criticar a maldição que é feita a toda uma coletividade por ter caído “na boca do povo”. Para defender seu território da especulação exagerada procura se apoiar numa comparação com o Centro da cidade para afirmar que a violência é maior ali. Curiosamente ela inverte o jogo das polarizações, colocando o centro da jardinagem como uma das zonas violentas de Belo Jardim. A sua posição é confirmada pelo jovem artista plástico Adones Valença, 21, 6º período de História, morador da Avenida Siqueira Campos, ou seja, “a rua mais bem cuidada pelo governo local, justamente por ser o Centro da cidade”.

O bairro da Lagoa sofre imenso preconceito da sociedade, mas se você for analisar, a Lagoa não tem problemas como esses bairros que estão se formando agora, entendeu? É uma questão de o bairro ter sido estigmatizado pela sociedade como, por exemplo: “Eita! O pessoal da Lagoa já tá vindo aí. Vamos ter cuidado.” Mas se a gente analisar, é um bairro que tem iluminação, tem saneamento básico, uma população que trabalha e é composta principalmente por feirantes. Então a gente não pode ter todo este preconceito contra esse bairro. Não é por conta do banditismo, tráfico de drogas que não existe lá, porque se a gente for observar na minha rua existe tráfico de drogas, boca de fumo, banditismo, talvez até maior do que a própria Lagoa.

Para esse interlocutor, a causa da má fama da Lagoa é o estigma. Estigma esse que jamais se transferirá para a Siqueira Campos enquanto for o *habitat* e a área de negócios da elite da cidade. Falas destoantes como a de Adones geralmente ficam eclipsadas pela força dos discursos laudatórios. Dificilmente um *locus* da jardinagem será responsabilizado pelas mazelas das áreas refugadas. Como disse Sartre, “o inferno é sempre o outro”. Outra coisa que merece um destaque é a insistência do jovem interlocutor em definir a Lagoa como se ela realmente fosse um bairro. O que significa dizer que a divisão interna em três “microbairros” é legitimada externamente.

O fantasma da violência e das drogas atinge indistintamente todas as classes e grupos sociais. Entretanto, as formas de resistências são distintas, pois, enquanto os moradores de comunidades pobres sofrem diária e diretamente a experiência da violência, os estabelecidos sentem-na mais distante e ocasionalmente. Também são distintos os modos e as estratégias de lidar e combater a violência entre estabelecidos e *outsiders*. Sendo assim, o discurso sobre a criminalidade e as drogas não é neutro, mas alimenta-se das mazelas históricas e de mecanismos simbólicos para atingir determinadas camadas sociais.¹²⁸

Imagem 26



Imagem 27



O “povo” da Lagoa: Cenas de um cotidiano violento?

Abandonada a dimensão histórica, social e ética sobre as causas da violência, a análise volta-se para uma visão superficial e dicotômica, na qual é fundamental a inscrição do lugar. Identificar a Lagoa à violência e ao tráfico de drogas talvez tenha sido o aspecto mais perverso das novas representações e atitudes geradas sobre ela. A “fama” de local perigoso envolve novos sentimentos e redimensiona todos os demais preconceitos

¹²⁸ “A reflexão sobre violência não pode prescindir de um componente ético e moral, pois envolve valores como bom ou mau, lícito ou ilícito, legal ou ilegal, legítimo ou ilegítimo. Sabe-se que a construção desses padrões éticos se dá, na prática, muito além daquilo escrito por leis ou definido por princípios”, conforme a análise de BAIERL, Luzia Fátima. **Medo Social: Da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 21.

É porque é assim: qualquer roubo que tem, as polícias correm tudo pra cá. Tudo que acontece na rua (outras localidades) só vem pra cá, só quem paga é a Lagoa. Acho que é por causa da fama que a Lagoa tem. É fama demais. Não é tudo falso. Aqui as pessoas são humildes, mas são pessoas decentes. É aquele dizer: o que um faz todos pagam. Por exemplo, se é um mototaxista depois de algumas horas da noite, ele diz: Ali eu não vou, não. Tem táxis que já aconteceu de não trazer a gente aqui por causa da má fama da Lagoa. Dizem que é perigoso, que não leva, não. Só leva até o Bom Conselho ou Tambor, aqui eles não vêm.

Estas palavras são de Taciana Maria da Silva, nada mais do que uma jovem de 21anos, mestiça, solteira, agricultora e moradora na Rua da Jurema. A sua vida, como tantas outras que iremos narrar, sofre com a “má fama” do lugar e com os vários tipos de violência que lhe são derivados. Dessa má fama emanam frequentes incursões policiais e fechamentos sociais. Apreende-se que a polícia sempre “corre” primeiramente para a Lagoa, enquanto taxistas e mototaxistas fazem o contrário, evitam-na depois de certas horas da noite.



Imagem 28: O cemitério: A fronteira entre o “Bairro” Bom Conselho e o “Bairro da Lagoa”.

Mas estes mesmos taxistas e mototaxistas não oferecem nenhuma resistência ao transportar passageiros para as áreas que eles acreditam ser o Tambor ou Bom Conselho. Tais “bairros”, por gozarem de representações positivas, servem para definir previamente o ponto final do trajeto que, conforme as convenções e fronteiras estabelecidas pela dinâmica da segregação socioespacial, poderá ser o Cemitério São Sebastião como limite para quem vive entre o Bom Conselho e a Lagoa; ou o Posto de Saúde, para as pessoas que moram entre a Lagoa e o Tambor.

O medo que temos de atravessar as fronteiras de tais lugares tende a levar-nos a trocar a crítica reflexiva pelos flashes dos preconceitos. As pessoas são estimuladas a julgar apressadamente aquilo que mal conhecem, que raríssimas vezes visitaram ou ainda pior que apenas ouviram falar.

(...) gente de outros bairros não vem aqui não, só as pessoas da comunidade. Falam porque ouviram dizer, mas não convivem com as pessoas daqui. Na boca das pessoas, a Lagoa só tem bandido, só tem maconheiro, só tem puta. Na boca de muita gente é isso. (Maria Aparecida da Silva)

Como disse anteriormente Taciana, “nem todo discurso é falso”. Ele não opera totalmente no vazio, precisa de alguma evidência, algum sinal que o legitime, mesmo que precariamente. Vale salientar, porém, que o exagero é uma das medidas mais utilizadas na construção do conhecimento da realidade. O senso comum, a política, a mídia, as artes e as ciências como um todo usam e abusam deste artifício.

Exagerar sobre a realidade não é, portanto, o mesmo que mentir sobre ela. O problema consiste no aumento abusivo com que um ou vários aspectos da vida social são dados a conhecer. Na maioria das vezes, conhecemos a realidade por meio dos olhos dos outros e fazemo-lo independentemente de qualquer crítica ou de uma investigação *in loco*.

Durante o processo de pesquisa, entrevistei algumas pessoas das camadas populares que ascenderam para a condição de classe média. Procurei visualizar seu ponto de vista sobre algumas localidades estigmatizadas da cidade; sobretudo, suas percepções e conhecimentos. Transcrevo a seguir fragmentos de uma entrevista que fiz com Vânia, cabeleira, que se mudou do bairro popular Tancredo Neves para a Boa Vista (área de jardinagem). Vejamos o que ela diz sobre a Lagoa e outras áreas.

Eu acho que não ia me agradar morar no Santo Antonio, COHAB II e III, Lagoa. Só nesses bairros, porque é neles que a gente escuta coisas ruins, mortes, roubos, criança na rua passando necessidade. É isso que me choca, que não dá.

Perguntei-lhe onde se localiza a Lagoa? E ela respondeu: “Próximo ao cemitério, antes dele”. Neste caso, ela inverteu as posições geográficas, pois a Lagoa é consagrada como o território que fica logo após o Cemitério São Sebastião, “final” da Av. Nossa Senhora do Bom Conselho. Em seguida, lhe perguntei se já havia ido pessoalmente a Lagoa? A resposta foi: “Já. E gostei não. Os jovens fumando maconha, muita criança na

rua, muita mulher desocupada nas calçadas, aí eu não me agradei, não... A rua, as casas muito desorganizada, sujeira, pobreza”.

Como ela pode ser tão assertiva sobre uma realidade cuja localização mal conhece? E como conseguiu visualizar tantas cenas chocantes ao mesmo tempo numa visita tão rápida? A sua visão é quase irredutível, petrificada pelos dispositivos do preconceito social e de lugar. Ela viu o que não vê. Ela viu apenas o que os estigmas mostravam-lhe. Poderia, por exemplo, relativizar a cena das mulheres na calçada, buscando inclusive traduzi-la como uma cena na qual tais figuras pudessem estar dialogando sobre o universo familiar, suas dificuldades, seus sonhos, enfim, destacá-la como uma relação positiva entre vizinhos. E ao mesmo tempo, questionar a fraca relação social que há entre os vizinhos da sua rua, que conforme destaca “é muito pouca, por ter muro alto.” A relativização da cena se desmancha diante do imperativo imposto pelo olhar estereotipado.¹²⁹

A Rua da Jurema: “O enclave do perigo”.

Julgar e condenar ao banco dos réus toda uma coletividade, quando a culpa pertence a poucos indivíduos tem sido um problema comum às áreas estigmatizadas. Internamente, porém, a mesma coisa ocorre nos interstícios destas localidades. Verifica-se que lá o estigma também constrói cercas e muralhas, separando e hierarquizando.

A rua e a travessa Santa Sófia constituem as últimas duas artérias da comunidade e são as que ficam mais distantes do Tambor, do Bom Conselho e das demais áreas da cidade. Uma cerca as separa de uma fazenda, fixando a fronteira entre o rural e o urbano. No entanto, ambas são popularmente conhecidas pelos nomes de rua e travessa da Jurema. Nas minhas investigações não deu para saber ao certo se a origem do nome deve-se a alguma relação com práticas de umbanda, candomblé ou feitiçaria, uma vez que havia ali uma grande quantidade de jurema – uma planta da família das leguminosas, comum em todo semi-árido e que por conta dos seus efeitos alucinógenos é usada em diversos rituais.

¹²⁹ Os estereótipos tendem a sedimentar a compreensão da realidade espacial, dando-lhe unidade e permanência, ocultando assim as tramas, as batalhas, as relações de poder que se desenvolvem entre os grupos, indivíduos e classes sociais da cidade. Eles impõem um jeito de ver e de falar arrogante e assertivo sobre o diferente e suas geografias. Sobre isso vale apenas ver o desconcertante livro de ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FNJ/Ed. Massangana, São Paulo: Cortêz, 1999.

Mas conforme os entrevistados, não foram os efeitos alucinógenos da planta que a transformaram no “pedaço” mais estigmatizado da Lagoa. A Jurema tornou-se uma fonte constante de mal-estar para os próprios moradores da Lagoa, na medida em que passou a ser vista como um foco do tráfico e do consumo de drogas.

Esta rua serviu para produzir em escala molecular relações do tipo estabelecido *versus outsiders*, ao passo que ganhou visibilidade e dizibilidade como o “pedaço” no qual residem os piores e mais problemáticos seres humanos da Lagoa. Conforme a opinião de Maria Aparecida da Silva:

Por causa da bandidagem, das drogas, violência que ocorre muito. Não nesse pedaço aqui. Nesse pedaço (Rua Projeto Ciata), o que mais ocorre é a molecada cheirar cola, fumar maconha. Esse negócio de violência parte mais pra baixo, para o lado da Jurema. Aqui é mais tranquilo. Da Rua São Geraldo puxando pra Jurema é onde parte a violência, a droga.

A Rua Projeto Ciata inicia-se logo após o Posto de Saúde e é a primeira a fazer fronteira com a Av. Cel. João Leite. Nesse “pedaço”, embora seja possível presenciar crianças consumindo drogas, o endereço delas localiza-se “mais pra baixo”. Mais adiante, questionada se a suposta violência e o consumo de drogas da Jurema estariam relacionados com a pobreza e a falta de trabalho, educação e lazer, a resposta dada foi a seguinte:

Eu acho que não. Acho que é o instinto deles mesmos. É o instinto de gente ruim mesmo, porque não tem a ver com a pobreza, porque a gente nasceu de uma classe pobre. Aqui todo mundo é pobre, não tem nenhum rico. Isto parte do instinto mesmo, não tem a ver com a pobreza não... (Ela) é a parte das drogas, né. Drogas, roubos, corre muito risco de assaltos. Muitos carros que vêm vender as coisas e foram roubados aí em baixo. Até um carro de produtos de limpeza que a gente compra já foi assaltado. É mais negócio de roubo, assalto, drogas. E não é por ladrões profissionais, não; é por essa molecada que rouba pra comprar drogas.

Conforme o relato, o problema está relacionado ao “instinto ruim” das pessoas, nada tendo a ver com questões socioeconômicas. Nesse sentido, a “Rua da Jurema” articula

ao mesmo tempo duas questões problemáticas: a perversidade da natureza humana e o lado sombrio e tenebroso da paisagem natural. Por esse motivo, o imaginário social fixa a Rua da Jurema como a sua identidade principal. A geografia é mais um dos fantasmas a ser incluído nas práticas de estigmatização. As dimensões espaciais, isto é, a posição e a altura assumem um papel destacado no processo de significação da Jurema e dos seus moradores. No universo hierarquizado da cultura brasileira, tais características geográficas são apropriadas e reelaboradas mentalmente de um jeito novo. Dependendo do contexto histórico e social, expressões como “lá em baixo”, nos “fundos”, “no final” ou no “mato” podem indicar juízos de valor, formas de distinção e estratégias de segregação espacio-social.

A tranquilidade aqui é mais, pelo menos neste pedaço você não vê bagunça, você não vê briga entre vizinhos. Existe esse negócio de drogas, mas que vem de lá de baixo, porque eles moram lá em baixo e vem usar aqui. Não é que eles sejam daqui, eles são lá de baixo.

“Eles moram lá em baixo”, “eles são lá de baixo”, eis o uso estratégico da linguagem para se transferir a ambivalência para outro “pedaço”. Percebemos, pois, como o uso frequente e enfático de expressões geográficas contribuem para demarcar o território que separa o



Imagem 29: Rua da Jurema: A última fronteira da Lagoa.

“eles” do “nós”, os de cima (moradores da Rua Projeto Ciata) dos “de baixo” (moradores da Jurema). Deduz-se assim que aqueles que residem “lá em baixo” são também baixos em estatura moral, dignidade e bondade, sendo o oposto também verdadeiro.

Tais oposições espaciais são, por sua vez, utilizadas como operadores de micro identidades. A despeito do que dizem os estereótipos, a Lagoa para a maioria dos seus moradores, seria uma localidade de gente ordeira e trabalhadora. Esses deveriam ser os

aspectos constituintes da “verdadeira” identidade da Lagoa e não a “bagunça” praticada por pessoas “lá do fim”, que vivem conluiadas com “o povo de fora”.

Oxente! Eu vi diversas vezes muita gente falando mal da Lagoa, é como se fosse o inferno. Mas deixa que é como eu digo: Não é a Lagoa é pra lá. O senhor aqui não vê falar nisso não. Daquela travessa [Travessa Cel. João Leite] pra cá não se vê isso, já lá no fim da Lagoa se tem essa bagunça, mas é com o povo de fora.

Podemos observar que a construção da identidade de uma dada espacialidade prescinde em certa medida da prática dos relatos espaciais elaborada por seus próprios moradores. Igualmente a uma operação de guerra, os relatos constroem trincheiras, demarcam territórios e fronteiras. Conforme Michel de Certeau:

Os relatos são animados por uma contradição que neles representa a relação entre a fronteira e a ponte, isto é, um espaço [legítimo] e a sua exterioridade [estranha]. (...) Deste modo, se introduz uma contradição dinâmica entre cada delimitação e sua mobilidade. De um modo o relato não se cansa de colocar fronteiras. Multiplica-as, mas em termos de interações entre personagens – coisas, animais, seres humanos: os actantes repartem lugares ao mesmo tempo que predicados (bom, astucioso, ambicioso, simplório etc.) e movimentos (adiantar-se, subtrair-se, exilar-se, voltar-se etc.). Os limites são traçados pelos pontos de encontro entre as apropriações progressivas (a aquisição de predicados no curso dos relatos) e os deslocamentos sucessivos (movimentos internos ou externos) dos actantes.¹³⁰

De acordo com a interpretação que fazemos de Certeau, mais importante do que as dimensões físicas de uma localidade é a sua localização no discurso, ou seja, no processo de apropriação dos predicados e nos deslocamentos que os mesmos sofrem a partir das narrativas espaciais. Os relatos ajudam a dar legitimidade a uma localidade como boa ou má, feia ou bonita, ordenada ou caótica. A narrativa “tem inicialmente uma função de autorização, ou mais exatamente de fundação”.¹³¹ Foram os relatos com seus exageros e interdições que fundaram a Lagoa como o Outro do “belo jardim”. E

¹³⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 212-213.

¹³¹ CERTEAU, Michel de. Op. cit. p. 209.

mais tarde, muitos de seus moradores cairiam na mesma contradição ao eleger a Jurema como o seu mal-estar.

Nas lutas para incluir, limitar ou excluir o acesso à condição de estabelecido ou jardineiro do “belo jardim”, os homens tornam-se mais laboriosos e imaginativos criando mil artifícios. Assim, mesmo em um lugar estigmatizado como a Lagoa existem regras de conveniências para definir os bons dos maus lugares. O lugar social é uma teia complexa de práticas e representações. Por menor que seja, nunca haverá um pensamento único, pois sempre existirão murmúrios e ruídos de vozes mostrando sua heteroglossia¹³², isto é, a multiplicidade e dissonância das falas. Estes ruídos, às vezes, tornam-se inaudíveis ou imperceptíveis aos sentidos já cristalizados pelos estigmas. Daí ser preciso ouvir a voz que vem lá dos confins e tentar reconhecer também o seu valor social.

Nas entrevistas que desenvolvi com os moradores da rua e da travessa da Jurema, percebi que eles, embora façam uso dos advérbios de lugar, fazem-nos sem a preocupação de estabelecer antagonismos com os moradores das outras ruas. Observemos este depoimento:

O que tenho a dizer sobre meus vizinhos é que, durante os sete anos que moro aqui, eu me dou super bem com eles. Eu espero que eles pensem o mesmo de mim, não tenho nada a dizer contra eles. O que tenho é que gosto muito deles (...). Quando aconteceu das chuvas invadirem as nossas casas aqui, os vizinhos corriam pra acudir a casa uns dos outros. Uns tiravam uma coisa, outros colocavam os meninos nas costas e era aquela agonia (risos). A gente foi tudo solidários uns com os outros. Íamos dormir nas casas dos vizinhos lá nas outras ruas lá de cima. E eu fiquei dormindo aqui na casa de minha mãe até que os colchões secassem.

¹³² Expressão usada por Mikhail Bakhtin, estudioso das relações culturais desenvolvidas entre as camadas populares e as elites na Idade Média e no Renascimento. Sobre esse assunto, vale apenas ver. BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. O contexto de François Rabelais. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora da Universidade de Brasília, 2008.

A fala de Marlene Damiana insere a dimensão da amizade e da solidariedade entre os próprios vizinhos da Jurema e desta com os demais moradores da Lagoa. Trata-se de duas questões pouco valorizadas nas representações e análises que são feitas sobre pobreza e lugares estigmatizados.



Imagem 30: “O pedaço ruim da Lagoa”: O pântano e a pobreza.

Tratam-se também de práticas de solidariedade e amizade entre os moradores de um “pedaço” habitado por “pessoas do instinto ruim”, “almas sebosas”. Por outro lado, a fala de Damiana revela um sentimento diferente do demonstrado por seu José Ferreira e Maria Aparecida da Silva, no que se refere às pessoas que moram do lado de cima. Embora recorra à expressão “as ruas lá de cima” não faz para estabelecer dicotomias, mas com a finalidade de reconhecer a solidariedade dos seus moradores para com as vítimas das chuvas, ocorridas no mês de maio de 2009.

Nessa mesma linha de raciocínio, D. Damiana, outra moradora, destaca as virtudes e solidariedades que acontecem na referida rua, na qual inclusive morou e construiu boas amizades. O que chama atenção na sua fala e que se repete em múltiplas outras é a presença deletéria de um personagem considerado fundamental nos problemas relacionados às drogas, a violência e a má fama da Lagoa como um todo. Este personagem é chamado genericamente de “gente que vem de fora”. Ele é colocado como aquele que traz ou estimula a criminalidade. Tal figura passa a ser numa perspectiva ampla o Outro de todos os estigmatizados da Lagoa, inclusive do Beco de Eufrásio, que depois iremos abordar. Na maioria das vezes parece ser uma figura abstrata, cujo rosto e localidade são desconhecidos e raramente ganha contornos mais precisos. Não cabe aqui discutir sua natureza real ou fictícia, o que importa é saber que ele tem a função de minimizar as responsabilidades das pessoas pelos problemas vividos. Em certa medida a causa dos problemas advém das “pessoas de fora”.

O estigma do lugar: O lado (in)visível da violência.

A “negrada da Lagoa” é uma das expressões mais recorrentes quando se procura emitir alguns juízos de valor sobre tal localidade. Isso implica numa forma de representação que privilegia mais a perspectiva racista do que a cultural. Falar do “povo da Lagoa” é o mesmo que falar de uma matéria bruta, ainda não lapidada pelos progressos da civilização. O discurso racista essencializa as pessoas, transformando seus valores, comportamentos e gestos em manifestações atávicas. O argumento racista opera nesse sentido como mais um dispositivo esvaziador das potencialidades dos atores dessa comunidade.

A estetização da população (a “negrada da Lagoa”) ocupa um papel relevante na produção de imagens e discursos distorcidos, ajudando a categorizá-la como uma localidade de pessoas agressivas, mal-educadas e desordeiras. Tais representações atingem profundamente a moral e auto-estima dos moradores, sobretudo, quando são estimulados a revelar a sua identidade espacial.

Essa é uma questão complicada que atravessa as experiências e narrativas da maioria dos entrevistados. O preconceito de cor torna-se mais forte e intenso quando acrescido do preconceito de lugar¹³³. Para diversos moradores da Lagoa, o preconceito de lugar é uma realidade onipresente que se faz sentir em diversos contextos e situações. Ele se infiltra e se dissemina na escola, no trabalho, no lazer, nas brincadeiras infantis, nos debates políticos, nos problemas policiais e até mesmo nos dramas amorosos e sentimentais. São inúmeras as histórias de homens, mulheres, velhos e crianças que foram vítimas do preconceito de lugar. Essas situações embaraçosas e humilhantes comumente ocorrem fora de suas fronteiras, nos contatos com pessoas de outras localidades e instituições. O seu território ainda é a sua principal fortaleza contra o estigma. Nele encontram-se mais semelhanças do que diferenças e antagonismos.

A escola é um desses espaços no qual as diferenças são processadas de maneira dialética e ambivalente, ou seja, em que o Mesmo se descobre no Outro como um amigo, um inimigo ou um estranho. Ela é tanto o *locus* privilegiado da educação formal quanto um laboratório de tensões, conflitos e solidariedades. Para uma criança pobre e negra, nascida num bairro estigmatizado, a escola na maioria das vezes deixa de ser uma instituição ativa e justa para se revelar algo completamente diferente. O então

¹³³ Para entender melhor a dinâmica histórico-social do preconceito de lugar, ver de ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. **Preconceito de lugar**. São Paulo: Cortez, 2007.

adolescente Edivaldo José da Silva, hoje com 39, negro, policial militar aposentado, tetraplégico devido a um acidente automobilístico, tem consciência de que o cultivo da leitura, que pratica com afinco diariamente, poderia ser facilitado desde cedo, se não houvesse tantas dificuldades criadas pelas condições de pobreza e pelo duplo estigma sofrido por ser negro e morador da Lagoa.

Várias vezes eu me senti constrangido. Eu lembro que na hora da apresentação, a professora dizia: “Levante-se e diga seu nome e de onde vem?”. Eu fazia “eu moro ali”: “Ali aonde?” “Depois do cemitério”. E ia dizendo aos pouquinhos enquanto olhava na cara das pessoas. E você via no semblante das pessoas a rejeição, depois era uma rejeição só pra você. Em primeiro lugar, as pessoas nos viam com desconfiança, viam-nos como ladrão ou bagunceiro. As pessoas achavam que aqui só tinha isso.

O que deveria ser apenas um dia de alegria transformava-se num dia de tensão e constrangimento. Revelar onde morava era naquele momento mais constrangedor do que ser inferiorizado pela aparência física. Conforme Edivaldo, o nome do lugar gerava expectativas, desconfiança e rejeição por parte dos colegas. Daí a necessidade de ocultar a verdadeira inscrição geográfica, dando como referência apenas a proximidade com o cemitério local. A expectativa de estudar numa nova escola agitava o sistema nervoso e o humor das crianças e adolescentes moradores da Lagoa, pois sempre teriam que se deparar com aquela pergunta incômoda: “Onde você mora?”.

Mais adiante, Edivaldo afirma que a causa principal deste preconceito deriva da questão econômica e social, que por sua vez reverbera sobre o espaço. Conforme ainda explica, existe uma diferença marcante entre ser pobre na Lagoa e numa área de jardinagem.

Adilson, eu acho que a questão do preconceito depende de quem é rico e de quem é pobre. Esse é o X da questão. Eu, na minha condição de pobre, mesmo se dissesse que morava na Siqueira Campos, mesmo pobre e lascado como eu era, seria visto diferente. Mas por ser de uma comunidade pobre e com todos os problemas que carregávamos, só o fato de ser da Lagoa, pronto! Aquilo era um carimbo. Eu acredito que esta questão é de pobre e rico mesmo.

Mas o problema não se resume exclusivamente ao fator econômico ou as hierarquias de classe social. Sem perceber, ele dá grande relevância ao papel do lugar na construção de uma representação positiva ou negativa das pessoas. Assim, ser pobre numa área de jardinagem como a Av. Siqueira Campos não gera as mesmas ansiedades, tensões e preconceitos que a Lagoa. Como ele diz, a Lagoa não é apenas um território, mas um “carimbo”, uma etiqueta que funciona como uma espécie de semióforo da identidade das pessoas. A marca Lagoa cumpre um papel fundamental na construção da identidade socioespacial das áreas de jardinagem. No entanto, a localização cria múltiplas diferenças, contradições e ambiguidades não somente entre classes opostas, mas também entre membros da mesma classe social ou grupo étnico. O peso da dimensão espacial no processo de dominação de classe e da valorização individual foi bem ilustrado nas teses do geógrafo Milton Santos:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles que lhe são teoricamente devidos, mas que, lhe faltam.¹³⁴

Ser pobre e negro na Lagoa não tem o mesmo significado de ser pobre e negro em bairros populares como o Frei Damião ou o Pontilhão. Neles também há pobreza, falta de saneamento básico, calçamento, mas não são vistos pelo filtro do estigma espacial. Suas crianças não precisam suar de vergonha ou emudecer diante da indiferença e do deboche dos colegas de escola ao revelarem onde moram. De um modo geral paira sobre os habitantes da Lagoa o mecanismo da “suspeição generalizada”. Além de pobres e pretos são vistos com desconfiança por habitarem numa localidade considerada um ninho de malfeitores.

¹³⁴ SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007. p. 107.

Afirmar-se como morador de uma área estigmatizada produz espanto e perplexidade sobre aqueles que se projetam como estabelecidos ou jardineiros. É o que nos relata Dona Dorinha, uma mulher de meia idade, morena, mãe de duas jovens, que há 16 anos saiu da cidade de Cachoeirinha-PE para morar na Lagoa. Evangélica, trabalha como empregada doméstica há vários anos na casa de uma neta do falecido coronel João Leite, um dos primeiros proprietários das terras que compreendem às três áreas analisadas nesta pesquisa. Dona Dorinha nas suas palavras mostra como é difícil convencer as pessoas de outras localidades de que a Lagoa contém algo mais do que negatividade.

Há pessoas que dizem: “Você mora na Lagoa, Deus me livre!!!. Ali eu tenho medo até de passar”. Agora se você diz que mora no Tambor ou que mora no Bom Conselho, aí as pessoas dizem: “Ah! Ali eu vou”. Na Lagoa, as pessoas... “Deus me livre, naquele bairro é muito perigoso, ali é um bairro esquisito, é um bairro horroroso”.

Observa-se como a palavra “Deus” é usada para satanizar aquele lugar tal qual a terra de Caim – onde o pecado viceja. Sob a lógica da jardinagem, tem sentido recorrer a dualismos religiosos do tipo “Deus versus o diabo”, “bem versus mal” para projetar a Lagoa como um território maldito, o pedaço excluído do “belo Jardim”.

Agora, se a localidade for o Tambor ou Bom Conselho, mudam-se relativamente as formas de percepção e os juízos de valor. “Aí, eu passo, aí eu vou”, diriam. Pois, dependendo da situação, as duas localidades podem ser vistas como extensões do “belo jardim”. Mas se poderia argumentar que nelas também existe gente pobre e preta. Só que a resposta seria a seguinte: Sim, existe, mas os nossos pobres e pretos não são “feios, sujos e malvados”, para usar o título intrigante de um filme de Ettore Scola.

O fato de muitas pessoas da Lagoa se identificar como moradores do Tambor ou do Bom Conselho pode ser interpretado como uma forma de burlar a violência do preconceito, mas por outro lado revela as fragilidades de pertencimento com o lugar habitado. Em função da vergonha gerada pelos efeitos de localização, certos indivíduos astuciosamente procuram desviar sua imagem de qualquer associação com a Lagoa, vinculando-se, por exemplo, ao Bom Conselho, pois ali:

As pessoas podem se apresentar melhor, é um bairro onde as pessoas não têm vergonha de se dizer. Agora pense a Lagoa: um lugar feio, horroroso. Agora quando diz “Bom Conselho”, uma avenida bonita, muita gente rica, morando em casas muito apresentáveis, né? Então, diriam “eu moro ali junto daqueles. Agora quando penso na Lagoa ... casas humildes, a Jurema, não sei o quê ... Aí no Bom Conselho e no Tambor se vê mais a parte da sociedade.

Identificar-se com uma localidade estigmatizada é um ato de coragem e de auto-estima que se caracteriza pela luta diária contra diversas formas de violências e regimes de verdade¹³⁵, para afirmar seus valores, crenças e atitudes. Ou seja, uma luta com poucos aliados ensejada na desconstrução daquilo que os nossos sentidos foram preparados para aceitar como natural e evidente. Os estereótipos cumprem esse imenso papel de inventar a evidência antes mesmo de ela ser encontrada. Como diz Walter Lippman:

(...) Se os homens livres e escravos fossem parecidos, qual seria a base para tratá-los tão diferentemente? Foi essa confusão que Aristóteles desejou clarificar em seu primeiro livro de política. Com infalível instinto entendeu que para justificar a escravidão era preciso ensinar aos gregos um jeito de ver seus escravos compatíveis com a continuidade da escravidão. (...) O estereótipo é como se fosse à vidraça de lavanda da Rua Beacon, como o porteiro de uma festa de fantasia que julga se o convidado tem um disfarce apropriado. Não há nada tão obstinado à educação ou à crítica como o estereótipo. Ele rotula consigo a evidência no ato mesmo de buscar a evidência.

O cimento da estereotipia solidifica a percepção sobre as pessoas e o lugar mediante imagens hiperbólicas e surrealistas. A evidência nasce do rótulo e de uma assertiva exagerada e descomprometida com a observação *in loco*. Nesse caso, não é preciso ver para saber, mas basta o boato, a fofoca, o “ouvi dizer” para já se ter uma opinião formada sobre o assunto. Atribuir demasiado crédito ao mecanismo da fofoca nos parece um tanto quanto paradoxal na medida em que vivemos num mundo hipertrofiado pelo sentido da visão.

¹³⁵ Regime de verdade é “aquilo que cada sociedade acolhe como sua política geral de verdade, ou seja, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, conforme. FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

Quando o espaço precede o ser

Os relatos colhidos de vários entrevistados dão a entender que o espaço precede o ser, isto é, define em última instância o caráter e a competência formal e política das pessoas. Sendo assim, o fator localização se constituirá num instrumento de ampliação ou limitação de novas possibilidades políticas, econômicas, sociais e culturais.

Para a jovem Ana Cláudia Magalhães da Silva, 22, morena, desempregada, moradora da “Rua da Vacaria”, cujos estudos abandonou no Ensino Fundamental, os efeitos da localização têm produzido mais perdas do que ganhos, tem contribuído para desfazer relações e reduzir os horizontes. Conforme seu argumento, perdem-se oportunidades de emprego quando se faz aquela incômoda pergunta: “Onde você mora?”

É pelo bairro que se percebe se a pessoa é boa, se tem educação, se é muniça... Tem muita gente decente na Lagoa, tem domésticas que trabalham há mais de 20 ou até 30 anos em uma casa só, porque as pessoas confiam, tá entendendo? Mas só que têm outros que não dão oportunidade, na primeira entrevista, perguntam logo o bairro, depois pergunta o nome (risos). “você mora onde?” Pelo bairro mais ou menos se sabe quem você é. É como se o bairro fosse referência pra alguma coisa, tipo presta ou não presta.

O dispositivo da suspeição generalizada aplicado pelas elites às camadas populares, conforme a narrativa de Ana Claudia, toma a localização como uma de suas “referências” principais na hora de definir o caráter das pessoas. A dimensão ética do ser humano é subtraída pela estetização do lugar. As histórias de vida recheadas de lutas, humilhações e dignidade são simplesmente preteridas pelas representações estereotipadas. O lugar passa a ser um espelho que reflete a alma das pessoas. Daí nasce a expressão “ali só tem almas sebosas”, que no linguajar popular significa a mesma coisa de ser impuro, grotesco, mal. Essa forma de dizer o outro também é usada pelas próprias camadas populares como meio de diferenciação em relação aos atores considerados perigosos a ordem social.

Por conta de umas almas sebosas, as pessoas de bem pagam. A Lagoa é muito discriminada. “Mora onde?” Pois até pra se arrumar um emprego aqui é discriminado. Pra qualquer coisa se pergunta: “Mora onde?”. “Moro na Lagoa”. Pronto. No outro dia você vai lá e já não tem mais emprego.

Essa fala é de Maria Aparecida da Silva, 43, negra, casada, mãe de uma filha e proprietária de uma pequena bodega, na Rua Projeto Ciata. Esse tipo de discurso tão recorrente nas falas de moradores de bairros estigmatizados não aparece nas estatísticas sobre níveis de empregabilidade, porque fica escondido na objetividade das estruturas, ou seja, nas taxas de crescimento econômico e desenvolvimento social, nos novos arranjos produtivos e tecnológicos e nas desigualdades históricas entre as regiões. O impacto do preconceito de lugar sobre os níveis de empregabilidade não pode ser facilmente transformado em números na medida em que são componentes da subjetividade. As elites em sua imensa maioria não se pronunciam diretamente a favor ou contra a localização das pessoas na hora de empregá-las. Neste caso, tais preconceitos são sutis e aparecem através de perguntas e expressões ambíguas como: “Onde você mora?”, “De onde você veio?”, “Precisa-se de pessoa de boa aparência”, “Cite algumas referências pessoais?”. Na verdade, são mais do que perguntas, são interdições feitas para não permitir o acesso à cidadania de indivíduos marcados previamente com os sinais do estigma da cor, do lugar e da pobreza.¹³⁶

A astúcia torna-se, portanto, um dispositivo importante para alguns moradores, cuja possibilidade de conseguir um emprego depende em certa medida da capacidade de se desviar dessas barreiras microfacistas. Obliterar a inscrição espacial e apresentar outra mais palatável é um dos procedimentos mais regulares e infelizes para entrar no jogo das exclusões criado pelos estabelecidos.

Marlene Damiana de Melo, 33 anos, morena, separada, mãe de dois filhos, desempregada, nasceu no sítio Zé Girão, no município de Cachoeirinha – PE, no qual levava uma vida sofrida que a obrigou a se transferir para Belo Jardim, na esperança de melhorar as condições materiais. A Travessa Santa Sôfia (conhecida como Travessa

¹³⁶ As discriminações empregatícias por causa da origem étnica e de lugar tem sido objeto de interesse de vários pesquisadores na França e tem revelado dados preocupantes para toda a sociedade francesa. Sobre isso ver de CASTEL, Robert. **A discriminação negativa. Cidadãos ou autóctones?** Petrópolis: Vozes, 2008.

Rua da Jurema), a mais precária e estigmatizada da Lagoa, foi o local onde há oito anos fixou residência. Vítima das constantes enchentes provocadas pelas vazantes do rio Bitury, afirma ironicamente “morar dentro da Lagoa”. Na verdade, trata-se de um dos enclaves mais estigmatizados da cidade (a Jurema) o que dificulta ainda mais as possibilidades de acesso ao emprego e, por extensão, à cidadania. Sobre moradores como Marlene, recaem ao mesmo tempo duas formas de preconceito de lugar: o primeiro de pertencer ao “bairro” da Lagoa e o segundo de morar na Travessa da rua da Jurema (Travessa Santa Sôfia), ambas vistas como a erva daninha e a praga do “Belo Jardim”. O que resta, então, a um morador de tal localidade senão esconder as credenciais do lugar?

Agora é aquela coisa, quando a gente vai preencher a ficha e as pessoas nos perguntam: “Onde você mora?”, a gente diz que mora no Bom Conselho, porque se colocar Lagoa ninguém vai pegar a gente pra trabalhar. Dão um cartão vermelho.

Mas nem sempre é possível esconder as credenciais do lugar. Chega o momento em que a vida de tais pessoas é surpreendida pelo deboche de alguém que os reconhece e sabe da má fama do “bairro”. O deboche, talvez, seja a forma mais violenta de impor preconceito e constrangimento às pessoas. Ele parece produzir um efeito paralisante, principalmente em ambientes ou situações nas quais acreditamos está mais protegidos dessas erupções vulcânicas.

Eu fui resolver um assunto lá no Fórum e quando cheguei lá pra falar da questão de ter mudado de endereço. Aí quando fui dar meu endereço verdadeiro e quando eu falei que morava na Rua Guilherme Henrique de Oliveira (também conhecida como Rua da Vacaria), tudo bem. Foi quando o homem me perguntou: “Qual é o bairro?” Aí eu fiquei naquela indecisão, né? Porque é um bairro com três nomes, três divisões. Aí antes de dar a resposta, uma pessoa respondeu: “Mora na Lagoa, onde só tem alma sebosa”. Aí, eu fiquei até muito envergonhada. Aí, eu disse a ele que alma sebosa tem em todo canto, pois não queria dizer mais coisas a ele.

Essa situação inusitada foi vivida por Ana Paula. Conforme ela me confidenciou, o autor do constrangimento foi um “ilustre” advogado e vereador da cidade, no qual havia

inclusive votado nas eleições municipais de 2008. Involuntariamente foi discriminada num ambiente onde deveria sentir-se protegida.

O Fórum e o advogado, ambos símbolos da justiça, deveriam servir como um contraponto à discriminação. Para os jovens da periferia, o advogado, o juiz, o delegado, o promotor, o policial e o político são figuras que emitem sinais de medo e de desconfiança, pois são eles que representam a face repressiva e teatral do Estado. São essas figuras que diretamente usam do seu poder para punir, criminalizar ou enganar as comunidades periféricas.

Infelizmente, faltam aos mais pobres matérias de expressão suficientes para desferir golpes mais precisos contra seus acusadores. No cenário a partir do qual se desenvolve as relações formais – jurídicas, por exemplo, sua capacidade de impor resistência diminui significativamente. A linguagem formal é uma linguagem codificada, ritualística, tradutora e criadora de hierarquias e, portanto, exclusiva de uma parcela de pessoas. Cabe a alguns segmentos das camadas populares o recurso da astúcia, da criatividade ou da violência física e simbólica para negociar ou resistir a tais achincalhamentos ou relações de dominação.

O lugar e as relações afetivas

A localização afeta também os relacionamentos afetivos e amorosos. O fluxo das paixões e das amizades é freado pelo sinal vermelho do preconceito de lugar. As relações afetivas são assim reduzidas a uma pequena escala geográfica, geralmente circunscrita ao próprio bairro ou a comunidade.

É complicado pra arrumar namorado. As pessoas têm medo de vir porque imaginam chegar aqui pra namorar e depois voltar nu pra casa. Antes, eu tinha vergonha de dizer que morava aqui, porque o povo dizia: “Lagoa? Nossa!!” Não conto às vezes, mas, sinceramente, os fins de festa... Aí um paquera dizia: “Vou te levar em casa”. Mas, quando sabia (da localização), só levava até a ponte. Não vinha mesmo.

A ponte que separa o Centro da cidade das três áreas que compõem o bairro do Bom Conselho pode servir também como uma fronteira entre jovens que pretendem namorar ou apenas “ficar” ¹³⁷ uma noite. Num determinado imaginário social, a ponte funciona como um emblema que separa a matriz civilizatória da barbárie, ou melhor, os *socius* dos *hostis*. Nesse sentido, a ponte pode realmente fixar e demarcar territorialmente os limites e possibilidades de construção de relacionamentos afetivos mais intensos e duradouros.

Numa ampla escala geográfica a ponte que separa o Centro do Tambor, do Bom Conselho e da Lagoa, cumpre a lógica de estabelecer grosso modo o paradigma da cultura da jardinagem. A ponte separa a parte mais rica e aristocrática da mais pobre e mestiça, os



Imagem 31: A ponte que junta e que separa os “estabelecidos” e “outsiders”.

estabelecidos dos *outsiders*, enfim, a ordem do caos. Ela intensifica as dicotomias e arquétipos também com outros bairros populares da cidade, tais como o Santo Antônio e o São Pedro. A função técnica de interligar no mesmo nível lugares separados por um rio é ampliada por disposições imaginárias e ideológicas que criam polarizações e justaposições entre diferentes atores numa trama urdida pelos fios da espacialidade, das contradições socioeconômicas e das ambivalências éticas e estéticas.

Essa urdidura, no entanto, se complexifica e se movimenta adentrando-se na outra margem do rio e se reproduzindo numa escala micrológica através da qual gera também fronteiras e estriamentos espaciais. Por estriamentos espaciais, entendo uma geografia que não é plana, retilínea, mas marcada por ondulações, falhas, dobras, deslizamentos de sentidos e significação. Esses deslizamentos e dobras ocorrerão também nos discursos e nas práticas das microlocalidades que compõem o Bairro do Bom Conselho, o único oficialmente reconhecido.

¹³⁷ A expressão “ficar” é comum entre os jovens e é usada para traduzir os relacionamentos sentimentais que são caracterizados pela efemeridade e falta de qualquer compromisso mais sério. Sobre a efemeridade das relações sociais/sentimentais. Ver de BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: Sobre a fragilidade dos laços sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 e GIDDENS, Anthony. **As transformações da intimidade**. Assis: Unesp, 1993.

Envolto nesta trama, o músico João Cordeiro da Silva Filho, 30, branco, solteiro, 3º período de história na FABEJA (Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim), expressou através de suas palavras a efemeridade e superficialidade das relações afetivas entre atores que habitam localidades mais ou menos estigmatizadas. Há 20 anos ele e a família saíram do sítio Lagoa da Chave para morar na Av. Cel. João Leite/Tambor, considerada pela maioria dos seus membros uma localidade boa para morar. Durante alguns anos estudou na Escola Estadual Pe. Giovanni Toniutti, que fica localizada na Av. Bom Conselho e fez alguns amigos na Lagoa. Morando a menos de 200 metros do Posto de Saúde - um marco para definir os limites entre a Av. Cel. João Leite/Tambor com a Lagoa – argumenta que:

Faz uns 3 anos que visitei a Lagoa. Eu fui visitar Gilliard, um amigo, mas ele foi embora, entrou nas Forças Armadas. Eu tinha outros amigos lá quando estudei aqui, mas eles moravam logo no início, mas eu não sei onde eles moram mais. Eu tenho mais conhecimento no Centro, principalmente no bairro do São Pedro. Eu acho porque eu ficava na banda filarmônica e mantinha muito contatos com eles, né? É o bairro que eu mais gosto da cidade, que eu queria morar.

O único e verdadeiro amigo que conheceu na Lagoa saiu para servir às Forças Armadas. Nesse diapasão de tempo, não mais visitou ou conheceu alguém daquela comunidade, com a qual pudesse estabelecer qualquer tipo de relacionamento afetivo. Nos depoimentos dos entrevistados, principalmente daqueles que buscam estabelecer diferenças e hierarquias, tem sido frequente o uso da conjunção adversativa “MAS”. Esse recurso da linguagem foi usado por João para demarcar às áreas da Lagoa onde poderia ter amigos. Além de Gilliard teve outros amigos, “mas eles moravam logo no início”, conforme faz questão de ressaltar. Também “não sabe onde eles moram mais” e nem sequer se lembra dos seus nomes. Nesse sentido, a expressão “moravam no início” significa valorizar o relacionamento com pessoas que devido à proximidade e à visibilidade podiam ser assimilados, apesar de estarem no outro lado da fronteira. O “início” da Lagoa é uma zona fronteira na qual é possível estabelecer contatos mais consistentes, o que aparentemente talvez seria mais complicado de acontecer com as pessoas que moram no final, isto é, na Rua e na Travessa da Jurema.

Devido à proximidade entre os dois lados da fronteira, ampliam-se tanto as possibilidades de amizade e inimizade como também de estranheza. Neste caso, a tênue fronteira entre o Tambor e Lagoa transformou a estranheza que separava alguns jovens de ambos os lados numa rápida amizade.

As marcas do lugar na educação e na juventude.

O preconceito contra a Lagoa e o Beco de Seu Eufrásio impossibilita suas crianças de fazerem amizades com as crianças do Tambor e do Bom Conselho. Várias famílias do Tambor e da Av. Bom Conselho, sob o argumento de evitar que seus filhos se misturem com a ralé, procuram vagas nas escolas do Centro. Tal realidade pode ser constatada nas palavras de Albanize Casé de Oliveira, professora concursada da Rede Estadual, vinculada à Escola Pe. Giovanni Tonniutti, no qual leciona há 16 anos e atualmente exerce a função de gestora. Trata-se de uma mulher de uns quarenta anos, morena, estatura média, simpática, que nasceu na Av. Bom Conselho, mas que passou a maior parte de sua infância na Av. Cel. João Leite (Tambor). Filha de um funcionário público estadual ligado à pasta da Agricultura, mas que se aposentou como porteiro da Escola Pe. Giovanni Tonniutti, e de uma senhora cuja vida sempre foi dedicada à educação dos filhos e ao trabalho doméstico. Diferentemente da maioria dos migrantes da zona rural que se deslocaram para o bairro, o pai de Albanize conquistou um emprego público que lhes garantia certa estabilidade. Tal situação, certamente, lhe possibilitou uma visão de mundo mais hierarquizada com relação aos moradores da Lagoa. Ser funcionário público e morador da Av. Bom Conselho era visto como sinais de distinção e poder. Daí, para ele ser complicado matricular seus filhos numa escola na qual teriam de conviver com as crianças da Lagoa e do Beco de Seu Eufrásio, a despeito de a escola ser a única do bairro e bem próxima de sua casa.

Aqui era um grupo (escolar) muito próximo à Lagoa, e essa má fama da Lagoa de ter crianças violentas, né?. Então, meus pais me colocavam aqui exatamente por isso: com medo do contato com as crianças da Lagoa... Muitas pessoas como eu nunca estudaram aqui.

Seus pais, como tantos outros, queriam evitar o contato com os mal-estares provocados pela ambivalência sócio-espacial. Pois possivelmente a “maldade” contida nas crianças da Lagoa poderia vir contaminar a “pureza” e a “inocência” dos seus filhos. Sob hipótese alguma, aquele homem “prudente” deixaria seus filhos estudando na escola onde havia se aposentado como porteiro. Eles seriam matriculados no Bento Américo – escola pública localizada numa das áreas mais valorizadas da cidade. Anos depois, a sua filha seria professora e gestora da escola onde justamente não pôde estudar devido aos preconceitos do pai. A filha, hoje, tem uma leitura da escola diametralmente oposta à que tinha o seu progenitor.

Veja, como eu havia falado, meu pai não me colocou aqui por falta de conhecimento. Eu leciono aqui há 16 anos e posso garantir que não é 20% da violência que as pessoas dizem. Eu ainda vou mais além: tem colégios no Centro bem mais violentos, com mais falta de respeito. Aqui você tem um pessoal humilde, mas que respeita o professor. Não vamos dizer que são educados 100%, mas que têm respeito como a gente tinha antigamente pelos professores. Aqui não tem essa violência que as pessoas passam. Eu estou aqui há 16 anos e nunca presenciei um ato de violência grande, drogas... Já a relação com os professores, mesmo sabendo que tem aquelas crianças mais levadas, mas têm outros que abraçam o professor. Alguns são meigos, mesmo aqueles que são filhos de pais alcoólatras, quando conversam são mais compreensivos.

O comportamento das crianças e dos jovens da Escola Pe. Giovanni Tonniutti parece-nos desfazer a pecha de indisciplinados e violentos. Durante o segundo semestre de 1993, eu vivi a experiência de lecionar nessa escola, na condição de professor-substituto, e durante esse tempo, sinceramente, não observei nenhuma violência grave, a não ser pequenas animosidades provocadas por piadas e ciúmes. É verdade que havia muitos jovens e adultos fora da faixa etária, estudando nas séries iniciais do Ensino Fundamental, profundamente desiludidos com as possibilidades advindas da educação. Mas eram pessoas respeitosas e comunicativas que iam para a escola se divertir, fazer amigos e aprender alguma coisa. Malgrado os esforços dos professores, apenas uma minoria acreditava nas conquistas geradas pela educação¹³⁸.

¹³⁸ Durante o desenvolvimento da pesquisa, sobretudo, quando fazia etnografia, tive o prazer de reencontrar depois de 17 anos vários ex-alunos da Escola Pe. Giovanni com a mesma alegria e



Imagem 32: Escola Pe. Giovanni Toniutti.

Tanto as palavras de Albanize quanto a minha própria experiência se contrapõem a certa visão anômica que a sociedade local tem sobre tal lugar. Isto, entretanto, não nos isenta de contradições e ambiguidades, já que o pesquisador e o professor embora sejam detentores de uma interpretação mais sofisticada da realidade, são apoderados pelas suas vicissitudes. Não há uma linha reta e harmoniosa juntando a experiência com o conhecimento da realidade, mas articulações e defasagens que não chegam a constituir situações absurdas. Desse modo, é compreensível que uma professora e gestora dedicada à escola não conheça as ruas da comunidade onde mora a maioria dos seus alunos. Em quatro décadas de vivência no Bom Conselho, residindo a pouquíssimos metros da Lagoa, Albanize confessa ainda não conhecer a sua configuração interna.

Eu nasci e me criei aqui no bairro e a Lagoa, eu não sei o nome das ruas. Se eu entrar sozinha na Lagoa vai dar trabalho pra sair, porque tem muitas ruas lá dentro. Até com grandes casas e prédios. Então quando eu vou lá, eu chamo os alunos e digo a eles pra não me deixar só, senão não vou saber sair. Mesmo vivendo no bairro, eu fui pouquíssimas vezes ao bairro da Lagoa. Nome de rua a gente conhece ouvindo o aluno dizer. Conhecer a localização das ruas, não conheço. Não existe o bairro da Lagoa, né? Mas você pergunta e os meninos falam da Lagoa como se fosse um bairro, até os próprios pais falam assim.

espontaneidade de antes. Muitos deles estavam casados com filhos e trabalhando, no entanto havia outros desempregados. Vi um rapaz de quem eu gostava muito, e que me trata pelo apelido de “gente boa”, num estado de total dependência alcoólica.

Para ela era difícil conhecer um território tão mal afamado. Na infância foi privada de estudar e de brincar com as crianças dali e na juventude não fez colegas, amigos e muito menos namorados. Sendo assim, não havia motivos suficientemente fortes que a levassem a superar as barreiras do preconceito de lugar. No máximo, havia a curiosidade de saber como era a vida daquelas pessoas.

Na sua fala ainda se percebe como os alunos absorvem e reproduzem os estigmas espaciais e como esses interferem negativamente na sua auto-estima e nos seus projetos de vida.

Eles sempre dizem: “Pronto professora, a gente aqui da Lagoa vai competir com alguém de fora para entrar numa faculdade, a gente não tem condição”. Por serem humildes, não podem chegar numa faculdade. Muitos desistem na oitava série, outros dizem que vão trabalhar e por isso não vão perder tempo com escola. Eles não acreditam que possam chegar na universidade e se tornarem, como eles dizem, um “doutor”.

A estrutura social e o *habitus* familiar contribuíram decisivamente para o desprezo à escola como meio de ascensão social. Pois para esses jovens o horizonte que se desvela é o da mesma vida “ordinária” dos seus pais, ou seja, uma vida marcada pela repetição maçante e sofrida. Por sua vez, o estigma espacial recrudesce ainda mais esse sentimento de resignação, levando-os a trocar a dialética da história pela inexorabilidade do destino. Essa renúncia à possibilidade de mudança os prende à finitude do lugar.

Por conta da origem, eu acredito. Por morar num lugar tão desvalorizado, muito mal visto, eles acreditam que não têm condições de chegar a um bom lugar na vida. Mas é assim pelo fato de serem da Lagoa, não podem sair ou melhorar. “Eu sou da Lagoa, o pessoal daqui não tem estudo, então eu não vou melhorar também”. Eu digo para eles modificarem seus pensamentos, sua geração pode mudar a partir de exemplos positivos. Mas eles não conseguem tirar essa fama que a Lagoa carrega, entendeu? Deve estar tatuada neles essa questão, é que precisamos tirar.

O nome Lagoa parece “estar tatuado” nos seus corpos como também em suas mentes. A subjetivação do estigma espacial e social dá-se como um legado que é

passado de uma geração a outra. Pelos relatos colhidos, são poucos os jovens que assimilaram a máxima contemporânea segundo a qual “os filhos se parecem mais com o seu tempo do que com os seus pais”. É possível constatar que há um conjunto de situações nas quais os filhos reproduzem a pobreza material e simbólica bem como os temores e resignações dos seus pais.

Romper com tais sentimentos não é uma luta fácil, pois exige que cada pessoa assuma com tenacidade a ideia de que é possível transcender o existente e forjar ainda no presente novas possibilidades de vida. Isso foi o que aconteceu com Eliana da Silva Calado, 30, negra, evangélica, casada, mãe de dois filhos, filha de um casal de agricultores pobres que migrou para a cidade. Seu pai era alcoólatra e mal podia trabalhar, coube a sua mãe a responsabilidade pelas despesas da casa e pela educação dos filhos. Eliana, depois de experimentar vários insucessos e dificuldades, começou a vislumbrar na educação um instrumento fundamental para a promoção da vida pessoal e familiar. Conta que para isso foi preciso superar a herança familiar e romper com algumas amizades.

Eu não sei se o que vou falar é bem certo. Mas a minha ignorância por não existir uma estrutura familiar, a gente ser de uma família pobre, que tinha um pai que bebia, não passava um bom exemplo. Eu nunca tive um bom incentivo, entendeu? Então, eu na minha adolescência vi a educação como uma oportunidade. Nesse período, eu não tinha nenhuma visão do que era a vida, era tudo amizade, turminha e o resto ficava em segundo plano. Então parei de estudar... Como você vai ser alguém sem estudo, entendeu? Por que se na família você não tinha esse apoio, a amizade serviria pra isso. Hoje eu vejo que o estudo é a base de tudo para quem quer crescer na vida. Quem tem um objetivo na vida, se não estudar, jamais vai alcançar. Eu tenho essa experiência em casa: meu marido parou de estudar, foi pra o Rio de Janeiro trabalhar. Trabalhou por muito tempo, mas de 10 anos de carteira assinada. Tava trabalhando numa empresa e teve até oportunidade de ser líder, mas saiu. E, por não ter estudo, está bem complicado.

Eu conheci Eliana em 1993, quando lecionei no Pe. Giovanni Tonniutti. Ela era uma menina brincalhona que não gostava de estudar. Cursava a sexta série do período noturno, numa turma de aproximadamente uns 30 alunos, os quais eram na sua totalidade moradores da Lagoa. Dezesete anos depois a reencontro casada e com dois filhos, morando na “Rua da Vacaria”, e percebo que durante todo esse tempo ela

evoluiu apenas uma série. Somente tardiamente descobriu a importância da educação e seu papel na luta contra os preconceitos de lugar, de classe e de etnia, dos quais ela e muitos outros foram e continuam sendo vítimas.

Hoje a gente paga uma escola pra que eles tenham um ensino melhor. Mesmo sem poder, estamos pagando e incentivando pra que eles estudem. Porque no futuro, quando eles baterem uma porta à procura de emprego, dependendo do diploma que tenham nas mãos, quando disseram que são daqui, vai existir uma barreira.

Ela está consciente de que a apropriação de certo capital cultural através da educação possibilitará a ela, mas principalmente aos seus filhos, condições para romper a “barreira” do preconceito de lugar e de classe, pois acredita que com o diploma na mão o mundo tende a ficar mais generoso com a vida.

Entretanto, os efeitos do lugar continuam limitando o horizonte mental de muitos jovens da Lagoa – para os quais ainda não existe utopia, apenas o *topos*, a finitude do lugar. A utopia é justamente o contrário, pois consiste na capacidade de desejar e da concretude ao que ainda é somente sonho e esperança. O indivíduo utópico é aquele, portanto, que busca transcender o existente para descobrir e criar novas paisagens sociais.

Viver em áreas estigmatizadas é como andar sobre areia movediça, tudo parece ser inseguro. Para os jovens que nasceram e cresceram sobre tal realidade, o caminho que leva a felicidade sempre foi mais estreito e espinhoso. O problema é que uma grande parte da sociedade sempre conspirou contra eles, contribuindo para sua infelicidade e resignação.

CAPÍTULO IV

UMA GEOGRAFIA INTERSTICIAL O TAMBOR E O BOM CONSELHO: ENTRE AVENIDAS, TRAVESSAS E BECOS.

Haiti

Composição: Caetano Veloso/Gilberto Gil

Quando você for convidado pra subir no adro
Da fundação casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(E são quase todos pretos)
E aos quase brancos pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres são
(...)

Pense no Haiti, reze pelo Haiti

O Haiti é aqui

O Haiti não é aqui

A obliquidade é um problema intrínseco à geografia e à organização social das três áreas estudadas. Ao investigá-las, temos a sensação de estarmos caminhando física e simbolicamente por entre paisagens que são ao mesmo tempo planas, cheias de ondulações e bifurcações. Podemos dizer que o modo como conduzimos o nosso pensamento e investigação fora de alguma maneira afetada por essa dimensão oblíqua. Pensar obliquamente implica em apreender aquilo que está nos interstícios, isto é, entre duas ou mais partes, mas também paralelamente. A microlocalidade que doravante iremos analisar é a síntese de múltiplas contradições e ambivalências.

O Tambor está situado num baixio tendo o rio Bitury, com um pântano às suas costas; o Bom Conselho à direita, na parte mais elevada; a Lagoa, ao fundo e o Centro à sua frente. O “bairro” do Tambor, no entanto, resume-se basicamente à Avenida Cel. João Leite, a algumas travessas e a dois becos - sendo um deles o mais conhecido e mal afamado da cidade. Estando separado e atravessado por territórios tão distintos e

desiguais, este minúsculo “bairro” passa a se constituir numa realidade muito mais intrigante do que qualquer outra.

Devido a esta posição de “entre-lugar”, desenvolverá para cada área um tipo específico de relação, mas sempre apoiado na dicotomia *socius versus hostis*, conforme as regras da jardinagem local. Assim, buscará se beneficiar da proximidade com o Centro, emblema local por excelência dos *socius*, no intuito de ser aceito como um associado, mesmo que seja na condição de um devir menor. Com relação à Lagoa, sua ação consistirá em estabelecer fronteiras para não ter que ser confundido com uma área violenta. Já com o Bom Conselho (extensão do “belo jardim”) manterá uma relação amistosa e competitiva. Todavia, seu maior problema em termos de sociabilidade encontra-se alojado dentro de si mesmo. Trata-se do Beco de Seu Eufrásio, o qual é visto como uma espécie de tumor maligno. Portanto, como veremos, sua relação com os vizinhos oscilará entre a amizade e a inimizade, a assimilação e a hostilidade.

O Tambor surgiu no final do século XIX e, portanto, desfruta de ser o local mais antigo da cidade de Belo Jardim. A maioria das casas que estão localizadas na Av. Cel. João Leite, sobretudo na parte mais antiga, são oriundas de negociações e doações feitas com as autoridades eclesásticas da Igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho – que durante bom tempo foi a principal proprietária dos terrenos da localidade.

À exceção de uma meia dúzia de casas localizadas na parte mais antiga e próxima ao Centro, o Tambor apresenta uma estética muito parecida com a da Lagoa. São casas geminadas e modestas, sendo raríssimas as que possuem terraço e garagem, edifícios de um ou dois andares, e praticamente não existem casas com jardins, muros altos e cercas elétricas. Somente a primeira casa da avenida, cujo proprietário é um fazendeiro, apresenta a robustez das moradias de classe média.

Em termos étnicos, sua população se caracteriza por apresentar uma quantidade maior de mestiços do que de negros e brancos. Comparativamente pode-se dizer que sua situação econômica é um pouco superior à da Lagoa, mas relativamente inferior à do Bom Conselho, cuja renda origina-se em grande parte do trabalho formal e de aposentadorias de funcionários do setor público.

Afora alguns profissionais qualificados, como professores, músicos, mecânicos, eletricitas, operários, uma densa massa sobrevive do trabalho informal, de pequenos negócios, aposentadorias e de contratos provisórios com a prefeitura local. E, se quisermos inserir a população do Beco de Eufrásio, teremos uma quantidade razoável de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

Tais características tornam-no um bairro tão popular quanto a Lagoa. Porém, com uma vida econômica e social superior, haja vista dispor de vários serviços e atividades econômicas como padarias, mercadinhos, supermercados, bares, serviço de mototáxis, além da Central de Abastecimento, o maior mercado popular da cidade, e o Pátio de Eventos Edivaldo Jatobá, onde se realiza semanalmente a grande feira e os principais acontecimentos artístico-culturais do município.

Por concentrar tantas multidões, o Tambor passa a dispor de uma vida social mais agitada do que a Lagoa e o Bom Conselho, além de ser uma área de passagem para centenas de pessoas de várias ruas que diariamente cruzam-na em direção ao Centro.

O fato de sediar a feira, o mercado popular e os eventos artístico-culturais favorece sua visibilidade social e aumenta o peso simbólico da sua representação sobre as demais áreas. Ela também espetaculariza as diferenças e desigualdades entre as pessoas da cidade e do campo que para ali se deslocam. Mas será que esta convivência com a multiplicidade tornou seus moradores, sobretudo da Avenida Cel. João Leite, mais abertos e generosos com os que trazem a marca da ambivalência social e espacial?

A casa e a rua: Relações de vizinhança

O Tambor, na realidade, resume-se basicamente à Avenida Cel. João Leite, a qual começa logo após a ponte que a liga ao Centro e depois cruza a Lagoa até a Rua da Jurema. A despeito disso, seus moradores se esforçam para reduzir seu tamanho e o da Lagoa aos limites que lhe são convenientes:

“O Tambor começa na ponte que a separa do Centro até o início da Lagoa” (**Ana Corsina**)

“Parece que o Tambor começa ali no pátio da feira e vai até o corredor”¹³⁹. (**João Cordeiro**)

“Eu acho que a Lagoa começa no corredor e no posto de Saúde e vai pra lá, pra frente” (**Josilene Ferreira**)

¹³⁹ O corredor é uma estrada que liga o Tambor e a Lagoa ao bairro do Santo Antônio e, neste caso, é usado como mais uma fronteira a diferenciar a Lagoa do Tambor.

Para os nossos três interlocutores existe um consenso sobre onde começa e termina cada localidade, mas ignoram o fato de a avenida Cel. João Leite ir até o final da Lagoa. Conforme a observação crítica de Eliana – moradora da Lagoa:

A Avenida Cel. João Leite se inicia na ponte e termina quase no centro da Lagoa, ou seja, até o final da Lagoa, mas o pessoal do Tambor, mesmo sendo uma avenida só, cria preconceito contra o pessoal da Lagoa. Eles mesmos já se enxergam melhor do que a gente que é daqui.

Vê-se aqui um aspecto significativo das estratégias de poder usadas por estabelecidos contra *outsiders*. A Lagoa, embora seja parte “oficial” do corpo do Tambor, é simplesmente ignorada. Tal qual um casal separado, ambos não se pensam mais como um só corpo, uma unidade indissociável. Creem que através da separação conquistam sua autonomia e identidade. No caso analisado, isso ocorre mediante atos de astúcia e “delinquência”. As descrições dos moradores burlam e deslegitimam as demarcações oficiais estabelecidas pelo mapa. As descrições são verdadeiras operações de guerra, pois destroem e recriam novos territórios.

Onde o mapa demarca, o relato faz uma travessia. O relato é diégese, como diz o grego, para designar a narração: instaura uma caminhada (“guia”) e passa através (“transgride”). O espaço de operações que ele pisa é feito de movimentos: é topológico, relativo às deformações de figuras, e não tópico, definidor de lugares. O limite aí só se circunscreve a modo de ambivalência. Ele mesmo, um jogo duplo. Faz o contrário daquilo que diz. Entrega o lugar ao estranho que na aparência lança fora. Ou então, quando marca uma parada, não é estável, segue antes as variações dos encontros entre programas. As demarcações são limites transportáveis e transportes de limites, eles também “*methaforai*”.¹⁴⁰

Transpor limites é também uma forma de profilaxia, isto é, um meio de evitar que a doença do Outro se propague até o território do Mesmo. Daí a posição dos moradores do Tambor, entregando aos estranhos da Lagoa um pedaço do seu território. O pedaço que aos seus olhos estaria contaminado pela chaga do preconceito. Embora se constituam

¹⁴⁰ CERTEAU, Michel de. Op. cit., p. 215.

ambivalentes, tais operações são coerentes com os princípios da jardinagem local. Podemos percebê-lo a partir do depoimento de Simone de Queirós Fonseca Câmara, 33, casada, branca, agente de saúde e moradora da Segunda Travessa Cel. João Leite, apelida por alguns de “Beco de Seu Natalício”. Para ela a postura dos moradores oscila de acordo com as credenciais do local.

Eu não sei por que deram esse nome Lagoa, porque tudo é Cel. João Leite, tudo é Tambor. É tudo uma humanidade, tudo é uma coisa só. É porque lá fica mais próxima da Praça da Matriz (Centro) aí o povo deu um nome, aqui (Lagoa) como fica mais distante da praça deram outro nome. Assim eles dividiram. Fala-se que ali não presta, não é um canto bom de morar. Mas eu não ligo pra isso. Quando eu ando por lá, eu falo com todo mundo, pois quem é agente de saúde tem que ser simpático, tem que falar com tudo mundo, brincar.

Ela critica as demarcações defendendo que “tudo é Tambor” e mostra-se bastante condescendente com a Lagoa. Mas terá a mesma posição com relação aos moradores do Beco de Seu Eufrásio? É o que veremos mais adiante. Por enquanto, continuaremos a falar um pouco



Imagem 33: Trecho “final” da Av. Cel. João Leite. Lá no fundo fica o Posto de Saúde-A Fronteira que segrega a Lagoa do Tambor.

das representações dos moradores desta avenida sobre aspectos relacionados à estrutura urbana, aos relacionamentos interpessoais como amizade e vizinhança. Tentando apreender a sua função profilática.

A Avenida Cel. João Leite é o epicentro da vida do bairro do Tambor. Ela comanda os processos de classificação e de segregação. Certamente, a condição de estabelecidos lhes fornece o domínio da narrativa, o poder para tornar determinadas coisas legíveis e ilegíveis, visíveis e invisíveis, desejáveis ou indesejáveis nas práticas cotidianas do bairro.

As relações de vizinhança desenvolvidas na parte inicial da avenida são determinantes para garantir a crença na superioridade do grupo. São relações entre

famílias que se conhecem há várias gerações e residem praticamente nas mesmas casas. O resultado disso é um sólido sentimento de solidariedade e cumplicidade entre vizinhos, demonstrável através de falas e atitudes.

A maioria daqui é proprietária de suas casas. Então, passa de pai para filho. Todos gostam da rua, ninguém quer sair daqui. Mamãe disse que só sai daqui se for pra o Breu, onde fica o cemitério. Eu acho que é um bairro bom, o que falta é mais assistência social.

A autora dessa frase chama-se Ana Corsina, morena, 40, solteira, bacharela em Direito, professora da rede municipal, pertencente a uma família composta por profissionais qualificados, como enfermeiros, eletricitas, mecânicos e advogados, que há mais de meio século reside na Cel. João Leite. A casa onde mora foi totalmente reformada e ampliada, diferenciando-se do conjunto das residências da avenida. Nos fundos dela fica o Beco de Seu Eufrásio. Não obstante morar num edifício de um andar e possuir alguns títulos, a relação desta família com os vizinhos é aberta e intensa, não se escondendo por trás “das paredes invisíveis que costumam cercar as famílias de classe média nas áreas residenciais”.¹⁴¹

Bem, a questão de vizinhança é a proximidade. Nós somos a grande família, sem a comédia, né?. Porque nos acostumamos a dizer que aparecem primeiro os vizinhos depois os familiares. Os nossos vizinhos são pessoas que têm uma essência de família. São pessoas que moram lá desde o início da construção da cidade. No caso do meu pai, mora há mais de 50 anos na mesma casa. Então, existe o termo família.

A solidez das relações de vizinhança destas famílias, além de contar com o aspecto da antiguidade, nutre-se também da geografia. Avenida estreita e casas coladas umas nas outras estimulam relações mais diretas e personalizadas. A calçada tem um papel central nestas relações, já que serve de ponte entre o público e o privado. Assim, num espaço tão curto e aparentemente insignificante, as pessoas “gastam” boa parte do seu

¹⁴¹ ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 71.

tempo em conversas, brincadeiras, fofocas. A calçada é um espaço-símbolo da vizinhança, na medida em que fortalece a coesão do grupo. Nas palavras de Ana Corsina, ela é “o segredo da boa vizinhança”, que torna sua rua qualitativamente diferente da “frieza” e do “vazio” do Bom Conselho.

Comparando a Avenida Bom Conselho com o Tambor na parte da vizinhança, lá existe a frieza porque as casas lá são com muros altos. Então, os vizinhos têm dificuldade de chegar no outro. Mas aqui como as casas são mais estreitas, então o que acontece na casa de um o outro fica sabendo ... Então é uma rua movimentada, existe comércio, o que não tem na Avenida Nossa senhora do Bom Conselho. Lá tem escolas, mas na questão de movimento a nossa tem o comércio maior. Lá só tem movimento quando passam os enterros, porque os dois cemitérios ficam nessa avenida.

A comparação entre o estilo de vida do Tambor com o da Avenida Nossa Senhora do Bom Conselho foi enfatizada pela entrevistada antes de qualquer pergunta feita pelo pesquisador. A sua intenção era demonstrar que embora sua localidade seja menos estruturada, pelo fato de não contemplar ruas largas, praças e casas com jardins e muro alto, apresenta-se mais integrada e unida. Ironicamente ela afirma ainda que a “frieza” e o auto-isolamento dos moradores do Bom Conselho somente são quebrados quando ocorre algum enterro, pois lá ficam os dois cemitérios da cidade. O deboche é uma das formas sutis pelas quais os estabelecidos se acusam mutuamente. Já quanto aos *outsiders* a linguagem é mais assertiva e cortante. Neste caso, a prática da conversa na calçada passa a ser traduzida como sinônimo de vadiagem ou de fofoca. Assim, quando a fofoca é praticada pelas elites burguesas e aristocráticas ou pelos estabelecidos do bairro, torna-se algo celebratório e agregador de valores, a exemplo da famosa Festa das Marocas, originada desta prática, a partir das famílias mais antigas e ricas da cidade. Agora, quando tal prática surge da ação dos grupos de *outsiders*, assume significações totalmente diferentes e passa a ser rechaçada como uma coisa danosa à vida social.



Imagem 34: Trecho inicial da Av. Cel. João Leite: A geografia e a estética das casas são insuficientes para traduzir as hierarquias entre o Tambor e Lagoa.

A isonomia é a outra maneira de tratamento desenvolvida entre os estabelecidos das respectivas áreas. Alexandro José de Souza, moreno, 23, casado, 01 filho, mecânico-soldador, é um dos poucos moradores com quem conversei a não saborear os “segredos da boa vizinhança”. Conta que passa a maior do tempo no trabalho e nos finais de semana sai para se divertir nos bares de outras localidades da cidade e, talvez por essa razão, não mantém contatos e quase não tem amigos na avenida. Como ele mesmo diz, “minha amizade é toda no trabalho”. Pelo fato de não fazer apologia à vizinhança e nem a movimentação intensa da rua, destaca no Bom Conselho – os pontos convergentes. “O Bom Conselho é igual ao Tambor porque moram muitas pessoas, assim, da sociedade. Dão seis horas tá todo mundo em suas casas. É um bairro muito bom”.

O termo “sociedade” é amplamente utilizado na esfera local pelos diferentes indivíduos e grupos sociais com a finalidade de estabelecer processos de hierarquização, diferenciação e exclusão. Portanto, são reconhecidos como membros da “sociedade” todos aqueles que apresentam um estilo de vida considerado “melhor” e “superior”. Nesse contexto, a palavra “povo” passa a ser um termo um tanto quanto pejorativo porque pede sempre o complemento do lugar estigmatizado. Fala-se comumente no “povo da Lagoa” e no “povo do Beco”, como se fossem oriundos de uma cultura estranha e muito distante. Dependendo da situação, as expressões “povo”, “povinho” e “mundiça” adquirem o mesmo significado.

Embora Alexandre José se coloque parcialmente indiferente aos relacionamentos interpessoais na avenida, sua esposa faz radicalmente o contrário: idealiza completamente a rua e a vizinhança.

Nasci em Belo Jardim e sempre fui criada nesta Rua do Tambor. Eu acho aqui um local calmo e perto do Centro, perto de tudo. À noite, ficamos na calçada, como sempre conversando. As amigas batem papo e colocam as conversas em ordem. As pessoas são amigas e vizinhas, aqui a vizinhança é sempre um ajudando ao outro.

Conforme pudemos perceber nas palavras de Josilene Ferreira Praieiro, uma jovem morena de 23 anos, casada, 01 filho, a amizade e a solidariedade dos vizinhos, acrescidas da proximidade com o Centro, são os aspectos emblemáticos do que a faz considerar o Tambor o melhor dos “três” bairros, ou pelos menos do que ela realmente considera ser o Tambor.

O desenho estreito da rua, o formato simples das casas com suas calçadas-limítrofes, ao mesmo tempo em que contribui para o impulso e o fortalecimento das relações interpessoais, funciona também como uma espécie de panopticon a exercer disciplina sobre os corpos e comportamentos das pessoas da vizinhança. Assim, o “eu faço” não prescinde do “eu posso”, ou dizendo com outras palavras, “O que dirão os meus vizinhos se me virem frequentando o Beco de Eufrásio? Ou estabelecendo algum tipo de amizade com o pessoal de lá”? Como me disse Simone de Queirós, a Av. Cel. João Leite é um lugar “onde tudo se vê e tudo se sabe”.

Igualmente à Lagoa, seus dramas, suas alegrias individuais e coletivas são publicizados, tornando-se conhecidos de todos seus membros. O modo como se conjuga a relação entre a casa e a rua expõe demasiadamente os segredos do privado. Pois “onde tudo se vê e onde tudo se sabe” é muito mais difícil ignorar a existência do outro ou tentar ocultá-la através das “paredes” do individualismo. Aí, o combate à ambivalência será mais explícito e contundente do que na Avenida Bom Conselho.

A Avenida entre becos: Relações de alteridade

A categoria “família” vez por outra reaparece nas falas dos estabelecidos do Centro, do Tambor e do Bom Conselho como nas falas dos *outsiders* da Lagoa e dos dois becos, para destacar os laços de amizade, solidariedade e coesão entre vizinhos. A despeito das suas diferenças e contrastes, todas essas localidades conservam alguns valores e costumes comunitários, típicos de sociedades rurbanizadas,¹⁴² isto é, com forte presença do rural no urbano.

No entanto, este sentimento familiar fica circunscrito somente ao nicho ecológico fixado por cada grupo de famílias. Em contraste com o que foi dito por Ana Corsina, não existe “a grande família” e sim triste comédia de pessoas que, morando na frente e ao lado de um beco, simplesmente tratam seus moradores como se fossem seus piores inimigos.

Antigamente o Beco era só diversão, né? Porque não existia aquela quantidade de moradores. Algumas décadas pra cá, o Beco se transformou num cortiço problemático, onde as pessoas que não tinham dinheiro pra alugar uma casa adequada vinham para morar lá. É um lugar de problemas, de drogas, roubos, e eu acho que de prostituição também. **(Ana Corsina)**

O Beco é pensado como um “lugar de problemas”, e como tal seria o avesso das virtudes constitutivas da “grande família” da avenida. Ela simplesmente ignora a condição do Beco de Seu Eufrásio como seu vizinho da mesma forma que rejeita o título de 1ª Travessa Cel. João Leite. O termo vizinho só é aplicado aos que eles concebem como membros da “sociedade” do bairro. Este conceito serve como baliza e referência para estabelecer relações de alteridade como vizinhança, amizade e solidariedade. Quem não passa por este filtro é tratado com desdém, desprezo e

¹⁴² Sobre o conceito de rurbanização. Ver de FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: O que é?** Recife, Massangana, 1982.

desconfiança. As poucas relações e contatos do tipo face a face entre os moradores da avenida com os do Beco de Eufrásio aconteciam de maneira fortuita e rápida.¹⁴³

Já fiz amizade com pessoas dali quando era pequeno. De uns tempos pra cá, eu abandonei as amizades, que eu vi que elas não prestavam. O Beco (Eufrásio) nunca teve uma fase boa, sempre foi problemático. Antigamente ainda era pior. **(Alexandre José)**

Éramos separados, porque as pessoas daí tinham um convívio diferente do pessoal do bairro. Não havia contatos diretos entre os moradores das duas localidades. Eu acho que era por saber que ali era um lugar com a fama de violento, de gente bebendo e brigando. **(Josilene)**

Geograficamente estavam colados um ao outro, porém separados pelos dispositivos da civilidade. A má fama do Beco poderia colocar em risco a boa reputação dos moradores da avenida. Para esses estabelecidos era necessário evitar a todo custo estabelecer qualquer tipo de vínculo pessoal mais consistente. E certamente como demonstram os depoimentos anteriores, internamente essa questão havia sido resolvida. Sua superioridade grupal legitimava esse exercício de evitação do outro. Mas fora dali, isto é, diante dos “bons cidadãos” da “sociedade belo Jardimense”, essa situação poderia se transformar em angústia. Era difícil dizer aos outros que se morava perto de um beco tão mal-afamado, sem sofrer nenhum constrangimento.

Eu tinha vergonha de dizer onde morava. Eu dizia que morava próximo ao pátio da feira, pra não ter que dizer que ficava perto do Beco de Eufrásio. Se as pessoas soubessem da presença do Beco iriam me ignorar. Tinha até algumas pessoas que ficavam achando que eu era uma pessoa de mau caráter. **(Alexandre José)**

A luta para conservar a boa reputação diante dos jardineiros dos outros bairros da cidade exigia, às vezes, que se omitisse o verdadeiro endereço. Prática tão comum e

¹⁴³ Sobre as interações do tipo face a face e, principalmente, as estratégias de evitação criadas por certos atores para manutenção da boa reputação social.. Ver de GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

necessária aos estigmatizados da Lagoa e do Beco de Eufrásio, mas impensável para um estabelecido. Tal situação afetava seu orgulho e sentimento de superioridade. Mas apesar destes constrangimentos, ele não mudou a sua visão negativa sobre os moradores do Beco. Por pior que fosse a desonra, não se sentia motivado a pensar e, menos ainda, a internalizar as dores do próximo. “Essa é a razão pela qual a ordem da interação certamente preocupa-se menos com a justiça do que com a reputação”.¹⁴⁴

Entretanto, ninguém está isento das peripécias e acasos criados pela trama da vida social. Certo dia o jovem Alexandre José, orgulhoso de residir na “maior casa da avenida”, sentiu diretamente na pele a inversão dos papéis sociais ao ser abordado por policiais que depois o levaram até a delegacia como suspeito de ter praticado algum crime.

Até a polícia já me abordou aí na ponte. Ela me perguntou: “Onde você mora?”. Eu respondi que morava perto do pátio da feira. Aí eles retrucaram e disseram: “Você mora é na Lagoa”. Já aconteceu também de me levarem à delegacia como suspeito de ser bandido e, até dizer a verdade, passei algumas horas na delegacia. É uma vergonha muito grande, né?

Vimos que o nome do lugar ao qual ele e sua esposa devotam tanto zelo e afeição foi astuciosamente obliterado. O pátio da feira está muito próximo do Centro e tomá-lo como referência implica na possibilidade de minimizar os impactos causados pelos efeitos do preconceito de lugar. Para quem não está inserido na trama microsociológica das hierarquias e conflitos do bairro, o Tambor, a Lagoa e o Beco de Eufrásio podem significar a mesma coisa. Ou mesmo quando as distinções espaciais entre tais áreas são reconhecidas externamente, as apreciações podem ser afetadas negativamente pelo imperativo da proximidade física, já que se sabe que a avenida é atravessada por dois becos, ficando a “perigosa” Lagoa logo atrás. Por conta dessa geografia intersticial, o estabelecido pode virar *outsider* e vice-versa.

¹⁴⁴ JOSEPH, Isaac. **Erving Goffman e a microsociologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 32-33.

O olhar da Av. Bom Conselho: O estigma por detrás dos muros.

Em termos de percepção e apreciação do Beco de Seu Eufrásio, os moradores da Av. Bom Conselho são os que apresentam as representações mais ambivalentes, na medida em que assumem a dupla face da compaixão e da rejeição. As ambiguidades destas representações têm a ver com o tipo de perfil e as formas de sociabilidade do seu grupo social, o qual é formado basicamente por operários e funcionários do setor público, em sua maioria aposentados.

Das três áreas, a Av. Bom Conselho é a que apresenta melhor estrutura sócio-econômica e a única que teve um planejamento urbanístico mais racional. A avenida é extremamente larga para os padrões locais, tendo no centro uma praça que se estende do começo até o fim. Do início até a igreja católica, veem-se de ambos os lados casas com jardins e muros altos enquanto a segunda parte conhecida por Rua da Saudade apresenta uma estética semelhante à do Tambor. Esta alteração no nome da avenida faz parte das ironias dos moradores, devido àquele trecho ser a última passagem dos mortos em direção ao cemitério local.

Inversamente, a primeira parte da avenida mimetiza o modo de vida da classe média da cidade, enclausurando-se em suas casas como forma de se proteger da tão famigerada violência. Mas o formato e o tamanho dos muros não revelam somente medo e temor, mas riqueza, poder e, com efeito, interdição à possibilidade de contatos do tipo face a face com a ambivalência espacial, representada no bairro pelas centenas de transeuntes – gente suspeita da Lagoa, crianças e pedintes do Beco de Eufrásio e de outras áreas empobrecidas da cidade.

Nas últimas décadas, a avenida sofreu uma significativa mudança estética, os muros das casas e os portões triplicaram em tamanho e altura. O lado externo de suas casas pode ser visto como a materialização de dois processos simultâneos: o aburguesamento e o individualismo dos moradores articulados a algumas angústias trazidas pela “vida líquida moderna”. Por esta razão, a elite da avenida foi a primeira a buscar se proteger dos fantasmas da insegurança. E o fez através da privatização da ambivalência social, que nesse caso significa o processo de abandono da rua, das suas interações e, sobretudo, da responsabilidade pelos seus problemas e soluções, para dar prioridade exclusivamente aos problemas domésticos.



Imagem 35

*Trecho inicial da Av.
Bom Conselho: A extensão
do "Belo Jardim".*



Imagem 36



Imagem 37: Rua da "Saudade": Segunda parte da Av. Bom Conselho, cuja estética se assemelha a da Av Cel. João Leite.

À medida que a rua vai sendo esvaziada, a casa assume toda centralidade, filtrando o público a partir de uma perspectiva privada. A casa precisa ser protegida porque a rua foi assaltada pelos desordeiros. E haja gasto com a segurança do lar.

Quem constrói uma casa, já não constrói com muro baixo como eu fiz aqui na minha casa. Era um muro de 1 metro e 20 cm e hoje a gente constrói com 3 metros de altura com grampos de cerca, vidro e arame farpado. Tudo isso em função da violência. Hoje a cidade é violenta, mas no tempo em que cheguei aqui era muito calma, muito calma mesma.

O depoimento que acabamos de ver é do senhor João Batista Alves da Costa, conhecido popularmente por Batista do Macarrão, 78, branco, nascido na cidade de Altinho – PE, mas que desde 1940 reside em Belo Jardim. Durante várias décadas alternou o trabalho no serviço público federal (INSS) com uma fábrica de macarrão, localizada na avenida. Além da atividade empresarial, Seu João Batista entraria para a história local como a primeira pessoa a comprar e a divulgar a televisão, um signo moderno que causou espanto e êxtase entre os belo Jardimenses.

O bairro era muito humilde, muito simples. Pra você ter uma ideia, não havia ninguém que tivesse condições de comprar a primeira televisão de Belo Jardim. Aí, eu indo ao Recife comprar farinha de trigo, à noite eu sempre saía, fui à Rua Nova. Quando cheguei lá vi uma aglomeração de gente numa loja. Era o início da temporada da televisão, mas ou menos no início dos anos 1960. No outro dia fui direto a loja onde havia assistido a TV. Estava iniciando a TV Jornal do Comércio. Então, eu achei que devia trazer pra Belo Jardim a primeira televisão (...). Vou me arriscar a trazer uma televisão sem saber se iria chegar o sinal. Aí, quando cheguei com o caminhão cheio de farinha e televisão em cima... Aí por mais que eu tivesse cuidado de não expandir a notícia, mas mesmo assim o pessoal descobriu. E eu tive que botar inicialmente na sala de jantar, depois no terraço e depois não aguentei a curiosidade de tanta gente. Aí fui pra o meio da rua. Em frente da casa ficava toda noite aproximadamente umas 3 mil pessoas pra assistir a programação da TV Jornal do Comércio: os programas eram “Você faz o show”, com Fernando Castelão, e vários filmes de caubói e jogos de futebol. A televisão reunia gente aqui do bairro, dos distritos, vinha gente de São Bento do Uma. Enchia a casa pra assistir televisão.

Duas coisas chamam a atenção neste relato: a primeira, é a capacidade de sedução e mobilização exercida pela televisão sobre pessoas de tantas localidades diferentes. A segunda coisa que vejo é uma imagem poética em que homens, mulheres, velhos e crianças das três áreas saíam de suas casas para se encontrar no “meio da rua” no intuito de assistir os programas da televisão.

Vivíamos o início dos anos 60 e a cidade ainda era dominada por uma vida de rotinas e simplicidades. O bairro que ora analisamos era muito parecido em termos estético e sócio-econômico, não havia as desigualdades e diferenças espacio-sociais que até agora descrevemos. As casas eram simples e as ruas não tinham calçamento nem saneamento básico. Nessa época a Lagoa começava a receber seus primeiros moradores, enquanto os dois becos não existiam. E, como vimos, os homens de posse eram raríssimos no bairro e na cidade.

Aqui não tinha calçamento. A rua era muito pouco iluminada, não tinha praça. Era somente chão. As casas eram casinhas pequenas, simples. Hoje tão bem melhoradas. Só não tem melhoria com indústrias, lojas comerciais.

Esse homem que hoje mora num casarão protegido por muros de 3 metros de altura e arame farpado é o mesmo que abdicava da exclusividade do signo moderno no meio familiar para colocá-lo a serviço da comunidade. Pensando com Durkheim, diríamos que a consciência coletiva era mais forte do que o indivíduo e o individualismo. As interações eram bem mais fortes e favoreciam o desenvolvimento de relações solidárias. Essa realidade comunitária começou a se desmanchar por volta dos anos 1980 e se aprofundou nas duas décadas seguintes. A mistura e o clima de festa foram paulatinamente sendo substituídos pelo discurso da vida tranquila, ordeira e recatada. Mas que, inversamente, podemos interpretá-lo como o resultado de uma nova condição histórica e sociológica produzida por novos processos de subjetivação gerados pela modernidade capitalista.

Esta teia complexa de relações ajuda-nos a compreender o discurso e o próprio comportamento de seu João Batista. A audiência conquistada pela palavra “tranquilidade” nada mais é do que a expressão sublime da negação da convivência aberta e corajosa com o diferente e, principalmente, da im(possibilidade) atual de amá-

lo. “Tranquilidade” pode ser traduzido como “deixe-me viver sozinho em paz”, ou no máximo “deixe-me viver com a minha família em paz”. Aquela palavra se torna um referencial para justificar atitudes mixofóbicas, medos e enclausuramentos.

Este é um tipo de discurso comum ao “discreto charme” e polidez da classe média aristocratizada, como é o caso daquela que mora na primeira parte da Av. Nossa Senhora do Bom Conselho. Nela residem muitos professores municipais, estaduais e universitários, além de funcionários públicos e privados, diversos operários, sendo boa parte deles aposentados.

A educação formal e a distância, talvez, facilitam a produção de um discurso menos ácido quanto aos moradores do Beco. No entanto, não devemos confundir polidez ou compaixão com identificação com o outro. As formas polidas não escondem seus medos, estereótipos e crença na superioridade grupal.

Aqui é mais calmo, não acontece barulho. Moram pessoas mais idosas. O Tambor é mais agitado, tem festas, barzinho e o Bom Conselho é mais reservado. O Bom Conselho é melhor [de se morar] do que o Tambor. Os moradores têm estrutura melhor
(Alisson Manoel)

É um bairro muito calmo, muito bom pra se morar, um dos melhores da cidade, porque não tem confusão nenhuma entre as famílias. As casas são recuadas tanto de um lado como do outro, e jardim na frente. Aqui não tem briga, ninguém vê quase ninguém também (...). Todo mundo querendo morar no Bom Conselho, mas não tem casa pra vender nem pra alugar. Todos são proprietários aqui, gente de vida mansa. Já o Tambor é mais agitado, pessoal mais jovem, o comércio aparecendo. Aqui mora um pessoal mais velho, com média de 50 anos pra cima; professores, funcionários públicos, um pessoal mais calmo assim, né? Pessoal aposentado, que gosta de dormir bem. As famílias mais tradicionais moram aqui.

(José Ozório)

Eis aí as falas, respectivamente, de um jovem de 18 anos e um senhor octogenário. Duas gerações diferentes, mas parecidos na forma de representar o lugar vivido. Em ambos, a calma e a tranquilidade da Avenida Bom Conselho contrasta com a agitação e o barulho do Tambor. Tranquilidade aqui passa a ter o mesmo sentido de civilidade

enquanto os termos “agitação” e “barulho” podem facilmente ser substituídos por bagunça e desordem.

O octogenário José Ozório nasceu na Usina Bonfim, no município de Escada – PE, e há quase 50 anos mora na Av. Bom Conselho. Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, trabalhou na Emater, órgão pertencente à Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco, e lecionou em escolas da rede estadual e numa faculdade local até se aposentar. Trata-se de um homem de classe média, com duas aposentadorias, morando numa casa espaçosa e confortável. José Ozório é uma figura *sui generis* – professor, paisagista, cristão ortodoxo, carnavalesco e cineasta: nas décadas de 1960 e 1970, ele foi responsável pela criação de alguns blocos da cidade e dirigiu dois filmes, no auge da farra do super-8, conquistando inclusive alguns prêmios num festival nacional do gênero, realizado na cidade de Salvador, em 1973¹⁴⁵.

Para ele, o aspecto recuado das casas com seus jardins na frente permite o cultivo de uma estética da existência, baseada no cuidado de si. “A vida mansa”, “de quem gosta de dormir bem” é um símbolo de distinção e poder das “famílias mais tradicionais do bairro”. Nessas representações, a primeira parte da Av. Bom Conselho é apresentada como se fosse um pedaço preservado do “belo jardim”. Como poderia existir algum tipo de maldade ou incongruência numa “sociedade de bairro” cuja vida seria reta e mansa? Certamente não poderia vir daquelas famílias tradicionais. Então, de onde viria?

Toda a violência que acontecia aqui era no Beco de Seu Eufrásio. Qualquer confusão era no Beco de Seu Eufrásio. Eu acho que a fama dele deve-se à violência. Mas é um povo bom, sem maldade, mas a pobreza é tão grande, a situação financeira é tão difícil lá. (...) Se existia violência nestes dois bairros (Bom Conselho e Tambor) era no Beco de Seu Eufrásio. Ele fica mais situado no Tambor, daqui a gente só escuta os comentários. O pessoal do Tambor sofre muito com o Beco do Seu Eufrásio. Qualquer confusão era lá.

Como podemos perceber, o Beco de Seu Eufrásio é enfatizado por várias vezes como a causa das dores de cabeça do bairro. No entanto, a fala de Seu José Ozório é ambígua, pois, apesar de afirmar “que toda violência” e sofrimento do bairro provêm do beco,

¹⁴⁵ Ver de FIGUEIRÔA, Alexandre. Alexandre. **O cinema pernambucano: Uma história em ciclos**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2000.

ressalta morar lá “um povo bom, sem maldade”. Mas, diferente dos críticos contundentes, não descreve tal lugar como arena de prostitutas, bêbados, malfeitores e mal educados, nem tampouco os chama de “mundiça” e “almas sebosas”, estereótipos de fácil enunciação na boca dos estigmatizadores. Por razões já comentadas, os estabelecidos do Bom Conselho são mais polidos em suas representações do que seus pares do Tambor. Isto pode ser inferido através da fala de um dos membros de maior capital cultural da Av. Cel. João Leite.

Antigamente o beco era diversão né?. Porque não existia aquela quantidade de moradores. Algumas décadas pra cá, o beco se transformou num cortiço problemático, onde as pessoas que não tinham dinheiro para alugar uma casa adequada vinham pra morar lá. É um lugar de problemas, de drogas, roubos e de prostituição.

(Ana Corsina – advogada e professora)

Nossa interlocutora da Cel. João Leite não economiza e nem floreia as palavras. Para ela, o Beco de Seu Eufrásio é de fato a praga do bairro – porque é síntese dos piores problemas. E, se algum dia ele foi bom, foi numa época em que ainda não havia sido inventado e classificado como tal. Era quando era apenas um lugar de brincadeira para as crianças. Comparando as falas de Ana Corsina e seu José Ozório, observa-se que ambos preservam no final a mesma concepção do Beco como a fonte geradora de problemas.

A diferença é que, na maioria dos entrevistados da Av. Bom Conselho, há uma rejeição seguida de compaixão – uma espécie de amor e ódio por aquele lugar. Alguns deles questionam a indiferença dos governantes locais ou procuram realizar ações humanitárias.

Eu fui muitas vezes no Beco de Seu Eufrásio. Quando eu trabalhava no Conselho Tutelar, a gente tem que conhecer todas as áreas perigosas. A gente trabalhava com drogas, que é um trabalho difícil. Em relação ao Beco, eu ficava muito triste. Nesses dias eu mal dormia. Um certo dia, chegaram policiais no Conselho Tutelar com seis crianças e adolescentes. Eles pegaram-nos roubando e entregaram-nos o endereço deles. Eu pedi que dois policiais me seguissem até a casa dos pais deles pra resolver o problema. Quando a gente chegou lá, então, vi que não era casa. Aquilo tinha de sair dali mesmo ... Não eram casas, eram buracos com quatro paredes. Dentro

da casa havia uma camada feita de vara com uma criancinha em cima. E tinha uma panela de barro com alguns caroços de feijão. A mulher saiu toda embriagada e eu perguntei: “E o seu esposo?” Aí ela disse: “Meu esposo tá no lixão” Aí eu disse: “E agora onde irei entregar essa criança?” Eu disse não ter como deixar na prefeitura, pois ela não dava muita atenção ao Conselho Tutelar, porque nós sabíamos que o Conselho Tutelar só tinha o nome, nem sequer uma casa de passagem. Eu vi muita miséria. Eu não só fui uma vez, não. Às vezes, a gente fazia festinhas aqui no Centro Espírita Bezerra de Menezes e levava lá no beco. É um negócio que você faz sem valorização política, porque lá faltava tudo. E não era realmente um lugar pra morar pessoas. Não havia dignidade humana de jeito nenhum. O problema das crianças cheirando cola é por falta de alimentos e de uma política social, falta de tudo. Se os pais não tinham nada, o que eles podiam dar aos filhos?

A professora Rivanete Simplício, negra, aposentada da rede estadual, é uma das poucas pessoas do Bom Conselho que teve contato direto com os dramas da população do Beco. O trabalho no Conselho Tutelar permitiu-lhe acessar o cotidiano das relações familiares e perceber o suficiente para concluir que ali “não havia dignidade humana de jeito nenhum”. Segundo sua análise, a falta de política social associada à pobreza material e humana afetava igualmente pais e filhos, sendo naquelas condições difícil o florescimento de uma árvore que desse bom fruto. Entretanto, Rivanete Simplício não se prende às lamentações e críticas, procurando efetivamente dar a sua pequena contribuição, através de campanhas de arrecadação de doativos.

O Padre Adilson, vigário da paróquia do Bom Conselho, foi outra pessoa que demonstrou perplexidade e solidariedade com as condições desumanas vividas pelos moradores do Beco. Ele diz que, quando foi transferido do município de Brejo da Madre de Deus para ser o vigário do referido bairro, não compreendia porque as pessoas se definiam como moradores de três bairros diferentes, quando na verdade só existia a paróquia do Bom Conselho. As divergências dificultavam inclusive a realização de procissões, através do boicote dos fiéis da Lagoa, que não aceitavam o fato dela não ser contemplada no roteiro.

Para você ter uma ideia, quando eu cheguei aqui não tinha visão de como fazer uma procissão da nossa padroeira principal, que é Nossa Senhora do Bom Conselho. E certo dia eu vi alguém de lá da Lagoa dizendo assim: “É, nem a igreja valoriza a gente, porque essa imagem nunca passou por nosso bairro, pela Lagoa. Nós somos mesmos desprezados (...) Com certeza, nós fizemos procissão na Lagoa, e

quando não fizemos não foi por causa do preconceito, mas por falta de estrutura, calçamentos quebrados, ruas sendo consertadas.

Em todas as ruas e travessas ele assistiu o preconceito contra o Beco de Seu Eufrásio, cuja presença trouxe muitos problemas, sobretudo, para os moradores da Av. Cel. João Leite. Informa ainda que ao visitá-lo pela primeira vez sentiu-se chocado com a decadência humana no lugar.

Entre o Beco de Seu Eufrásio e a Lagoa, o beco era uma realidade que nem de ficar com medo, mas você se espanta com o nível de degradação. Só me lembro daquele poema de Manuel Bandeira “O Bicho”. Você fica impressionado com o nível de miséria. Você encontrava de tudo ali, desde crianças órfãs, mulheres solteiras que geram e que tentam sustentar a família, adolescentes grávidas. E ficamos nos perguntando “Por quê?” Não é uma questão de educação sexual, é uma questão de princípios, tá certo?. Você vê pessoas desempregadas, pessoas viciadas, pessoas que tem outros vícios. Você vê casas desorganizadas e sem perspectiva, vê descaso, falta de luz, higiene é praticamente inexistente, quer dizer é uma síntese de um cenário miserável que existe em todas as sociedades.

Ele descreveu o beco como um cenário-síntese de múltiplas misérias e mais adiante o chamaria de “um mundo de escuridão”, que numa dada concepção religiosa significa aquilo que está associado às trevas, ao pecado e à morte. Embora apressadamente reconheça que “lá existem pessoas boas”.

Constatamos que embora os moradores da Avenida Bom Conselho se espantem com as misérias humanas do Beco, suas lamentações e atitudes não passam de água benta para sua consciência religiosa. Tanto a Igreja quanto os estabelecidos das duas avenidas nunca usaram de fato seu poder de pressão para concretamente resolver a situação dos moradores do beco.

É importante a preocupação demonstrada para com o sofrimento do outro, mas isso ainda não quer dizer que haja um sentimento de alteridade no sentido proposto por Lévinas, isto é, de reconhecer no outro um rosto. Era preciso que as pessoas que compõem a “boa sociedade do bairro” admitissem também a sua responsabilidade por sua existência problemática. Se por todos esses anos ele existiu, parte da culpa deve ser

atribuída às pessoas que mais se incomodavam com a sua presença. Deve-se atribuir, portanto, à sua falta de vontade de tirar as pessoas dali e colocá-las num ambiente mais adequado pra se viver.

O Beco de Seu Natalício ou a extensão da “sociedade do bairro”

No coração da Av. Cel. João Leite estão encravados dois becos, separados por uma distância de pouco menos de 30 metros de um para o outro. Trata-se dos becos de Seu Eufrásio e de Seu Natalício, os quais são vistos de modo totalmente diferentes pelo conjunto de moradores dos “três bairros”. As percepções e as atitudes direcionadas a ambos seguem os mesmos princípios da inclusão e da exclusão, conforme a lógica da jardinagem local.

O Beco de Seu Natalício¹⁴⁶, ou 2º Travessa Cel. João Leite, é composto por meia dúzia de casas simples e geminadas com alguns cômodos (quartos, banheiro, cozinha e sala) e de estilo arquitetônico semelhante ao da maioria das casas do Tambor, as quais estão



Imagem 38: Segunda Trav. Coronel João Leite: A travessa que não quer ser beco.

posicionadas em frente ao pântano e ao Rio Bitury, e de costas para a avenida. Através de um pequeno caminho se comunicam com o Beco de Seu Eufrásio. Residem nele “umas 50 ou 60 pessoas” representadas por crianças, adultos e alguns idosos que sobrevivem de pequenos negócios nas feiras, de aposentadorias e de salários provenientes das fábricas e da prefeitura local.

O fato de esses moradores estarem de alguma forma desenvolvendo alguma atividade econômica e profissional rentável possibilita aos moradores e ao lugar outras formas de percepção e apreciação. Em situações de extrema desigualdade social, ter casa própria, ser aposentado, operário ou ser dono de um pequeno negócio faz uma tremenda

¹⁴⁶ Seu Natalício era o nome do fazendeiro proprietário do pântano, responsável pela construção e venda das casas que deram origem ao local.

diferença em termos de assimilação e aceitação social. Certamente estes ingredientes são responsáveis pela auto-estima dos seus moradores na medida em que os mesmos não se veem e nem se deixam ver associados a um beco, mas a uma Travessa.

Assumir a identidade de moradores da 2º Travessa¹⁴⁷ faz parte da sua luta simbólica para se diferenciar ao máximo dos estigmas atribuídos ao vizinho e conquistar uma boa imagem sob os olhos dos cidadãos honrados das três áreas. Pois no imaginário social o termo beco é sinônimo das piores representações espaciais¹⁴⁸, enquanto a denominação travessa parece produzir um som e uma imagem mais suave aos aguçados sentidos dos estabelecidos.

Ser visto como da 2º Travessa Cel. João Leite é o mesmo que ser valorizado como a continuação da avenida e não como um corpo estranho. Vejamos as opiniões de Josilene e Alexandre, nosso jovem casal de moradores da Av. Cel. João Leite, a esse respeito.

Ali também moram pessoas de bem que fazem parte do convívio do bairro. É um beco calmo, nunca ouvi falar mal dele. É como se fizesse parte da rua. Nunca houve brigas como a gente via no outro beco daqui. E as pessoas, como eu falei, fazem parte do convívio do bairro. Elas trabalham, né? Têm suas casas próprias. No beco daqui as pessoas não tinham casa própria e não trabalhavam, faziam bico.
(Josilene)

É um pessoal tudo gente boa. Até tem um rapaz que trabalha comigo. Eles são pessoas, assim, da sociedade também. Eles trabalham, não são de violência. Antigamente era uma fazenda. Eu não me lembro do nome dali não.
(Alexandre José)

Conforme suas acepções, os moradores da 2º Travessa “fazem parte do convívio do bairro” ou “são pessoas da sociedade também”. E quais seriam os aspectos que os tornariam tão semelhantes? O trabalho seria um elemento central, pois agrega valor tanto aos indivíduos quanto a sua localização no espaço. Então, um dos primeiros

¹⁴⁷ Estrategicamente, evita-se chamar o Beco de Seu Eufrásio pelo nome de 1º Travessa Cel. João Leite (nome oficial), para separá-lo do corpo saudável do bairro ou tomá-lo simplesmente um quisto. A boa sociedade do bairro não permite as inconveniências do Beco. E neste sentido, para preservar a identidade do local como a moradia de pessoas decentes e obreiras, faz-se necessário criar um cordão sanitário como medida profilática para evitar o contágio com a doença da “mundiça”.

¹⁴⁸ Em diversas cidades do Brasil, o beco é estigmatizado como o local dos malfeitores, miseráveis, prostitutas e crianças de rua. Em Belo Jardim, dois outros becos ficaram famosos: O Beco da Facada, que funcionava como um prostíbulo, na Rua da Compesa (Bairro do São Pedro) e o Beco da Igreja da Matriz, que servia como um imenso urinol durante as festas de Nossa Senhora da Conceição e de São Sebastião.

requisitos para ser um indivíduo pobre, mas que almeja fazer parte da “sociedade do bairro”, é ter um trabalho ou uma atividade econômica no mínimo respeitável. A partir daí desenvolve-se uma fórmula bastante simplificada do tipo: Se “eles trabalham”, logo serão pessoas “calmas”, “educadas” e “boas”. E, portanto, podem gozar do reconhecimento dos “melhores” homens e mulheres da sociedade.

Internalizar este sentimento de integração à dita sociedade do bairro exige assumir o mesmo sistema de percepção e apreciação dos estabelecidos em relação aos *outsiders*. Seus princípios básicos foram muito bem compreendidos e aplicados pelas famílias da 2º Travessa contra os moradores do Beco de Seu Eufrásio – seu *alter ego* deteriorado. Suas falas comumente são demonstrações de exaltação ao seu estilo de vida e de total negação aos valores dos seus “outros vizinhos”

Olhe, eu moro lá há 12 anos e é tranquilo. São umas pessoas boas e comunicativas, ajudam uns aos outros... Ali são pessoas decentes, são pessoas que trabalham, são pessoas que procuram ganhar a vida
(**Simone de Queiróz**)

Antes desta enchente era muito bom. O pessoal é todo amigo. Não faz medo criança morar aqui, não tem perigo porque é um ambiente calmo, sossegado, bom mesmo de se viver aqui.
(**Maria Aparecida Cordeiro**)

Uma é moradora da Travessa há 12 anos e a outra há pouco mais de um ano e meio, mas suas falas expressam o mesmo sentimento de auto-estima e solidariedade que há entre os vizinhos da avenida. Suas palavras têm ecos parecidos: trabalho, decência, tranquilidade e união. Portanto, a coesão e o sentimento de superioridade grupal prescindem de uma mesma comunidade de sentidos, a partir da qual seus membros podem se bendizer e maldizer os “outros”.

Maria Aparecida Cordeiro, 35, morena, cabeleireira, nasceu na cidade de Garanhuns e há um ano e meio se mudou para Belo Jardim, fixando-se na 2º Travessa. Na sua casa montou um pequeno salão de beleza que atende basicamente aos moradores do Tambor.

Aparentemente satisfeita com a vida que leva, observa que a calma do lugar tem sido trocada ultimamente pelo medo das enchentes provocadas pelo Rio Bitury.

Entretanto, a coisa que mais lhe afeta psicologicamente é o mal-estar gerado pela presença do Beco de Seu Eufrásio, sobretudo o tipo humano que acredita existir nele.

Por conta das pessoas que moram lá... Traficantes, meninas novas que usam o corpo para ganhar a vida, entendeu? São marginais, pessoas que matam os outros. São pessoas bem diferentes de nós, entendeu?

Não se percebe nenhuma condescendência para com o rosto do outro. O Beco de Seu Eufrásio é projetado como um lugar em que vive gente diametralmente oposta aos respeitáveis estabelecidos e bons *outsiders*. Não há nada nele que mereça uma consideração positiva, uma observação ponderada, devido a ser considerado como a expressão máxima da decadência humana. Em apenas três linhas, sua fala nervosa resumiu a vida social do beco a três características marcantes, que são: Tráfico, prostituição e criminalidade. Sua vizinha Simone, um pouco mais comedida e menos tensa, traz novas imagens e estabelece outras associações para distingui-los socialmente.

A 1º Travessa é uma calamidade de se ver, muitas crianças de pé no chão, mães que não tem cuidado, higiene de jeito nenhum; não trabalham, muitos bebem e existe até drogas no meio. Em termos de higiene, a 1º Travessa é zero. Porque o povo não se cuida e também o esgoto passa na casa deles. Apesar de que eu moro na 2º Travessa, o esgoto também cai próximo de minha casa e no Beco de Eufrásio eles já saem praticamente de suas casas, praticamente dentro do esgoto. Nessas chuvas que teve agora as crianças ficavam tomando banho dentro da lama e os adultos andando sobre as águas sujas.

A sua descrição do Beco de Eufrásio traz à tona algumas questões fundamentais à lógica da cultura ocidental, sobretudo no que tange aos conceitos de civilização e barbárie. Ela destaca as questões de higiene, beleza, sobriedade, trabalho, educação doméstica e ordem como exemplos de coisas essenciais à “sociedade” e que estão totalmente ausentes da vida coletiva daquela localidade. O Beco de Eufrásio seria, pois, um lugar de seres feios, sujos, mal educados, viciados, arruaceiros e de prostitutas. Somos induzidos a pensar que tudo que nasce e cresce ali não tem nenhum valor humano. A culpa seria, então, da genética, pois faria com que os filhos já nascessem com os mesmos defeitos morais dos pais?

Até o amor, o mais óbvio sentimento doméstico, estaria fora do contexto destas “vidas secas”, já que antes de tudo precisariam “ter amor próprio”? Pois, se não amam a si mesmos, como poderão amar e cuidar adequadamente dos seus filhos? Eis a indagação que Simone formula para justificar o sofrimento deles.

Não há nenhuma educação porque aquelas crianças não respeitam adulto, não respeitam ninguém. A gente não pode falar com elas porque dizem palavrões. Eu mesmo não me dirijo a elas porque se disserem palavrões, eu acho que morro ali mesmo... A falta de saneamento básico é uma coisa que deveria ser resolvida logo. Mas também ser pobre não é ter falta de higiene. Porque você pode cuidar bem dos seus filhos, ajeitar e ter cuidado. Porque se os esgotos passassem por dentro da minha casa, jamais o meu filho colocaria o pé em cima. Entendeu? Eu acho que deve haver cuidados das mães, dos pais, devem cuidar dessas crianças. Eles precisam ter mais amor próprio.

Conforme suas palavras, a questão principal não seria a pobreza material das pessoas e do lugar, mas a sua pobreza humana. Ela defende suas posições afirmando que as pessoas da 2ª Travessa/Beco de Seu Natalício são pobres e também são afetadas pela falta de saneamento básico e pelo mesmo esgoto a céu aberto. Entretanto, “são higiênicas”, “cuidam bem de seus filhos” e, principalmente, têm “amor próprio”.

Hierarquias entre *outsiders*: O Beco de Eufrásio visto pela Lagoa.

A generalização e a dicotomia são os meios com os quais todos os estabelecidos de qualquer contexto se utilizam para definir e defender sua diferença e pretensa superioridade. Como os pobres, grosso modo, não detêm a posse do capital econômico, político e cultural, a diferenciação entre eles tende a se fixar mais no terreno do simbólico, isto é, da moral, dos costumes e das paixões. Sua lógica funciona mais ou menos assim: “Nós somos pobres, porém somos melhores do que eles porque somos pessoas honradas. Eles também são pobres e a sua única virtude é não ter nenhuma”. A seguir, observemos como o Beco de Seu Eufrásio é retratado por um casal da Lagoa.

Ali é a pior bagunça do mundo. Ali só entra pra morar que não tem condições de jeito nenhum. Porque ali é um canto que uma pessoa mais ou menos não vai querer morar. Moram ali porque não têm alternativa e são tudo bagunceiros, da bagunça mesmo e por isso não se incomodam com nada. Já houve mortes ali. Teve um cara que matou a mãe, a mulher e a filha. Já houve muita bagunça ali.

(Seu João Ferreira)

Conheço e já morei ali também. O Beco de Eufrásio é uma tristeza, porque rola muita droga ali, muita bandidagem, a violência é muita. Já houve muitas mortes ali, fruto do próprio beco. Por que uma morte que ocorreu foi de morador de lá. Ele matou a mulher, a mãe e não satisfeito matou a cachorrinha de bichinho novo, né.

(Maria Aparecida da Silva)

“A pior bagunça do mundo” “uma tristeza”, local de “bandidagem”, de “drogas”, de “mortes” trágicas, são expressões que vociferam a imagem de um local que seria completamente anômico, desregrado. A virulência das frases demonstra como algumas pessoas que se auto-intitulam *outsiders* respeitáveis tratam aqueles que estão abaixo das suas condições materiais e simbólicas. No capítulo anterior, mostramos como esse casal sentia-se “melhor” e “superior” aos moradores da Rua da Jurema, que, conforme sua opinião, era a causa da má fama da Lagoa, devido à violência e ao consumo de drogas. Para eles, porém, nada pode ser comparado ao Beco de Eufrásio, já que ele seria o “pior dos piores”.

Para este “respeitável” casal de *outsiders* que mora na Rua Projeto Ciata da Lagoa, o problema que atinge aqueles moradores pertence exclusivamente à ordem dos instintos. Então, de nada valeria investir na melhoria das condições sociais, a “natureza ruim” das pessoas impediria o avanço da cultura.

Eu acho que se melhorassem as condições daquelas casas ali, as pessoas iriam continuar a mesma coisa. Embora ali morem algumas pessoas de bem, porque não tem condições de morar noutro canto. A maioria que mora ali é alma sebosa.

(Maria Aparecida da Silva)

Este depoimento é de uma ex-moradora do Beco, ou seja, de alguém que conheceu e experimentou seus problemas e dramas. A fala revela também um desprezo que é comum a diversas pessoas que melhoraram suas condições econômicas e se mudaram para lugares mais bem equipados. Morar na principal rua da Lagoa – embora seja esta uma área estigmatizada – representa para quem viveu no Beco de Seu Eufrásio um importante êxito na vida, suficiente o bastante para aumentar a auto-estima e construir pequenas muralhas contra aquilo que Narciso acha que não é espelho.

Poucas foram às vozes de moradores da Lagoa a encontrar no Beco de Eufrásio a expressão de um rosto. As raras formas de outridade vieram justamente de moradores da Rua da Jurema, na medida em que estes são socialmente mais parecidos com os habitantes do Beco. Assim como aqueles, são também estigmatizados e responsabilizados pelas desgraças do “bairro”. E ainda sofrem pelo fato de serem os únicos afetados diretamente pelas enchentes do rio Bitury, pois ficam próximos a um dos seus escoadouros.

A Lagoa e a Rua da Jurema, ambas como já dissemos antes, gozam de representações negativas, porém, apresentam variações e reações um pouco diferentes quando pronunciadas. *“Quando a gente fala Lagoa é Lagoa. Mas se disser Rua da Jurema, a discriminação vem mais forte”*, assegurou Dona Damiana. A priori, é mais fácil a um grupo estigmatizado compreender e “sentir” o sofrimento do outro. Foi na Rua Jurema onde encontrei as vozes mais compreensivas e solidárias para com o “povo do Beco de Eufrásio”. Foi naquele local que pela primeira vez escutei alguém falar da sua amizade com uma pessoa do Beco de seu Eufrásio.

No meu ponto de vista, nós somos humildes, nós que moramos neste bairro da Lagoa como é chamado. Mas assim, no meu ponto de vista pessoal, esse pessoal do Beco de Eufrásio sofre preconceito também. Mas eu acho, assim, que eles são mais precisados do que a gente. Precisam muito de ajuda do poder, porque perderam mais do que a gente (...). Eu tenho uma amiga que mora lá e no momento estava no abrigo. Aí voltou pra casinha porque disseram que iam passar a máquina nela.

(Marlene Damiana)

Ali também são umas pessoas humildes, umas pessoas que trabalham. Eu não tenho o que falar dali não. Falar coisa ruim não, [pois] cada qual vive no seu lugar. Nunca atingiram a minha família. Eu não tenho o que falar do Beco de Seu Eufrásio, não.

(Taciana Maria)

Estes dois depoimentos rompem com a média geral das representações elaboradas sobre o Beco, na medida em que procuram enxergá-lo para além dos estereótipos. As falas de ambas expressam uma atitude ética ao reconhecerem tanto o sofrimento maior do outro como as suas qualidades humanas. A ênfase nas virtudes do Beco não tem as características de um discurso ambíguo. Ele não circula entremeado por condenações e sentenças generosas, nem é mediado pelo auxílio de conjunções adversativas e sentimentalismos.

As falas são éticas na medida em que reconhecem a fragilidade do outro e a necessidade da atenção e ajuda do poder municipal. Não é necessariamente um sentimento classista, a consciência do oprimido – mas um exercício profundo de reconhecimento da alteridade, isto é, de ser eu no outro, de encontrar no próximo e no estranho um ser que nos interpela como um rosto, conforme a perspectiva do filósofo Lévinas.

A ética, o cuidado reservado ao ser do outro-que-si-mesmo, a não-indiferença para com a morte de outrem e, conseqüentemente, a possibilidade de morrer por outrem, chance de santidade, seria o abrandamento desta contração ontológica que o verbo ser diz, o des-inter-essamento compondo a obstinação em ser, abrindo a ordem do humano, da graça e do sacrifício. Essa inversão do em-si e do para si, do “cada um por si”, em um eu ético, em prioridade para-outro, essa substituição do para-si da obstinação ontológica de um eu doravante decerto único, mas único por sua eleição a uma eleição por uma responsabilidade pelo o outro homem – irrecusável e incessável – esta reviravolta radical produzir-se-ia no que chamo encontro do rosto de outrem ¹⁴⁹{..}.

Mas para muitos *outsiders* da Lagoa, o Beco funciona como uma boa referência para se fazer comparações e expurgar alguns preconceitos que a sociedade local nutre sobre ela. O Beco de Eufrásio e o chamado “inferninho” do bairro do Santo Antonio são interna e externamente duas realidades fundamentais na construção da auto-estima dos habitantes de áreas estigmatizadas. O Beco contribui para o abrandamento do processo de estigmatização da Lagoa, ou seja, para colocá-la numa escala de valores aceitável. “Comparada ao Beco, a Lagoa é um “belo jardim”, dir-se-á. Nesse sentido, o Beco de

¹⁴⁹ LÉVINAS, Emanuel. **Entre nós. Ensaios de alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 269.

Seu Eufrásio é necessário, pois, cumpre a importante função de ser uma referência negativa sempre à disposição daqueles inclinados a subir um degrau a mais na escala dos valores hierárquicos criados pela dita sociedade belojardinense.

O Beco de Seu Eufrásio:

A praga do “belo jardim” ou o esgoto onde despejamos nossas misérias?

Sobre o Beco de Seu Eufrásio pairam diversos arquétipos e mitos fundadores da civilização ocidental. Os arquétipos de bom e mau, da justiça, do pecado, da luxúria e também os mitos de Caim e de Abel, de Tânatos, Hades e Érebus, podem ser usados para se compreender muitos dos discursos formulados sobre aquele território. Visto nesta perspectiva greco e judaico-cristã, o Beco seria um refugio do “belo jardim”, a sua face mais degradante, desumana e distante de Deus. A terra de Caim, em que pais e filhos se matam e também se prostituem mutuamente. Ou a terra de Tânatos (deus da morte), irmão gêmeo de Hipnos (deus do sono), filho de Nix (deusa da noite) e de Érebon (deus das trevas). Ali seria, portanto, o submundo do crime, no qual vicejam apenas “almas sebosas”, “onde uma pessoa mais ou menos jamais iria morar”, e somente moraria “se não tivesse condições de jeito nenhum”.

Numa linguagem psicanalítica Tânatos sintetiza um conjunto de instintos de morte, um impulso e uma vontade urgente de morrer em contraposição a Eros – o instinto de vida. Para os críticos do Beco de Eufrásio, seus moradores cultivariam ao mesmo tempo vários “instintos de morte”. A prostituição, o roubo, o tráfico, a criminalidade, a falta de higiene, a feiúra, a miséria, a estupidez, o desamor, em flagrante descompasso com a decência, a sobriedade, a justiça, a graça e a amorosidade dos estabelecidos e “bons” *outsiders* das três áreas.



Imagem 39: O Beco de Seu Eufrásio. O Beco que não pode ser a Primeira Trav. Cel. João Leite.

O beco e o esgoto: A relação entre a metáfora e a realidade. O esgoto real e o esgoto simbólico

O Beco de Seu Eufrásio, antes das inundações provocadas pelas fortes chuvas de maio de 2009, era composto de aproximadamente quarenta casebres habitados por uma população de cerca de 200 pessoas, mestiça e negra em sua imensa maioria, vivendo em condição de extrema pobreza e insalubridade. Subempregados, biscateiros, catadores de lixo e mendigos são alguns dos tipos humanos a compor seu quadro social. Ou, se preferirmos a descrição de José Bezerra da Silva, 26, negro, casado, 02 filhos e desempregado, veremos que lá “somente uns poucos trabalhavam, outros pediam esmolas, enquanto outros catavam lixo e alguns faziam bico”.

Diferentemente das três áreas, incluindo a 2ª Travessa/Beco de Seu Natalício, não existia ali professores, operários qualificados e semi-qualificados, feirantes, músicos, pedreiros, eletricitas, pintores e mesmo qualquer tipo de funcionário público. Nas minhas entrevistas e observações *in loco*, apenas constatei haver um gaioleiro e uma mulher trabalhando como empregada doméstica, justamente a que morava na casa mais próxima da avenida e por coincidência a mais estruturada.

Ali passou a ser a principal cidadela dos refugados do mercado formal e das conquistas da cidadania. Os mais pobres e miseráveis provenientes das zonas urbanas e rurais de Belo jardim e de outros municípios encontraram naquele lugar a única alternativa viável para não sucumbir ao destino da rua.

O nome da localidade deve-se a um homem chamado Eufrásio, já falecido, que era agricultor e proprietário de uma olaria nos fundos da avenida Cel. João Leite. A modernização econômica da cidade, ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970, além das conquistas materiais e simbólicas, trouxe consigo vários problemas. A falta de moradia e o aumento no número de sem tetos foram alguns deles. Atento a esta realidade e aproveitando-se dos recursos da olaria, Seu Eufrásio começou a construir diversas casinhas para alugar a preços irrisórios aos seus próprios empregados e às pessoas que vinham de fora. A maioria absoluta delas foi construída a base “de tijolo cru e sem um pingo de cimento” e compreendia apenas um vão. Apesar disso, a procura foi maior do que a oferta e em pouco tempo havia dezenas de pessoas morando nelas.

Embora o nome “Eufrásio” no imaginário social da cidade goze das piores representações, Seu Eufrásio ainda é tratado pelas pessoas mais antigas que o conheceram como um homem justo e solidário. Este sentimento, por exemplo, é compartilhado por Dona Socorro, 58, negra, 09 filhos, nascida na Lagoa, mas que mora no Beco desde quando era apenas uma adolescente.

Seu Eufrásio era um senhor, dono de uma casa que antigamente era um chalé¹⁵⁰. Era uma pessoa pobre com vários filhos – Laura, Delson, Celina, Célio, Jucélio – mas tinha mais velhos do que eu. Ali era tudo olaria de tijolo. Comecei trabalhar pra ele quando era pequena. Era tão pequena que ele descontava 50 tijolos por dia, pra eu passar o dia brincando e trabalhando na olaria. Aí no final de semana eu botava 250 tijolos e ele me pagava... Aí ele começou a vender pedaços de terra por ali. Depois da olaria, ele começou a fazer quartinhos pra alugar. Eu conheci Seu Eufrásio desde os 7 anos. E ele era gente viu? Morava com o pai e com a mãe. Era moreno claro, alegre e simpático. Eu era pequena quando ele começou a fazer os quartos. Essa minha filha é de 1970 e eu já tive ela no quartinho dele. Ele era o pai da pobreza, gente boa era Seu Eufrásio.

¹⁵⁰ Ela se refere ao chalé no qual morou o Cel. João Leite, seu primeiro proprietário.

Seu Eufrásio tornou-se uma figura emblemática para os “refugados” do Belo Jardim. Dona Socorro definia-o como o “pai da pobreza”, um homem generoso a quem sempre se podia recorrer. O beco era o local que estava ao alcance daquelas pessoas e era também para onde voltavam após suas malsucedidas aventuras.

Quando eu fui morar mais esse senhor (marido), ele alugou um quartinho noutros cantos. Aí, como ele não pagava, né?, a gente continuava correndo pra o beco de novo. Eu dizia: “Seu Eufrásio! Seu Eufrásio! Me ajude pelo amor de Deus! Ele dizia: “Venha embora!”

Entretanto, este homem entraria para a história como o responsável pela criação do beco mais odiado e mal afamado da cidade. Tanto o criador como a criatura seriam amaldiçoados pelo imaginário social. A possível história do homem generoso sucumbira diante da força do estigma. “Era um agricultor, um homem de bem, mas que ficou famoso por construir uma favela na rua. Mas ele era bom e trabalhador”, asseverou um velho amigo.

Esse velho amigo chama-se Zé Marques, 71, branco, construtor, coincidentemente é proprietário da casa onde morou Seu Eufrásio. Seguindo seu exemplo, comprou alguns lotes e construiu dezenas de casinhas aumentando significativamente a população do beco. Ele, no entanto, não sofre os males do preconceito e da antipatia dos moradores da avenida.

Eu mesmo tinha uma rua de casinhas no beco, mas vendi a maior parte. Vendi casinhas por 200, 300 e até 500 reais... Barato demais, pois quem iria pagar caro pra morar num lugar daquele? Eram pessoas pobres, desempregadas, viviam parte bebendo, parte fumando, fazendo coisa errada, vendendo coisa que não devia. Era uma munição desgraçada.

A razão para ser não antipatizado pelos “bons cidadãos” da avenida deve-se, talvez, à forma comum como retrata seus antigos inquilinos. Igualmente aos demais, concebe o beco como um valhacouto de desordeiros e preguiçosos que corrói a paz e a tranquilidade da “boa sociedade” do bairro. Em nenhum momento ele assume qualquer

responsabilidade pela criação do que chama de “mundiça desgraçada”, já que acredita que sua intenção era puramente filantrópica, isto é, ajudar os desvalidos da cidade.

O Beco de Eufrásio paga também um alto preço por ser localizado nos fundos da avenida e na frente de um pântano e do rio Bitury. Por conta desta posição sofre com dois grandes problemas: 1) Os esgotos residenciais da avenida despejam diariamente seus resíduos no rio e alguns dos esgotos que passam pelos becos ficam a céu aberto, em flagrante contato com as casas dos moradores; 2) O esgoto pluvial formado pelas enchentes do rio Bitury “devolvem” para seus respectivos moradores os resíduos outrora despejados pelas casas, porém, acrescidos com a presença de ratos, baratas e cobras.

É muito ruim morar aqui. A gente mora num lugar que não tem condições de morar. O quartinho que fica perto da minha casa tem um esgoto que passa fezes, ratos, cobras ... Quando chove é mesmo que tá no meio da rua. As crianças vivem dentro do lixo, com os ratos. Porque nós moramos dentro do lixo, dentro dos matos. Ave Maria!! Chega que faz medo. De vez em quando as crianças adoecem, ficam com febre, vomitando, se estourando de feridas, dor de cabeça, cansaço feito gente adulta.

(Maria Eliana da Silva)

Eis um retrato contundente das condições sociais e ambientais de uma população de aproximadamente umas 200 pessoas, amontoadas em cerca de quarenta casebres. O cenário apresentado assemelha-se a uma daquelas cenas emblemáticas do Naturalismo, retiradas das páginas dos livros de Aluísio de Azevedo ou Émile Zola, em que a miséria dos homens se confunde com a miséria do meio ambiente e dos animais.

A fala indignada de Maria Eliana da Silva, uma mulher de 34 anos, 05 filhos, mestiça, desempregada, e que involuntariamente reside há 32 anos num lugar que, segundo ela, é a mesma coisa de “morar dentro dos esgotos, do lixo, com os ratos”, não é exclusividade desta mulher de semblante envelhecido, mas regra geral para quem vive ali. A condição desumana retira-lhe partes do brilho e da beleza da vida, pois envelhece e degrada rapidamente seus corpos. Mas não os remove completamente da esperança de dias melhores. Ao contrário do que se imagina, a maioria dessas pessoas não demonstra aceitar seu sofrimento com resignação. O seu inconformismo com tal situação é

explicitado através de palavrões, queixas e de reivindicações feitas diretamente às autoridades locais.

Nunca ninguém da prefeitura fez nada. Nós já fomos lá, mostramos o esgoto e ninguém nunca fez nada (...). Se oferecessem um lugar decente pra a gente morar, vamos, lugar da gente! Melhor do que morar com os ratos, dentro do esgoto, dentro do mato.

(Maria Eliana da Silva)

O povo fica curioso. Primeiro fizeram um cadastro pra o Tereza Mendonça [loteamento]. Esse cadastro ninguém sabe mais de nada. Às vezes a gente tem muitas perguntas pra fazer, muitas perguntas sem respostas. Pegam os pobres coitados que não têm inteligência nenhuma e saem fazendo um monte de cadastros. Aí fica todo mundo na expectativa de ganhar a casa e nada. Oh! Eu já não dei meus documentos e já fiz o cadastro? Depois tem que fazer outro? E o que fiz não serve, não, é? Pela prefeitura, não serve, não, é? Do ano passado pra cá já fizeram uns cinco cadastros

(Silvânia Maria – ex-moradora do Beco de Seu Eufrásio)

Sua indignação para com a pobreza somente perde para o descaso e as expectativas frustradas promovidas pelos sucessivos governos municipais, que continuam iludindo-os com a promessa da casa própria e a transferência para outras localidades. Tal desinteresse pela situação destes moradores é motivado pela lógica perversa que caracteriza a concepção administrativa de alguns destes governos. Pois o critério usado para a doação das moradias populares não considera basicamente as dificuldades socioeconômicas das pessoas, mas sua filiação e peso político.

Daí nasce, paradoxalmente, a insensibilidade para enxergar e solucionar os dramas de uma população tão próxima do Centro e tão contrastante com o nome da cidade. A maioria absoluta das moradias resumia-se a um vão que funcionava ao mesmo tempo como quarto, cozinha, sala e, às vezes, banheiro. Apenas duas casas tinham banheiro com chuveiros, porém, os vasos sanitários se limitavam a dois buracos cravados no chão por onde passavam os dejetos em direção ao pântano.

É um vão só. Olhe, minha filha não tem banheiro, outra filha não tem banheiro. A que eu moro tem um banheirinho assim... Bota água, não tem descarga. As meninas tomam banho no meu banheirinho porque

na casa delas não dá pra tomar. Chega um, chega outro pra tomar um banho.

(Dona Maria do Socorro)

A maioria das casas era só um vão. Era muito difícil as casas terem um banheiro. Era uma ou duas casas que tinham, o resto não tinha banheiro. Tomar banho a gente tomava do lado de fora com roupa e tudo. Pra fazer uma obrigação tinha que ir pra dentro dos matos.

(José Bezerra da Silva)

Se tal descrição não fosse tão real, diríamos se tratar de uma cena impressionista. A miséria do beco contrastando com a riqueza do Centro da cidade há poucos mais de 100 metros: o “belo jardim” e o seu reverso – juntos e separados. O Beco de Eufrásio, pela sua proximidade com o Centro, tornou-se a negação total do ideal de jardinagem e, talvez, seja esta a razão principal para tantas exclusões, estigmas e indiferenças. Mas a causa disso tudo deve-se exclusivamente aos moradores do próprio Beco de Seu Eufrásio? Como podemos transferir todas as responsabilidades para uma população que vive na miséria e que é rebaixada literalmente à condição de lixo humano? O Beco, como vimos, não é apenas o território dos miseráveis e “malfeitores”, mas funciona também como um grande esgoto a céu aberto para os excrementos que saem dos lares dos “bons cidadãos” da avenida.

Certamente muitas das imagens apresentadas sobre o Beco são plausíveis. As falas dos críticos são ressonantes e mantém a mesma unidade discursiva, embora como já frisemos são sempre movidas pela dicotomia e generalização. Dando a entender que o problema é intrínseco à natureza e à moral daquelas pessoas. Mas não seria o caso de nos perguntarmos se esta condição de *alter ego* deteriorado do beco não funciona como uma espécie de esgoto virtual no qual jogamos nossos demônios interiores? Não seria para lá que os estabelecidos e respeitáveis *outsiders* transferem os problemas mais críticos do bairro? Apostamos na ideia de que, ao transformá-lo na terra de Tântatos, fica mais fácil transferir para ele aquilo que não queremos aceitar como sendo parte da nossa responsabilidade ética.

*“Cenas do esgoto real”
Pobreza e abandono*



Imagem 40



Imagem 41



Imagem 42



Imagem 43

Através desta prática de transposição de responsabilidades, os cidadãos respeitáveis das três áreas se eximem de qualquer relação causal com alguns problemas do bairro e quiçá do Beco. As questões relacionadas à miséria, roubos, tráficos, consumo de crack, prostituição, mortes, mendicância, escândalos ocorridos no Bom Conselho e principalmente no Tambor tendem a ser compreendidos como problemas causados exclusivamente pelos próprios moradores do Beco de Eufrásio e, às vezes, pela ausência de vontade política dos grupos hegemônicos do município. Nunca, porém, como um problema da “sociedade do bairro”.

Faz parte do senso comum a prática de acusar o Beco de Seu Eufrásio de ser o *locus* por excelência dos principais problemas do bairro. Mas é preciso inverter a lógica deste pensamento, isto é, buscar refletir sobre as formas de violências que tais estigmas produzem sobre a auto-estima e sensibilidades dos seus habitantes como um todo. Ninguém pensa sobre as humilhações, as vergonhas, os medos e as finitudes que produz o estigma diariamente sobre a vida destas pessoas. Uma marca indelével que se fixa no corpo desde o nascimento até a morte, tornando aquele que a carrega num ser menor e ofensivo. Dona Socorro, mãe de 09 filhos e sua moradora mais antiga, tem uma leitura diferente. Conforme sua interpretação, o Beco não é a causa dos problemas, mas o lugar para onde eles “correm”.

Meu filho, eu moro aqui porque não tenho condição. Peço tanto a Deus para que eu tivesse uma aposentadoria e pudesse morar num quartinho, que coubesse a mim, meu neto e minha filha que mora comigo e vai completar 20 anos. Eu já tinha saído, viu? Eu moro porque tenho de morar mesmo. Eu não posso reclamar da família (moradores) que moro, porque nós somos uma família, né? Mas o senhor pode acreditar tudo que acontece na rua corre para o Beco de Eufrásio. Se mata um, corre pra o Beco de Eufrásio. Quando a gente acorda de noite, o Beco tá cheio de policiais. Se tem um roubo, só corre pra o Beco; se entoca nos matos e só sai de noite. Nestes dias, meu filho vinha descendo, né?, tava tomando uma. Vinha descendo de um bar, aí o Beco tava cheio de policiais atrás de um cara que roubou não sei o quê. Aí a polícia foi revistar meu filho, aí ele disse: “Eu moro aqui no Beco”. Aí o policial disse: “Vem cá”. Aí bateu nos peitos dele. Levou dois murros na cara sem precisar, porque não encontrou o ladrão que tava procurando, aí descontou no meu filho. É por isso que o povo tem tanto preconceito com o Beco, porque tudo que acontece na rua só corre para o Beco de Eufrásio.

Ao afirmar que o Beco é o lugar “para onde tudo corre”, D. Socorro não está isentando de qualquer responsabilidade com os problemas ocorridos. Mas chamando nossa atenção para sua transformação num imã de atração de maldades. O “lugar para onde tudo corre” é a metáfora encontrada para questionar essa imagem cristalizada que paira sobre o lugar vivido. Porque embora o considere um lugar inadequado pra se viver, foi nele onde construiu seus laços afetivos, criou seus 09 filhos e fez amigos, aos quais chama de “família”.

Essa representação do Beco como o “lugar para onde tudo corre” encontra ressonância na fala de Dona Júlia – antiga moradora da Lagoa. Ela usa a caçada como metáfora para definir os dois lugares para onde a polícia se desloca toda vez que precisa “caçar” um suspeito.

Eu tenho que ele [o Beco] é muito mais violento que aqui. Por que anda, anda, onde tá? Tá no Beco de Eufrásio. Caça por aqui. Não tá, não. Tá no Beco de Eufrásio. Porque a calçada da vista é aqui. Caça na Lagoa, tá não. Caça no Beco. “Achei”.

Em certos momentos a caçada pode começar pela Lagoa, pois apesar das melhorias urbanas ela continua marcada pelo estigma da violência. Todavia, o Beco, por ser associado a todo tipo de preconceito, sempre será a vítima principal. Lá a suspeição atinge as pessoas com mais agressividade, como pudemos ver no exemplo do filho de Dona Socorro. Esta marca até hoje afeta José Bezerra, um jovem tímido e de semblante triste, que nasceu e cresceu sentindo na pele o dissabor da má fama do lugar e o estado de paralisia que ela causa. A auto-estima da maioria dos moradores era tão lastimável que os tornava completamente impotentes para ao menos defender um mínimo de humanidade para si.

Sempre teve essa má fama. As pessoas gostavam de dizer que quem morava ali não prestava. Agora isso era com criança, adulto, velho. As pessoas da região eram quem dizia. Se acontecesse uma coisa na Central de Abastecimento, diziam logo que era no Beco de Eufrásio. Se aparece um roubo ou um assalto, diziam logo que era no Beco de Eufrásio. Não podíamos fazer nada. Era ficar com a má fama mesmo. Não tinha mais como tirar. Ficava por isso mesmo.

O estigma se fixa com mais força e duração sobre os indivíduos que não possuem nenhum tipo de capital. A falta dele torna-os extremamente frágeis para reagir com contundência às difamações. Como combater o consenso quando se é uma ilha?

Um certo dia, eu vinha numa lotação de Caruaru, aí você escuta: “Aconteceu algo assim, crime, roubo, prisão ... Se eu não me engano foi gente da Lagoa ou do Beco de Eufrásio”. Só que a gente vai fazer o quê? Vai arrumar confusão? “Não! Não fale isso porque eu moro lá”. Me diga como? É escutar e ficar calado, porque se for questionar você vai arrumar confusão com Belo Jardim em peso. Porque não é somente no Tambor, não, onde se fala mal.

(Silvânia Maria da Silva)

Através dos depoimentos de José Bezerra e Silvânia, vimos o quanto era espinhoso para rostos sem carisma e sem a força da autoridade remar contra a maré dos regimes de verdade legitimados pela sociedade local. Diante destas condições, o silêncio tornava-se a sua melhor opção.

Efeitos de lugar: vizinhança, amizade e amores.

Faz 15 anos que eu moro aqui e só arranjei namorada por aqui mesmo. Só arranja por aqui mesmo, de fora não arranja não, é difícil de arranjar. Olhe, faz 15 que moro aqui e tenho 19 anos, mas só namorei com pessoas do beco, né?, O Beco famoso. Ele é famoso até em São Paulo. Como aqui tinha muitas almas sebosas, elas achavam, né, que eu era um também. Eu saí pra fora, mas só arranjei meninas aqui de dentro.

A fala de Leandro Alves da Silva, 19, mestiço, evangélico, revela como o estigma e a pobreza os condenam a um só lugar. Ele enfatiza que em seus “longos” 15 anos de vivência no Beco nunca conseguiu namorar alguém que não fosse dali mesmo. “Eu saia pra fora, mas só arranjei meninas aqui de dentro”, lamenta. A marca indelével do lugar desautorizava-o a ter encontros amorosos e sexuais com jovens e adolescentes de outras

localidades. Termos como perto e longe, alto e baixo, dentro e fora se deslocam das estruturas físicas para as práticas e representações dos atores. Nas palavras de Leandro Alves, o advérbio de lugar “dentro” sugere algo parecido como a vida num gueto, já que tanto os laços sociais e afetivos como os dramas deviam ser vividos e compartilhados exclusivamente entre os membros do próprio território. Inversamente, a expressão “fora” corresponde à possibilidade de transcendência das fronteiras de si, isto é, do ir ao encontro do distante, do diferente, do outro do desejo.

Para os estabelecidos, sobretudo a elite, questões-limítrofes como as que envolvem deslocamentos, mudanças de lugares, acessibilidade e “caçadas” amorosas em territórios distintos é largamente facilitada pelos diversos tipos de capitais disponíveis, os quais, conforme Pierre Bourdieu, lhes garante o poder “da quase ubiquidade”.

Inversamente, os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar do lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar.¹⁵¹

Para os “sem eira nem beira” do Beco de Seu Eufrásio, o outro do desejo muitas vezes mora bem na sua frente ou está a uma distância menor do que 150 metros, porém aparentemente protegido por cercas inexpugnáveis a promessas de amizade ou juras de amor. Tentar rompê-las implica em ser combatido de todos os lados. Somente alguns astutos e determinados conseguiram vencê-las e ter um final feliz. Essa história aconteceu com Silvânia Maria, 37, negra, ex-moradora¹⁵² do Beco, e seu esposo, um homem branco, de olhos verdes, operário da Fábrica de Baterias Moura e residente na Av. Cel. João Leite/Tambor. Observemos atentamente a difícil história de amor entre uma *outsider* e um estabelecido.

¹⁵¹ BOURDIEU, Pierre. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 164.

¹⁵² Ela nasceu na Lagoa e viveu parte de sua vida no Beco de Seu Eufrásio, onde teve um filho. Atualmente mora com seu marido e alguns filhos no Maria Cristina, um bairro popular que cresceu rapidamente, porém destituído de calçamento e saneamento básico. Comparado aos moradores do Beco, pode-se dizer que ela ascendeu socialmente ao casar-se com um operário da Fábrica de Baterias Moura. Outro exemplo parecido é o de Maria Aparecida, que saiu do Beco para viver na Lagoa. Em termos simbólicos, passou a viver numa área menos estigmatizada. Enquanto D. Socorro fez o movimento contrário, saindo da Lagoa para morar no Beco, onde gerou e criou a maior parte das suas 09 filhas, netos e netas.

No meu caso, eu namorei e me casei com uma pessoa de fora. E as outras daqui que eu conheci que casaram foram tudo com pessoas do Beco mesmo. Meu primeiro namorado eu arranjei no Tambor. Ah! Meu Deus! Meu marido tem olhos verdes e morava entre o Tambor e o Bom Conselho. E eu sou preta e morava no Beco de Eufrásio, imagina? Meu Deus do Céu! A mãe e a família dele só não me faltaram apedrejar. Eles diziam: “Essa negra do Beco de Eufrásio... Como se não bastasse ser negra, é do Beco de Eufrásio”. Ninguém arruma namorado de fora não, só se for de lá do Beco. Se as meninas forem a uma festa ninguém diz que é do Beco. “Mora onde?”. “Moro no Tambor, no Bom Conselho”. Só dá pra ficar mesmo. Se um dia eles vissem as meninas no Beco, elas davam uma carreira. Desde o meu tempo que acontece isso. Eu mesma, quando conheci o meu marido, não queria nem saber, era cada carreira que eu dava pra me esconder. Primeiro eu falei que morava no Tambor, mas por azar o bendito morava no Tambor também. A mãe dele costurava pra gente. Eu conheci ele lá no Clube Arca e lá ninguém se conhece. Você vai bonitinha e cheirosinha e assim quem é que vai saber onde você mora? Depois que ele soube onde eu morava, já estava apaixonado e não teve como sair mais. O preconceito era tão grande que até a minha mãe não queria que eu namorasse com ele, porque ele era branco, tinha os olhos verdes e trabalhava na Moura. “Mas, Silvânia, não queira. A mãe dele e a irmã não querem”. Mas eu não tava nem aí: brigava com a família e não queria nem saber!.

Tal como alguns personagens de Kafka, ela precisava se metamorfosear para fugir das prisões do lugar. Maria Silvânia precisou dar várias “carreiras” para driblar os preconceitos, através de mentiras e humilhações, para poder finalmente se casar e ser feliz com o homem com que vive há 25 anos e com o qual tem quatro filhos, dois inclusive nascidos no Beco. No entanto, suas amigas não tiveram a mesma sorte: seus namoros e casamentos ficaram circunscritos à minúscula topografia do lugar. Pois, para os estabelecidos, “nada é mais intolerável que a aproximação física (vivenciada como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes”.¹⁵³ E por esta razão eles criam e impõe à sociedade as chamadas regras de conveniência, que, a despeito do que parece ser, funcionam também como mecanismos de controle e de segregação social,

¹⁵³ BOURDIEU, Pierre. Op. cit, p. 165.

principalmente de combate ao que é eleito como dissonante ao *modus vivendi* da verdadeira “sociedade do bairro”. Conforme Pierre Mayol:

A conveniência se impõe primeiro à análise pelo seu papel negativo. Ela se encontra no lugar da lei, aquela que torna heterogêneo o campo social, proibindo que aí se distribua em qualquer ordem e a qualquer momento não importa que comportamento social. Ela reprime o que “não convém”, “o que não se faz”; ela mantém à distância, filtrando-os ou banindo-os, os sinais de comportamento ilegíveis no bairro, intoleráveis para ele, destruidores, por exemplo, da reputação pessoal do usuário (...). A conveniência é o gerenciamento simbólico da face pública de cada um de nós desde que nos achamos na rua. A conveniência é simultaneamente o modo pelo qual se é percebido e o meio obrigatório de se permanecer submisso a ela: no fundo, ela exige que se evite toda dissonância no jogo dos comportamentos, e toda ruptura qualitativa na percepção do meio social. Por isso é que produz comportamentos estereotipados, “*prêt-à-porter*” sociais, que têm por função possibilitar o reconhecimento de não importa quem em não importa que lugar.¹⁵⁴

Se a conveniência “exige que se evite toda dissonância no jogo dos comportamentos”, não é preciso muito esforço para se saber quem serão as pessoas consideradas inconvenientes. A conveniência no bairro, embora não se caracterize como uma lei é, legível e goza da legitimidade coletiva, sendo os próprios *outsiders* seus maiores sentinelas.

A Lagoa, depois das mudanças urbanas e sociais, se tornara um espaço um pouco mais assimilável às regras de conveniência estabelecidas pela lógica da jardinagem local. Porém, com o Beco de Seu Eufrásio não havia condescendência, ele era simplesmente percebido e apreciado como a dissonância extremada. Toda forma de relacionamento ou abertura com o “povo” dele poderia significar promiscuidade e pôr em risco a boa reputação dos indivíduos do bairro.

Por conta do medo da mistura, pessoas nunca puderam estabelecer amizades, namoros ou ao menos brincar e conversar respeitosamente. Por anos a fio, crianças, jovens, adultos e velhos de ambos os lados da mesma rua foram proibidos de manter relações mais duradouras. As regras de conveniência impunham severas barreiras a quaisquer tipos de relações mais sólidas. Os poucos contatos que havia eram efêmeros e

¹⁵⁴ MAYOL, Pierre. O bairro. In. CERTEAU, Michel et al. **A Invenção do Cotidiano**. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 49.

vazios de significação. Entre ambos os lados não nasciam flores, somente arbustos e espinhos. Tais interdições são representadas por uma linguagem tensa e arquetípica.

A maioria tem preconceito com a gente, ficam nos humilhando, chamando “camboi” de nojentos, “camboi” de mundaça, dizendo coisa com a gente, a maioria do Tambor. **(Eliana Maria da Silva, 34)**

A gente precisava fazer amizade com todo mundo, né? Só que a amizade que a gente tinha era só no Beco. Não tinha amizade noutras ruas. Eles não queriam fazer amizade com a gente porque achavam a gente pobre demais, que a pessoa não é um cidadão digno de falar com as outras pessoas. A gente só fala assim com as pessoas do Beco mesmo. Do lado de lá e do lado de cá do Beco mesmo! Agora de lá não. Só tem uma pessoa que fala, a que tem um barzinho. Pois quando você tá triste... O divertimento do pobre é tomar uma dosinha. **(Erivânia, mestiça, 34)**

A maioria das pessoas do Tambor não gostava deles, não. Muitos queriam que eles saíssem daqui, inclusive fizeram abaixo-assinado para que a prefeitura destruísse o Beco e levasse as pessoas pra outro lugar. Achavam aquilo uma favela. **(José Marques, morador da avenida Cel. João Leite)**

O barzinho da esquina terminava sendo o único ponto de contato entre a “sociedade” da avenida e o “povo” do Beco. Ele era um dos raros espaços que permitiam a mixofilia e que ajudavam a quebrar as cercas do confinamento. Porém, vale ressaltar que as pessoas geralmente iam lá somente para comprar as bebidas que seriam consumidas em suas casas. Na verdade, não estamos falando de amizade entre vizinhos, mas de cordialidades entre um comerciante e seus clientes. Os comerciantes não teriam sua reputação afetada pelo fato de venderem suas mercadorias a pessoas consideradas “inconvenientes” e intragáveis.

É verdade que ninguém gostava da possibilidade de fazer amizade com as pessoas do Beco, porque era um povo muito agitado, entendeu? Eu sempre me dei bem com todo mundo, principalmente com eles. Só que fica difícil, né? Conversa e tal. **(Alaíde Maria de Souza, mulata, proprietária do barzinho)**

Como disse Alaíde, não dava para ter “conversa” e “amizade” com “um povo muito agitado”. Tratá-los bem significava manter uma quantidade numerosa de pessoas que devido à miséria e ao sofrimento transformavam a bebida em lazer e terapia. Os proprietários do bar, da bodega, da padaria, do mercadinho, foram justamente os únicos moradores da avenida a sentirem falta da presença do Beco, depois que este veio parcialmente a desaparecer. A racionalidade econômica destes comerciantes exigia-lhes pragmatismo e prudência para com aqueles moradores, uma vez que parte dos seus míseros recursos financeiros, advindos principalmente do Bolsa Família, eram gastos no comércio da avenida.

Aí vieram as chuvas e o Beco foi-se embora. Das 60 casas, ficaram somente 02. As pessoas gostaram da saída deles, comemoraram. Minha mulher não gostou, porque os moradores compravam a ela. Eu também nunca tive problemas, porque me respeitavam e tratavam bem. **(José Marques, morador da Av. Cel. João Leite)**

No Beco também nascem flores.

Que importa a paisagem, a Glória, a baía, a linha do horizonte? O que eu vejo
é o beco.

(Manuel Bandeira)

Além das múltiplas formas de misérias tão enfaticamente retratadas até agora, vale a pena perceber e valorizar outras dimensões que são geralmente relegadas ao esquecimento ou muitas vezes colocadas numa simples nota de rodapé. Práticas de amor, de amizade e de solidariedade são características também comuns e marcantes na vida dos *outsiders* (as ervas daninha) de qualquer belo jardim. Se, porventura, as mídias demonstrassem um pouco mais de interesse pelo registro de tais práticas, certamente, teríamos a oportunidade de ver a poética e beleza que há naquele espaço concebido como o “feio”, o “sujo” e o “anômico” da sociedade. No entanto, estas coisas estão fora dos seus holofotes, porque são tecidas no universo cotidiano dos mais pobres, sem

arroubos e nenhuma publicidade. Conforme Michel Foucault, as vidas “infames” somente ganham visibilidade “quando são atravessadas pelo poder. Sem este choque, é indubitável que nenhuma palavra teria ficado para lembrar seu fugidio trajecto”.¹⁵⁵

No mundo dos pobres e miseráveis, as demonstrações de sensibilidade e de solidariedade não ocorrem apenas durante as grandes tragédias humanas, isto é, nas situações em que a compaixão e a solidariedade são mais intensas. Para quem vive em condições de extrema pobreza, todo dia é um acontecimento, uma grande batalha pela possibilidade de continuar vivendo. A solidariedade praticada entre eles não pode ser vista como algo episódico e rarefeito, justamente pelo fato de ser diária e intensa.

Questões como essas não deveriam ser tratadas pelo pesquisador social como um devir menor. Nesse sentido, sinto-me interpelado a pensar no Beco de Seu Eufrásio de um jeito para-doxal, procurando apreendê-lo para além das cristalizações do senso comum. Produzir uma paralaxe no pensamento, isto é, uma alteração na maneira como vemos as coisas, os lugares, a vida humana, principalmente daquela forjada em condições extremamente adversas.

Uma questão fundamental, a meu ver, seria buscar compreender como alguns indivíduos e certas coletividades, mesmo estando submetidas a processos de profunda desumanização, ainda conseguem manter a sua humanidade. Ou dito de outro jeito: Como é possível nascer uma pétala numa terra rachada pela seca e o sol escaldante? Sabemos que os graves problemas estruturais associados aos preconceitos tornavam o Beco um lugar profundamente inadequado para se viver com um mínimo de dignidade. Mas, a despeito disso tudo, era ali que os moradores teciam suas existências e, por essa razão, teriam que inventar uma forma de torná-la menos seca.

A pesquisadora Monique Borba Cerqueira, apoiada numa perspectiva nietzscheana, mais especificamente nos conceitos de transvaloração dos valores e vontade de potência, procura mostrar-nos a necessidade de se elaborar uma nova compreensão sobre os pobres e a pobreza, a partir de aspectos tais como a sua vontade e capacidade criadora, expansiva e destrutiva.

A vida como vontade de potência libera o sujeito do confinamento a um eu individuado sempre remetido e legitimado por uma identidade. O sujeito é definido pelo que ele pode e não pelo que ele é. Isto

¹⁵⁵ FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In. **O que é um autor**. Lisboa: Ed. Presença, 1994, p. 97.

significa abrir-se à multiplicidade, à possibilidade de criação e expansão. O primado da vontade de potência quebra a ordem hierárquica que submete a vida. É rompida toda naturalização da impotência, imposta pela moral (...). A abordagem nietzscheana mostra que é preciso produzir a carência material para compor segmentos humanos fracos. É assim que se convence o outro do valor intrínseco da falta, fazendo com que coletividades inteiras sejam separadas da sua potência, daquilo que elas podem.¹⁵⁶

Visualizar o pobre para além da pobreza implica percebê-los, “como possuidores de desejo, além de serem possuídos pelos desejos alheios”¹⁵⁷. A questão não consiste em negar os processos de aviltamento que provocam a pobreza social e a estigmatização dos pobres, mas buscar uma transvaloração das formas de interpretação destes atores sociais. Apreender sua vontade de potência significa desvelar suas lutas, resistências, sua capacidade para criação do belo e da vida em lugares nos quais apenas vemos os instintos de morte. No “mundo da vida” dos mais pobres há também *Eros*, vida ativa, criatividade, vontade de transcender o existente nos termos que suas condições lhes permitem.

Onde há vontade de viver, a vida dá um jeito. Eis, portanto, uma máxima que se adéqua aos desejos de muitos moradores do Beco de Seu Eufrásio. Viver e não somente sobreviver levou-os a criar alternativas para resistir e fugir ao confinamento ao qual estavam submetidos pela sociedade local.

Cercados pelas muralhas do preconceito e da indiferença, restava a esses atores fortalecer sua identidade grupal através do compartilhamento de ações e sentimentos comuns. Eles queriam não apenas “comida e bebida”, mas também “diversão, arte e balé”. Desejavam justamente aquilo que a sociedade do Belo Jardim mais lhes recusava. Para que isso viesse a acontecer, era preciso sair do pântano e inventar seu próprio jardim.

A festa da bica constituiu-se num exemplo de solidariedade e de identidade forjada pelos moradores em sua vontade de potência. Trata-se de um imenso piquenique coletivo que mobilizava pessoas de todas as faixas etárias para um dia de lazer na estação ecológica do município, conhecida pelo nome de Bica do Bitury. O evento acontecia principalmente nos períodos carnavalesco, junino e natalino. Como a sua

¹⁵⁶ CERQUEIRA, Monique Borba. **Pobres, Resistência e Criação. Personagens no encontro da arte com a vida.** São Paulo: Cortez, 2010. p. 25-26.

¹⁵⁷ Idem, p. 23.

realização implicava em gastos com alimentos, bebidas e transportes, todos os envolvidos tinham que assumir algum tipo de compromisso. O critério para participar era simples: bastava cada um contribuir de acordo com as suas condições materiais. Na verdade, ninguém ficara de fora porque, se não possuísse dinheiro, ajudava com trabalho, alimento, ou bebida. E o mais interessante é que a festa reunia também os ex-moradores do beco.

No São João a gente alugava um caminhão, como se diz, juntava toda a “mundiça” do Beco, nos “atrepávamos” no caminhão e íamos pra Bica do Bitury. Todo ano a gente fazia isso. Cada um levava as coisas que podia e fazia a sua diversão. Quando iam e quando voltavam, as pessoas bebiam, fumavam e cantavam, né? Pelo menos as que gostavam. Já faz seis anos que é a mesma coisa: todo São João nos reunimos. Estejam onde estiverem, não querem nem saber. Olhe, tem gente morando no Maria Cristina (bairro popular), no bairro da Cadeia, no Santo Antônio, não sei onde. O rapaz sai colhendo as pessoas; todo mundo dá a sua parte, até as crianças pequenas “dá” um real ou dois. Então todo mundo ajuda. Então é assim, cada um procura fazer a sua parte, quem tem mais divide. Como já é tradição, as pessoas me perguntam: “E este ano a gente não vai fazer a festa do Beco, não é?” (...) Naquele dia todo mundo fica consciente que tal hora vai se encontrar. Quem não leva meninos, leva instrumento, aí faz um pagode, um forró. Vamos de manhã e voltamos à tardinha, quando o sol está desaparecendo.

(Maria Silvânia)

No São João, no final de ano e no Carnaval a gente faz isso. Eu levo uma comida, ela [Mirian] leva outra. Quem tem uma comidinha melhor divide com as outras pessoas. E a gente vai mais é pra tomar banho, que a gente nunca sai. Quem quiser beber que beba!

(Erivânia)

Nas palavras das irmãs Silvânia e Erivânia, a Festa da Bica reunia “toda a mundiça do Beco” para celebrar a amizade e fortalecer os laços identitários. Logicamente toda aquela movimentação de pessoas rindo, cantando, falando alto, chamava a atenção dos estabelecidos da avenida, que geralmente interpretavam aquela vozeirada como exemplo de balbúrdia, coisa de “mundiça”.

Eles zoavam, gritavam fazendo a maior festa. Aí, vinha um caminhão no domingo. Só quem ia eram eles mesmos, né? Pra eles era como se estivesse indo à praia. Iam jovens, velhos e até crianças enroladas nos braços da mãe. Era um caminhão grande que cabia todo mundo. Cada qual pagava uma taxa pra participar. **(Maria Josilene – moradora da Av. Cel. João Leite)**

Os estabelecidos da avenida não conseguiam ler aquele acontecimento como algo positivo. Ao saírem no caminhão rumo a Bica do Bitury, os moradores do Beco teriam ainda que sentir na pele o deboche. Pois este evento mostrava outra faceta da comunidade bem diferente daquela que “a boa sociedade do bairro” estava acostumada a ver. Não era o espetáculo da violência que eles assistiam, mas o espetáculo da amizade e da solidariedade produzida pelos refugados do Belo Jardim. O preconceito reduzia aquele fato tão expressivo em termos de humanidade, de união e de fraternidade a uma simples manifestação de pessoas que apenas queriam um bom motivo para descarregar suas incivildades. Mas conforme Silvânia, a felicidade que os contagiava naquele momento minava a força do deboche.

Ah, lá vai a muniça! E nós no caminhão só dando glória a Deus e achando maravilhosa a união... Nós “tudinho” ali reunido e eles apontando com o dedo: “Lá vai a muniça”. E nós cheios de felicidade pra dar e vender. “Vamos com a gente também”, dizíamos.

A festa do Beco acontecia regulamente há vários anos e era um evento que reunia tanto as pessoas que viviam ali quanto seus ex-moradores. As poucas pessoas que conseguiram sair para morar noutras localidades continuaram fiéis às amizades. O cotidiano no Beco dotaria os relacionamentos de um caráter mais transparente e duradouro. Ali todos viviam igualmente nas mesmas condições materiais, sofriam os mesmos infortúnios e desejavam coisas parecidas. Por esta razão, as relações de distinção e a própria ambivalência eram entre si absolutamente menores do que nas outras áreas.

Apenas o Sr. João Alves, 46, e seu filho Leandro Alves, ambos evangélicos, compartilhavam das mesmas representações da “boa sociedade da avenida” sobre o Beco e seus moradores. Sem dúvida, a religiosidade interferia na forma como viam e apreciavam os seus vizinhos. A moral religiosa era usada como um mecanismo de

distinção social e de combate à confusão provocada pela miscelânea dos vizinhos. A fórmula era simples: “Morarmos aqui, mas não somos iguais a eles”.

O que mais trazia problemas eram as condições das pessoas que viviam no local, né? As pessoas não tinham boa educação, as pessoas eram muito depravadas, falavam coisas que não deviam falar. Não é todo mundo que é desse jeito, né? Algumas pessoas se sentem incomodadas, porque nem todas praticavam o ato de dizer palavrões, não respeitar as crianças, dizer o que vem na mente. Era dessa maneira da criança ao adulto. Quase todos eles eram pessoas depravadas. Portanto, era bom que eles se deslocassem para outro lugar. **(João Alves da Silva, branco, evangélico, gaioleiro)**

Sempre em beco tem muita violência, muita briga, era para ser uma avenida. beco não presta, só dá o que não presta, é tipo uma favela, né? Vale apenas morar numa avenida. Aí você bota qualquer coisa pra vender. Meu pai há muito tempo tem vontade de sair daqui. Ele, antes mesmo de morar aqui, já dizia que isso não era lugar de ninguém morar. Mas ele não tinha condições de morar fora. **(Leandro Alves da Silva, 18, mestiço)**

Leandro compara o Beco a uma favela, pois a favela seria, por excelência, o lugar da desordem e dos malfeitores. Daí o seu desejo de um dia ver o Beco se transformar numa avenida. Morar na avenida significaria a possibilidade de ser aceito socialmente, de ter um bom casamento, ganhar dinheiro e realizar o sonho de “comprar um carro ou uma moto”. Mas ao contrário das posições de Leandro e seu pai, a grande maioria das pessoas não compartilhavam dessas opiniões, a despeito dos seus inúmeros problemas. tinham que tecer coletivamente suas existências. Estes sabiam que não podiam esperar individualmente pelo belo dia da transformação do beco em avenida. Quase tudo o que acontecia nas suas vidas estava intrinsecamente relacionado àquele lugar. O Beco absorvia-os, esculpindo-lhes uma marca, um rosto, um jeito de ser.

A amizade é uma dessas marcas. Ela se materializa silenciosamente através de gestos e atitudes ensaiadas cotidianamente. Dividir um pouco do alimento, trocar uma roupa com a amiga, tratar de um doente, emprestar o banheiro, cuidar dos filhos do vizinho que precisou sair para catar lixo ou pedir esmola, ou mesmo fazer uma festa exigia compromisso e solidariedade da maioria das pessoas.

A amizade da gente era só ali. Se por acaso eu precisasse da vizinha, ela me servia e, se ela precisasse de mim, eu servia. Agora, a serventia era assim com poucas coisas, já que a gente não tem muito. Assim, se chegar alguém de manhã e não tiver o café, eu vou lá na casa de Miriam e digo: “Miriam me arranja um pouco de açúcar e café”. Coisas que jamais a gente podia conseguir lá em cima, porque as pessoas não queriam amizade com a gente. Se alguém for pra o hospital e precisar de mim ou de dona Socorro pra ficar olhando os filhos, a gente olha. **(Erivânia)**

A presença de um rosto amigo aumentava a vontade de lutar contra as calcificações da vida. A grandeza e a profundidade desse tipo de relação consistiam antes de tudo na maneira pela qual os indivíduos expressavam cada gesto e cada atitude. Trata-se de práticas permanentes e geradoras de compromissos e lealdades. São elas que fundam a identidade do grupo fazendo com que a consciência coletiva sobreponha-se ao indivíduo. Neste caso, a solidariedade nasceu da prática da dádiva entre pessoas que compartilham costumes e valores comuns e têm o mesmo sistema de percepção da realidade. O ato de dar, receber e retribuir entre pessoas em estado de extrema pobreza material pode gerar algum tipo de dominação simbólica, caracterizada, por exemplo, na dependência em relação a algum sujeito detentor de maior capacidade de liderança, conhecimento ou força física. Mas de um modo geral as trocas praticadas entre iguais tende a contribuir mais para “reforçar a comunhão”, a solidariedade através da comunicação que cria “os laços sociais.”¹⁵⁸

A prática da “serventia”, segundo os termos de Erivânia, cria laços sociais mais fecundos e horizontais justamente porque se baseia na partilha de coisas que podem facilmente ser retribuídas. Este ato de dar não se transformava necessariamente numa violência simbólica, isto é, numa forma de dívida na qual o beneficiado não pudesse depois pagar. O sentido de tais trocas definia-se muito mais pelo seu simbolismo do que pela importância do valor econômico investido na ação. Os benefícios eram retribuídos através de gestos solidários reconhecidos e legitimados culturalmente pelo grupo de moradores. Todavia, aqueles que não participassem destes atos simbólicos estariam predispostos a sofrer com a indiferença e a discriminação do grupo. Conforme Bourdieu:

¹⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus. p. 197.

Os atos simbólicos sempre supõem atos de conhecimento e reconhecimento, atos cognitivos por parte daqueles que são seus destinatários. Para que uma troca simbólica funcione, é preciso que ambas tenham categorias de percepção e de avaliação idênticas. Isso vale também para os atos de dominação simbólica¹⁵⁹

Uma noção diferente daquela família doméstica e consanguínea destaca-se também nestas práticas sociais. A vivência comum e aberta aprofunda os sentimentos e os traduzem numa linguagem afetuosa. Assim, um velho ou um adulto pode ser chamado e, às vezes, tratado carinhosamente como se fosse um pai, uma mãe, avô/avó ou irmão/irmã. Conforme a própria Erivânia: “Lá no Beco tudo é parente, viu? Tudo é irmão, o mais velho pode ser o pai. Eu tenho uma amiga que chama a minha mãe de mãe Socorro. Minha mãe [fala chorando] é a melhor mãe que Deus deu”.

Portanto, como um lugar totalmente desprovido de regras pode apresentar atitudes e gestos tão “nobres” e cheios de significação positiva? Pelo simples fato de ser algo bem mais complexo do que a careta produzida pelas lentes dos estigmatizadores. Eles próprios são conscientes disso e aproveitam as chances que têm para nos interpelar sobre as razões de não mostrarmos estes aspectos relevantes de suas vidas.

Olhe, lá não mora somente este tipo de gente, não. Não só mora ladrão, não. Quem disser que lá mora ladrão tá mentindo ou tem de provar. Já teve ladrão, mas de uns tempos pra cá eles desapareceram. Lá não moram traficantes, havia um ou dois usuários de drogas, mas que não podiam fumar na frente das crianças. Sempre havia um manda-chuva para evitar isso. O manda-chuva dizia: “Isso aqui não tá certo, não, tem crianças. Vão fazer isso noutro canto”. Ter carinho um pelo outro, pelos menos nisso eu sei que ser pobre torna as pessoas mais amorosas, carinhosas e respeitosas. As pessoas pensam que não, que a pobreza só traz desgraça, torna os filhos “ladrão, traficantes”. Não faz, não, desde quando tenham amor e respeito dentro de casa. Eu tava falando isso pra minha mãe hoje, que a educação que damos pra nossos filhos pode se transformar numa recompensa ou num castigo.
(Maria Silvânia)

Infelizmente, os ecos destas palavras não são assimilados pela polícia nem pela ampla maioria da sociedade local. A fala de Silvânia constitui-se, na verdade, numa crítica aos processos de generalização, naturalização e reificação do sujeito pobre e da

¹⁵⁹ Idem, p. 168.

condição de pobreza, através de um questionamento sobre a nossa incapacidade de perceber as discontinuidades, as diferenças, as linhas de fuga que levam os indivíduos a seguirem caminhos diferentes daqueles previamente traçados pelos discursos apocalípticos e sensacionalistas.

Ela acredita que o amor, o carinho, a educação formal e doméstica ampliam as possibilidades do *devenir* social, tornando as pessoas não somente diferentes, capacitadas e humanamente melhores. Tal realidade é endossada com a sua própria experiência de vida e, principalmente, com a trajetória dos seus filhos.

Eu tive um filho na Lagoa e outro no Beco. O que eu tive no Beco é soldado do Exército, graças a Deus. E o que tive na Lagoa tá cursando o 3º ano e quer ser professor. Tudo o que eu sei eu aprendi conversando com meu filho. Pra mim é um orgulho poder falar dos meus filhos, falar que eu tive um na Lagoa e outro no Beco de Seu Eufrásio. Meus filhos são tudo na minha vida, eles só têm me feito bem (...) Há um tempinho atrás eu fiz uma coisa não pra desfazer dos outros, sabe. Eu precisava fazer aquilo, meu coração pedia para que fizesse aquilo, né? Eu queria que ele fosse caminhando até a casa da minha mãe fardado de soldado do Exército, sabe? Aquilo me engrandeceu até as alturas. Sabe por quê? Para o povo não achar que no Beco só tem bandido, só tem ladrão, isso e aquilo. A gente tira coisa boa lá. Eu tenho certeza que o meu filho vai sair dessa pra melhor, pra calar a boca de muita gente que fala mal do Beco de Eufrásio.

A história que vimos mostra a força do humano na sua capacidade de superação, criação e expansão, isto é, na sua vontade de potência contra as visões essencialistas que buscam transformar o pobre num sujeito passivo e resignado. O orgulho e a autoestima de Silvânia poderiam, quem sabe, ser bem diferentes se seus dois filhos tivessem sucumbido à criminalidade e à dependência das drogas. E esta diferença não é uma exclusividade de uma só família, uma vez que a maioria absoluta dos jovens e adolescentes das favelas e lugares vistos como anômicos necessariamente não sucumbiram às tentações do crime.

Emblemático e expressivo, neste relato, é o pedido que a mãe faz ao filho para que ele vá ao seu encontro no Beco caminhando com a farda do Exército. É uma forma astuciosa de vingança contra os difamadores, na medida em que momentaneamente

consegue inverter os lugares de sujeito. Já que desta vez, o “policial” não foi até lá para “caçar” alguma “alma sebosa”, mas com o intuito de visitar a mãe no local onde nasceu. Naquele instante, o filho nascido em meio ao “caos” era o símbolo da lei, da ordem e da moral. Ele era o exemplo palpável de que no Beco também nascem flores.

“A purificação pelas águas”: O fim do Beco, o fim de um espectro?

Em maio de 2009, o Beco de Seu Eufrásio conheceu a fúria das enchentes provocadas pelas intensas chuvas que caíram sobre o rio Bitury. As casas foram inundadas, os poucos bens destruídos e os moradores ficaram praticamente desabrigados. Durante algum tempo, eles ficaram alojados em espaços públicos organizados pela Prefeitura local, esperando retornar para suas casas. Mas o medo das chuvas levou-os a pressionar o Governo local a alugar casas para que pudessem morar, até o dia em que fossem transferidos para uma área mais segura.

O estado de penúria dos moradores incitava-os a pressionar o Governo Municipal a doar as casas que há tempos haviam sido prometidas. Diante da total indiferença do poder executivo às suas legítimas reivindicações, restavam-lhes poucas alternativas. E escolheram uma forma radical e surpreendente de protestar e chamar atenção da sociedade local: a destruição do beco por eles mesmos.



Imagem 44: O fim do Beco e o começo de um espectro.

Assim, a destruição do Beco de Seu Eufrásio não foi fruto da “ação higienizadora” de um Hércules, cuja missão consistiria em varrer a sujeira da cidade tal como aconteceu no Rio de Janeiro, no final do século XIX, através do prefeito Agildo Barata que comandou pessoalmente a destruição do famoso cortiço Cabeça de Porco.¹⁶⁰ Na cidade de Belo Jardim, a despeito dos vários abaixo-assinados promovidos pelos moradores da Av. Cel. João Leite, os governantes sempre se mostraram insensíveis e, pior, nunca viram a situação lastimável do Beco como uma questão de interesse público. O lugar e seus sofridos moradores foram simplesmente invisibilizados pela indiferença das elites políticas. Paradoxalmente, esta invisibilidade se alimentou também da mixofobia dos estabelecidos do bairro, os quais em sua imensa maioria jamais se dispuseram a lutar a favor deles. Os moradores do Beco tinham, portanto, que conviver de um lado com os estigmas dos estabelecidos e “bons *outsiders*” das três áreas (Lagoa, Tambor e Bom Conselho) e do outro com a indiferença dos poderosos da cidade.

A “ação purificadora” foi realizada pelos próprios moradores, sob o impacto psicológico produzido pela fúria das águas. No entanto, esse acontecimento foi o resultado de uma ação decidida por uma coletividade que viu nela sua última chance de chamar a atenção da sociedade local para os seus dramas e possíveis soluções. O gesto

¹⁶⁰ Para uma leitura mais aprofundada sobre as razões que levaram à destruição do Cabeça de Porco, ver de CHALLOUB, Sidney. **Cidade Febril**, obra já citada.

era também uma resposta às pessoas que achavam que eles não queriam sair dali, que gostavam de viver numa espécie de miséria dionisiaca. Ledo engano, pois sair daquela segregação socioespacial sempre fora seu maior objetivo. O exemplo disso é que restaram somente três casas de um total de mais de quarenta.

O fim do beco foi um acontecimento marcante para a ampla maioria dos moradores do bairro. Significou o desaparecimento de um mal-estar que perdurava há várias décadas, gerando conflitos, ódios e exclusões. Para os estabelecidos e os bons *outsiders* significou motivo de alívio, alegria e grande satisfação. Confirmemos essa afirmação a partir da fala de três moradores da avenida Cel. João Leite:

As águas das chuvas fizeram uma limpeza e tá todo mundo indo embora. As chuvas sanearam a parte ruim da rua. Pois o Beco, como eu havia falado da outra vez, produzia a desvalorização do seu bem, do seu imóvel. Ninguém queria morar vizinho, nem do lado, nem em frente do Beco de Eufrásio.

(Ana Corsina – formada em Direito e professora)

Achei bom, porque as piores pessoas que moravam aí foram embora. Eu acho que as casas que valiam 20 ou 30 mil reais agora valem o dobro por conta do fim do beco. **(Alexandre José de Souza – mecânico)**

Positivamente [risos]. As pessoas acharam bom, porque era muita zoadá, briga. Aqui, por ser um local calmo, mas tornava-se barulhento, mais por conta deles mesmos. Era um corre-corre, chamava-se a polícia, tá entendendo? Aí, o pessoal da rua gostou muito da saída deles e também eles rezam para que não aconteça deles voltarem a morar de novo, ou então chegarem a construir casas. Pois eu vi o comentário de alguns que iriam construir, caso a Prefeitura não construíssem suas casas. **(Maria Josilene – estudante)**

“As águas das chuvas sanearam a parte ruim da rua”, eis uma frase cujo significado ilustra bem o sentimento de toda uma coletividade e, ao mesmo tempo, nos revela a atualidade das teses de Freud sobre o mal-estar da vida moderna¹⁶¹ provocado pela sua indisfarçável dificuldade de aceitar o que considera não harmonioso, feio e sujo na sociedade. A imagem das águas é cheia de significação, pois ela não apenas limpa o ambiente como também o purifica. Esta função purificadora das águas já aparece na História da Loucura de Michel Foucault quando ele descreve o modo como aqueles

¹⁶¹ A esse respeito, ver a obra clássica de FREUD, Sigmund. **O Mal- Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

seres humanos eram levados à “naus dos loucos” para serem depois jogados ao mar. “Os loucos representavam uma obscura desordem, um caos movediço (...) que se opõe à estabilidade adulta e luminosa da mente”; e o mar representava a água, que “leva deste mundo, mas faz mais: purifica”.¹⁶²

Conforme os entrevistados, após a remoção do que consideravam ser “o lixo humano”, haveria expressivos ganhos econômicos a partir de uma provável valorização dos imóveis diante de futuros compradores, os quais não teriam mais o infalível argumento da presença do Beco para oferecer preços abaixo dos praticados pelo mercado imobiliário. Mas, entre tantas alegrias e otimismo, havia ainda a preocupação com o retorno dos antigos moradores, caso a Prefeitura não os instalasse em novas residências.

A despeito de o Beco ter desaparecido física e socialmente, ainda persiste um espectro que atormenta a mente da “boa sociedade do bairro”, despertando-lhes lembranças e maus pressentimentos. O combate continua, porém, no sentido de evitar que o espectro adquira forma física e volte com mais força, já que se sabe que nem tão cedo ele vai desaparecer de suas cabeças.

No âmago daquela comunidade viram-se também algumas pessoas comemorando seu melancólico desfecho. Um homem de meia idade e seu filho de 18 anos, ambos evangélicos e, portanto, defensores de uma dada moral, festejaram juntamente com os moradores da avenida a diáspora do “povo do Beco de Seu Eufrásio”. Observemos o peso semântico de suas falas e de como elas reproduzem igualmente a lógica do jardineiro.

Quem sabe se aqui não vira uma avenida, porque, se virar avenida, vai ficar melhor, mais sossegado. Não vai ser bagunçado como era antigamente. Se antes se trabalhava até as 5 horas, quando davam 9 horas você tinha que dormir. Embora você mesmo estando deitado, não conseguia dormir por causa da zoadá do povo bebendo. Hoje, depois da saída deles, eu durmo até 11 [risos]. **(Leandro Alves, o filho)**

Eu acho que a fama pode ficar na mente das pessoas. Mas o local com certeza será outro, porque a causa da tensão não está mais; não apenas a poluição das pessoas, mas também a poluição da sujeira, pode-se dizer. O próprio povo era poluição, pois poluía o local com as suas

¹⁶² FOUCAULT, Michel *apud* BAUMAN, Zygmunt In. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 13

maneiras de viver, com seus atos, suas práticas, com suas palavras profanas. Poluía realmente o local. Eu pretendo ficar aqui, não pretendo mudar, né? Posso até mudar, mas por enquanto não. Tenho ideia de ficar morando no mesmo local. **(João Alves, o pai)**

Novamente o jovem Leandro retoma a ideia de ver o local habitado se transformar numa avenida. Para ele, fazer parte dela significa concretamente a chance de ser visto de modo diferente pela “sociedade do bairro” e gozar de uma nova identidade e de acessos a determinados bens simbólicos como amizade e namoro. Ele acredita que conseguirá romper com os 15 anos de fechamento ao qual a vivência no Beco o submetera, enquanto seu pai viu na saída dos antigos vizinhos a erradicação das sujeiras física e moral. Igualmente, a professora Ana Corsina acredita que o local sofreu uma purificação e consequentemente será mais limpo, belo e saudável.

Após o fim do Beco, seus antigos moradores passaram por uma pequena diáspora na cidade, isto é, tiveram que se dispersar e morar em casas alugadas pela prefeitura, em bairros como Santo Antonio, a Lagoa e as Cohabs II e III. Dispersos e fragmentados, tornaram-se mais frágeis em sua luta pela moradia e também mais vulneráveis a situações de estranhamento com os novos vizinhos.

No dia 12 de agosto de 2009, estive numa modesta casa de três cômodos, localizada na Rua da Cadeia, bairro do Santo Antonio, para entrevistar D. Socorro, sua filha Erivânia e a amiga Miriam sobre a vida pós-Beco, as quais sob lágrimas e risos me revelaram suas esperanças e angústias. Disseram-me que embora não estivessem mais vivendo no Beco, ele estava estampado nelas como uma marca inseparável. Durante o período em que ocorreu a entrevista, as três afirmaram que os novos vizinhos tratavam-nas com indiferença, evitando qualquer tipo de aproximação mais intensa, apesar de serem tão pobres quanto elas. O vínculo com o lugar tornou-lhes figuras errantes e mal vistas, inclusive por moradores de áreas também estigmatizadas.

A nossa amizade é com as pessoas que vieram do Beco e que moram perto da gente; com as outras não. Continuamos isolados do mesmo jeito. Mesmo dizendo que não é do Beco, mas as pessoas sabem quem somos, parece que tá na cara, na testa da gente: Beco de Seu Eufrásio. **(Erivânia)**

Com pouco vai fazer 4 meses que moro aqui e não tenho um vizinho. Um dia desse eu sentei na calçada da mulher e ela começou a varrer...

Aí eu disse pra mim “o que vem de baixo não me atinge”. Não sei como é o nome de ninguém, já dava pra saber, né? Não posso fazer nada. **(D. Socorro)**

Eu não me sinto totalmente isolada porque eu a tenho, né? Que é minha amiga e mora aqui perto de mim. Tenho meus cunhados aqui, né? Quando eu morava lá [no Beco] eu tinha a minha família, né? Porque a gente se considera uma família. Os vizinhos são a mesma coisa que disse Erivânia, não querem amizade, só cumprimentam. **(Miriam)**

O sofrimento destas pessoas ainda não sensibilizou os poderes públicos, uma vez que este não somente se mostrou indiferente aos seus reclames e sequer consegue pagar os aluguéis das casas nas quais estão morando. A razão para tanta demora em solucionar seus problemas diz respeito ao fato de serem vistos como refugos da jardinagem, massas sobrantes, destituídos de qualquer peso político. Enquanto esperam pela materialização das promessas políticas, permanecem novamente isolados, só que desta vez pelos efeitos de um espectro que os persegue. De novo, somente podem contar com a amizade e a solidariedade dos parentes e antigos moradores. Aliás, muitos deles nutriam a esperança e o sonho de serem transferidos para um mesmo lugar, no qual toda a “família” pudesse se reencontrar e dar continuidade a sua história de um jeito diferente.

Família nestes termos envolve todos aqueles que estão mergulhados em relações de parentesco, vizinhança, amizade e solidariedade manifestos nas mais diversas situações. A marginalidade e a segregação às quais estiveram submetidos por décadas contribuíram decisivamente para a formação deste sentimento de unidade. A quem eles podiam recorrer se não fosse a eles mesmos? E porque não viver novamente juntos uma nova história? Talvez seja esse seu maior desejo.

A minha esperança é ter a minha casa. Pode ser lá no mesmo lugar. Minha esperança é que eles comprem um terreno, não precisa ser muito bom, com dois quatinhos porque eu só tenho duas filhas comigo. Para as pessoas, desejo que eles façam com mais dois ou três quartos. Não precisa tá pintada, nem ser rebocada. A minha esperança é que cada um tenha uma casa, quero todos juntos, tudo perto, já que é a família da gente, tem que ficar todos perto. **(Erivânia)**

Desde o dia em que realizei aquela entrevista até o presente momento em que escrevo estas linhas, quase dois anos se passaram e pelo que sei até agora o sonho dos antigos moradores do Beco de Seu Eufrásio não se concretizou, continuam dispersos em vários bairros da cidade, sendo constantemente humilhados e ameaçados de despejo pelos proprietários das casas, devido aos frequentes e prolongados atrasos no pagamento dos aluguéis por parte da Prefeitura. Alguns deles já ensaiam retomar a vida no beco, enquanto outros ainda mantêm vivas suas esperanças.

CONCLUSÃO

Ao longo desta viagem pelo Belo Jardim, tive o prazer de conhecer pessoas e andar por lugares que de algum modo já me eram familiares. No entanto, como um pesquisador que observava e analisava uma realidade tão próxima, procurei seguir à máxima que nos ensina que não importa o lugar, cabe ao pesquisador desenvolver sempre um comportamento diferente daqueles dos nativos ou mesmo de seus concidadãos. Claro que é uma tarefa difícil, pois o pesquisador é também um cidadão envolvido com a trama da sua cidade, com seus dramas e seus desafios. Ele também é parte do seu corpo na medida em que cresce, evolui, sonha, adoece e padece nela e com ela. Mas, apesar dessa situação ambígua e ambivalente, não deixei de vivenciar o estranhamento e de me surpreender com aquilo que meus sentidos captavam através dos depoimentos, da expressão corporal e das sociabilidades dos entrevistados; além, é claro, das descobertas suscitadas a partir das significações atribuídas à localização das pessoas num determinado lugar físico e social.

As primeiras incursões me levaram a repensar o processo histórico de organização espacial que deu origem à cidade de Belo Jardim. Mostrei que a partir dele inicia-se a construção de modelos sociais opostos e complementares, responsáveis pela produção de formas de apropriação dos espaços, de práticas e representações diferentes e antagônicas. O centro urbano assume a posição de ser o espaço, por excelência, da produção e consumo de um estilo de vida voltado para as elites, enquanto a Lagoa e o Tambor, habitados por uma população predominantemente formada por trabalhadores negros e mestiços, será o contraponto mais visível à cultura da jardinagem promovida pelos moradores do Centro. Ainda na primeira década do século passado começou-se a forjar os processos históricos e sociais de constituição deste dualismo entre um Centro supostamente dinâmico e civilizado versus uma Lagoa decadente e hostil.

O centro urbano não somente foi o responsável de fato pela criação da cidade de Belo Jardim como pela fundação da prática da jardinagem local, isto é, de uma dada concepção de ordem, beleza, civilidade, poder, enfim, daquilo que é visto e consagrado

como melhor e superior socialmente no município. Neste local se fixaram os principais coronéis, líderes políticos, empresários, juristas, médicos, professores e artistas, além de clubes exclusivos, bandas musicais e festas inventadas para distingui-los e legitimá-los socialmente como figuras notáveis. Por esta razão, o Centro ainda continua sendo uma referência importante para a construção de hierarquias, fronteiras e exclusões sociais.

Esta dualidade, porém, foi sendo ampliada e complexificada com o processo de urbanização e industrialização vivido pela cidade no começo da década de 1970 e intensificadas nas duas décadas seguintes. Nesse período, observa-se uma danação do Belo Jardim, motivada pelo crescimento e surgimento de novas ruas, bairros, loteamentos habitados por pessoas oriundas da zona rural e de cidades vizinhas. A maioria destas localidades surgiu destituída de planejamento e serviços básicos. Naturalmente, todo esse movimento gerou múltiplas formas de reação entre os indivíduos. As elites ou os jardineiros da cidade foram os que mais sofreram com a presença de tanta gente diferente e desconhecida. E o resultado disso foi à ampliação das áreas de jardinagem, onde poderiam cultivar um *modus vivendi* exclusivista.

Vale salientar que tais mudanças no cenário urbano acontecem num contexto dominado pelos processos de globalização e mundialização da cultura. A partir da década de 1990, não somente os grandes centros urbanos, mas, também as pequenas cidades seriam globalizados. Entretanto, os efeitos da interferência da globalização têm sido observados e estudados quase exclusivamente nas grandes cidades. Consequentemente, os impactos deste processo histórico e sociológico sobre as pequenas cidades, grosso modo, não têm mobilizado significativamente os interesses dos pesquisadores. A imagem das pequenas cidades interioranas ainda está muito carregada de uma visão bucólica, romântica, cuja vida segue lentamente o ritmo da rotina e da tradição.

É claro que este processo ocorre com mais intensidade nas metrópoles e centros regionais onde há complexas e diversificadas estruturas e arranjos sociais. Mas é igualmente verdadeiro que muitos dos emblemas, signos de consumo, medos, novas formas de subjetividade se deslocam e ramificam-se em todas as partes do país, sobretudo, naquelas que se caracterizam por uma estrutura socioeconômica mais dinâmica, como é o caso da cidade de Belo Jardim.

Neste trabalho, procurei mostrar como estas questões globais misturadas às peculiaridades da cultura cidadina interferem nas relações sociais e na representação dos espaços. Tal afirmativa pode ser constada a partir das mudanças ocorridas nas

construções das casas. Aspectos como segurança, tranquilidade, localização e identidade são usados por determinados atores na hora de comprar ou construir a residência. Ruas completamente vazias e casas cheias são exemplos sintomáticos do novo conceito de urbanidade que se incorporou às antigas elites e àqueles setores que passaram por um processo de *gentrificação*. Tais cenas são comuns a muitas cidades interioranas, mas seriam impensáveis há alguns anos atrás. As casas antes eram expostas à visibilidade pública, ao olhar intimista do transeunte, do vizinho, agora são totalmente envolvidas por muralhas com mais de 3 metros de altura, portões de ferro ou de madeira, cães e cercas elétricas. Até os anos 1980 era possível ver os jardins e as famílias burguesas em suas residências. Uma década depois essa situação mudou bruscamente.

Antigos comerciantes, advogados, médicos, professores, funcionários públicos e uma nova classe média surgida na esteira do desenvolvimento econômico, ocorrida no último decênio, são os principais agentes desta transformação na estética e nas relações sociais da cidade. Sua preocupação com a segurança, na verdade, também oculta seu horror à ambivalência gerada pela presença desconcertante do outro e daí nasce à vontade imperiosa de distinção e de criar novas áreas de jardinagem nas quais possam conviver com pessoas do mesmo *status*. O problema é que “as ervas daninha” também se multiplicam e se expandem até cruzar com os ditos “bairros nobres”. Devido à insaciabilidade do mercado imobiliário e à falta de terrenos, os bairros nobres crescem em direção às áreas consideradas pobres. Inversamente, neste caso, são os jardins que invadem o território das “ervas daninha”.

O Pontilhão é um bairro popular que surgiu nos fundos da fábrica de Baterias Moura, mas que vem se expandindo em direção ao Lado A do bairro Boa Vista. Já o Lado B cruza com o bairro Maria Cristina, uma localidade pobre, semeada aleatoriamente e desprovida de serviços de saneamento básico, calçamento e nas áreas mais críticas até de luz elétrica. As fronteiras entre ambos são tênues, mas reconhecíveis mediante as injunções do formato das casas e dos usos que são feitos da rua.

Este trabalho, todavia, não se interessou somente em ver as elites enredadas pelas malhas da ambivalência e as estratégias para contê-las. Busquei observar como esta cultura da jardinagem se espalha e se ramifica entre os próprios estigmatizados das camadas populares, chamados aqui de *outsiders*. Pela complexidade e singularidade, escolhi justamente a localidade na qual surgiu o primeiro bairro da cidade.

A segunda parte desta tese, intitulada “Três Bairros ou Três Formas de Dizer Não ao Mesmo”, lança algumas provocações a começar pelo tema. Trata-se, pois, de um bairro

oficialmente chamado de Bom Conselho, mas para os moradores constitui-se em três realidades diferentes e antagônicas. Operando com uma lógica parecida com as das elites, parte dos moradores do referido bairro utilizam-se de estigmas e preconceitos sociais, econômicos e espaciais para excluir e marginalizar determinados atores e lugares como forma de se inserir na condição de estabelecidos, isto é, de jardineiros da “boa sociedade” do Belo Jardim.

Nas três áreas denominadas de Av. Nossa Senhora do Bom Conselho, Av. Cel. João Leite/Tambor e Lagoa, vimos que a cultura e a prática da jardinagem assumem feições mais complexas do que as desenvolvidas pelas classes médias e burguesas das ditas áreas nobres. Naquelas localidades os grupos sociais eram formados predominantemente por trabalhadores da construção civil, operários fabris, feirantes, garis, merendeiras, empregadas domésticas, agricultores, subempregados, desempregados e uma minoria de funcionários públicos, professores e aposentados.

Tratamos de processos de diferenciação e de hierarquização entre grupos sociais relativamente parecidos no tocante às origens sociais e às condições econômicas. A estigmatizada Lagoa, cuja população predominantemente negra e mestiça não difere em quase nada em termos econômicos e estéticos da residente na Av. Cel. João Leite, a não ser pelo sentimento de superioridade e inferioridade que marcavam as relações entre seus moradores. No entanto, em duas áreas extremamente próximas e complementares, a segregação e a diferenciação não se fundamentavam na estética das casas ou no perfil econômico dos moradores – exceto para alguns pequenos comerciantes, professores, funcionários públicos. O elemento mais forte baseava-se nos efeitos produzidos pela significação atribuída ao lugar. Assim, a despeito do Tambor ter um perfil muito parecido com o da Lagoa, tentava diferenciar-se dela pela crença na superioridade moral dos seus habitantes. Independente das melhorias urbanas, a Lagoa continuava sendo para eles um foco de violência, do consumo e do tráfico de drogas.

Atualmente, a violência e o tráfico de drogas seriam as marcas mais difundidas pelos estigmatizadores sobre a Lagoa. Temas como a prostituição, a miséria, a mendicância, a sujeira, a falta de higiene, a má educação infantil não pesam na formulação da sua identidade sócio-espacial.

Como tentei demonstrar, as diferenças eram mais acentuadas do que as semelhanças, nas três áreas. De tal modo que raramente via-se um trabalhador da construção civil, um operário fabril, um negro ou mestiço das avenidas Cel. João Leite e Nossa Senhora do Bom Conselho assumindo um sentimento de identificação com os pares da Lagoa.

Das três áreas aqui analisadas, somente a primeira parte da Av. Nossa Senhora do Bom Conselho se aproxima do estilo de vida cultivado pelas classes médias da cidade. Formada basicamente por professores, funcionários públicos e aposentados que residem em casas relativamente compridas e espaçosas, com jardins e muros altos, goza ainda do fato de ser larga e atravessada por uma extensa praça. Tais elementos a tornam visivelmente diferente da segunda parte (apelidada de Rua da Saudade) assim como da Lagoa e da Av. Cel. João Leite/Tambor.

Portanto, o Bom Conselho é de fato a localidade mais estruturada. Nessa parte da avenida, a casa cumpre um papel fundamental no processo de distinção e de combate a dissonância social. Pois, num universo dominado pela simplicidade da arquitetura, o perfil mais arrojada impresso pelas fachadas das residências constitui-se tanto num símbolo de prestígio como num dispositivo de segregação.

O desenho da casa e da rua legitima o discurso da tranquilidade vivida pelos moradores em oposição ao “barulho” e à “agitação” da Lagoa e da Av. Cel. João Leite. Além disso, esta área é a que apresenta a menor quantidade de crianças e adolescentes. Por outro lado, contém o maior número de idosos entre as três localidades. Esse aspecto, certamente, favorece a sua representação como um *habitat* de famílias tradicionais e respeitáveis, o exemplo mais bem acabado da “boa sociedade do bairro”. Aspectos como a longevidade das pessoas, qualificação profissional e o estilo arquitetônico e urbanístico fizeram-na ser internamente a localidade na qual moram as figuras magnânimas do bairro e externamente uma espécie de extensão do “belo jardim”.

Já para alguns estabelecidos da Av. Cel. João Leite, as desvantagens estruturais são compensadas pelo forte calor humano estabelecido entre vizinhos. Ou seja, o “segredo da rua” estaria na vizinhança, na conversa e na fofoca estabelecida entre vizinhos. A estreiteza da rua e o formato simples das casas intensificam os contatos do tipo face a face, seguido da redução das fronteiras espaciais entre o público e o privado.

Diversos moradores da Cel. João Leite se gabam do fato de ela ser movimentada e dinâmica devido ao fluxo intenso de pessoas e automóveis que se deslocam para a Central de Abastecimento e para o Pátio de Eventos. As pessoas que moram ali seriam, portanto, mais alegres, abertas, vibrantes, em contraposição ao que seria a solidão e o isolamento da Av. Bom Conselho.

Assim, além do fato de ser uma avenida, a Cel. João Leite se qualificaria pela intensidade das interações entre vizinhos gestadas na interface da casa com a rua. Aos olhos da maioria dos entrevistados, ela se constitui na segunda área mais valorizada do

bairro e, por conseguinte, exerce uma dominação sobre os moradores da Lagoa e dos dois becos que a atravessa na sua parte central. Nas áreas circunscritas a sua jurisdição, cabe-lhe o poder da narrativa, da demarcação das fronteiras, do estabelecimento das regras de conveniência, da definição do *socius* ou *hostis*.

Devido à obliquidade da geografia, ou seja, ao fato dela ser atravessada por becos e ainda apresentar-se estética e socialmente parecida com a Lagoa, externamente sua recepção tende a sofrer algumas variações. Mas, numa visão de conjunto, é possível assegurar que sua identidade não é construída sob o viés do estigma, apesar da presença de um beco mal-afamado que funcionou durante décadas como uma espécie de quisto do local.

Para conservar a reputação de representantes da “boa sociedade”, era preciso manter rígidas as fronteiras simbólicas com a “violenta” Lagoa e estabelecer um cordão sanitário sobre o Beco de Seu Eufrásio, isolando-o tal qual um gueto. A efetivação desta ação profilática foi realizada através da estigmatização e da rejeição total a qualquer tipo de laço afetivo ou contato mais íntimo. Portanto, o isolamento e o combate feroz aos moradores do Beco garantiam interna e externamente aos moradores da Av. Cel. João Leite também o *status* privilegiado de estabelecidos do bairro.

E qual era a relação dos moradores da avenida com os do Beco de Seu Natalício? Conforme as pessoas que entrevistei, o citado enclave não tinha as características de um beco, mas de uma travessa, pois lá residiam pessoas consideradas dignas e trabalhadoras. Ou seja, eles apresentavam um perfil socioeconômico semelhante aos dos estabelecidos da avenida. Ter uma casa, um trabalho e logicamente compartilhar das mesmas regras de conveniência tornava-os “parte da sociedade do bairro”. Assim como os moradores da avenida, eles se auto-representavam como uma gente virtuosa, repleta de qualidades morais, diferentemente dos seus pares ao lado, a quem igualmente estigmatizavam e segregavam.

Percebe-se, então, que ao ser assimilados e incorporados à sociedade de bairro, as pessoas e os lugares passam a gozar de outra representação. Mudam-se as formas de percepção, mudam os sentidos, as sociabilidades, a linguagem. Como vimos, o próprio léxico urbano se altera, pois o beco se transforma na travessa. Agora, o beco não pode mais ser definido por suas características topográficas, isto é, de área não planejada, estreita, sem saída, precária, ou por sua “natureza” social.

Por conta desta forma de filtrar e categorizar as sociabilidades, o que seria o Beco de Seu Natalício passou a ser chamado de Segunda Travessa Cel. João Leite, enquanto

paradoxalmente o Beco de Seu Eufrásio não veio a se transformar na primeira travessa da avenida.

Conforme as conveniências dos estabelecidos, tal localidade era profundamente destoante do padrão de civilidade desejável e, por essa razão, continuava sendo avaliada em termos éticos, estéticos e sociais. Então, o Beco passa a ser um local que absorve todos os desclassificados da cidade, ou segundo as palavras da historiadora Sandra Jatahy Pesavento:¹⁶³ “O beco passa a ser a designação que estigmatiza lugares mal-ditos da urbe. O beco é sinistro, sujo, perigoso, feio. É o mau lugar, por onde circulam personagens perigosas praticantes de ações condenáveis”.

Nesta pesquisa, o Beco de Seu Eufrásio ganhou um destaque expressivo, vindo a constituir-se, talvez, na problemática central da minha tese, na medida em que por todas as partes e por todos os ângulos ele era sempre visto e apreciado como um lugar maldito, caótico, imundo, feio, a negação absoluta do “Belo Jardim”. Contra ele conspiravam ao mesmo tempo todos os estabelecidos das duas avenidas e a maioria dos *outsiders* da Segunda Travessa e da estigmatizada Lagoa. Numa escala mais ampla tais sentimentos estavam também presentes no imaginário da cidade.

O Beco de Seu Eufrásio era uma fonte inesgotável de representações negativas e da produção de metáforas. De acordo com os discursos, ele podia ser traduzido como o *habitat* de Tânatos, no qual os instintos de morte se apoderam de Eros, a força da vida; como o local onde o pecado viceja sobre a moral e os bons costumes; ou a praga do Belo Jardim, o refugo da jardinagem. Enfim, o Beco, como uma realidade socioantropológica, é bastante complexo por permitir a convergência de múltiplas leituras e interpretações. Entretanto, está multiplicidade de olhares tem procurado fixar-se no mesmo ponto, na mesma ideia: a do Beco como a causa de problemas urbanos.

Homens de diversos status e funções tais como o religioso, o professor, o pesquisador, o policial, o advogado, o assistente social, o médico, o urbanista, o arquiteto, o empresário, o aposentado, o operário, o pedreiro, o feirante e até o mais simples homem do povo, falam do beco como uma anomalia, um mau lugar, um antro de pecadores, de gente feia, suja e malvada. Para uma maioria absoluta das pessoas entrevistadas, eram os próprios moradores do Beco, em última instância, os principais responsáveis pela condição degradante que os submetia.

¹⁶³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma Outra Cidade:** O mundo dos excluídos no século XIX. São Paulo: Companhia Ed. Nacional. p. 31-32.

Os moradores do Beco também concordavam que lá não existiam as mínimas condições para viver dignamente - alguns inclusive chegaram a compará-lo a um esgoto a céu aberto. A grande maioria resistia e se opunha radicalmente aos discursos que os responsabilizavam pela causa dos problemas e maldades ocorridas no bairro. Eles defendiam-se das acusações afirmando que devido à sua má fama, todo acontecimento ruim ocorrido no bairro geralmente tendia a se deslocar para lá. Como me disseram D. Socorro e D. Júlia, o Beco seria “o local para onde tudo corre” e no qual acontece “a última caçada” policial.

Como o beco está cristalizado como uma negatividade, projetavam-se sobre seus moradores as mesmas expectativas e discursos, de tal modo que tornou-se relativamente fácil transferir para ele os problemas dos outros. Nesse sentido, ele não era somente a síntese de todas as mazelas humanas, mas antes de tudo uma linha de fuga para onde os estabelecidos e respeitáveis *outsiders* podiam colocar tudo aquilo que fosse considerado incompatível com as regras da conveniência com a ordem e com os valores cristãos.

Para o observador externo e, sobretudo, para quem vivia ali privado das mínimas condições sanitárias, em contato direto com a sujeira, com ratos e serpentes, de fato aquela localidade podia ser concebida como um esgoto de seres humanos. Mas como busquei mostrar, essas mesmas condições precárias e degradantes da condição humana, conectadas aos estigmas e ódios que pairavam sobre eles, contribuía, por sua vez, para transformá-los num outro tipo de esgoto, no qual a “boa sociedade do bairro” pudesse despejar parte das suas misérias humanas. O esgoto simbólico não tem a mesma visibilidade do esgoto real, sua materialidade é feita de palavras, gestos e pensamentos. Ele aparece sob múltiplas formas, porém mantendo a mesma comunhão de sentidos. Assim, pode manifesta-se, por exemplo, nas sutilezas de uma fala preconceituosa saída de um respeitável idoso da Av. Bom Conselho, ou do deboche da professora da Av. Cel. João Leite, como também do sentimento de superioridade da cabeleireira da Segunda Travessa, no discurso contundente de um casal de pessoas negras residentes na Lagoa, para os quais o Beco era a moradia exclusiva das “almas sebosas”. E, se quisermos chegar aos interstícios do próprio beco, vale destacar a opinião minoritária de duas pessoas evangélicas, para as quais o local habitado era a causa principal da poluição moral existente no bairro. Eram raríssimas as pessoas que se opunham a tal comunhão de sentidos e que efetivamente se mostravam solidárias com o sofrimento dos estigmatizados daquela localidade.

Visto sob este ângulo, o Beco cumpria um papel importante como parâmetro para medir e avaliar o nível de civilidade das pessoas praticado nos diversos lugares e, com efeito, ajudava a montar as classificações, as distinções e as hierarquias entre os grupos das três áreas. A dissonância extremada representada por tais pessoas e sua localidade elevava a auto-estima e a convicção de superioridade de outros *outsiders* como vimos na fala de alguns entrevistados da Lagoa e do Beco de Natalício.

Comparados aos moradores do Beco, quase todos os pobres sentiam-se como bons e respeitáveis *outsiders*, sentiam-se como se estivessem dentro do “belo jardim”, ainda que fosse às margens. O Beco estava fora desse padrão de assimilação e de reconhecimento social, já que naquele momento era a única expressão de ambivalência social que não podia ser assimilada e, por isso mesmo, foi tão segregado, isolado e mal falado.

Mas chegou o dia em que o Beco desapareceu. E ironicamente não foi por obra da figura heróica de um demiurgo local, absorvido pelo espírito de um Pereira Passos ou de um Agildo Barata, tampouco da ação violenta dos moradores, mas da própria vontade da gente do Beco de Seu Eufrásio, que via neste gesto sua única chance de pressionar o poder executivo a transferi-los dali para um local mais decente.

Física e socialmente ele desapareceu, mas seu espectro vive a atormentar tanto os moradores da avenida, que ainda temem a possibilidade do seu retorno caso a Prefeitura não contemple suas reivindicações, como afeta seus antigos moradores sob a pecha de terem sido habitantes de um lugar extremamente mal afamado. De qualquer modo, o beco será sempre o nome de um mal-estar sobre o qual as modernas cidades-jardins conspiram, mas não conseguem acabar. Em qualquer lugar, o beco emite signos parecidos, mas ele não pode ser apenas assimilado por aquilo que as generalizações dão a ver e conhecer.

Não só é possível como se faz necessário apreender e divulgar outras cenas da vida cotidiana de um beco. Nesta tese, busquei mostrar que, a despeito de todas as misérias, exclusões e sofrimentos, no beco também estava concentrada a dimensão de Eros, isto é, da vida, do sonho, da criação, da solidariedade e da luta. Assim, além dos problemas que afetam as periferias, becos e travessas devemos igualmente nos interessar pelo que tais realidades trazem de diferente do senso comum, ou seja, aquilo que elas podem nos ensinar.

BIBLIOGRAFIA

ADILSON FILHO, José. **A cidade atravessada: novos e velhos cenários da política belojardinense**. Recife, Comunigraf, 2009.

_____. **Sociedade e indivíduo: antinomias do pensamento sociológico**. Campina Grande, UFCG, 2007. (no prelo).

_____. Cidades, globalização e ambivalência: imagens e representações da urbs contemporânea. In. **O Fenômeno da Globalização em sua Idimensão local e multidimensional**. MOREIRA, Eliana Monteiro & VÉRAS, Roberto (Orgs.). João Pessoa, Editora da UFPB, 2009.

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife, Massangana/Cortez, 1999.

_____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**. São Paulo, Cortez, 2007. Vol. 3.

ALVIM, Rosilene, FERREIRA Jr, Edísio & QUEIROZ, Tereza. **(Re)Construções da juventude: cultura e representações contemporâneas**. João Pessoa. Edições PPGS, UFPB, 2004.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880 – 1925)**. Campina Grande, Editora da UFCG, 2006.

ARIES, Philipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, LTC, 1981.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo Social: da violência ao invisível da violência**. São Paulo, Cortez, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelaís**. São Paulo, Hucitec/Editora da UNB, 2008.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis, Vozes, 2007.

_____. **A Construção Social da Cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis, Vozes, 2009.

BATISTA, Vera Malaguti. **O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro, Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **A Sociedade Individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. **O Mal-Estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

BENJAMIM, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política.** (10. ed.). São Paulo, Brasiliense, 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

BLACK, Edwin. **A Guerra Contra os Fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior.** São Paulo, A Girafa Editora, 2003.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu.** Petrópolis, Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo/Porto Alegre, Edusp/Zouk, 2007.

_____. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas, Papirus, 1996.

_____. (Coord.). **A Miséria do Mundo.** Petrópolis, Vozes, 2009.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas.** São Paulo, Edusp, 2000.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros** São Paulo, Edusp, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados.** Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1995.

CARVALHO, Marcus. **Liberdade: rotinas e rupturas da escravidão.** Recife, Editora Universitária da UFPE, 1998.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa: Autóctones ou cidadãos?** Petrópolis: Vozes, 2008.

CERQUEIRA, Monique Borba. **Pobres, Resistência e Criação: personagens no encontro com a vida.** São Paulo, Cortez, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer.** Vols.1. Petrópolis, Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de et all. **A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar.** Petrópolis: vozes, 2000

CHALLOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CORREIA, Amauri de Barros. **Belo Jardim: de povoado à cidade**. In. Revista de História Municipal. Centro de Estudos de História Municipal (CEHM). Recife, ano III, n. 4, mar. 1991.

COULANGES, Fustel. **A Cidade Antiga**. São Paulo, Hemus, 1975.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro, Rocco, 1984.

DANTAS, Rafael. Cresce PIB do Agreste. **Jornal do Comércio Agreste**, Caruaru, p. 7, 23 jan. 2011.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1996. Vol.3.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo, Brasiliense, 2005.

DIMAS, Antonio. et al. **Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção**. Porto Alegre: UFRGS; São Paulo, Edusp, 2006.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. Lisboa, Edições 70, 1991.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo, Martin Claret, 2008.

_____. **A Divisão Social do Trabalho**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

FIGUEORÔA, Alexandre. **O Cinema pernambucano: Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife**, 2000.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo, Martins Fontes, 1985.

_____. **A Vida dos Homens Infames**. In: O que é um autor. Lisboa, Presença, 1994.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar da Civilização**. Rio de Janeiro, Imago, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. Rio de Janeiro, Record, 2002.

_____. **Rurbanização: o que é?**. Recife, Massangana, 1982.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Ânimos Temoratos: uma leitura dos medos sociais na corte no tempo das Regências**. 1995. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1995.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga**. Belo Horizonte: Humanitas, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

IANNI, Otávio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário Sociológico: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

JORDÃO, Adalberto. **Belo Jardim: história, cultura e recursos naturais**. Recife: O autor, 2001.

JOSEPH, Isaac. **Erving Goffman e a microsociologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

KOURY, Mauro Guilherme. **Sociologia da Emoção: o Brasil urbano sob a ótica do luto**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. (Org). **Imagem e Memória: ensaios de antropologia visual**. Rio de Janeiro: Garamonal, 2001.

KUPER, Adan. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru: Edusc, 2002.

LALLEMENT, Michel. **História das Idéias Sociológicas: das origens a Max Weber**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LÉVINAS, Emanuel. **Entre nós: ensaios de alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MAFFESOLI, Michael. In: **O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MARX, Karl. **Coleção os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Vol.1.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MAYOL, Pierre. O Fim de Semana. In: CERTEAU, Michel. et al. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996. Vol. 2.

MERTON, Robert K. **A Ambivalência Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

NEVES, Margarida de Souza. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República até a Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NIETZSCHE, F. **Assim Falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 1999.

ORTEGA, Francisco. **Da ascese a bio-ascese ou do corpo submetido à submissão do corpo**. In: RAGO, Margareth. et al. (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Escrita, Linguagem e Objetos: leituras e História Cultural**. Bauru: Edus, 2004.

_____. **Uma Outra Cidade: o mundo dos excluídos no século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

RAGO, Margareth. **Michael Foucault e o Zoológico do Rei**. In: ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. et al. (Orgs.). Coleção Estudos foucaltianos. Belo Horizonte: Autêntico, 2008.

REIS, João José. **Rebelião Escreva**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1938.

ROMERO, Mariza. In: **Medicalização da saúde e exclusão social**. Bauru: Edusc, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. (Orgs.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia as Letras, 1998.

SIMMEL, George. **A Metrópole e a Vida Mental**. In: VELHO, Otávio. (Org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

SOUZA, Herbert de. O Pão Nosso. **.Veja 25 anos**. São Paulo: Abril, 1993.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à Estética**. 4.ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

TELLES, Vera da Silva. Pontos e Linhas da Cidade: trajetórias urbanas e seus pontos. In: FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon.; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. (Orgs.). **Trabalho, Território e Cultura: novos prismas para o debate para as políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.) **Pesquisas urbanas. Desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge zahar, 2003.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Um Brasil Mestiço: raça e cultura na passagem da Monarquia à República**. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Viagem Incompleta: Formação – História**. São Paulo: SENAC, 1999. Vol.1.

VILAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel.Fapesp, 1998.

WACQUANT, Löic. **Os Condenados da Cidade**. Rio Janeiro: Revan, 2000.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomas Tadeu. (Orgs.). Petrópolis: Vozes, 2003.

YOUNG, Jock. **A Sociedade Excludente: exclusão, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio Janeiro: Revan, 2002.

FONTES ORAIS

- MACIEL, Vanira. Belo Jardim, 2010. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- ALBERTO, Carlos. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- BATISTA, Marcos. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- COUTO, José Geraldo de Sousa. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- BATISTA, Marcos. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- SANTOS, José Sandro dos. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- MARIA, Vânia Madalena. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- SILVA, Edivaldo José da. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- SILVA, Júlia Francisca da (Dona Júlia). Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- SILVA, Damiana Maria. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- FERREIRA, João José. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- SILVA, Eliana Josefa. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- SANTOS, José Floriano dos. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- BARBOSA, Maria. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- VALENÇA, Adones. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- SILVA, Maria Tarciana. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- SILVA, Maria Aparecida. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- DAMIANA, Marlene. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- SILVA, Maria das Dores Magalhães (Dona Dorinha). Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- SILVA, Ana Cláudia Magalhães. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.
- SILVA FILHO, João Cordeiro. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

OLIVEIRA, Albanize Casé. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

SIQUEIRA, Ana Corsina. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

PRAEIRO, Josilene Ferreira. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

CÂMARA, Simone de Queirós Fonseca. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

SOUZA, Alexandre José de. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

COSTA, João Batista Alves da (Seu Batista do Macarrão). Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

MANOEL, Alisson. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

COÊLHO, José Osório. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

ARAÚJO, Adilson (Pe. Adilson). Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

CORDEIRO, Maria Aparecida. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

SILVA, José Bezerra da. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

SILVA, Socorro Guimarães (Dona Socorro). Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

MARQUES, José. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

SILVA, Maria Eliana da. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

SILVA, Silvânia Maria. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

SILVA, Erivânia Maria. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

SILVA, José Leandro Alves da. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

SOUZA, Maria de. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

SILVA, João Alves da. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

LIMA, Miriam Leite. Belo Jardim, 2009. Entrevista concedida a José Adilson Filho.

ANEXO

OS 20 MAIORES DO AGRESTE

PIB		PIB per capita	
Caruaru	R\$ 2, 19 bi	Belo Jardim	R\$ 8.607,65
Garanhuns	R\$ 831, 82 mi	Caruaru	R\$ 7.452,70
Belo Jardim	R\$ 633, 43 mi	Garanhuns	R\$ 6.391,07
Santa Cruz do Capibaribe	R\$ 385, 45mi	Pedra	R\$ 5.451,50
Gravatá	R\$ 346, 26 mi	Itaíba	R\$ 4.992,60
Pesqueira	R\$ 271, 56 mi	Brejão	R\$ 4.958,17
Bezerros	R\$ 267, 30 mi	Santa Cruz do Capibaribe	R\$ 4.915,93
Limoeiro	R\$ 242, 30 mi	São Bento do Una	R\$ 4.708,32
Surubim	R\$ 237, 09 mi	Gravatá	R\$ 4.644,87
São Bento do Uma	R\$ 230, 88 mi	Bezerros	R\$ 4.584,22
Buique	R\$ 206, 61 mi	Vertente do Lério	R\$ 4.407,02
Bonito	R\$ 157, 04 mi	Toritama	R\$ 4.300,32
Lajedo	R\$ 143, 80 mi	Cachoeirinha	R\$ 4.273,04
Brejo da Madre de Deus	R\$ 142, 51 mi	Ibirajuba	R\$ 5.256,38
Toritama	R\$ 138, 33 mi	Pesqueira	R\$ 4.251,23
Itaíba	R\$ 137, 67 mi	Agrestina	R\$ 4.248,13
Bom Jardim	R\$ 135, 04 mi	São Vicente Ferrer	R\$ 4.246,54
São Caitano	R\$ 114, 43 mi	Venturosa	R\$ 4.241,55
Pedra	R\$ 113, 14 mi	Limoeiro	R\$ 4.235,83
João Alfredo	R\$ 102, 92 mi	Surubim	R\$ 4.215,99

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. (Tabela produzida a partir de reportagem publicada no Jornal do Commercio, JC Agreste, de 23 de janeiro de 2011, p. 7)